GDF GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
A GENTE FALA, A GENTE FAZ

DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

ANO XXIII - Nº 210 | QUARTA-FEIRA, 3 DE NOVEMBRO DE 1999 | PREÇO: R$ 0,66

SUMÁRIO

SEÇÃO I

	PÁGINA
ATOS DO PODER EXECUTIVO	1
VICE-GOVERNADORIA	69
CASA MILITAR	69
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	69
SECRETARIA DE FAZENDA	80
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	81
SECRETARIA DE OBRAS	83
SECRETARIA DE TRANSPORTES	83
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	84
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	85
SECRETARIA DE CULTURA	85
SECRETARIA DE TURISMO E LAZER	85
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	85
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	86
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL	86

SEÇÃO II

ATOS DO PODER LEGISLATIVO	99
ATOS DO PODER EXECUTIVO	99
VICE-GOVERNADORIA	99
CASA MILITAR	101
SECRETARIA DE GOVERNO	101
SECRETARIA DE FAZENDA	101
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	101
SECRETARIA DE SAÚDE	103
SECRETARIA DE OBRAS	105
SECRETARIA DE TURISMO E LAZER	105
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	105
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL	105

SEÇÃO III

ATOS DO PODER EXECUTIVO	106
VICE-GOVERNADORIA	106
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	106
SECRETARIA DE FAZENDA	107
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	107
SECRETARIA DE SAÚDE	107
SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	108
SECRETARIA DE OBRAS	108
SECRETARIA DE TRANSPORTES	109
SECRETARIA DE AGRICULTURA	109
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	109
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	109
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	110
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO	110
SECRETARIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS	110
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL	110
INEDITORIAIS	111
ÍNDICE	111

ESTAMOS DEVOLVENDO AO DISTRITO FEDERAL O QUE ESTAVA FALTANDO EM MATERIA DE SEGURANÇA: PULSO.

Secretaria de Segurança Pública Governo do Distrito Federal

SEÇÃO I

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO N.º 20.759, DE 29 DE OUTUBRO DE 1999

Aprova Projeto de Urbanismo Parcelamento na Região Administrativa do Lago Sul – RA XVI.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos VII e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e tendo em vista a Decisão n.º 20/99 – CONPLAN e o que consta do processo n.º 030.009.768/96, DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Projeto de Urbanismo Parcelamento referente à criação do lote A1 da QL 01 do Trecho 1 do Setor de Habitações Individuais Sul - SHIS na Região Administrativa do Lago Sul – RA XVI, consubstanciado no Projeto de Urbanismo – URB 119/98, Memorial Descritivo – MDE 119/98 e Normas de Edificação, Uso e Gabarito – NGB 119/98.

Parágrafo único. O Memorial Descritivo – MDE 119/98 e as Normas de Edificação, Uso e Gabarito – NGB 119/98 são partes integrantes deste Decreto, na forma do Anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de outubro de 1999
111º da República e 40º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

PROCESSOS: 030.009.768/96

DECISÕES/ATOS:

DECRETOS:

PUBLICAÇÃO:

REGISTRO NO CARTÓRIO OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, em

PARTE A

I-APRESENTAÇÃO

Este projeto foi elaborado com o objetivo de definir o desmembramento do lote A do Trecho 1 – QL 01 do SHIS, destinado a conjunto paroquial.

O presente projeto é composto deste Memorial Descritivo - MDE 119/98, do Projeto de Urbanismo e Parcelamento - URB 119/98 (SICAD 153-II-1-D e 153-II-4-B) e da Norma de Edificação, Uso e Gabarito - NGB 119/98 (lote A1).

O presente projeto modifica a SHIS PR 391/1, registrada em cartório, no que diz respeito ao desmembramento do lote A.

As normas do lote A permanecem as mesmas, ou seja , a NGB 21/91.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL - IPDF – GDF

R.T.: CREA Região

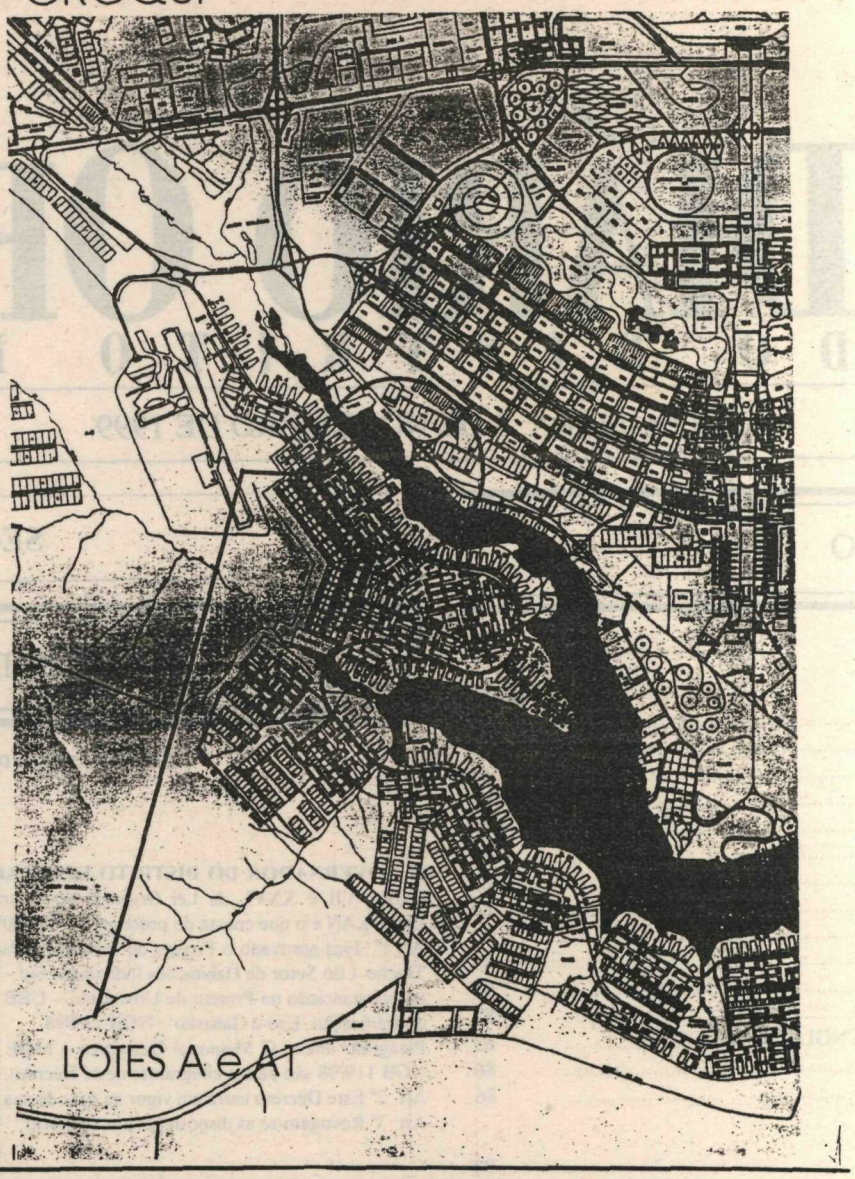
MEMORIAL DESCRITIVO

MDE – 119/98

RA XVI - SHIS – Setor de Habitações Individuais Sul TRECHO 1-QL 01- LOTES A E A1

FOLHA: 01/07	PROJETO:	REVISÃO:	VISTO:	APROVO:
DATA: AGOSTO/1998	ALEXANDRE	Mara S.-GEPROT	Sandra M.-DIPRO	Benny DF/ IPDF

CROQUI



IPDF

QUADRO DE CAMINHAMENTO DO PERÍMETRO

Kr = 1.0007985

PONTOS	COORDENADAS (UTM) N	COORDENADAS (UTM) E	DISTÂNCIAS TOPOGRÁFICAS (m)	AZIMUTES (UTM)	OBSERVAÇÕES
A	8.246357.0224	189612.0011			
			142.000	69° 53'1"	LOTE A1 Área total: 15000.88M2
B	8.246405.8990	189745.4440			
			105.640	159° 53'1"	
C	8.246306.6250	189781.8054			
			142.000	249° 53'1"	
G	8.246257.7484	189648.3625			
			105.640	339° 53'1"	
A	8.246357.0224	189612.0011			

DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL

Redação e Administração:
Anexo do Palácio do Buriti, Sala 111, Térreo.
CEP: 70075-900, Brasília - DF.
Telefones: (061) 225-7803 - 316-4137 - 213-6312
Editoração e impressão: IMPRENSA NACIONAL

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador

BENEDITO DOMINGOS
Vice-Governador

WELIGTON LUIZ MORAES
Secretário de Comunicação Social

LUIZ GONZAGA DE NEGREIROS
Chefe da Divisão de Divulgação

IPDF

QUADRO DE CAMINHAMENTO DO PERÍMETRO

Kr = 1.0007985

PONTOS	COORDENADAS (UTM) N	COORDENADAS (UTM) E	DISTÂNCIAS TOPOGRÁFICAS (m)	AZIMUTES (UTM)	OBSERVAÇÕES
G	8.246257.7484	189648.3625			
			82.890	69° 53'1"	LOTE A
D	8.246286.2792	189726.2574			Área total:
			180.970	159° 53'1"	15000.60M2
E	8.246116.2147	189788.5475			
			82.890	249° 53'1"	
F	8.246087.6839	189710.6526			
			180.970	339° 53'1"	
G	8.246257.7484	189648.3625			

PROCESSOS:	030.009.768/96
DECISÕES/ATOS:	
DECRETOS:	
PUBLICAÇÃO:	
REGISTRO NO CARTÓRIO	OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

PARTE B

I- JUSTIFICATIVA E CONDICIONANTES DE PROJETO

O presente projeto 119/98 tem por finalidade promover o desmembramento do lote A da QL 01 do trecho 1 do SHIS, destinado a conjunto paroquial, definido inicialmente pela PR 9/1 , e posteriormente alterado pela PR 391/1, criando para tanto um novo lote , denominado A1, destinado ao Uso Educacional.

Tal desmembramento foi solicitado pela entidade proprietária de 50% do atual lote A, e autorizada pela Procuradoria Geral do Distrito Federal, através do parecer 1.037/97 – PGDF-5ª SPR, constante do Processo 030.009.768/96.

Após o desmembramento, os dois lotes resultantes – A1 e A passam a ter áreas de 15000,88 e 15000,60 metros quadrados, respectivamente

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL - IPDF – GDF

R.T.
CREA Região

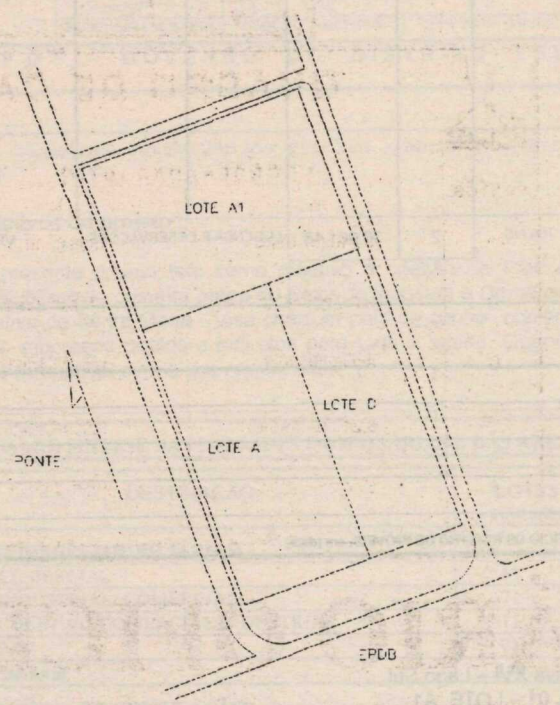
MEMORIAL DESCRITIVO

MDE – 119/98

RA XVI - SHIS – Setor de Habitações Individuais Sul
TRECHO 1 – QL 01 - LOTES A E A1

FOLHA: 05/07	PROJETO:	REVISÃO:	VISTO:	APROVO:
DATA: AGOSTO/1998	ALEXANDRE	Mara S. -GEPROT	Sandra M. -DIPRO	Benny-DP/IPDF

CROQUI



INSTITUTO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL - IPDF – GDF
R.T.: CREA Região

MEMORIAL DESCRITIVO - ALTERAÇÕES DE PROJETO

MDE – 119/98

RA XVI - SHIS – Setor de Habitações Individuais Sul
TREGHO 1 –QL 01- LOTES A e A 1

FOLHA: 07/07	PROJETO:	REVISÃO:	VISTO:	APROVO:
DATA: AGOSTO/1998	NUC. T.1	-GEPROT	DIPRO	-DP/IPDF

ANEXO I

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL - IPDF – GDF
R.T.: CREA Região

M E M O R I A L D E S C R I T I V O

MDE – 119/98

RA XVI - SHIS – Setor de Habitações Individuais Sul
TRECHO 1- QL 01 - LOTES A E A1

FOLHA: 01/02	PROJETO:	REVISÃO:	VISTO:	APROVO:
DATA: AGOSTO /1998	ALEXANDRE	Mara S.-GEPROT	Sandra M.-DIPRO	Benny-DP/ IPDF

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRAS

IPDF

LOCALIZAÇÃO: SHIS TRECHO 1 – QL 01

REFERÊNCIAS:
Planta Nº:
Data: AGOSTO/98

Esquerda Direita FRENTE VIA

Endereço		Superfície (m²)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra ou Conjunto	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
TRECHO 1	A1	15000.88	142.000	142.000	105.640	105.640	-	VP	LOTE A LOTE D	VP	VP	-	COL
	A	15000.60	82.890	82.890	180.970	180.970	-	AP	LOTE A1	LOTE D	VP	-	COL
TOTAIS	2	30.001,48	LEGENDA E OBSERVAÇÕES: VP=VIA PÚBLICA AP=ÁREA PÚBLICA COL= COLETIVO										

PROCESSOS: 030.009.768/96
DECISÕES/ATOS:
DECRETOS:
PUBLICAÇÃO:
REGISTRO NO CARTÓRIO DO (nº) OFÍCIO DE RGISTRO DE IMÓVEIS, em (data)

1. LOCALIZAÇÃO

Região Administrativa XVI – Lago Sul
SHIS trecho 1 – QL 01 – LOTE A1

2. PLANTAS DE PARCELAMENTO

URB 119/98 - SICAD –153-II-1-D e 153-II-4-B

3. USOS PERMITIDOS

3.1. Uso Coletivo, atividade de Educação, grupos 80.1-Educação Pré-escolar e fundamental, 80.2-Educação média de formação geral, profissionalizante ou técnica e 80.9-Formação permanente e outros serviços de ensino.
3.2.Uso Coletivo, atividade de Entidades Associativas, classe 91.91-0 – Serviços de organizações religiosas.

4. AFASTAMENTOS MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS

5 metros de todas as divisas do lote.

5.TAXA DE OCUPAÇÃO

(projeção horizontal da área edificada dividida pela área do lote) x 100

TmáxO = 40% (quarenta por cento)

6. TAXA DE CONSTRUÇÃO

(área total edificada dividida pela área do lote) X 100

TmaxC= 80% (oitenta por cento)

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL – IPDF – GDF
R.T.: CREA

NORMAS DE EDIFICAÇÃO, USO E GABARITO

NGB – 119/98

REGIÃO ADMINISTRATIVA XVI – LAGO SUL
SHIS TRECHO 1 QL 01 LOTE A1

FOLHA: 01/02	PROJETO:	REVISÃO:	VISTO:	APROVO:
DATA: AGOSTO/98	ALEXANDRE	MARA-GEPRO I	SANDRA- DIPRO	BENNY-DP/IPDF

7. PAVIMENTOS

7.a - Número de pavimentos: No máximo 2 (dois) pavimentos acima da cota de soleira definida pela Administração Regional.

7.b - Térreo: Pavimento definido a partir da cota de soleira fornecida pelo setor competente da Administração Regional ; destina-se à(s) atividade(s) definidas no item 03.

7.c – Pavimento superior: Localizado imediatamente acima do térreo; destina-se à(s) atividade(s) definidas no item 03.

7.d – Subsolo(s): Optativo(s)- Destina-se à garagem, não sendo computado na área máxima de construção.

8. ALTURA DA EDIFICAÇÃO

A altura máxima da edificação, a partir da cota de soleira, fornecida pelo setor competente da Administração Regional é de 8,5 (oito vírgula cinco metros), correspondente à parte mais alta da edificação (*cumeeira ou platibanda*), excluindo-se caixa d`água e casa de máquinas.

9.ESTACIONAMENTO E/OU GARAGEM

É obrigatória a implantação de estacionamento de veículos , dentro dos limites do lote, em superfície e /ou subsolo, na proporção de 01 (uma) vaga para cada 75 m2 (setenta e cinco metros quadrados) de área construída.

12. CASTELO D`ÁGUA

Será permitida a construção de torre ou castelo d`água, cuja altura deverá ser justificada pelo projeto de instalações hidráulicas ou exigência do Corpo de Bombeiros.

13.RESIDÊNCIA DE ZELADOR

É permitida a existência de 01 (uma) unidade residencial para zeladoria, com área máxima de 68,00m2 (sessenta e oito metros quadrados), computada nas taxas constantes dos itens 5 e 6.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.a. Esta NGB é composta dos itens 1 , 2 , 3 , 4, 5, 6 , 7, 8 , 9, 12, 13 e 18.
18.b. Os usos permitidos nesta NGB, foram baseados na listagem da tabela de Classificação de Atividades aprovada pelo Decreto n.º 19071 de 06/03/98.

DECRETO N.º 20.760, DE 29 DE OUTUBRO DE 1999

Aprova Projeto de Arquitetura na Região Administrativa do Plano Piloto – RA I.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos VII e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e tendo em vista a Decisão n.º 23/99 – CONPLAN e o que consta do processo n.º 141.001.769/94, DECRETA:
Art.1º Fica aprovado o Projeto de Arquitetura do Anexo II do Supremo Tribunal Federal localizado na Área "L" da Praça dos Três Poderes na Região Administrativa do Plano Piloto – RA I.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília. 29 de outubro de 1999
111º da República e 40º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO N.º 20.761, DE 29 DE OUTUBRO DE 1999

Aprova Projeto de Urbanismo Parcelamento na Região Administrativa de Santa Maria – RA XIII.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos VII e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e tendo em vista a Lei n.º 1.329, de 26 de dezembro de 1996 e o que consta do processo n.º 030.006.519/98, DECRETA:
Art.1º Fica aprovado o Projeto de Urbanismo Parcelamento referente ao Trecho 1 do Setor de Indústria e Comércio de Apoio – Polo de Desenvolvimento Econômico Juscelino Kubitschek na Região Administrativa de Santa Maria – RA XIII, consubstanciado no Projeto de Urbanismo – URB 31/99, Memorial Descritivo – MDE 31/99 e Normas de Edificação, Uso e Gabarito – NGB 31/99.
Parágrafo único. O Memorial Descritivo – MDE 31/99 e as Normas de Edificação, Uso e Gabarito – NGB 31/99 são partes integrantes deste Decreto, na forma do Anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto n.º 20.481, de 09 de agosto de 1999.

Brasília, 29 de outubro de 1999
111º da República e 40º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

PROCESSOS	030.006.519/98
DECRETOS	
DATAS	
PUBLICAÇÃO	
REGISTRO EM CARTÓRIO / OFÍCIO / DATA	

PARTE A

I – APRESENTAÇÃO:

I.1- Legislação relativa ao projeto :

- Lei No 6.766 de 19/12/79 – Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano;
- Decreto No 15.831 , de 08/08/94 – Fixa as faixas de domínios das rodovias do sistema rodoviário do D.F;
- Lei No 2.105, de 08/10/98 – Dispõe sobre o Código de Edificações do Distrito Federal;
- Decreto No 19.915, de 17/12/98 – Regulamenta a Lei No 2.105/98 que dispõe sobre o Código de Edificações do Distrito Federal;
- Plano de Uso e Ocupação do Solo – Engevix , Dezembro de 1989;
- Estudo Prévio de Impacto Ambiental-EPIA e seu respectivo Relatório-RIMA para o Distrito Industrial do Distrito Federal , HIDROGEO , Março de 1992;
- Boletim Técnico da CET – Área para estacionamentos e gabarito de curvas;
- Lei Complementar No 17 de 28/1/97 – Plano de Ordenamento Territorial – PDOT;
- Lei No 1.329 de 26/12/96 que cria o Setor de Indústria e Comércio de Apoio da Região Administrativa de Santa Maria ;

M E M O R I A L D E S C R I T I V O

MDE – 31/99	SETOR DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE APOIO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SANTA MARIA-RA XIII
FOLHA 01/19	PÓLO DE DESENVOLVIMENTO JUSCELINO KUBITSCHEK TRECHO 1

DATA:	PROJETO	CONF.PROJ	VISTO	APROVO
MAIO/99	RUBENS/IRENE/SÁVIO	GERENTE – GEPRO II	DIRETORA - DIPRO	Dir.-Pres. - IPDF

I P D F – G O V E R N O D O D I S T R I T O F E D E R A L

- Decreto No 16.248 de 29/12/94 -Tabela de Classificação de Usos e Atividades ;

I.2-Objetivos do projeto :

O presente projeto tem como objetivo a criação da Pólo de Desenvolvimento Juscelino Kubitschek, primeira etapa do Setor de Indústria e Comércio de Apoio à Região Administrativa de Santa Maria . Visa criar um pólo de cunho comercial e industrial com criação de empregos diretos e indiretos para toda a região. Quanto a incomodidade o local não é compatível com o uso residencial.

QUADRO SÍNTESE DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS E DAS ÁREAS PÚBLICAS

DESTINAÇÃO	LOTES unidades	ÁREA %
1 – UNIDADES IMOBILIÁRIAS		
COMERCIAL	61	1,12
INDUSTRIAL/ COMERCIAL	71	49,22
COLETIVO/COMERCIAL/INDUSTRIAL	11	7,31
PAC	01	0,43
Subtotal	**144**	**58,08**
2 – SISTEMA DE CIRCULAÇÃO		**40,11**
3 – ESPAÇOS LIVRES DE USO PÚBLICO		**1,81**
Total		**100,00**
ÁREA PÚBLICA (Lei nº 6.766/79) (*) (Somatório das áreas dos lotes EPC, do Sistema de Circulação e dos Espaços Livres de Uso Público)		**41,92**

I.3-Composição do projeto :

O projeto é constituído por este Memorial Descritivo MDE 31/99, pelo Projeto de Urbanismo Parcelamento URB 31/99 e terá como Normas de Edificação Uso e Gabarito – NGB 31/99.

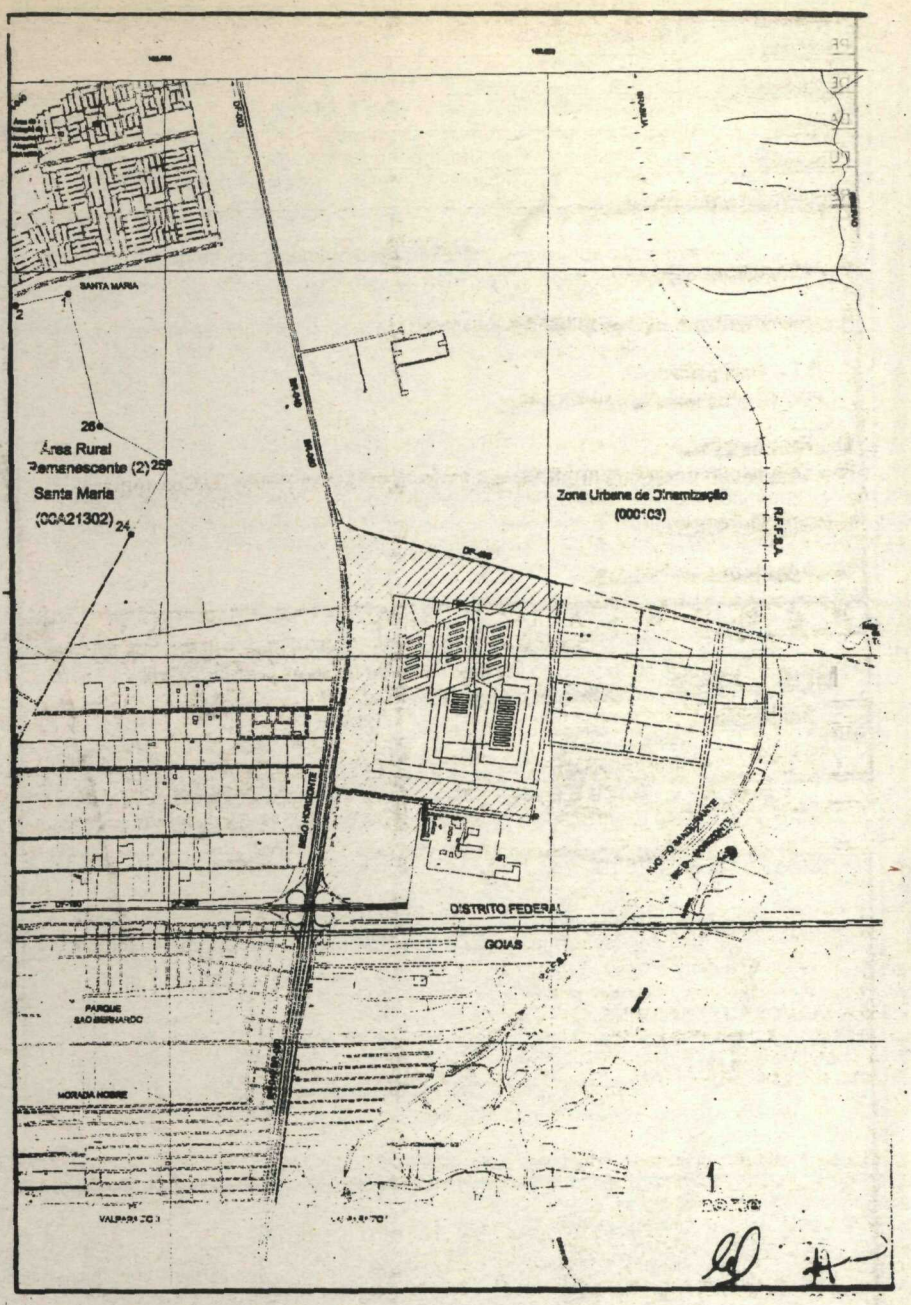
Plantas SICAD componentes do projeto:

URB 31/99:

GERAL - fl.01/19
216 – III – 2 – b – fl.02/19
216 – III – 2 – d – fl.03/19
216 – III – 3 – c – fl.04/19
216 – III – 3 – d – fl.05/19
216 – III – 5 – b – fl.06/19
216 – III – 5 – d – fl.07/19
216 – III – 6 – a – fl.08/19
216 – III – 6 – b – fl.09/19
216 – III – 6 – c – fl.10/19
216 – III – 6 – d– fl.11/19
216 – IV – 1 – c – fl.12/19
216 – IV – 4 – a – fl.13/19
233 – I – 2 – b – fl.14/19
233 – I – 2 – d – fl.15/19
233 – I – 3 – a – fl.16/19
233 – I – 3 – b – fl.17/19
233 – I – 3 – c – fl.18/19
233 – II – 1 – a – fl.19/19

Complementa o Projeto de Urbanismo Parcelamento URB 33/85 referente ao monumento "SOLARIUS" - Folhas SICAD 216-III-2-B e 216-III-2-D e o Projeto de Urbanismo Parcelamento URB 93/85 referente à Repetidora Santa Maria destinada à Telebrasília – Folha SICAD 216-III-2.

Obs. – O valor do Kr adotado para o cálculo do projeto foi 1,0005363.



QUADRO DE CAMINHAMENTO DO PERÍMETRO

IPDF

Kr = 1,0005363

PONTOS	COORDENADAS (UTM) N	COORDENADAS (UTM) E	DISTÂNCIAS TOPOGRÁFICAS (m)	AZIMUTES (UTM)	OBSERVAÇÕES
P1	822.6034,7811	181.077,2652			ÁREA=1.434.716,32 M2
			171,847	157°24'40,0"	
P2	822.5876,0319	181.143,3100			
			65,832	123°29'34,4"	
P3	822.5839,6843	181.198,2402			
			1438,349	105°1'57,7"	
P4	822.5466,4202	182.588,1117			
			220,917	187°45'28,8"	
P5	822.5247,4082	182.558,2744			
			1086,339	277°43'52,0"	
P6	822.5393,6263	181.481,2323			
			1140,356	187°45'28,8"	
P7	822.4263,1019	181.327,2145			
			1075,336	97°45'28,8"	
P8	822.4117,8631	182.393,2789			
			200,063	187°45'28,8"	
P9	822.3919,5280	182.366,2585			
			722,309	277°45'28,8"	
P10	822.4017,0842	181.650,1766			
			651,486	187°45'28,8"	
P11	822.3371,2154	181.562,1860			
			369,721	268°50'53,5"	
P12	822.3363,7797	181.192,3412			
			299,740	307°17'35,2"	

PROCESSOS	030.006.519/98
DECRETOS	
DATAS	
PUBLICAÇÃO	
REGISTRO EM CARTÓRIO OFÍCIO	DATA

PARTE B

I – Croquis de Locação

II – Justificativa e Condicionantes do Projeto

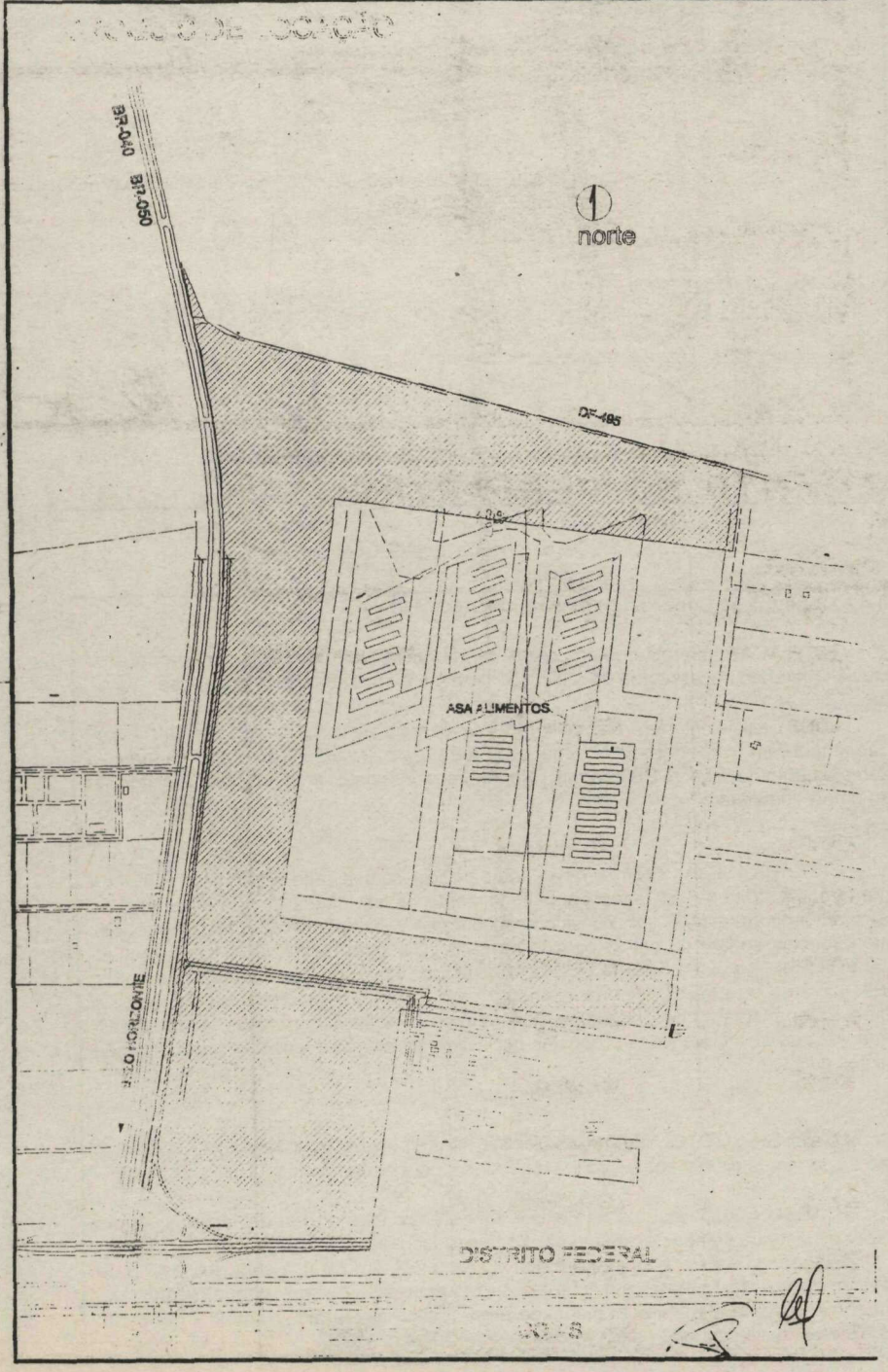
II.1 – Justificativa
II.2 – Condicionantes do Projeto

III – Proposições
IV – Quadro de unidades imobiliárias de Equipamentos Públicos Comunitários

V – Equipe Técnica

VI – Alterações de Projeto

M E M O R I A L D E S C R I T I V O				
MDE – 31/99	SETOR DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE APOIO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SANTA MARIA-RA XIII PÓLO DE DESENVOLVIMENTO JUSCELINO KUBITSCHEK TRECHO 1			
FOLHA 07/19				
DATA MAIO/99	PROJETO: RUBENS/IRENE/SÁVIO	CONF PROJ: GERENTE – GEPRO II	VISTO: DIRETORA - DIPRO	APROVO: Dir.-Pres. - IPDF
I P D F – G O V E R N O D O D I S T R I T O F E D E R A L				



II – JUSTIFICATIVA E CONDICIONANTES DO PROJETO

II.1 – Justificativa do Projeto

O empreendimento apresenta-se como uma Ação Governamental voltada para o quadro sócio-econômico-ambiental da região no qual o projeto está inserido.

A situação da área na geografia metropolitana é estratégica, principalmente na questão dos acessos viários , objetivando a criação direta e indireta de rênda e empregos, tanto para o Distrito Federal quanto para o Entorno.

II.2 – Condicionantes do projeto

II.2.1 – Solos

A área em estudo é composta por Latossolos Vermelho escuro e Vermelho Amarelo, com características de alta porosidade, boa drenagem, boa resistência à erosão e alta permeabilidade decorrentes do alto grau de eloculação da argila presente nestes solos.

II.2.2 – Declividade

A área do projeto possui declividade suave em sua maior parte (2,5 a 5%) ideais para drenagem pluvial. No conjunto 12, caracterizado por grandes áreas, existem trechos com declividades entre 5 a 10% que se desenvolvem no interior dos lotes sem comprometer as redes de drenagem pluvial.

As curvas de nível caem transversas ao parcelamento no sentido DF 495 – Divisa do D.F., ideal para captação de águas pluviais conforme as declividades supracitadas.

II.2.3 – Hidrografia

Os recursos hídricos superficiais de maior relevância para abastecimento e esgotamento da área de estudo são o Ribeirão Saia Velha e seu afluente Córrego Mangal. Existe ainda o Ribeirão Santa Maria, levado em consideração devido à sua proximidade da área de estudo.

- Córrego Mangal: é o de menor capacidade de diluição e auto-depuração, mas não fornece água para nenhum sistema público de abastecimento, de forma que possa receber parte dos efluentes do Distrito Industrial. Caso tratados corretamente, poderá ser analisado como receptor de águas pluviais, de efluentes ou mesmo como manancial para abastecimento do empreendimento.

- Ribeirão Saia Velha: em função da sua captação pela SANEAGO para o abastecimento público da Cidade Ocidental e de Valparaízo, possui seu potencial de utilização para o empreendimento comprometido. Apresenta baixa capacidade de recuperação de efluentes.

- Ribeirão Santa Maria: suas águas são usadas pela SANEAGO para abastecer as populações de Pedregral e Novo gama.
  Não poderia recuperar toda a carga do Pólo de Desenvolvimento Juscelino Kubitschek.

Obs.: As indústrias existentes contíguas à área do projeto são abastecidas por poços profundos.

II.2.4 – Vegetação

A área do projeto está associada à vegetação de cerrado típico, campo cerrado e campo limpo. Entretanto esta vegetação já se encontra descaracterizada devido a ação antrópica.

II.2.5 – Ventos

Considerando o posicionamento geográfico do Pólo de Desenvolvimento Juscelino Kubitschek, os poluentes industriais somados à névoa seca oriunda de queimadas e a poeira em suspensão, seriam levados segundo os ventos predominantes e suas velocidades para as localidades vizinhas, ressaltamos Santa Maria e Gama.

A implantação de indústrias no local está condicionada à manutenção de qualidade de vida das áreas circunvizinhas, sobretudo no que se refere ao lançamento de efluentes gasosos na atmosfera pelas indústrias que vierem a se implantar no local.

II.2.6 – Aspectos Ambientais

O Pólo de Desenvolvimento Juscelino Kubitschek é contígua ao Norte (DF 495) a uma área com características de relevante interesse ecológico.

Esta área, por sua vez, é contígua à APA Gama Cabeça de Veado, formada pela Reserva Ecológica IBGE, Fazenda Água Limpa e Jardim Botânico de Brasília.

Apesar de atualmente estar inserida na Zona de Dinamização Urbana, a diversidade de ambientes lá encontrada, com ocorrência de espécies (tanto vegetais quanto animais) raras, endêmicas e ameaçadas de extinção, adotou-se uma "área tampão" ao longo da DF 495. Esta "área tampão" trata-se de uma faixa de 200 metros a partir da Rodovia onde é recomendado baixo índice de pavimentação e baixa taxa de ocupação.

O uso ideal para os lotes situados nesta faixa é o COLETIVO. Qualquer atividade de uso diverso deverá ser objeto de consulta à SEMATEC quanto à possibilidade de instalação nesta área.

II.2.7 – Ocupação Industrial

A ocupação industrial do Setor é condicionado pelos seguintes fatores:

- Baixa disponibilidade de água sob condições competitivas de oferta;

- Controle estrito de efluentes líquidos, face ao uso atual e à capacidade de acomodação dos corpos receptores existentes;

- Sujeição das emissões atmosféricas às situações desfavoráveis de localização urbana, ventos e freqüentes inversões térmicas nos meses secos.

Destarte as indústrias que vierem a se estabelecer no local, deverão ser de fraca ação poluidora, com baixas demanda de água e emissão de efluentes líquidos e gasosos tratados de forma a não serem nocivos ao meio ambiente.

Para implantação, as indústrias deverão realizar consulta junto ao IEMA/SEMATEC.

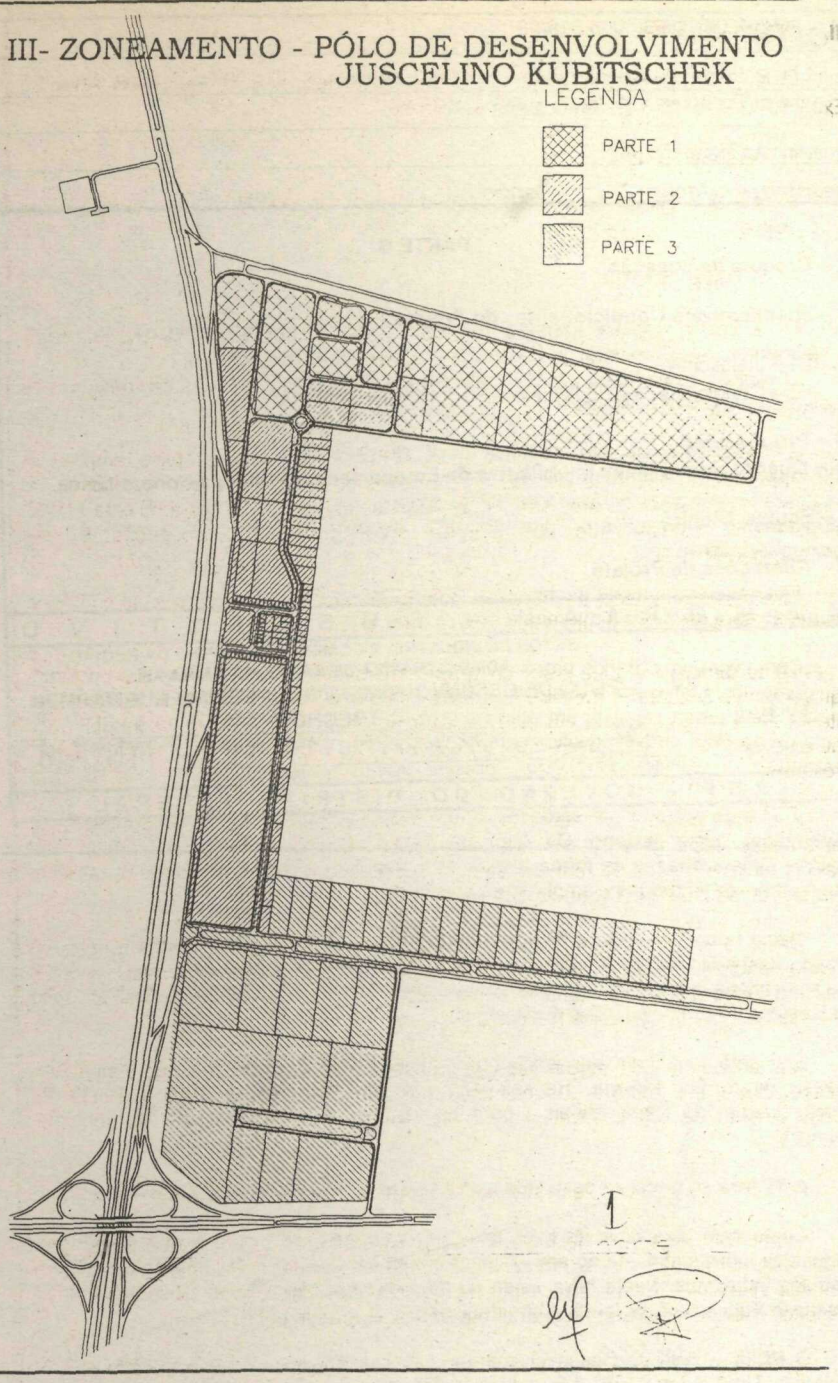
II.2.8 – Legislação pertinente :

- Lei No 6.766 de 19/12/79 – Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano;
- Decreto No 15.831 , de 08/08/94 – Fixa as faixas de domínios das rodovias do sistema rodoviário do D.F;
- Lei No 2.105, de 08/10/98 – Dispõe sobre o Código de Edificações do Distrito Federal;
- Decreto No 19.915, de 17/12/98 – Regulamenta a Lei No 2.105/98 que dispõe sobre o Código de Obras do distrito Federal;
- Plano de Uso e Ocupação do Solo – Engevix , Dezembro de 1989;
- Estudo Prévio de Impacto Ambiental-EPIA e seu respectivo Relatório-RIMA para o Distrito Industrial do Distrito Federal , HIDROGEO , Março de 1992;
- Boletim Técnico da CET – Área para estacionamentos e gabarito de curvas;
- Lei Complementar No 17 de 28/01/97 – Plano de Ordenamento Territorial – PDOT;
- Lei No 1329 de 26/12/96 que cria o Setor de Indústria e Comércio de Apoio da Região Administrativa de Santa Maria ;
- Decreto No 19.071 de 06/03/98 -Tabela de Classificação de Usos e Atividades ;

II.3 – Situação Fundiária

A área do projeto localiza-se no Imóvel SAIA VELHA, desmembrado do Município de Luziânia – GO e incorporado ao Território do Distrito Federal em TERRAS DESAPROPRIADAS.

III- ZONEAMENTO - PÓLO DE DESENVOLVIMENTO JUSCELINO KUBITSCHEK



II.4 – Consulta às Concessionárias de Serviços Públicos

- **NOVACAP:** informa que não existe interferência com rede pública de drenagem pluvial, havendo necessidade de execução de projeto para atendimento da área.

- **CEB:** existe interferência com rede de energia elétrica. Entretanto, tais redes não interferem com o projeto, uma vez que foram levadas em conta durante o parcelamento da área. CEB informa, também, possuir condições técnicas para atender ao empreendimento.

- **TELEBRASÍLIA:** informa haver interferência com a rede telefônica. Parte da interferência, trata-se de redes para atendimento de atividades já pré-existentes na área do projeto, levadas em consideração durante o parcelamento. Outra parte das interferências seriam 03 cabos ópticos no canteiro central da BR-040, sendo um da TELEBRASÍLIA e 02 da EMBRATEL. Em função do viaduto projetado e executado pelo DER na área do projeto, o remanejamento destes cabos será objeto de negociação entre o Departamento de Estradas e Rodagem do DF e as Companhias supracitadas, uma vez que as intervenções propostas por este Instituto não interferem na localização destes dutos.

- **CAESB ESGOTO:** informa não existir interferência com a área em questão, e não dispor ainda de sistema de coleta de esgotos para o referido local.

- **CAESB ÁGUA:** informa não existir interferência com a área de projetos, e não dispor de sistema de abastecimento para o referido local.

Sugere que para a primeira etapa do projeto (Trecho 1) seja utilizado para abastecimento da área , em caráter provisório, sistema de poços profundos. Futuramente, para atendimento global da área, a alternativa mais viável é a utilização do Sistema do Descoberto , após reavaliação de sua capacidade.

III. – PROPOSIÇÕES

O Pólo de Desenvolvimento Juscelino Kubitschek é o 1º trecho da Área de Expansão Econômica de Santa Maria e limita-se:

- Ao Norte: DF-495;
- Ao Sul: Divisa do Distrito Federal com o estado de Goiás, município de Luziânia;
- A Oeste: BR-040;
- A Leste: Colônia Agrícola Visconde Inhaúma, Agro-Indústria-Granja – Asa Alimentos, Agro-Indústria de Produção de Óleos vegetais – CARGILL.

O projeto é composto por 03 áreas com características distintas em relação aos usos e ao porte das atividades.

A **1ª área** se desenvolve ao longo da DF 495, que em função da "faixa tampão" de 200 metros serão adotados critérios diferenciados de ocupação e permeabilidade do solo para preservação da área vizinha, de importantes características ambientais, com parcelamento caracterizado por grandes áreas com baixa ocupação e alta permeabilidade do solo.

Fica reservada, neste trecho, uma "área para parcelamento futuro" cujo cunho da ocupação será discutido futuramente junto à SEMATEC.

Conta com uma grande praça de aproximadamente 12.000m2 onde são previstos equipamentos destinados a desporto e lazer como quadras poliesportivas e campo de futebol. Esta praça constitui um pólo de lazer que poderá atender tanto à população flutuante do Pólo de Desenvolvimento JK, bem como a população dos núcleos rurais próximos.

A **2ª área** possui porte semelhante às "Áreas de Desenvolvimento Econômico" já implantadas neste governo. Os lotes, de usos Comercial e Industrial, são em sua maioria dimensionados de forma a atender o pequeno e médio empresário, gerando diversidade de empregos e ampla arrecadação fiscal.

Nesta faixa é prevista a "Praça Central" do parcelamento, que marca a parte do projeto destinado ao apoio logístico do Pólo de Desenvolvimento JK. Esta é a única área destinada a lotes estritamente comerciais, criando o "Centro Comercial" do Pólo de Desenvolvimento Juscelino Kubitschek.

A 2ª área conta com alguns lotes de grande porte para atividades que demandem acesso direto por rodovia. Ressaltamos um lote destinado a PAC (Posto de Abastecimento de Combustíveis) para atendimento rodoviário – lote 04, conj. 04, trecho 1.

A **3ª área** do projeto é destinada exclusivamente à grandes empreendimentos.

Conta com uma faixa de lotes com aproximadamente 7.400m2 que podem ser adquiridos individualmente ou em conjunto. Estes lotes podem ser considerados como módulos industriais. Nesta faixa estão os maiores lotes da Pólo de Desenvolvimento Juscelino Kubitschek, de forma a atrair atividades de grande porte.

O PDJK – Pólo de Desenvolvimento Juscelino Kubitschek - é acessada por 03 Rodovias: Uma federal – BR-040 e duas Estaduais – DF-290 e DF-495 (estrada vicinal que liga o Núcleo Rural Saia Velha com a BR-040). Estas Rodovias garantem ligação entre o PDJK, o Distrito Federal e o País.

O principal acesso, inclusive para veículos de grande porte, se dá através de um viaduto (Projeto do DER), já em execução durante a elaboração do projeto deste Pólo de Desenvolvimento. Este viaduto articula a DF-290 e a BR-040 com intersecções em desnível e vias marginais à BR – acesso seguro ao empreendimento.

A DF-290 foi prolongada pelo DER, cruzando por viaduto a BR-040 e acessando o Pólo de Desenvolvimento Juscelino Kubitschek até a área atualmente ocupada pela Fábrica de Óleos Vegetais – CARGILL.

Ao adentrar a poligonal do projeto, a DF-290 ganha características de via urbana, onde é parte do sistema viário do parcelamento. Futuramente esta via poderá ser prolongada, em possível articulação com a DF-495, garantindo acesso às etapas futuras do parcelamento, inclusive à Estação Aduaneira do DF.

Ao longo da BR-040 se desenvolve marginal no sentido Luziânia – Brasília, ligada às rodovias por alças. Através desta marginal obtém-se acesso ao parcelamento diretamente pela BR-040 através de agulhas.

Estas agulhas oferecem tanto entrada quanto saída ao PDJK. Desenvolvem-se de forma que estas operações viárias sejam seguras. Possuem angulação suave (15° a 30°) e faixas de aceleração e desaceleração conforme padrões rodoviários.

A marginal se dá ao longo das 3 áreas do parcelamento em questão. Possui 7 metros de largura e sentido paralelo à rodovia.

Assim, em mão-única, o usuário conta com uma faixa para operações de entrada e saída para a BR e outra para acessar o parcelamento.

Contando com o sentido único da marginal, foi criada uma via paralela que se desenvolve ao longo da 1ª e 2ª parte do projeto. Assim, o acesso aos conjuntos é disciplinado em sistema binário de circulação, através do traçado de vias locais conformadoras dos conjuntos.

Esta via segue paralela à marginal e sofre um desvio entre os conjuntos 04 e 05; e 08 e 09 de forma a diminuir a velocidade de fluxo de veículos e a energia cinética das águas pluviais, que caem no sentido DF-495 – divisa do DF.

A DF-495 é duplicada, recebe canteiro central, adequando-se ao porte do empreendimento.

São propostas 02 vias de grande porte com sentido perpendicular à BR-040. Uma liga a 1ª área do projeto com a 2ª e conta com rótula de raio de 15 metros para manobra segura de veículos de grande porte. Outra, liga a 2ª área com a 3ª e, em função do maior porte das atividades nela desenvolvidas, conta com canteiro central de mesmas proporções do proposto para a DF-495. Nestes canteiros existem retornos para acesso aos conjuntos lindeiros.

Os pontos de ônibus estão dispostos em espaços de 500 metros para atendimento do usuário de transporte público.

Os conjuntos 04 e 08 contam com estacionamentos com divisores físicos de circulação que contarão com área para estacionamento de veículos de passeio e faixa destinada a carga e descarga.

As praças e lotes de menor porte, sobretudo os comerciais, contam com estacionamento nas calçadas. Os lotes de maior porte deverão prever tais estacionamentos, incluindo carga-descarga, em seu interior.

Os raios de curvatura horizontal do parcelamento são de 15 metros para manobra de veículos de grande porte.

Ao longo da faixa de domínio, entre a marginal e a BR-040 e nos canteiros centrais propostos, deverá ser implantada densa arborização, constituída por árvores de grande porte, oleoginosas e de espécies variadas.

Destarte, obtém-se uma barreira para amenizar o efeito da poeira nos meses secos e filtrar, mesmo que em parte, a emissão de efluentes gasosos, através de fixadores naturais existentes nas folhas das árvores oleoginosas.

Nas praças, deverá ser reservado um mínimo 30% de sua superfície para cobertura vegetal. Serão densamente arborizadas com espécies vegetais diversas. Serão previstos equipamentos de lazer e desporto e quiosques comerciais de apoio, futuramente definidos pela Administração Regional.

O endereçamento é numérico, composto por trecho, conjuntos e lotes. A numeração crescente dos lotes é definida pelos critérios de circulação viária.

IV – EQUIPE TÉCNICA QUANDO DA ELABORAÇÃO DAS PLANTAS URB's E MDE PARA REGISTRO CARTORIAL:

SUPERVISÃO

Arq. João Eustáquio Correia
Gerente GEPRO II/IPDF – CREA 1.315/DF

AUTORES DO PROJETO

Arq. Rubens Amaral – CREA 9.295 /DF
Arq. Irene Bazácas Corrêa – CREA 76.945/RS
Arq. Sávio de Lima Ivo – CREA 9.763/DF
Luciana de Souza Carvalho – CREA 8.908/DF

COLABORAÇÃO TÉCNICA

Ana Carla de Andrade Matos – CREA 9.124/DF
Cristiano de Sousa Nascimento – CREA 9.006/DF
Isabella Campos Versiani – CREA 9.071/DF
Izabel Miranda Pereira Oliveira – CREA 6.279/DF

CÁLCULO:

Luiz Alberto Queiroz – CREA 683/TD – DF

Digitação:

Isabel David Vieira

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL

IVELISE MARIA LONGHI PEREIRA DA SILVA
SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

ELIANA KLARMANN PORTO
DIRETORA PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL

ROSEMAY MARTINS LEÃO PIMENTEL
DIRETORA DE ESTUDOS E PROJETOS DO INSTITUTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL

M E M O R I A L D E S C R I T I V O

MDE 31 /99 | FOLHA19/19

A L T E R A Ç Õ E S D E P R O J E T O

ANEXO I

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

M E M O R I A L D E S C R I T I V O

MDE – 31/99

SETOR DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE APOIO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SANTA MARIA-RA XIII
PÓLO DE DESENVOLVIMENTO JUSCELINO KUBITSCHEK
TRECHO 1

FOLHA 01/13

DATA	PROJETO:	CONF.PROJ. GERENTE -	VISTO: DIRETORA - DIPRO	APROVO Dir-Pres - IPDF
MAIO/99	RUBENS/IRENE/SÁVIO			

I P D F – G O V E R N O D O D I S T R I T O F E D E R A L

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

IPDF

LOCALIZAÇÃO: SETOR DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE APOIO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SANTA MARIA – RA XIII
PÓLO DE DESENVOLVIMENTO JUSCELINO KUBITSCHEK TRECHO 1 – CONJUNTO 1

REFERÊNCIAS: URB 31/99
Planta Nº: SICAD 216-III-3-C
Data: MAIO/99

Esquerda / Direita / FRENTE / VIA

Endereço		Superfície (m²)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra ou Conjunto	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. 1	01	19.748,88	162,13	154,58	33,38+ 48,84+ 47,93	93,30	17,22	VP	VP	VP	Lt. 02	VP	CI/ID/C
	02	15.711,42	236,19	232,21	93,30	41,94	-	VP	VP	Lt. 01	AP	-	ID/C
TOTAIS	02	35.460,30											

LEGENDA E OBSERVAÇÕES:
VP = Via Pública
AP = Área pública
Lt. = Lote
ID/C = Industrial/Comercial
CI = Coletivo

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

IPDF

LOCALIZAÇÃO: SETOR DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE APOIO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SANTA MARIA – RA XIII
PÓLO DE DESENVOLVIMENTO JUSCELINO KUBITSCHEK TRECHO 1 – CONJUNTO 2

REFERÊNCIAS: URB 31/99
Planta Nº: SICAD 216-III-3-C
Data: MAIO/99

Esquerda / Direita / FRENTE / VIA

Endereço		Superfície (m²)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra ou Conjunto	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. 02	01	39.734,12	280,40	223,72+ 28,60 + 61,50	99,79	85,50	17,22+ 37,53+ 9,20+ 19,58	VP	VP	VP	VP	VP VP VP VP	CI/ID/C
TOTAIS	01	39.734,12											

LEGENDA E OBSERVAÇÕES:
VP = Via Pública
CI = Coletivo
ID/C = Industrial/Comercial

IPDF

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

LOCALIZAÇÃO: SETOR DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE APOIO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SANTA MARIA – RA XIII
PÓLO DE DESENVOLVIMENTO JUSCELINO KUBITSCHEK
TRECHO 1 – CONJUNTO 3

REFERÊNCIAS: URB 31/99
Planta Nº: SICAD 216-III-3-C/216-III-3-D/216-III-6-B/216-IV-1-C/216-IV-4-A
Data: MAIO/99

Esquerda / Direita / FRENTE / VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra ou Conjunto	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. 3	01	5.094,55	48,16	57,67	81,03	67,75	18,29 + 8,67	VP	VP	Lt. 02	VP	VP VP	CI/ID/C
	02	4.736,94	48,16	18,43 + 28,18	55,33	81,03	18,38 + 19,97	VP	VP	VP	Lt. 01	VP VP	CI/ID/C
	03	16.300,26	157,61	149,08	66,74	67,28	18,38 + 19,51 + 17,19 + 18,39	VP	VP	VP	VP	VP VP VP VP	CI/ID/C
	04	5.773,17	100,03	113,04	51,82	38,82	18,38	VP	Lt. 07	Lt. 05	VP	VP	ID/C
	05	5.773,49	100,03	113,03	38,94	51,82	18,29	VP	Lt. 06	VP	Lt. 04	VP	ID/C
	06	5.394,07	82,59	113,03	51,82	21,39	43,04	VP	Lt. 05	Lt. 07	VP	VP	ID/C
	07	5.769,85	100,03	113,04	38,31	51,82	18,75	VP	Lt. 04	VP	Lt. 06	VP	ID/C
	08	9.659,80	129,24	138,66	57,02	70,11	18,39	VP	Lt. 10	VP	Lt. 09	VP	CI/ID/C
	09	9.788,52	129,24	138,66	70,11	55,82	19,52	VP	Lt. 10	Lt. 08	VP	VP	CI/ID/C
	10	50.463,24	190,30	191,84	253,03	277,32	-	VP	VP	Lt. 11	Lt. 08 e 09	-	CI/ID/C
	11	30.157,18	123,00	124,00	237,33	253,03	-	VP	VP	Lt. 12	Lt. 10	-	CI/ID/C
	12	37.521,96	165,46	166,81	216,21	237,33	-	VP	VP	LT.13	LT.11	-	CI/ID/C
	13	70.404,46	351,00	357,53	143,04	216,21	17,17 + 21,22	VP	VP	VP	Lt. 12	VP	CI/ID/C
TOTAIS	13	256.837,49											

LEGENDA E OBSERVAÇÕES: VP = Via Pública; Lt. = Lote; CI = Coletivo; ID/C = Industrial/Comercial

IPDF

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

LOCALIZAÇÃO: SETOR DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE APOIO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SANTA MARIA – RA XIII
PÓLO DE DESENVOLVIMENTO JUSCELINO KUBITSCHEK
TRECHO 1 – CONJUNTO 4

REFERÊNCIAS: URB 31/99
Planta Nº: SICAD 216-III-3-C/216-III-6-A
Data: MAIO/99

Esquerda / Direita / FRENTE / VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra ou Conjunto	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. 4	01	10.777,02	83,01	84,47	112,04	83,38	21,20+ 19,23	VP	VP	Lt.02 +Lt.22	VP	VP+VP	ID/C
	02	5.940,36	106,04	106,04	56,02	56,02	-	VP	Lt.22	Lt.03	Lt.01	-	ID/C
	03	5.760,15	76,03+ 32,32	106,04	44,01	56,02	-	VP	Lt.21	Lt.04	Lt.02	-	ID/C
	04	6.296,07	143,06	143,06	44,01	44,01	-	VP	Lt.20	Lts.05,06, 07,08 e 09	Lt.03	-	PAC
	05	150,00	10,00	10,00	15,00	15,00	-	VP	Lt.04	Lt.06	VP	-	C
	06	150,00	10,00	10,00	15,00	15,00	-	VP	Lt.04	Lt.07	Lt.05	-	C
	07	150,00	10,00	10,00	15,00	15,00	-	VP	Lt.04	Lt.08	Lt.06	-	C
	08	150,00	10,00	10,00	15,00	15,00	-	VP	Lt.04	Lt.09	Lt.07	-	C
	09	150,00	10,00	10,00	15,00	15,00	-	VP	Lt.04+ Lt.20	Lt.10	Lt.08	-	C
	10	150,00	10,00	10,00	15,00	15,00	-	VP	Lt.20	Lt.11	Lt.09	-	C
	11	150,00	10,00	10,00	15,00	15,00	-	VP	Lt.20	Lt.12	Lt.10	-	C
	12	150,00	10,00	10,00	15,00	15,00	-	VP	Lt.20	Lt.13	Lt.11	-	C
	13	150,00	10,00	10,00	15,00	15,00	-	VP	Lt.20	Lt.14	Lt.12	-	C
	14	150,00	10,00	10,00	15,00	15,00	-	VP	Lt.20	Lt.15	Lt.13	-	C
	15	150,00	10,00	10,00	15,00	15,00	-	VP	Lt.20	Lt.16	Lt.14	-	C
	16	150,00	10,00	10,00	15,00	15,00	-	VP	Lt.20	Lt.17	Lt.15	-	C
	17	150,00	10,00	10,00	15,00	15,00	-	VP	LT.20	Lt.18	Lt.16	-	C
	18	150,00	10,00	10,00	15,00	15,00	-	VP	Lt.20	Lt.19	Lt.17	-	C
	19	150,00	10,00	10,00	15,00	15,00	-	VP	Lt.20	VP	Lt.18	-	C
TOTAIS	Cont.	Continua											

LEGENDA E OBSERVAÇÕES: VP = Via Pública; Lt. = Lote; ID/C = Industrial/Comercial; C = Comercial; PAC = Posto de Abastecimento de Combustível

IPDF

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

LOCALIZAÇÃO: SETOR DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE APOIO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SANTA MARIA – RA XIII
PÓLO DE DESENVOLVIMENTO JUSCELINO KUBITSCHEK
TRECHO 1 – CONJUNTO 04

REFERÊNCIAS: URB 31/99
Planta Nº: SICAD 216-III-3-C/216-III-6-A
Data: MAIO/99

Esquerda / Direita / FRENTE / VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra ou Conjunto	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. 04	20	12.208,20	31,02+21,05 +76,96+ 22,34+3,85	143,05	56,02	105,99	-	VP	Lt.04	Lt.21	Lts.09,10, 11,12,13, 14,15,16, 17,18 e 19	-	ID/C
	21	5940,36	106,04	106,04	56,02	56,02	-	VP	Lt.03	Lt.22	Lt.20	-	ID/C
	22	5940,36	106,04	106,04	56,02	56,02	-	VP	Lt.02	Lt.01	Lt.21	-	ID/C
TOTAIS	22	55.112,52											

LEGENDA E OBSERVAÇÕES: VP = Via Pública; Lt. = Lote; ID/C = Industrial / Comercial

IPDF

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

LOCALIZAÇÃO: SETOR DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE APOIO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SANTA MARIA – RA XIII
PÓLO DE DESENVOLVIMENTO JUSCELINO KUBITSCHEK
TRECHO 1 – CONJUNTO 5

REFERÊNCIAS: URB 31/99
Planta Nº: SICAD 216-III-3-C/216-III-6-A
Data: MAIO/99

Esquerda / Direita / FRENTE / VIA

Endereço		Superfície (m²)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
Quadra ou Conjunto	Lote		Frente	Fundo	Lateral Direita	Lateral Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Lateral Direita	Lateral Esquerda	Chanfro	
Conj. 5	01	2.072,23	50,49	76,52	5,47	31,51	36,82	VP	Lt. 02	VP	ZDU	VP	ID/C
	02	1.913,76	25,01	25,01	76,52	76,52	-	VP	ZDU	Lt. 03	Lt. 01	-	ID/C
	03	1.913,76	25,01	25,01	76,52	76,52	-	VP	ZDU	Lt. 04	Lt. 02	-	ID/C
	04	1.913,76	25,01	25,01	76,52	76,52	-	VP	ZDU	Lt. 05	Lt. 03	-	ID/C
	05	1.913,76	25,01	25,01	76,52	76,52	-	VP	ZDU	Lt. 06	Lt. 04	-	ID/C
	06	1.913,76	25,01	25,01	76,52	76,52	-	VP	ZDU	Lt. 07	Lt. 05	-	ID/C
	07	1.913,76	25,01	25,01	76,52	76,52	-	VP	ZDU	Lt. 08	Lt. 06	-	ID/C
	08	1.913,76	25,01	25,01	76,52	76,52	-	VP	ZDU	Lt. 09	Lt. 07	-	ID/C
	09	1.913,76	25,01	25,01	76,52	76,52	-	VP	ZDU	Lt. 10	Lt. 08	-	ID/C
	10	1.913,76	25,01	25,01	76,52	76,52	-	VP	ZDU	Lt. 11	Lt. 09	-	ID/C
	11	1.913,76	25,01	25,01	76,52	76,52	-	VP	ZDU	Lt. 12	Lt. 10	-	ID/C
	12	1.913,76	25,01	25,01	76,52	76,52	-	VP	ZDU	Lt. 13	Lt. 11	-	ID/C
	13	1.829,86	3,92+15,58 +7,14	25,01	69,02	76,52	-	VP	ZDU	Lt. 14	Lt. 12	-	ID/C
	14	1.797,59	28,81	25,01	54,73	69,02	-	VP	ZDU	Lt. 15	Lt. 13	-	ID/C
	15	1.811,68	41,30+6,74	42,01	31,52	54,73	-	VP	ZDU	Lt. 01 Cj.07	Lt. 14	-	ID/C
TOTAIS	15	28.562,72	LEGENDA E OBSERVAÇÕES:		VP = Via Pública		ZDU = Zona de Dinamização Urbana						
					Lt. = Lote		ID/C = Industrial/Comercial						
					Cj. = Conjunto								

IPDF

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

LOCALIZAÇÃO: SETOR DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE APOIO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SANTA MARIA – RA XIII
PÓLO DE DESENVOLVIMENTO JUSCELINO KUBITSCHEK
TRECHO 1 – CONJUNTO 6

REFERÊNCIAS: URB 31/99
Planta Nº: SICAD 216-III-6-A
Data: MAIO/99

Esquerda / Direita / FRENTE / VIA

Endereço		Superfície (m²)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
Quadra ou Conjunto	Lote		Frente	Fundo	Lateral Direita	Lateral Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Lateral Direita	Lateral Esquerda	Chanfro	
Conj. 6	01	350,39	14,01	14,01	25,01	25,01	-	VP	Lt. 18	VP	Lt. 02	-	C
	02	350,14	14,00	14,00	25,01	25,01	-	VP	Lt. 18	Lt. 01	Lt. 03	-	C
	03	652,80	15,00	15,00	43,52	43,52	-	VP	Lt. 17	Lt. 02 e 18	Lt. 04	-	C
	04	652,80	15,00	15,00	43,52	43,52	-	VP	Lt. 08	Lt. 03	Lt. 05 e 07	-	C
	05	350,14	14,00	14,00	25,01	25,01	-	VP	Lt. 07	Lt. 04	Lt. 06	-	C
	06	350,39	14,01	14,01	25,01	25,01	-	VP	Lt. 07	Lt. 05	VP	-	C
	07	518,46	18,51	18,51	28,01	28,01	-	VP	Lt. 04	Lt. 05 e 06	Lt. 08	-	C
	08	903,64	21,01	21,01	43,01	43,01	-	VP	Lt. 17	Lts. 04 e 07	Lts. 09,10 11 e 12	-	C
	09	195,15	13,01	13,01	15,00	15,00	-	VP	Lt. 08	VP	Lt. 10	-	C
	10	150,00	10,00	10,00	15,00	15,00	-	VP	Lt. 08	Lt. 09	Lt. 11	-	C
	11	150,00	10,00	10,00	15,00	15,00	-	VP	Lt. 08	Lt. 10	Lt. 12	-	C
	12	150,00	10,00	10,00	15,00	15,00	-	VP	Lt. 08	Lt. 11	Lt. 13	-	C
	13	150,00	10,00	10,00	15,00	15,00	-	VP	Lt. 17	Lt. 12	Lt. 14	-	C
	14	150,00	10,00	10,00	15,00	15,00	-	VP	Lt. 17	Lt. 13	Lt. 15	-	C
	15	150,00	10,00	10,00	15,00	15,00	-	VP	Lt. 17	Lt. 14	Lt. 16	-	C
	16	195,15	13,01	13,01	15,00	15,00	-	VP	Lt. 17	Lt. 15	VP	-	C
	17	903,64	21,01	21,01	43,01	43,01	-	VP	Lt. 08	Lts. 13,14, 15 e 16	Lts. 03 e 18	-	C
	18	518,46	18,51	18,51	28,01	28,01	-	VP	Lt. 03	Lt. 17	Lt. 01 e 02	-	C
TOTAIS	18	6.841,16	LEGENDA E OBSERVAÇÕES:		VP = Via Pública		C = Comercial						
					Lt. = Lote								

IPDF

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

LOCALIZAÇÃO: SETOR DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE APOIO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SANTA MARIA – RA XIII
PÓLO DE DESENVOLVIMENTO JUSCELINO KUBITSCHEK
TRECHO 1 – CONJUNTO 7

REFERÊNCIAS: URB 31/99
Planta Nº: SICAD 216-III-6-A
Data: MAIO/99

Esquerda / Direita / FRENTE / VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
Quadra ou Conjunto	Lote		Frente	Fundo	Lateral		Chanfro	Frente	Fundo	Lateral		Chanfro	
					Direita	Esquerda				Direita	Esquerda		
Conj. 7	01	375,15	15,00	15,00	25,01	25,01	-	VP	ZDU	Lt. 02	Lt. 15 Cj. 05	-	C
	02	375,15	15,00	15,00	25,01	25,01	-	VP	ZDU	Lt. 03	Lt. 01	-	C
	03	375,15	15,00	15,00	25,01	25,01	-	VP	ZDU	Lt. 04	Lt. 02	-	C
	04	375,15	15,00	15,00	25,01	25,01	-	VP	ZDU	Lt. 05	Lt. 03	-	C
	05	375,15	15,00	15,00	25,01	25,01	-	VP	ZDU	Lt. 06	Lt. 04	-	C
	06	375,15	15,00	15,00	25,01	25,01	-	VP	ZDU	Lt. 07	Lt. 05	-	C
	07	375,15	15,00	15,00	25,01	25,01	-	VP	ZDU	Lt. 08	Lt. 06	-	C
	08	375,15	15,00	15,00	25,01	25,01	-	VP	ZDU	Lt. 09	Lt. 07	-	C
	09	375,15	15,00	15,00	25,01	25,01	-	VP	ZDU	Lt. 10	Lt. 08	-	C
	10	375,15	15,00	15,00	25,01	25,01	-	VP	ZDU	Lt. 11	Lt. 09	-	C
	11	375,15	15,00	15,00	25,01	25,01	-	VP	ZDU	Lt. 12	Lt. 10	-	C
	12	375,15	15,00	15,00	25,01	25,01	-	VP	ZDU	Lt. 13	Lt. 11	-	C
	13	375,15	15,00	15,00	25,01	25,01	-	VP	ZDU	Lt. 01 Cj. 09	Lt. 12	-	C
TOTAIS	13	4.876,95	LEGENDA E OBSERVAÇÕES: VP = Via Pública; Lt. = Lote; ZDU = Zona de Dinamização urbana; C = Comercial; Cj = Conjunto										

IPDF

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

LOCALIZAÇÃO: SETOR DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE APOIO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SANTA MARIA – RA XIII
PÓLO DE DESENVOLVIMENTO JUSCELINO KUBITSCHEK
TRECHO 1 – CONJUNTO 8

REFERÊNCIAS: URB 31/99
Planta Nº: SICAD 216-III-6-A/216-III-6-C/216-III-5-D
Data: MAIO/99

Esquerda / Direita / FRENTE / VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
Quadra ou Conjunto	Lote		Frente	Fundo	Lateral		Chanfro	Frente	Fundo	Lateral		Chanfro	
					Direita	Esquerda				Direita	Esquerda		
Conj. 8	01	184,05	12,27	12,27	15,00	15,00	-	VP	Lt.16	VP	Lt. 02	-	C
	02	150,00	10,00	10,00	15,00	15,00	-	VP	Lt. 16	Lt. 01	Lt. 03	-	C
	03	150,00	10,00	10,00	15,00	15,00	-	VP	Lt. 16	Lt. 02	Lt. 04	-	C
	04	150,00	10,00	10,00	15,00	15,00	-	VP	Lt. 16	Lt. 03	Lt. 05	-	C
	05	150,00	10,00	10,00	15,00	15,00	-	VP	Lt. 16	Lt. 04	Lt. 06	-	C
	06	150,00	10,00	10,00	15,00	15,00	-	VP	Lt. 16	Lt. 05	Lt. 07	-	C
	07	150,00	10,00	10,00	15,00	15,00	-	VP	Lt. 16	Lt. 06	Lt. 08	-	C
	08	150,00	10,00	10,00	15,00	15,00	-	VP	Lt. 16	Lt. 07	Lt.09	-	C
	09	150,00	10,00	10,00	15,00	15,00	-	VP	Lt.16	Lt.08	Lt. 10	-	C
	10	150,00	10,00	10,00	15,00	15,00	-	VP	Lt.16	Lt. 09	Lt. 11	-	C
	11	150,00	10,00	10,00	15,00	15,00	-	VP	Lt.16	Lt. 10	Lt. 12	-	C
	12	150,00	10,00	10,00	15,00	15,00	-	VP	Lt.16	Lt. 11	Lt.13	-	C
	13	150,00	10,00	10,00	15,00	15,00	-	VP	Lt.16	Lt. 12	Lt. 14	-	C
	14	150,00	10,00	10,00	15,00	15,00	-	VP	Lt.16	Lt. 13	Lt. 15	-	C
	15	184,05	12,27	12,27	15,00	15,00	-	VP	Lt.16	Lt. 14	VP	-	C
	16	104.199,15	674,21	674,21	154,55	154,55	-	VP	VP	VP	Lts.01,02, 03,04,05, 06,07,08, 09,10,11, 12,13,14, e 15	-	ID/C
TOTAIS	16	106.517,25	LEGENDA E OBSERVAÇÕES: VP =Via Pública; Lt. = Lote; ID/C = Industrial/Comercial; C = Comercial										

IPDF

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

LOCALIZAÇÃO: SETOR DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE APOIO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SANTA MARIA – RA XIII
PÓLO DE DESENVOLVIMENTO JUSCELINO KUBITSCHEK
TRECHO 1 – CONJUNTO 9

REFERÊNCIAS: URB 31/99
Planta Nº: SICAD 216-III-6-C/233-I-3-A/216-III-6-A
Data: MAIO/99

Esquerda / Direita / FRENTE / VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
Quadra ou Conjunto	Lote		Frente	Fundo	Lateral		Chanfro	Frente	Fundo	Lateral		Chanfro	
					Direita	Esquerda				Direita	Esquerda		
Conj. 9	01	1.700,68	68,00	68,00	25,01	25,01	-	VP	ZDU	Lt. 02	Lt.13 Cj.07	-	ID/C
	02	1.750,70	70,00	70,00	25,01	25,01	-	VP	ZDU	Lt. 03	Lt. 01	-	ID/C
	03	1.750,70	70,00	70,00	25,01	25,01	-	VP	ZDU	Lt. 04	Lt. 02	-	ID/C
	04	1.750,70	70,00	70,00	25,01	25,01	-	VP	ZDU	Lt. 05	Lt. 03	-	ID/C
	05	1.750,70	70,00	70,00	25,01	25,01	-	VP	ZDU	Lt. 06	Lt. 04	-	ID/C
	06	1.750,70	70,00	70,00	25,01	25,01	-	VP	ZDU	Lt. 07	Lt. 05	-	ID/C
	07	1.750,70	70,00	70,00	25,01	25,01	-	VP	ZDU	Lt. 08	Lt. 06	-	ID/C
	08	1.750,70	70,00	70,00	25,01	25,01	-	VP	ZDU+Lt.22 do Cj. 10	Lt. 09	Lt. 07	-	ID/C
	09	1.750,70	70,00	70,00	25,01	25,01	-	VP	Lt.22 Cj. 10	Lt. 10	Lt. 08	-	ID/C
	10	1.693,68	63,22	68,22	20,01	25,01	7,07	VP	Lt.22 Cj.10	VP	Lt. 09	VP	ID/C
TOTAIS	10	17.399,96	LEGENDA E OBSERVAÇÕES: VP = Via Pública; Lt. = Lote; ZDU = Zona de Dinamização Urbana; ID/C = Industrial/Comercial; Cj. = Conjunto										

IPDF

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

LOCALIZAÇÃO: SETOR DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE APOIO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SANTA MARIA – RA XIII

PÓLO DE DESENVOLVIMENTO JUSCELINO KUBITSCHEK
TRECHO 1 – CONJUNTO 10

REFERÊNCIAS: URB 31/99
Planta Nº: SICAD 216-III-6-C/216-III-6-D/233-I-3-B/233-II-1-A/233-I-3-A
Data: MAIO/99

Esquerda / Direita / FRENTE / VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
Quadra ou Conjunto	Lote		Frente	Fundo	Lateral Direita	Lateral Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Lateral Direita	Lateral Esquerda	Chanfro	
Conj. 10	01	7.308,51	48,87	48,87	149,55	149,55	-	VP	ZDU	ZDU	Lt. 02	-	ID/C
	02	7.321,97	48,96	48,96	149,55	149,55	-	VP	ZDU	Lt. 01	Lt. 03	-	ID/C
	03	7.321,97	48,96	48,96	149,55	149,55	-	VP	ZDU	Lt. 02	Lt. 04	-	ID/C
	04	7.321,97	48,96	48,96	149,55	149,55	-	VP	ZDU	Lt. 03	Lt. 05	-	ID/C
	05	7.321,97	48,96	48,96	149,55	149,55	-	VP	ZDU	Lt. 04	Lt. 06	-	ID/C
	06	7.321,97	48,96	48,96	149,55	149,55	-	VP	ZDU	Lt. 05	Lt. 07	-	ID/C
	07	7.321,97	48,96	48,96	149,55	149,55	-	VP	ZDU	Lt. 06	Lt. 08	-	ID/C
	08	7.321,97	48,96	48,96	149,55	149,55	-	VP	ZDU	Lt. 07	Lt. 09	-	ID/C
	09	7.321,97	48,96	48,96	149,55	149,55	-	VP	ZDU	Lt. 08	Lt. 10	-	ID/C
	10	7.321,97	48,96	48,96	149,55	149,55	-	VP	ZDU	Lt. 09	Lt. 11	-	ID/C
	11	7.321,97	48,96	48,96	149,55	149,55	-	VP	ZDU	Lt. 10	Lt. 12	-	ID/C
	12	7.321,97	48,96	48,96	149,55	149,55	-	VP	ZDU	Lt. 11	Lt. 13	-	ID/C
	13	7.321,97	48,96	48,96	149,55	149,55	-	VP	ZDU	Lt. 12	Lt. 14	-	ID/C
	14	7.321,97	48,96	48,96	149,55	149,55	-	VP	ZDU	Lt. 13	Lt. 15	-	ID/C
	15	7.321,97	48,96	48,96	149,55	149,55	-	VP	ZDU	Lt. 14	Lt. 16	-	ID/C
	16	7.321,97	48,96	48,96	149,55	149,55	-	VP	ZDU	Lt. 15	Lt. 17	-	ID/C
	17	7.321,97	48,96	48,96	149,55	149,55	-	VP	ZDU	Lt. 16	Lt. 18	-	ID/C
	18	7.321,97	48,96	48,96	149,55	149,55	-	VP	ZDU	Lt. 17	Lt. 19	-	ID/C
	19	7.321,97	48,96	48,96	149,55	149,55	-	VP	ZDU	Lt. 18	Lt. 20	-	ID/C
	20	7.321,97	48,96	48,96	149,55	149,55	-	VP	ZDU	Lt. 19	Lt. 21	-	ID/C
	21	7.321,97	48,96	48,96	149,55	149,55	-	VP	ZDU	Lt. 20	Lt. 22	-	ID/C
	22	7.321,97	48,96	48,96	149,55	149,55	-	VP	ZDU	Lt. 21	Lts. 08,09 e 10 Cj. 09	-	ID/C
TOTAIS	22	161.069,88	LEGENDA E OBSERVAÇÕES:					VP =- Via Pública		ZDU = Zona de Dinamização Urbana			
								Lt. = Lote		ID/C = Industrial/Comercial			
								Cj. = Conjunto					

IPDF

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

LOCALIZAÇÃO: SETOR DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE APOIO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SANTA MARIA – RA XIII

PÓLO DE DESENVOLVIMENTO JUSCELINO KUBITSCHEK
TRECHO 1 – CONJUNTO 11

REFERÊNCIAS: URB 31/99
Planta Nº: SICAD 233-I-2-B/233-I-3-A/233-I-2-D/233-I-3-C
Data: MAIO/99

Esquerda / Direita / FRENTE / VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
Quadra ou Conjunto	Lote		Frente	Fundo	Lateral Direita	Lateral Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Lateral Direita	Lateral Esquerda	Chanfro	
Conj. 11	01	30.047,87	126,91	149,92	181,49	202,00	30,82	VP	Lt.06	VP	VP	VP	ID/C
	02	19.626,32	97,16	97,16	202,00	202,00	-	VP	Lt.06	Lt.01	Lt.03	-	ID/C
	03	19.628,34	97,17	97,17	202,00	202,00	-	VP	Lt.06	Lt.02	Lt.04	-	ID/C
	04	19.628,34	97,17	97,17	202,00	202,00	-	VP	Lt.06	Lt.03	Lt.05	-	ID/C
	05	19.628,34	97,17	97,17	202,00	202,00	-	VP	Lt.06	Lt.04	VP	-	ID/C
	06	27.148,23	130,29	140,29	183,87	193,87	14,14	VP	Lt.04 e 05	VP	Lt.07	VP	ID/C
	07	27.198,23	140,29	140,29	193,87	193,87	-	VP	Lt.03 e 04	Lt.06	Lt.08	-	ID/C
	08	50.017,58	258,00	258,00	193,87	193,87	-	VP e Lt.09	Lt.01, 02 e 03	Lt. 07	VP	-	ID/C
	09	35.016,25	247,90	143,06	174,94	12,64	194,35	VP e Lt.10	VP	Lt.08	VP	VP	ID/C
	10	15.925,96	83,06	84,01	197,92	185,28	-	VP	VP	Lt.09	Lt.11	-	ID/C
	11	15.755,28	88,00	88,92	185,28	172,50	-	VP	VP	Lt.10	Lt.12	-	ID/C
	12	30.415,99	182,59	194,70	172,50	133,88	17,69	VP	VP	Lt.11	VP	VP	ID/C
TOTAIS	12	310.036,73	LEGENDA E OBSERVAÇÕES:					VP = Via Pública					
								ID/C = Industrial/Comercial					
								Lt. = Lote					

PROCESSOS:	030.006.519/98
DECISÕES:	
DATAS:	
DECRETOS:	
DATAS:	
PUBLICAÇÃO:	
REGISTRO NO CARTÓRIO ..... OFÍCIO	DATA:

I - LOCALIZAÇÃO

Região Administrativa de Santa Maria – RA XIII, Setor de Indústria e Comércio de Apoio , Pólo de Desenvolvimento Juscelino Kubitschek – Trecho 01 como segue:

TABELA "A"

- USO INDUSTRIAL, COMERCIAL DE BENS E DE SERVIÇOS

TRECHO	CONJUNTO	LOTES
1	01	Lote 02
1	03	Lotes 04 a 07
1	04	Lotes 01 a 04 e 20 a 22
1	05	todos
1	08	Lote 16
1	09	todos
1	10	todos
1	11	todos

NORMA DE EDIFICAÇÃO, USO E GABARITO

NGB –31/99 — SETOR DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE APOIO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SANTA MARIA-RA XIII- PÓLO DE DESENVOLVIMENTO JUSCELINO KUBITSCHEK - TRECHO 1

FOLHA: 01/08

DATA: MAIO/99	PROJETO: IZABEL RUBENS/ IRENE	CONF NGB: GEPRO II	VISTO: DIPRO	APROVO: DP IPDF

IPDF – GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

TABELA "B"

- USO COLETIVO, COMERCIAL DE BENS E SERVIÇOS E INDUSTRIAL

TRECHO	CONJUNTO	LOTES
1	01	Lote 01
1	02	Lote 01
1	03	Lotes 01 a 03, 08 a 13

TABELA "C"

- USO COMERCIAL DE BENS E DE SERVIÇOS

TRECHO	CONJUNTO	LOTES
1	04	Lotes 05 a 19
1	06	todos
1	07	todos
1	08	Lotes 01 a 15

II – PLANTAS DE PARCELAMENTO

URB 31/99– FOLHAS 01/19 a 19 /19

III – USOS PERMITIDOS

Industrial, Comercial e Coletivo conforme definido nas tabelas A, B e C do **ítem** I desta NGB e nas observações a seguir:

A discriminação dos usos industriais permitidos, para os lotes constantes da Tabela A ,encontra-se na anexo II desta NGB.

Observações:

1 – As atividades industriais aqui permitidas são de fraca ação poluidora , baixa demanda de água , baixa emissão de efluentes líquidos e gasosos , e deverão ser objeto de consulta junto ao Instituto de Ecologia e Meio Ambiente – IEMA e quando for o caso submetidas a licenciamento ambiental.

IV- AFASTAMENTOS MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS

Nos lotes estritamente comerciais constantes na tabela "C" **item I** , será obrigatório o afastamento frontal de 03 metros no pavimento térreo , configurando galeria de circulação de pedestres constante do ítem XVI.

VI – COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO

(Correspondente ao índice numérico que ao ser multiplicado pela área do lote, define a área máxima de construção permitida para ao mesmo).

VI.a - Para os lotes com área inferior ou igual a 200m2 o Coef. Ap. = 4 (quatro);

VI.b - Para os lotes com área entre 200 e 400m2 o Coef. Ap. = 3,6 (três inteiros e seis décimos);

VI.c - Para os lotes com área igual ou superior a 400m2 a o Coef. Ap. = 3,2 (três inteiros e dois décimos).

VI.d - Para os lotes de Uso Coletivo, Comercial de Bens e Serviços e Industrial, constantes na tabela B, o Coef. Ap. = 1,0 (hum)

VII - PAVIMENTOS

VII.a – o número máximo de pavimentos é definido pela altura máxima da edificação;

VII.b – Subsolo (s)(1): Optativo(s), destinam-se a garagem ou complemento das atividades do pavimento térreo desde que assegurada a correta iluminação e ventilação naturais e /ou exaustão e renovação de ar por meio mecânico, sendo que neste caso deverá ser instalado sistema de funcionamento de emergência para os equipamentos mecânicos;

VII.c – A ocupação do subsolo, deverá observar a taxa de permeabilidade definida para o lote;

VII.d – Quando não for utilizado para garagem, o subsolo será computado no coeficiente de aproveitamento.

VIII – ALTURA MÁXIMA DA EDIFICAÇÃO

A altura máxima da edificação é de 14,50 m (quatorze metros e cinqüenta centímetros) contados a partir da cota de soleira, fornecida pela Administração Regional.

IX – ESTACIONAMENTO E/OU GARAGEM

IX.a - Deverão ocorrer dentro dos limites do lote e observar os índices estabelecidos de acordo com o porte do empreendimento, constante do Anexo I desta NGB , exceto nos lotes com uso exclusivamente comercial.

IX.b - Quando a edificação possuir mais de uma atividade, o número total de vagas corresponderá ao somatório das vagas exigidas para cada atividade;

IX.c - O dimensionamento previsto , no Anexo I ,para as vagas refere-se a veículos de pequeno e médio porte .

IX.d – Todos os lotes com metragem superior a 1.500 m2 deverão prever área de carga e descarga para caminhões no interior do mesmo.

X TAXA DE PERMEABILIDADE

Corresponde a um percentual da área do lote, reservado como solo permeável, sobre o qual é expressamente proibida a impermeabilização, seja por edificação ou mesmo pavimentação, como segue:

- Para o lotes com área inferior ou igual 200m2 não será exigida este percentual;
- Para os lotes com área entre 200 e 500m2 o percentual será de 10% (dez por cento);
- Para os lotes com área entre 500 e 2.000m2 o percentual será de 20% (vinte por cento);
- Para os lotes com área acima de 2.000m2 o percentual será de 30% (trinta por cento).
- Os lotes inseridos total ou parcialmente na zona tampão, constantes na tabela B, deverão ter suas áreas permeáveis locadas a partir da divisa mais próxima à DF 495.

XI – TRATAMENTO DAS DIVISAS

O cercamento do lote será permitido desde que se mantenha uma altura máxima de 2,20m (dois metros e vinte centímetros) e seja do tipo grade, alambrado ou misto, mantida uma transparência visual mínima de 80% (oitenta por cento) de sua área em elevação. Nas divisas em que o lote fizer confrontação com outra unidade imobiliária, será permitido muro da mesma altura já especificada. Nos portões de acesso de veículos para o interior dos lotes não será exigida altura máxima.

XII – CASTELO D'ÁGUA

Será permitida a construção de torre ou castelo d'água, cuja altura deverá ser justificada pelo projeto de instalações hidráulicas ou exigência do Corpo de Bombeiros, observadas as restrições do Código de Obras e Edificações.

XIII – RESIDÊNCIA DE ZELADOR

Para os lotes com área superior a 500m2 será permitida a existência de uma unidade residencial destinada a zeladoria, com área máxima de 68,00m2 (sessenta e oito metros quadrados), que será computada no coeficiente de aproveitamento.

XIV - GUARITA

Para os lotes com área superior 500m2 será permitida a construção de guarita podendo para efeito de composição arquitetônica do conjunto do portão de entrada, constituir-se de uma edificação de até 6m2 (seis metros quadrados), ou de duas edificações de até 4,00m2 (quatro metros quadrados) cada uma, podendo haver cobertura interligando as duas, que não será computado no coeficiente de aproveitamento.

XVI-GALERIA PARA CIRCULAÇÃO DE PEDESTRES

XVI.a - Ao longo dos lotes de uso estritamente comercial, constante da tabela "C" do **item I** , é obrigatório o afastamento no pavimento térreo recuo de 3,00 (três) metros em relação à divisa frontal , configurando galeria de circulação de pedestres. Deverão ser garantidos o pé-direito mínimo de 3,00 (três) metros sob a galeria e a continuidade da circulação de pedestres ao longo da calçada por meio de escadas e/ou rampas (quando for necessário) e a livre circulação de deficientes físicos de locomoção.

XVI.b – No conjunto 06 , tal recuo será obrigatório em todas as divisas confrontantes com via pública.

XVIII – DISPOSIÇÕES GERAIS

XVIII.a – Esta NGB é composta dos itens I,II,III,IV,VI,VII,VIII,IX,X,XI,XII,XIII,XIV ,XVI e XVIII;

XVIII.b – As normas omissas nesta NGB estarão sujeitas as estabelecidas pelo Código de Edificações do DF – COE;

XVIII.c – Classificação de Usos e Atividades aprovada pelo Decreto nº 19.071, DODF de 09.3.98. As atividades não constantes desta tabela serão objeto de consulta a este IPDF.

ANEXO I - TABELA PÓLOS GERADORES DE TRÁFEGO

ATIVIDADE	TIPO	ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA (m^2)	NÚMERO MÍNIMO DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO
Centro de Compras, Shopping Center	P_2	até 1200	1 vaga para 50 m^2
	P_1	de 1200 a 2500	1 vaga para 35 m^2
	P	> 2500	1 vaga para 25 m^2
Lojas de Departamento	P_2	de 500 até 1200	1 vaga para 75 m^2
	P_1	1200 < área ≤ 2500	1 vaga para 50 m^2
	P	> 2500	1 vaga para 45 m^2
Supermercados, Hipermercados, Mercados	P_2	–	–
	P_1	de 400 a 2500	1 vaga para 50 m^2
	P	> 2500	1 vaga para 35 m^2
Entrepostos, Terminais de Cargas, Terminais Rodoviários, Armazéns, Depósitos	P_2	até 2500	1 vaga para 100 m^2
	P_1	2500 < área ≤ 5000	1 vaga para 150 m^2
	P	> 5000	1 vaga para 200 m^2
Prestação de Serviços, Escritórios, consultórios	P_2	até 500	1 vaga para 50 m^2
	P_1	500 < área ≤1500	1 vaga para 45 m^2
	P	> 1500	1 vaga para 35 m^2
Hotéis	P_2	até 1500	1 vaga p/ cada 6 apt^{os} com área < 50 m^2 1 vaga p/ cada 3 apt^{os} com área > 50 m^2
	P_1	1500 < área ≤ 3500	1 vaga p/ cada 3 apt^{os} com área < 50 m^2 1 vaga p/ cada 2 apt^{os} com área > 50 m^2
	P	>3500	1 vaga p/ cada 2 apt^{os} com área < 50 m^2 1 vaga por apt^{o} com área > 50 m^2 1 vaga p/ cada 10 m^2 de sala de convenções 1 vaga p/ cada 100 m^2 de área de uso público
Motéis		Qualquer área	1 vaga por apartamento
Acad. de Ginástica e Esporte, Cursos de Línguas, Esc. de Arte, Dança, Música, Quadras e Salões de Esporte (cobertos)	P_2	–	–
	P_1	300 a 1500	1 vaga para 50 m^2
	P	> 1500	1 vaga para 25 m^2
Restaurantes, Choperias, Pizzarias, Boates, Casas de Música, de Chá, de Café , Salão de Festas, de Bailes, Buffet , Lanchonetes , sorveterias	P_2	200 até 750	1 vaga para 75 m^2
	P_1	750 < área ≤ 1500	1 vaga para 50 m^2
	P	> 1500	1 vaga para 20 m^2
Indústrias	P_2	até 1200	1 vaga para 100 m^2
	P_1	1200 a 2500	1 vaga para 150 m^2
	P	> 2500	1 vaga para 200 m^2
Univesidade , Faculdade , Cursos Supletivos, Cursos preparatórios às Escolas Superiores , Cursos não seriados	P_2	300 até 1200	1 vaga para 75 m^2
	P_1	1200 < a ≤ 2500	1 vaga para 50 m^2
	P	> 2500	1 vaga para 25 m^2
Escolas 2° grau , Ensino Técnico-Profissional	P_2	–	–
	P_1	1200 < área ≤ 2500	1 vaga para 75 m^2
	P	> 2500	1 vaga para 50 m^2
Escola Maternal, Ensino pré-escolar e Escola de 1° grau	P_2	300 a 2500	1 vaga para 100 m^2
	P_1	>2500	1 vaga para 75 m^2
	P	–	–

ANEXO II – TABELA DE USOS INDUSTRIAIS

ATIVIDADE: INDUSTRIA TIPO
Minerais não metálicos/fabricação de:
- abrasivos derivados de minerais
- tijolos e telhas
- artigos de porcelana, cerâmica e assemelhados
Metalurgia / fabricação de:
- artefatos de trefilados de ferro e aço e de metal não ferroso; embalagens metálicas de ferro e aço e de metais não ferrosos, inclusive folha de flandres;
- embalagens metálicas a partir do reaproveitamento de embalagens usadas; fabricação de ferramentas; tanques, reservatórios e outros; artefatos de metal para escritório, uso pessoal e doméstico; artigos não classificados e sem galvanotécnica
- artigos de serralheria, estruturas metálicas;
Mecânica, material hidráulico e elétrico/fabricação de:
- máquinas e aparelhos mecânicos, peças e acessórios, componentes e partes para máquinas e aparelhos mecânicos - exclusive veículos
- produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, máquinas e aparelhos elétricos, peças e acessórios, componentes e partes para máquinas e aparelhos elétricos
- máquinas e aparelhos hidráulicos, peças e acessórios, componentes e partes para máquinas e aparelhos hidráulicos
Transportes / fabricação de:
- Fabricação de veículos motorizados
- veículos não motorizados, reboques, containers, trailers e similares, peças e acessórios para veículos
Madeira:
- serragem e desdobramento de madeira
- fabricação de estruturas de madeira e artigos para carpintaria, fabricação de esquadrias de madeira em geral, fabricação de casas de madeira; fabricação de chapas e placas de madeira aglomerada, prensada ou compensada, revestida ou não
Papel e papelão/fabricação de:
- artefatos de papel, papelão, cartolina e cartão não-impressos
- artigos de papel, papelão, cartolina e cartão para revestimento
Borracha/fabricação de:
- fabricação de outros artigos de borracha
Couros, peles e produtos similares:
- fabricação de malas, valises e outros artigos de viagem, fabricação de artigos de selaria
- fabricação de artigos de couro e peles para uso pessoal
- fabricação de outros produtos da indústria de couro, peles e similares
Química
Aparelhos e instrumentos médico-hospitalares, odontológicos, farmacêuticos e veterinários
Produtos médico-hospitalares , odontológicos, farmacêuticos e veterinários
Perfumaria, higiene e limpeza - fabricação de:
- filtros
- velas
- escovas, broxas, pincéis, vassouras e assemelhados
Material plástico:
- fabricação de artigos de material plástico para uso industrial, uso doméstico e pessoal; embalagem e acondicionamento
- regeneração de material plástico, fabricação de material termoplástico
- fabricação de manilhas, canos, tubos, mangueira e conexão de material plástico para todos os fins
Vestuário, calçado e têxtil:
- confecção de roupas, agasalhos, roupas de cama, mesa e banho
- fabricação de calçados
- fabricação de aviamentos e acessórios do vestuário
- fabricação de artigos de tapeçaria, cordoaria, estopa e sacaria
Mobiliário
- fabricação de móveis de madeira em geral
- fabricação, montagem e acabamento de artigos diversos do mobiliário
- fabricação de móveis de vime, junco, bambu e assemelhados
- fabricação de móveis de metal, revestidos ou não, inclusive estofados
- fabricação de persianas e venezianas

ATIVIDADE: INDUSTRIA TIPO
Gráfica e editorial
- fabricação de carimbos
- edição, impressão de jornais, livros e publicações diversas; impressão de material gráfico para uso industrial e comercial; composição gráfica, zincografia e outros matrizes para impressão; fabricação de outros produtos de indústria gráfica
artigos de joalheria, relojoaria, bijuteria e ótica:
- fabricação de jóias e artigos de ouro; lapidação de pedras preciosas
- fabricação de relógios, óculos, peças para bijuteria
Som e imagem/fabricação de:
- aparelhos e material de fotografia, cinema, vídeo e som; fabricação de instrumentos musicais;
- produção de discos fonográficos
Eletrônica, comunicação e informática/ fabricação de:
- máquinas e aparelhos eletrônicos, de comunicação, de informática, de medida e outros usos técnicos - inclusive peças, acessórios, partes e componentes
Produtos para esporte e recreação:
- fabricação de brinquedos - inclusive pedagógicos; artigos de caça, pesca, náutica e camping
- fabricação de outros artigos esportivos e para recreação
Produtos agro-industriais e alimenticios,
- Beneficiamento, torrefação e moagem de café
- preparação industrial de refeições

DECRETO N.º 20.762, DE 29 DE OUTUBRO DE 1999

Aprova Normas de Edificação, Uso e Gabarito na Região Administrativa do Gama – RA II.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos VII e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e tendo em vista a Decisão n.º 21/99 – CONPLAN e o que consta do processo n.º 131.000.532/97, DECRETA:

Art.1º Ficam aprovadas as Normas de Edificação, Uso e Gabarito – NGB 124/97 relativas ao lote n.º 01 da Área Especial para Indústria do Setor Leste da Região Administrativa do Gama – RA II.

Parágrafo único. As Normas de Edificação, Uso e Gabarito – NGB 124/97 são partes integrantes deste Decreto, na forma do Anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de outubro de 1999
111º da República e 40º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

PROCESSOS:	131.000.532/97	
DECISÕES:		
DATAS:		
DECRETOS:		
DATAS:		
PUBLICAÇÃO:		
REGISTRO NO CARTÓRIO ..... OFÍCIO		DATA:

1 - LOCALIZAÇÃO

Região Administrativa II - RA II , Gama
Setor Leste, Área Especial para Indústria - Lote nº1

2 – PLANTAS DE PARCELAMENTO

CSG - PR 168/1

3 – USOS E ATIVIDADES PERMITIDOS

3.1- Usos Permitidos :
- Prestação de serviços ;
- Comércio de bens varejista;
- Comércio de bens atacadista, exceto : combustível e demais derivados de petróleo ;
- Industrial, exceto : extração , tratamento de minerais e química ;

3.2- Os usos foram definidos de acordo com a Tabela de Usos - anexo ao Decreto nº16.248 (DODF de 30/12/94) - Instrução Normativa - TC nº 001/94 .

4 – AFASTAMENTOS MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS

4.a- 5.00 m (cinco metros) de todas as divisas até o limite da faixa "Non Aedificandi".

5 – TAXA DE OCUPAÇÃO

(projeção horizontal da área edificada ÷ pela área do lote) x 100
TmáxO = 70% (setenta por cento) da área do lote.

NORMA DE EDIFICAÇÃO, USO E GABARITO				
NGB –124/97	Região Administrativa II - RA II , Gama **Setor Leste, Área Especial para Indústria - Lote nº1**			
FOLHA 01/03				
DATA: dezembro/98	PROJETO ENC. GAMA-RA II	CONF.NGB GEPRO II	VISTO DIPRO	APROVO DP IPDF
IPDF – GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL				

6 – TAXA DE CONSTRUÇÃO

(projeção da área edificada ÷ pela área do lote) x 100
TmáxO = 140% (cento e quarenta por cento) da área do lote.

7 – PAVIMENTOS

7.a - SUBSOLO : optativo , com taxa de ocupação de 70% (setenta por cento) destina-se a garagem, carga e descarga de materiais, depósito, almoxarifado, sanitários, vestiários e/ou serviços de permanência transitória, desde que assegurada a correta ventilação e iluminação natural ou renovação de ar por meios mecânicos, sendo que, neste caso, deverá ser instalado sistema de funcionamento de emergência para equipamentos mecânicos. Deverá obedecer aos mesmos afastamentos e taxa de ocupação permitidos nos itens 4 e 5. Quando destinado a garagem não será computado na taxa máxima de construção.

8 – ALTURA MÁXIMA DA EDIFICAÇÃO

Altura máxima da edificação , a partir da cota de soleira fornecida pelo setor competente da Administração Regional é de 30,00 m (trinta metros) , correspondente à parte mais alta da edificação excluindo castelo d'água, torre de caldeiras, e silos cuja altura deverá ser justificada pelos projetos específicos ou exigência do Corpo de Bombeiros.

9 – ESTACIONAMENTO E GARAGEM

Obrigatório, dentro dos limites do lote, em superfície e/ou subsolo de forma a suprir toda a demanda oriunda das atividades desenvolvidas, cuja previsão mínima será 1 (uma) vaga para cada 100,00 m2 (cem metros quadrados) de área construída.

Os estacionamentos a serem instalados e/ou reformados deverão ter piso em bloquetes(blokret), sem rejuntes em concreto ou argamassa.

10 – TAXA MÍNIMA DE ÁREA VERDE

A área de solo permeável do lote deverá totalizar 10% (dez por cento) da área total do lote . Nesta área é proibida a impermeabilização por edificação ou pavimentação, sendo obrigatória a implantação de jardins (arborização), que deverão estar implantados na ocasião da expedição da "Carta de Habite-se", e permitida sua implantação nos afastamentos obrigatórios.

11 – TRATAMENTO DAS DIVISAS

É facultado o cercamento das divisas do lote até a altura de 2.20 m (dois metros e vinte centímetros),com cerca viva ,grade ou alambrado, nas divisas que confrontam outros lotes será permitido a construção de muros de alvenaria.

14 - GUARITA

Será permitida, dentro dos afastamentos obrigatórios, a construção de guarita, podendo, para efeito de composição arquitetônica do conjunto dos portões de acesso, ser construída uma edificação de até 6 m2 (seis metros quadrados), sua área não será computada no cálculo da taxa máxima de construção.

18 – DISPOSIÇÕES GERAIS:

13.a - Esta NGB é composta dos itens : 1 , 2 , 3 , 4 ,5, 6, 7 , 8 , 9 , 10 , 11, 14 e 18 .

13.b - As normas omissas nesta NGB estarão sujeitas às estabelecidas pelo Código de Edificações de Brasília.

DECRETO N.º 20.763, DE 29 DE OUTUBRO DE 1999

Aprova Projeto de Urbanismo Parcelamento na Região Administrativa de Santa Maria – RA XIII.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos VII e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e tendo em vista a Decisão n.º 22/99 – CONPLAN e o que consta do processo n.º 030.001.146/98, DECRETA:

Art.1º Fica aprovado o Projeto de Urbanismo Parcelamento referente à criação do lote 2 da Quadra 11 do Trecho 1 do Setor Meirelles na Região Administrativa de Santa Maria – RA XIII, consubstanciado no Projeto de Urbanismo – URB 75/98, Memorial Descritivo – MDE 75/98 e Levantamento Topográfico – TOP 75/98.

Parágrafo único. O Memorial Descritivo – MDE 75/98 é parte integrante deste Decreto, na forma do Anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília 29 de outubro de 1999
111º da República e 40º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

PROCESSOS: **030.001.146/98**
DECISÕES/ATOS
DECRETOS
PUBLICAÇÃO
REGISTRO NO CARTÓRIO

PARTE A

Este projeto foi elaborado para definir a criação de um lote destinado a Posto de Lavagem e Lubrificação de Veículos - PLL na Região Administrativa de Santa Maria - RA XIII.

As normas que regem o PLL criado é a NGB-035/94.

É composto dos seguintes documentos:

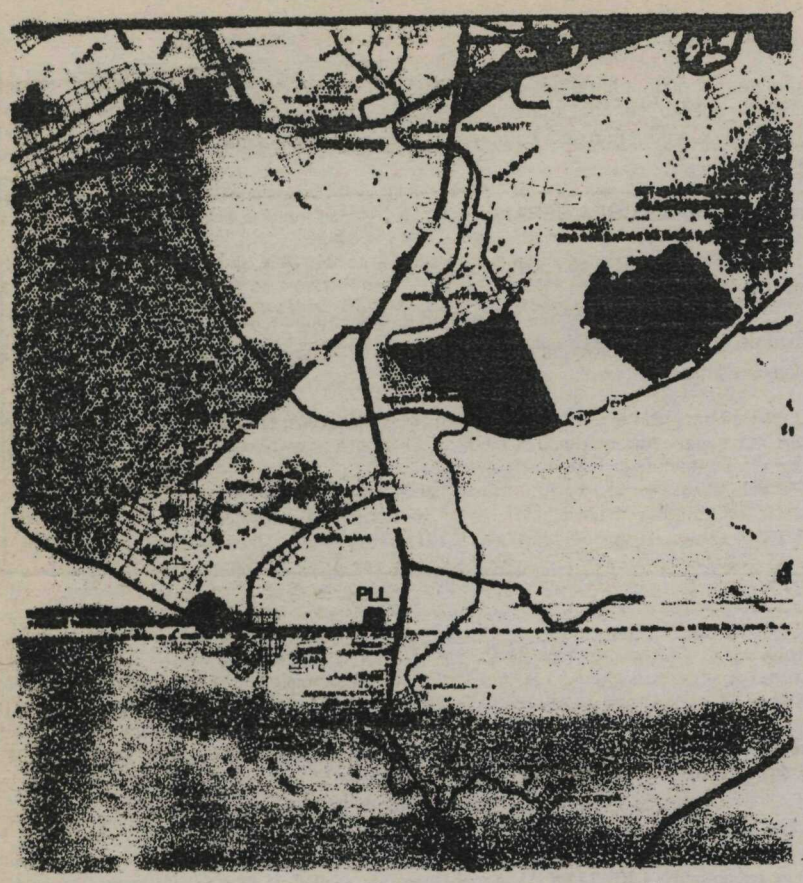
MDE - 075/98 - Memorial Descritivo

URB - 075/98 - fls.01/01 - SICAD 233 - I - 1 - D

TOP.- 075/98 - fls.01/03 - Planta Geral
fls.02/03 - SICAD 233 - I - 1 – B
fls.03/03 - SICAD 233 - I - 1 – D

ARQUITETO GILBERTO JOSÉ DE OLIVEIRA	RT.: GILBERTO JOSE DE OLIVEIRA CREA 5434/D – DF			
MEMORIAL DESCRITIVO				
MDE – 075/98	Região Administrativa de Santa Maria – RA XIII Setor Meirelles – Trecho 1 – Quadra 11 – Lote 2			
FOLHA: 01/09	PROJETO ARQ GILBERTO OLIVEIRA	REVISÃO ARQ GILBERTO OLIVEIRA	VISTO: DIRETOR - IPDF	APROVO PRESIDENTE IPDF
DATA INÍCIO MAIO/1 998 DATA TERMINO MAIO/1 999				

CROQUI DE SITUAÇÃO



QUADRO SÍNTESE DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS E DAS ÁREAS PÚBLICAS

DESTINAÇÃO	LOTES Unidades	ÁREA %
1. UNIDADES IMOBILIÁRIAS		
PLL	01	65
Subtotal	01	65
2. SISTEMA DE CIRCULAÇÃO		-
3. ESPAÇOS LIVRES DE USO PÚBLICO		-
4. ÁREA A SER PARCELADA DESTINADA A EQUIPAMENTOS PÚBLICOS COMUNITÁRIOS OU URBANOS		35
TOTAL		100

ÁREA PÚBLICA (Lei nº 6.766/79)*	35

(*) – Em atendimento às exigências do §1º. do artigo 4º. da Lei nº 6.766 de 19 de dezembro de 1.979

QUADRO DE CAMINHAMENTO DO PERÍMETRO

Kr : 1,0006763

PONTOS	COORDENADAS (UTM) N	COORDENADAS (UTM) E	DISTÂNCIAS TOPOGRÁFICAS(m)	AZIMUTES UTM	OBSERVAÇÕES
A	8.223.428,261	179.814,911			ÁREA PLL:
			40,00	89° 58' 57"	800,00m² ou 0,08 ha
B	8.223.428,217	179.854,939			
			14,00	89° 58' 57"	ÁREA EPCU
P1	8.223.428,343	179.868,940			280,00m² ou 0,028 ha
			20,00	179° 58' 57"	
E	8.223.448,272	179.868,601			ÁREA TOTAL:
			14,00	269° 58' 57"	1.080,00m² ou 0,108 ha
C	8.223.448,228	179.854,592			
			40,00	269° 58' 57"	
D	8.223.448,272	179.814,564			
			20,00	359° 58' 57"	
A	8.223.428,261	179.814,911			

PROCESSOS: **030.001.146/98**
DECISÕES/ATOS
DECRETOS
PUBLICAÇÃO
REGISTRO NO CARTÓRIO

PARTE B

ROTEIRO

I – Croquis de Locação
II – Justificativa e Condicionantes do Projeto
III – Proposições
IV – Quadro de Unidades Imobiliárias de Equipamentos Públicos Comunitários
V – Equipe Técnica
VI – Alterações de Projeto

ARQUITETO GILBERTO JOSÉ DE OLIVEIRA RT.: GILBERTO JOSÉ DE OLIVEIRA CREA 5434/D – DF:

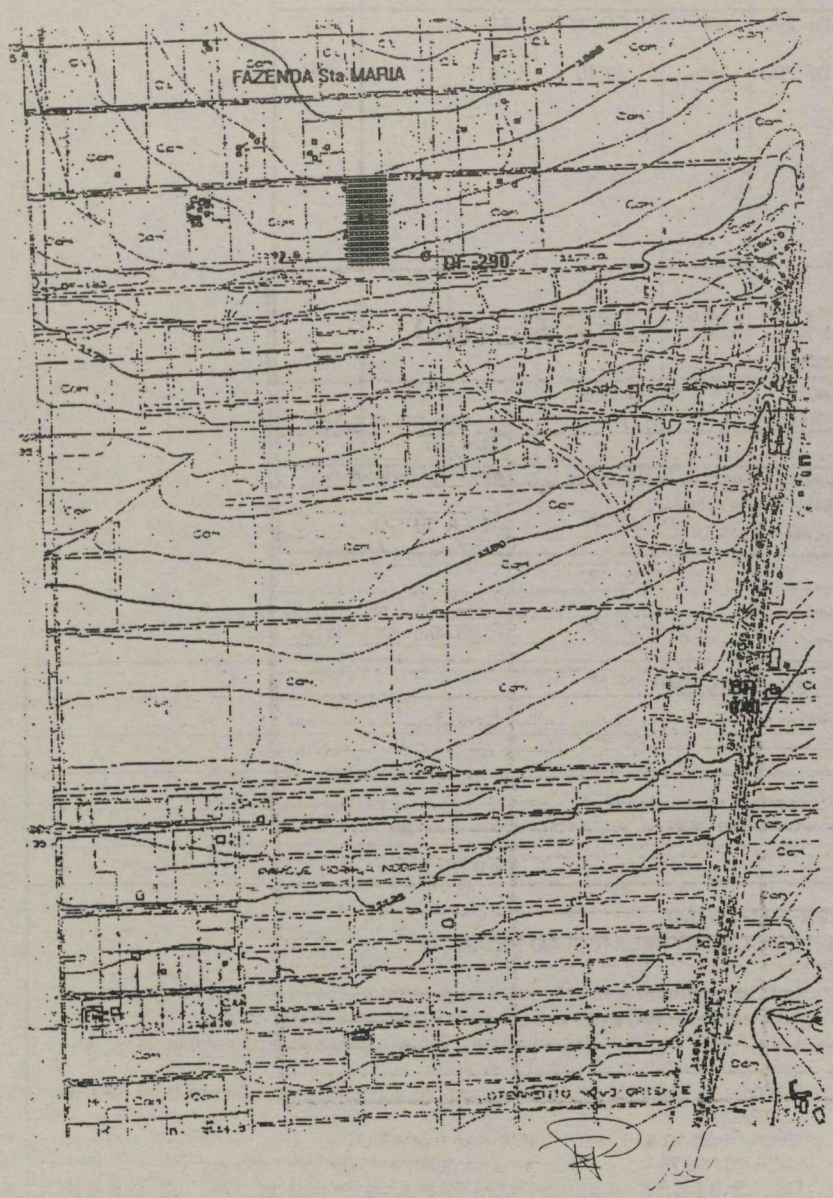
MEMORIAL DESCRITIVO

MDE – 075/98

Região Administrativa de Santa Maria – RA XHI
Setor Meirelles – Trecho 1 – Quadra 11 – Lote 2

FOLHA: 05/09	PROJETO: ARQ GILBERTO OLIVEIRA	REVISÃO: ARQ GILBERTO OLIVEIRA	VISTO: DIRETOR - IPDF	APROVO: PRESIDENTE IPDF
DATA INÍCIO MAIO/1 998 DATA TERMINO MAIO/1 999				

CROQUI DE LOCAÇÃO



JUSTIFICATIVA E CONDICIONANTES DO PROJETO

O lote 11A advém do desmembramento do lote 11, imóvel rural, inserido em loteamento denominado Fazenda Santa Maria. Este lote 11, é de propriedade particular, adquirido de acordo com a Escritura Pública de Compra e Venda de Imóveis, registrada no Cartório do 3° Oficio de Registro de Imóveis do Distrito Federal, no Livro 2 de Registro Geral, sob o N° 81.484, em 26-11-82.

De acordo com o PDOT - *Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal*, aprovado pela Lei Complementar n° 17 de 28/01/97, localiza-se na Zona Urbana de Dinamização, onde deverá ser priorizada a ocupação urbana do território.

O terreno tem declividade moderada, em torno de 4,5% (quatro e meio pôr cento) no sentido sul/norte. Encontra-se cercado. O solo é classificado como latossolo vermelho-amarelo e a vegetação de cerrado típico existente no local mantém trecho conservado na parte dos fundos do lote original.

Quanto à possibilidade de ocupação da área com o uso pretendido, foram consultados os seguintes órgãos:

- **CAESB**:informa não haver interferência com redes de água potável ou de esgotamento sanitário.
- **CEB:** informa não haver rede de distribuição de energia elétrica interferindo na gleba de terras da Fazenda Santa Maria ou margeando a rodovia.
- **TELEBRASÍLIA:** informa não haver interferência com redes de telefonia, na área de projeto.
- **NOVACAP:** informa não haver interferência com redes de águas pluviais, na área de projeto.
- **DER/DF:** aprova o projeto apresentado de definição do acesso viário ao lote a ser criado a partir da DF-290 porém, determina a necessidade de apresentação do projeto executivo. Alerta para a necessidade de compatibilização entre os acessos propostos pelos interessados junto ao 3 Distrito Rodoviário e Gerência de Projetos do órgão, face às várias autorizações solicitadas.
- **SEMATEC/IEMA:** informa que o local pretendido não está inserido em nenhuma Unidade de Conservação ou área protegida do Distrito Federal; considera a área viável à localização da atividade pretendida e informa a necessidade de Licenciamento Ambiental para a atividade.
- **TERRACAP:** informa que a gleba encontra-se em terras não desapropriadas.
- **SLU:** esclarece que nada há que impeça ou altere o trecho de coleta já existente. Recomenda que ao iniciar as atividades, o órgão seja informado no sentido de orientar quanto ao melhor ponto de recolhimento.

O lote criado será regido pelas Normas de Edificação, Uso e Gabarito, NGB - 035/94, definida pelo IPDF para estas atividades nas áreas urbanas do Distrito Federal.

PROPOSIÇÕES

Foi realizado um Levantamento Topográfico Planialtimétrico Cadastral da área do lote 11 do loteamento Fazenda Santa Maria e posteriormente, calculada a área a ser desmembrada, que passou a denominar-se lote 2, quadra 11, trecho 1 – Setor Meirelles. Os serviços foram executados com equipamento do tipo Estação Total, marca TOPCOM, modelo CTS-2.

O lote 2 foi criado para fins de atividades urbanas, sendo destinado a Posto de Abastecimento de Combustíveis, Lavagem e Lubrificação de Veículos - PLL.

Por determinação do IPDF, foi reservada uma área correspondente a 35% da área do lote criado, destinada a parcelamento futuro para Equipamentos Públicos Comunitários ou Urbanos - EPCU, em obediência à determinação da Lei Federal 6.766/79, art. 4º, § 1º, que prevê a reserva de área pública na proporção mínima de 35% da área parcelada.

Limita-se ao Norte e a Oeste com a área remanescente do lote 11, do loteamento Fazenda Santa Maria; ao Sul, pela rodovia DF – 290; e a Leste, pela área destinada a EPCU.

A Área Remanescente - AR deste desmembramento - lote 11 - deverá permanecer com o uso de chácara de lazer e com seu acesso pela via interna existente no loteamento rural, e pela Rodovia DF-290.

EQUIPE TÉCNICA

PROJETO: 075/98 **DATA: maio/98**

Nome/Forma de Participação	Cat. Profissional	CREA	Rubrica
• Arq. Gilberto José de Oliveira – Autoria de Projeto		5.434/DF	
• Eng. Cartógrafo Habib Sallum – Cálculo e Levantamento Topográfico		35.352/RJ	

ARQUITETO GILBERTO JOSÉ DE OLIVEIRA	RT.: GILBERTO JOSÉ DE OLIVEIRA CREA 5434/D – DF:			
MEMORIAL DESCRITIVO – ALTERAÇÕES DE PROJETO				
MDE – 075/98	Região Administrativa de Santa Maria – RA XIII Setor Meirelles – Trecho 1 – Quadra 11 – Lote 2			
FOLHA: 09/09	PROJETO: ARQ GILBERTO OLIVEIRA	REVISÃO: ARQ GILBERTO OLIVEIRA	VISTO: DIRETOR - IPDF	APROVO: PRESIDENTE IPDF
DATA INICIO MAIO/1 998 DATA TERMINO MAIO/1 999				

ANEXO I

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

ARQUITETO GILBERTO JOSÉ DE OLIVEIRA	RT.: GILBERTO JOSÉ DE OLIVEIRA CREA 5434/D – DF:			
MEMORIAL DESCRITIVO				
MDE – 075/98	Região Administrativa de Santa Maria – RA XIII Setor Meirelles – Trecho 1 – Quadra 11 – Lote 2			
FOLHA: 01/02	PROJETO: ARQ GILBERTO OLIVEIRA	REVISÃO: ARQ GILBERTO OLIVEIRA	VISTO: DIRETOR - IPDF	APROVO: PRESIDENTE IPDF
DATA INICIO MAIO/1 998 DATA TERMINO MAIO/1 999				

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

LOCALIZAÇÃO: **RA XIII - Região Administrativa de Santa Maria**
Setor Meirelles – Trecho 1

REFERÊNCIAS: **URB - 075/98**
PLANTA N.º **SICAD 233 - I - 1 - D**
DATA : **maio / 98**

ENDEREÇO		SUPER-	DIMENSÕES					CONFRONTAÇÕES					
QUADRA OU CONJ.	LOTE	FÍCIE	FRENTE	FUNDO	LATERAL DIREITA	LATERAL ESQUERDA	CHANFRO	FRENTE	FUNDO	LATERAL DIREITA	LATERAL ESQUERDA	CHANFRO	USO
Quadra 11	2	800,00	40,00	40,00	20,00.	20,00.	-	DF 290	AR	EPCU	AR	-	PLL
	EPCU	280,00	14,00	14,00	20,00	20,00	-	DF 290	AR	Lt.10	Lt.11A	-	EPCU
TOTAIS	02	1.080,00	LEGENDA E OBSERVAÇÕES: **AR** - ÁREA REMANESCENTE **EPCU** – EQUIP. PÚBLICO COMUNIT. OU URBANO **Lt.** - LOTE **PLL** - POSTO DE LAVAGEM E LUBRIFICAÇÃO **DF** - RODOVIA DO DISTRITO FEDERAL SOB A JURISDIÇÃO DO DER/DF										

DECRETO N.º 20.764, DE 29 DE OUTUBRO DE 1999

Aprova Projeto de Urbanismo Parcelamento na Região Administrativa de Planaltina – RA VI.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos VII e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e tendo em vista a Decisão n.º 19/99 – CONPLAN e o que consta do processo n.º 030.010.006/98, DECRETA:

Art.1º Fica aprovado o Projeto de Urbanismo Parcelamento referente à criação de lote destinado a Posto de Abastecimento de Combustiveis no Km 18 da Rodovia BR 020 na Região Administrativa de Planaltina – RA VI, consubstanciado no Projeto de Urbanismo – URB 162/98, Memorial Descritivo – MDE 162/98 e Levantamento Topográfico – TOP 162/98.

Parágrafo único. O Memorial Descritivo – MDE 162/98 é parte integrante deste Decreto, na forma do Anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de outubro de 1999
111º da República e 40º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

PROCESSOS: **030.010.006/98**
DECISÕES/ATOS:
DECRETOS:
PUBLICAÇÃO:
REGISTRO NO CARTÓRIO (Nº) OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, em (data)
PARTE A

I-APRESENTAÇÀO

1.1- LEGISLAÇÃO RELATIVA AO PROJETO:

- **Lei Complementar n.º 17**, de 28 de janeiro de 1997 – aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – **PDOT;**
- **Lei n.º 992**, de 28 de dezembro de 1995 –Dispõe sobre parcelamento de solo para fins urbanos no Distrito Federal;
- **Decreto n.º 18.913,** de 15 de dezembro de 1997, regulamenta a lei 992 de 18/12/95;
- **Decreto n.º 13.416,** de 02/09/91 – aprova a NGB 77/91;
- Lei **n.º 6766/79** – Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano;
- Lei **n.º 1149/96** – dispõe sobre o rezoneamento da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São Bartolomeu; e
- **Decreto n.º19.045,** de 20/02/98 – dispõe sobre procedimentos para apresentação de projetos de urbanismo e dá outras providências.

1.2- OBJETIVOS DO PROJETO

1.2.1- O presente projeto objetiva a criação de um lote (Unidade Imobiliária) resultante do parcelamento de uma gleba de terras, na Fazenda Mestre D'Armas, no lugar denominado **RODEADOR**, medindo **100,00m** (cem metros) de **NORTE, 100,00m** (cem metros) no lado **SUL, 200,00m** (duzentos metros) no lado **OESTE** e **200,00m LESTE**, conforme matrícula n.º 10.303 do Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, destinado a Posto de Abastecimento de Combustível - PAC, à margem direita da BR020 – Km 18, sentido Brasília / Fortaleza. A atividade é compatível com a legislação vigente, obedecendo ainda os estudos e diretrizes contidos no Plano Diretor de Ordenamento Territorial - **PDOT**, no Plano Direto Local – **PDL** e no *Plano de Ocupação para o Bairro Mestre D'Armas*, todos elaborados pelo Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – IPDF, sendo que os dois últimos ainda não foram aprovados.

1.3 – COMPOSIÇÃO DO PROJETO:

Este projeto é composto de:

- Memorial Descritivo – **MDE 162/98, Partes A e B** (folhas 01 a 100) e **Anexo 1** (folhas 1 e 2);
- Levantamento Topográfico – **TOP 162/98**, folhas 01 e 02 (SICAD 55-IV-3-C e 55- IV- 2- D) e seu **Relatório Final**, folha 01; e
- Projeto de Urbanismo – **URB 162/98**, constituído pelas Plantas Parciais folhas 01 à 03 (SICAD 55-IV-3-C, 55-IV-2-D e 55-IV-3-A).

R.T. Mônica Veras Gomes
CREA 83-1-06407-3/RJ

M E M O R I A L D E S C R I T I V O

MDE – 162/98	**CIDADE DE PLANALTINA RA VI** **LOTE PAC - BR 020 - Km 18** **MARGEM DIREITA DA RODOVIA – SENTIDO BSB / FORTALEZA**			
FOLHA: 1 / 100	PROJETO:	REVISÃO:	VISTO:	APROVO:
DATA: DEZ/98-início Abril/99-término	Mônica Veras	Gerente	Diretor / IPDF	Diretor-Presidente / IPDF

Objetiva atender, ainda que parcialmente, à demanda pelo uso previsto a ser ofertado pelo lote, tanto a nível de seu entorno imediato, como a nível regional. Tal característica, é decorrente de sua localização à margem de uma rodovia de caráter regional.

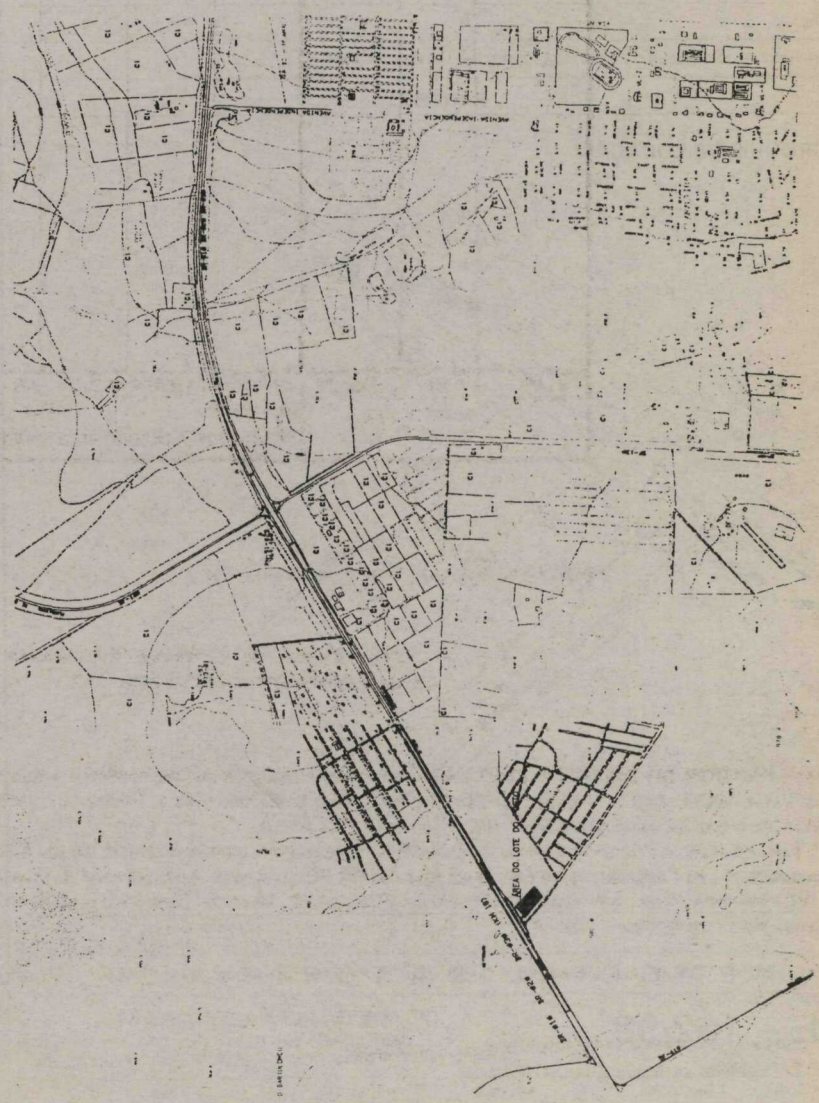
O parcelamento da gleba resulta, além do lote para PAC, com superfície de 13.000 m², na definição de uma área pública de 7.000 m² destinada à futuro parcelamento e a regularização de acesso viário ao Bairro Mestre D'Armas.

A Norma de Edificação, Uso e Gabarito, a ser aplicada ao lote para PAC, será a NGB 77/91.

1.2.2 – QUADRO SÍNTESE DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS E DAS ÁREAS PÚBLICAS

DESTINAÇÃO	LOTES unidades	AREA %
1 - UNIDADES IMOBILIÁRIAS		
PAC - Posto de Abastecimento de Combustíveis	1	65
ÁREA PÚBLICA (Lei n.º 6.766/79) - Para futuro parcelamento	–	35
	TOTAL	100

II - CROQUI DE SITUAÇÃO



QUADRO DE CAMINHAMENTO DO PERÍMETRO

Kr = 1.0004823

PONTOS	COORDENADAS (UTM) N	COORDENADAS (UTM) E	DISTÂNCIAS TOPOGRÁFICAS (m)	AZIMUTES (UTM)	OBSERVAÇÕES
A	8.272.308.1981	210.691.4839			
			100,00	51º 05'21"	
B	8.272.371.0396	210.769.3337			
			200,00	133º 25 ' 19"	
C	8.272.233.5000	210.914.6660			
			100,00	231º 05' 21"	ÁREA: 20.000,00 m²
D	8.272.170.6586	210.836.8161			
			200,00	313º 25' 19"	
A	8.272.308.1981	210.691.4839			

PROCESSOS: **030.010.006/98**

DECISÕES/ATOS:

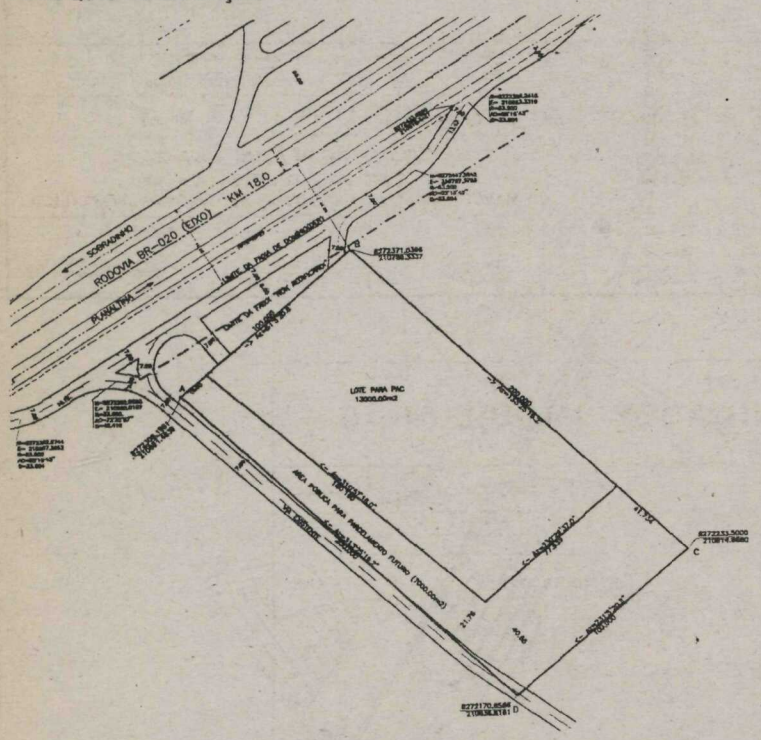
DECRETOS:

PUBLICAÇÃO:

REGISTRO NO CARTÓRIO DO (N.º) OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, em (data)

PARTE B

I-CROQUIS DE LOCAÇÃO



R.T. Mônica Veras Gomes
CREA 83-1-06407-3/RJ

MEMORIAL DESCRITIVO

MDE – 162/98

CIDADE DE PLANALTINA RA VI
LOTE PAC - BR 020 - Km 18
MARGEM DIREITA DA RODOVIA - SENTIDO BSB / FORTALEZA

FOLHA: 6 / 100	PROJETO:	REVISÃO:	VISTO:	APROVO:
DATA: DEZ/98- início Abril – término	Mônica Veras	Gerente	Diretor / IPDF	Diretor-Presidente / IPDF

II – JUSTIFICATIVA E CONDICIONANTES DO PROJETO

2-1 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

O presente projeto visa atender a demanda para a atividade proposta, não só para a cidade, como para os núcleos urbanos do entorno, devido sua localização à margem da Rodovia BR 020.

2-2 ANÁLISE DO SÍTIO

O lote apresenta topografia regular com declividade média de 5% (cinco por cento), no sentido sudoeste / noroeste com solo tipo cambissolo, com vegetação nativa inexpressiva. O lote insere-se na área de Protreção Ambiental APA, da Bacia do Rio São Bartolomeu e em Zona Urbana de Uso Controlado - ZUUC, conforme o Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT .

Tal localização foi considerada viável para a atividade a que se destina, segundo os pareceres exarados no ofício 494/98-GAB/DLFA/IEMA; OE n.º 272/98 - DRSE/CAESB. Cumpre esclarecer que em obediência ao exigido nos citados pareceres, estão sendo elaborados o **Plano de Controle Ambiental,** projeto de instalação do sistema separador de óleo e areia e de esgotamento sanitário, que serão submetidos ao IEMA e CAESB respectivamente.

O IEMA/SEMATEC, informou que a área não está inserida em nenhuma Unidade de Conservação Protegida do DF.

A faixa de domínio da BR 020, para o local é de 40,00m (quarenta metros) do eixo da pista antiga (sentido Planaltina / Plano Piloto). Deverá ser observada, segundo a Lei n.º 6.766/79, 15,00m (quinze metros) de faixa "non aedificandi" onde estará inserida a via marginal. A testada do lote, em relação as faixas citadas, está recuada das mesmas não necessitando, pois, de nenhuma intervenção no interior do lote.

2-3 SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

Localiza-se em **Terras Não Desapropriadas,** conforme matrícula n.º 10303 do Cartório de Ofício de Registro de Imóvel.

2-4 INTERFERÊNCIA DE REDES

Foram consultadas as concessionárias de Serviços Públicos, verificando-se apenas pequenas interferências com redes aéreas da CEB, que quando da elaboração do projeto arquitetônico, se for o caso, será remanejada com o custo para o proprietário.

III – PROPOSIÇÃO

Em não havendo impedimentos de ordem ambiental nem urbanística, partiu-se para a definição do parcelamento com lote, cujo dimensionamento, posição em relação à rodovia e acessibilidade, comportasse satisfatoriamente os usos permitidos no item 3 das NGBs 77/91, além de ser reservada uma área pública para parcelamento futuro, equivalente a 35% da área criada, para atender a Lei Federal 6766/79.

O lote para PAC tem área de 13.000,00 m². A área pública ficou com 7.000,00 m², correspondente a 35% da área criada.

Serão implantadas no lote algumas medidas **PREVENTIVAS DE IMPACTOS AMBIENTAIS**, segundo orientações da SEMATEC / IEMA.

EQUIPAMENTOS: Todos os equipamentos de venda e armazenagem de combustíveis atenderão às normas da ABNT, FEEMA, IEMA e legislação ambiental em vigor.

Os tanques de armazenagem serão em aço, protegidos contra corrosão, conforme a ABNT, com dispositivos e sensores para monitoramento e prevenção e possíveis vazamentos.

As bombas de abastecimento serão dotadas de válvulas "check control", de forma de impedir o seu funcionamento em caso de ruptura ou foros na tubulação.

LUBRIFICAÇÃO: os despejos advindos dessa atividade serão armazenados separadamente das demais atividades. As águas de lavagem do piso serão captadas através de grelhas e com tubulação de ferro, lançadas em caixas separadoras e coletoras, conforme padrão da CAESB . As águas isentas de óleo ou graxas serão lançadas na rede pública. Os óleos usados serão armazenados em tanques metálicos subterrâneos.

LAVAGEM: O espaço a ser ocupado por esta atividade será protegido por grelhas de captação de águas servidas que, após captadas, serão destinadas às caixas separadoras de areia, barro e óleo.

PISTA DE ABASTECIMENTO: toda pista será concretada e nivelada de tal forma a permitir o escoamento das águas para as grelhas de captação. A destinação será a mesma da área de lavagem.

IV-EQUIPE TÉCNICA

-Mônica Veras Gomes – Arquiteta
CREA: 83-1-06407-3/RJ

-Mingone – Técnico Agrimensor
CREA: 120232/ TD - SP

R.T. Mônica Veras Gomes
CREA 83-1-06407-3/RJ

MEMORIAL DESCRITIVO - ALTERAÇÕES DE PROJETO

MDE – 162/98	CIDADE DE PLANALTINA RA VI LOTE PAC - BR 020 - Km 18 MARGEM DIREITA DA RODOVIA - SENTIDO BSB / FORTALEZA

ANEXO I

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

R.T.: Mônica Veras Gomes
CREA 83-1-06407-3/D-RJ

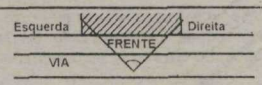
M E M O R I A L D E S C R I T I V O

MDE – 162/98	CIDADE DE PLANALTINA RA VI LOTE PAC - BR 020 - Km 18 MARGEM DIREITA DA RODOVIA - SENTIDO BSB / FORTALEZA			
FOLHA: 1 / 2	PROJETO:	REVISÃO:	VISTO:	APROVO:
DATA: DEZ/98 – início Abril/99- término	Mônica Veras	Gerente	Diretor / IPDF	Diretor-Presidente / IPDF

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRAS

LOCALIZAÇÃO: CIDADE DE PLANALTINA –RA VI
BR 020 – Km 18 - margem direita da rodovia sentido Brasília/Fortaleza

REFERÊNCIAS: URB 162/98
Planta Nº: SICAD 55-IV-3-A, 55-IV-3-C e 55-IV-2-D
Data: DEZ/98



Endereço		Superfície (m²)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
Quadra ou Conjunto	Lote		Frente	Fundo	Lateral Direita	Lateral Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Lateral Direita	Lateral Esquerda	Chanfro	
BR 020 Km 18	PAC	13.000,00	85	77,93	160,16	158,26	-	BR-020	APPF	APPF	AP		PAC
TOTAIS	01	13.000,00											

LEGENDA E OBSERVAÇÕES: **BR** – Rodovia sob jurisdição do DNER; **PAC** – Posto de Abastecimento de Combustíveis; **APPF** – Área pública para parcelamento futuro; **AP** – Área Particular

DECRETO N.º 20.765, DE 29 DE OUTUBRO DE 1999

Aprova Projeto de Urbanismo Parcelamento na Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos VII e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e tendo em vista a Lei n.º 1.490, de 30 de junho de 1997 e o que consta dos processos n.º 030.013.540/88, n.º 030.002.657/91 e n.º 191.000.620/91, DECRETA:

Art.1º Fica aprovado o Projeto de Urbanismo Parcelamento referente às Quadras 01 a 04 do Setor de Desenvolvimento Econômico – Área de Desenvolvimento Econômico/ADE Centro Norte na Região Administrativa de Ceilândia – RA IX, consubstanciado no Projeto de Urbanismo – URB 127/98, Memorial Descritivo – MDE 127/98, Levantamento Topográfico – TOP 127/98, Projeto Altimétrico – ALT 127/98 e Normas de Edificação, Uso e Gabarito – NGB 127/98.

Parágrafo único. O Memorial Descritivo – MDE 127/98 e as Normas de Edificação, Uso e Gabarito – NGB 127/98 são partes integrantes deste Decreto, na forma do Anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de outubro de 1999
111º da República e 40º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

PROCESSOS:
DECISÕES/ATOS:
DECRETOS:
PUBLICAÇÃO:
REGISTRO NO CARTÓRIO OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS,
PARTE A

1. APRESENTAÇÃO:

Este projeto 127/98 foi elaborado para propor o parcelamento urbanístico do Setor de Desenvolvimento Econômico de Ceilândia, em atendimento ao Programa de Implantação de Áreas de Desenvolvimento Econômico instituído pelo art. 36 da Lei complementar nº 17 de 28 de janeiro de 1997, que dispõe sobre o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT. Tem como objetivo principal a oferta de lotes destinados a atividades econômicas, notadamente para pequenas e microempresas.

A Área de Desenvolvimento Econômico - ADE Centro-Norte situa-se na Região Administrativa de Ceilândia , RA IX, em local indicado a partir do Estudo de Impacto Ambiental do Entorno Imediato de Ceilândia e Taguatinga, e confirmado pelos estudos do Plano Diretor Local. Está inserida em Zona urbana de Dinamização, de acordo com o PDOT.

A ADE Centro-Norte compõe-se de 625 lotes de variados tamanhos distribuídos em quatro quadras. As praças centrais que estruturam o parcelamento surgiram a partir das interferências ambientais encontradas na área do projeto.

1.1.Legislação

O projeto da Área de Desenvolvimento Econômico Centro-Norte de Ceilândia atenderá à seguinte legislação:

- Lei Federal 6.766 de 19 de dezembro de 1979, que regulamenta o parcelamento do solo urbano;
- Lei Complementar n.º 17 de 28 de janeiro de 1997, que aprovou o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal.
- Decreto n.º 19.577 de 08 de setembro de 1998, que dispõe sobre a faixa de domínio das rodovias do Distrito Federal;
- Código Florestal, que trata da preservação das florestas e vegetação natural, especificamente no seu Art. 18.

A criação desta Área de Desenvolvimento Econômico está respaldada pela Lei n.º 1.490 de 30 de junho de 1997 que dispõe sobre a criação, na RA IX, do Setor de Desenvolvimento Econômico de Ceilândia e da Quadra de Oficinas Sul, no local onde doravante se denominará Área de Desenvolvimento Econômico - ADE Centro-Norte

METROQUATTRO ARQUITETURA TECNOLOGIA S/C LTDA			R.T.: Paulo Coelho Avila CREA 8079/D - DF	
M E M O R I A L D E S C R I T I V O				
MDE – 127/98		**Cidade de Ceilândia – RA IX Setor de Desenvolvimento Econômico – ADE Centro-Norte- Quadras 01 a 04**		
FOLHA: 01/04	PROJETO: Metroquattro Arquitetura	REVISÃO: GEPRO II-IPDF	VISTO: Diretor IPDF	APROVO: Presidente IPDF
DATA: 22.01.99				

1.2.COMPOSIÇÃO DO PROJETO:

Este projeto é composto pelos seguintes documentos:

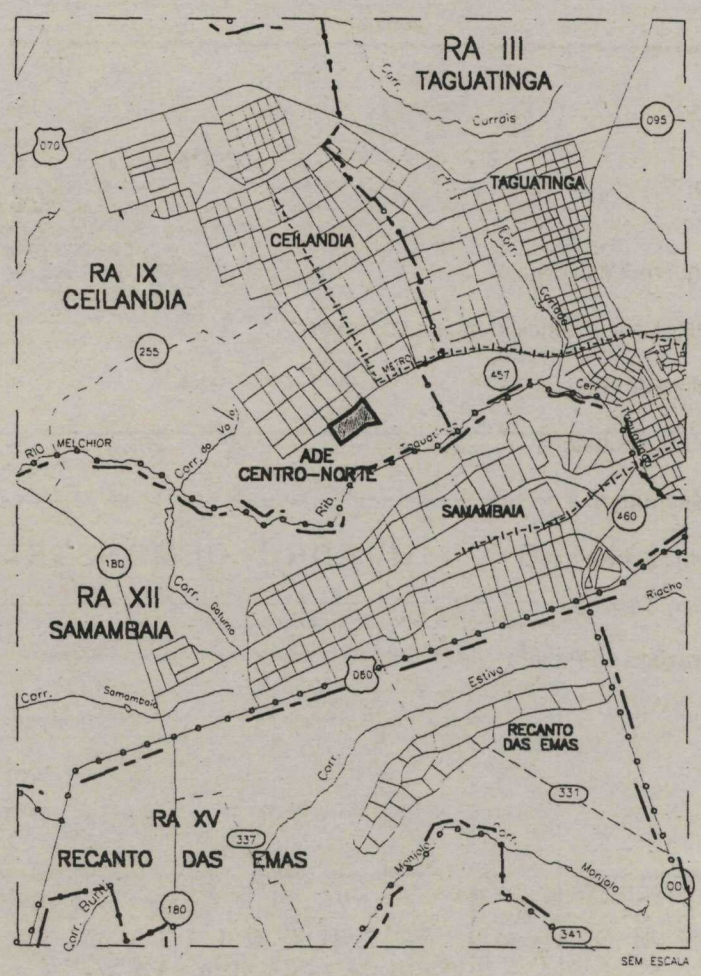
- Plantas URB 127/98 – fl. 01 –planta geral escala 1:5.000;
  fl. 02 – SICAD 150-I-2-D esc. 1:1.000;
  fl. 03 – SICAD 150-I-5-A esc. 1:1.000;
  fl. 04 – SICAD 150-I-5-B esc. 1:1.000;
  fl. 05 – SICAD 150-I-6-A esc. 1:1.000;
  fl. 06 – SICAD 150-I-5-C esc. 1:1.000;
  fl. 07 – SICAD 150-I-5-D esc. 1:1.000.
- Memorial Descritivo MDE 127/98:
  Parte A – fls. 01 a 04;
  Parte B – fls. 01 a 14;
  Anexo I – Quadro Demonstrativo das Unidades Imobiliárias - 77 fls.
- Normas de Edificação e Gabarito NGB 127/98 - 7 fls.

O projeto é complementado pelas plantas de levantamento topográfico cadastral TOP 127/98 – 10 fls. e respectivo relatório técnico.

1.3.PROJETOS ALTERADOS:

Este projeto URB 127/98 modifica a planta CST PR 351/1, registrada em cartório, no trecho que coincide com a criação da ADE Centro-Norte.

II. CROQUI DE SITUAÇÃO



QUADRO DE CAMINHAMENTO DO PERÍMETRO

IPDF

Kr = 1,0007724

PONTOS	COORDENADAS (UTM) N	COORDENADAS (UTM) E	DISTÂNCIAS TOPOGRÁFICAS (m)	AZIMUTES (UTM)	OBSERVAÇÕES
P1	8.245.892,1017	167.366,5803			Área = 59,3932 ha
			23,238	232º 39' 33,8"	
P2	8.245.877,9945	167.348,0904			
			209,103	230º 40' 19,2"	
P3	8.245.745,3721	167.186,2176			
			957,990	232º 40' 37,6"	
P4	8.245.164,0878	166.423,8063			
			225,081	142º 40' 37,6"	
P5	8.244.984,9582	166.560,3799			
			35,664	162º 40' 37,6"	
P6	8.244.950,8853	166.571,0074			
			35,664	122º 40' 37,6"	
P7	8.244.931,6152	166.601,0501			
			178,487	142º 40' 37,6"	
P8	8.244.789,5675	166.709,3513			
			180,917	56º 18' 35,6"	
P9	8.244.890,0000	166.860,0000			
			348,013	50º 49' 34,7"	
P10	8.245.110,0000	167.130,0000			
			313,764	52º 45' 54,7"	
P11	8.245.300,0000	167.380,0000			
			386,016	78º 13' 54,1"	
P12	8.245.378,7905	167.758,1943			
			645,141	322º 39' 33,8"	
P1	8.245.892,1017	167.366,5803			

PROCESSOS:

DECISÕES/ATOS:

DECRETOS:

PUBLICAÇÃO:

REGISTRO NO CARTÓRIO DO OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS.

PARTE B

CONTEÚDO:

I - Croqui de Localização

II - Justificativa e Condicionantes do Projeto

III - Análise do Sítio

IV - Situação Fundiária

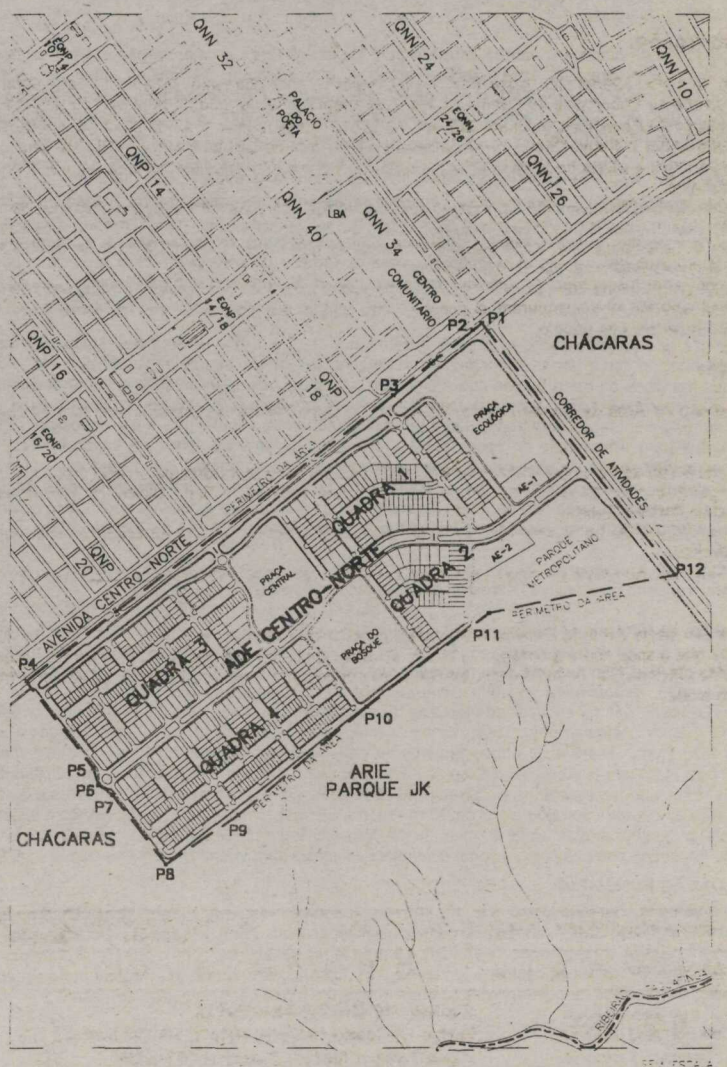
V - Infraestrutura

VI - Diretrizes de Projeto

VII - Equipe Técnica

VIII - Alterações de Projeto

I. CROQUI DE LOCAÇÃO



METROQUATTRO ARQUITETURA TECNOLOGIA S/C LTDA

R.T.: Paulo Coelho Avila
CREA 8079/D - DF

MEMORIAL DESCRITIVO

MDE – 127/98

CIDADE DE CEILÂNDIA – RA IX

Setor de Desenvolvimento Econômico – ADE - Centro-Norte – Quadras 01 a 04

FOLHA: 01/14	PROJETO:	REVISÃO:	VISTO:	APROVO:
DATA: 22.01.99	Metroquattro	GEPRO II - IPDF	Diretor IPDF	Presidente IPDF

II. JUSTIFICATIVA DO PROJETO:

Este projeto URB 127/98 foi elaborado para suprir a demanda por lotes destinados a atividades de oficinas mecânicas , pequenas e microempresas, que atualmente funcionam em caráter irregular em Ceilândia. Ao longo dos anos a necessidade de instalação de variadas atividades econômicas na malha urbana consolidada gerou situações de ilegalidade a muitos estabelecimentos: serralherias, oficinas gráficas e oficinas mecânicas eram instaladas em lotes estritamente residenciais e inadequados ao perfeito desempenho da atividade. Os transtornos causados pelo barulho e pelos efluentes poluidores transformaram a questão em problema social e ambiental, levando a população a reivindicar a criação de um local apropriado para a instalação destas atividades.

O Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto do Meio Ambiente – EIA/RIMA – do Entorno Imediato de Taguatinga e Ceilândia, elaborado em 1993 pela Empresa Ramos Sícsu a pedido do Governo do Distrito Federal, teve como objetivo principal a definição de áreas possíveis para ocupação urbana, já que as muitas expansões urbanas, principalmente em Ceilândia, haviam colocado em risco as áreas ambientalmente sensíveis situadas em bordas de chapada. Dentre os condicionantes apresentados para ocupação constou a criação de um setor de oficinas, com lotes variando de 180 a 250m2, destinados aos oficineiros que trabalham em lotes residenciais em Ceilândia. O resultado do EIA/RIMA demonstrou que a melhor área para o empreendimento em questão seria ao longo da DF-085, no trecho denominado Avenida Centro-Norte.

Os estudos efetuados por ocasião do Plano Diretor Local de Ceilândia, entre 1995 e1998 confirmaram a necessidade de criação de uma área para atender à demanda por lotes destinados a atividades de geração de emprego e renda, e apontaram esta gleba para concretização do empreendimento.

O parcelamento urbanístico da Área de Desenvolvimento Econômico – ADE – Centro-Norte de Ceilândia, vem atender ao Programa de Implantação de Áreas de Desenvolvimento Econômico instituído pelo art. 36 da Lei complementar nº 17 de 28 de janeiro de 1997, que dispõe sobre o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT. O projeto foi concebido dentro das diretrizes e determinações estabelecidas pelo EIA-RIMA do Entorno Imediato de Ceilândia e Taguatinga, pelo Termo de Referência do projeto em questão, definido pelo instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – IPDF-, e pelo Plano Diretor Local de Ceilândia.

1. ANÁLISE DO SÍTIO:

1.1. Descrição da Área:

A área total de projeto abrange 593.523,32 metros quadrados em área urbana desapropriada, limitando-se ao norte com a Avenida Centro-Norte, ao sul com a poligonal de Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE Parque Juscelino Kubitschek, a leste com a futura via de ligação entre Ceilândia e Samambaia definida pelo prolongamento do eixo da via N3, que constituirá o Corredor de Atividades e a oeste com as chácaras 15 e 110-A do Núcleo Rural Taguatinga, tendo como limite o prolongamento do eixo da via P3 até a poligonal da ÁRIE. A ÁRIE Parque JK é composta por chácaras ocupadas em regime de arrendamento, das quais fazem limite com a área de projeto as chácaras nº 02, 03, 04, 05, e 06.

1.2. Solos, Hidrologia, Vegetação e Fauna:

A área estudada situa-se na transição entre duas unidades geomorfológicas com escarpa erosiva. A 1ª unidade geomorfológica é a Chapada da Contagem, a 2ª é o pediplano Contagem, ambas com a ocorrência de solos do tipo latossolo vermelho escuro e vermelho amarelo, associados aos sedimentos detríticos terciários/quaternários. Os latossolos são profundos e permeáveis, permitindo a acumulação e a fácil percolação da água .

A degradação da paisagem natural causada pela exploração de cascalho, argila e areia saibrosa, contribuiu para a progressão das escarpas erosivas que marcam os limites entre as feições geomorfológicas citadas. O EIA-RIMA recomendou que qualquer empreendimento a ser instalado na área seja precedido de análises geotécnicas e geofísicas, principalmente se situados nas proximidades de áreas em processo de erosão.

Observa-se várias nascentes e regos d'água, além de pequena mancha de solo hidromórfico, evidenciando aqüíferos subterrâneos que drenam para as áreas de chácaras em direção ao Córrego Taguatinga.

Foram cadastradas também lagoas formadas, muito provavelmente, pela ação do homem que ao retirar a cobertura vegetal e alterar a topografia para exploração do solo, favorece o represamento das águas de chuvas e dos aqüíferos subterrâneos mais próximos à superfície, que são expostos por ocasião da movimentação de terra .

O relevo é pouco acidentado, com caimento variando de 3% a 6%. A área de estudo situa-se no domínio do cerrado, com várias manchas de vegetação de campo-sujo e algumas culturas. Foram identificadas manchas de mata preservada e algumas concentrações de vegetação exótica (eucaliptos e bambus), que contribuem para a preservação do solo nas imediações de lagoas e minas d'água . Os principais danos à vegetação detectados são a retirada de cobertura vegetal nativa e a deposição de lixo, o que contribui para a formação de voçorocas e proliferação de animais nocivos à saúde pública, que acabam por invadir áreas de vegetação nativa e preservação permanente. De forma esparsa foram detectados alguns pomares e hortas e outros pontos com pequenas concentrações de árvores frutíferas (mangueiras e bananeiras) que não denotam, de modo geral, uma cultura extensiva, muito pelo contrário, apenas de subsistência. Única exceção se faz a uma área de cultivo de limões no extremo norte da área de estudo.

Não foram encontrados animais silvestres, com exceção de pássaros.

1.3. Faixas de Domínio :

O projeto da ADE Centro-Norte deverá manter uma distância de 20 m (vinte metros) do meio-fio da rodovia DF – 085, denominada Avenida Centro-Norte, até o meio-fio da via marginal projetada. Em consulta ao DER/DF, não foi especificada faixa de domínio neste trecho da rodovia. Entretanto considera-se prudente manter o afastamento, uma vez que o fluxo de veículos deverá ser incrementado com a criação da ADE Centro-Norte e de outros projetos de envergadura propostos no Plano Diretor Local de Ceilândia, como o Centro Regional, a Área Perimetral Sul, e a via de ligação entre Ceilândia e Samambaia. Esta via, que constituirá o Corredor de Atividades, corresponde ao limite norte–leste da área projetada. A faixa de domínio sugerida é de 80 m (oitenta metros) tomada do eixo da via, com distância mínima de 20 m (vinte metros a partir do meio-fio. O PDL- Ceilândia prevê para o Corredor de Atividades o tráfego de transporte coletivo convencional e canaleta exclusiva para veículo leve sobre trilhos – VLT.

III. SITUAÇÃO FUNDIÁRIA:

A área do empreendimento localiza-se nos Imóveis Guariroba e Taguatinga, em terras desapropriadas e pertencentes à TERRACAP, em área urbana classificada como Zona Urbana de Dinamização pelo PDOT e com previsão de ocupação pela ADE Centro-Norte, de acordo com o Plano Diretor local de Ceilândia. Atualmente a área encontra-se ocupada por chácaras arrendadas que apresentam áreas de plantio esparsas e criações de animais sem contudo indicar um modo de cultivo mais extensivo.

IV. INFRAESTRUTURA:

1. Esgotamento Sanitário:

Estima-se uma população flutuante em torno de 2.000 pessoas/dia quando da consolidação plena do empreendimento. Esta densidade é baixa, e não deverá sobrecarregar os sistemas de abastecimento. Não foram constatadas interferências com redes de serviços públicos, à exceção de um ramal desativado de esgotamento sanitário, que servia antigamente como "ladrão" da rede existente, com jusante no Ribeirão Taguatinga. Hoje este ramal encontra-se plugado na extremidade uma vez que os esgotos de Ceilândia são tratados não ocorrendo mais o lançamento in-natura nos córregos. Segundo a CAESB, este ramal poderá ser removido por ocasião da implantação da ADE, com ônus para o empreendedor.

A Área de Desenvolvimento Centro-Norte de Ceilândia deverá ter projeto específico de esgotos, com dimensionamento apropriado que comporte os efluentes lançados pelos empreendimentos industriais. Esta rede deverá ser interligada ao sistema já existente que prevê o seu tratamento, não sendo lançados in-natura. Por estes motivos considerou-se como a melhor opção a remoção do ramal desativado, desaconselhando a sua incorporação ao novo sistema.

Por se tratar de um setor de desenvolvimento econômico onde serão instaladas oficinas e pequenas indústrias, é vedado, por força do Decreto 18.328 de 18/06/97, o lançamento no sistema coletor público de substâncias que, em razão de sua qualidade ou quantidade, sejam capazes de causar incêndio, explosão, ou serem nocivas de qualquer outra maneira na operação e manutenção dos sistemas de esgotos como, por exemplo: gasolina, óleos, solventes e tintas. Os estabelecimentos que trabalham direta ou indiretamente com óleos lubrificantes, graxas e elementos minerais semelhantes, não devem lançar os despejos provenientes da lavagem ou manipulação destes materiais diretamente na rede coletora, nem em valas destinadas ao escoamento de águas pluviais.

Deverão ser instalados, nestes casos, três tipos de dispositivos para reter o material prejudiciall ao sistema de esgoto:

1) Caixa retentora de areia: quando por ocasião de sua limpeza, o material mais pesado impregnado de óleo deve ser encaminhado aos aterros sanitários;
2) Caixa separadora de óleo: serve para separar óleos e graxas do restante do despejo;
3) Caixa coletora de óleo: recebe o óleo separado pela caixa separadora. O óleo depositado deve ser encaminhado para reciclagem.

Estas caixas deverão ser construídas em alvenaria ou em anéis de concreto e serão providas de tampas de ferro fundido reforçado.

2.Água

O abastecimento de água da ADE Centro-Norte deverá ser vinculado à rede que abastece Ceilândia , que pertence ao Sistema Descoberto, pois esta área encontra-se situada em local urbanizado já atendido pela mesma, mostrando ser a alternativa mais viável e econômica. Dados da CAESB indicam que estão previstos novos investimentos nos sistemas de reservação e distribuição, havendo ainda disponibilidade para abastecer o acréscimo populacional de Ceilândia.

3.Drenagem Pluvial:

A rede coletora mais próxima à Área de Desenvolvimento Econômico Centro-Norte localiza-se na Avenida Centro-Norte, portanto, numa cota acima da área do empreendimento. Será necessário a elaboração de projeto de drenagem, levando-se em conta, principalmente, o lançamento final dos efluentes, o qual deverá ser acompanhado pela SEMATEC. A região do empreendimento apresenta pontos sensíveis à erosão e, portanto, deverão ser tomadas precauções no sentido de evitar que, com a implantação do setor e a conseqüente alteração do solo, sejam aumentadas as chances de degradação ambiental, o que acarretaria em erosão e assoreamento do Ribeirão Taguatinga, já bastante comprometido.

4.Resíduos Sólidos:

As áreas residenciais e comerciais adjacentes ao empreendimento já contam com serviço diário de coleta de lixo, da QNN 34 à QNP 34, no horário de 13:00 às 19:00 horas .Os resíduos são transportados para a Usina de Tratamento de Lixo situada no final do Setor "P" Sul.

Para as atividades das oficinas, postos de lavagem e lubrificação e pequenas indústrias, sugere-se a coleta seletiva de lixo conforme orientação do SLU/DF. As atividades que tomarão lugar na ADE tendem a produzir resíduos sólidos facilmente recicláveis o que lhes garante valor comercial. Assim, este procedimento deverá ser incentivado pois, ajudará a evitar a sobrecarga do sistema de processamento de lixo na Usina de Tratamento com materiais incomuns e prejudiciai ao seu funcionamento.

5. Rede Telefônica:

O serviço de telefonia fixa do Distrito Federal está a cargo da Telebrasília, empresa que fazia parte do Sistema Telebrás e que foi recentemente privatizada. As áreas adjacentes ao empreendimento já se encontram atendidas por redes telefônicas, o que viabiliza, a partir de um plano de expansão, o atendimento da Área de Desenvolvimento Econômico.

6.Energia elétrica:

O mercado de Ceilândia, com sua área totalmente eletrificada, vem sendo atendido por duas subestações da CEB. A demanda da região de Ceilândia cresceu nos últimos quinze anos a uma taxa média de 15% a.a., valor este superior ao crescimento de 5% a.a. registrado para a demanda global. Isto corresponde a cerca de 12% do consumo de energia elétrica no Distrito Federal.

O empreendimento proposto exigirá a realocação de cargas para atender a concentração de oficinas e pequenas indústrias previstas para o local. Com a mudança das oficinas hoje existentes em áreas residenciais para a ADE Centro-Norte deverá haver um reordenamento do consumo nestas áreas não havendo, num primeiro momento, uma sobrecarga do sistema. Por ocasião do início das atividades das empresas instaladas na ADE é que se terá uma quantificação mais exata quanto à carga necessária para o atendimento da demanda.

Em consulta à CEB foi informado que existe interferência com a rede de energia elétrica que abastece a área rural. O levantamento topográfico detectou um posteamento de concreto de 100 em 100 m, a aproximadamente 45 m da AV. Centro-Norte, que prejudica o traçado da via Marginal. Deverá ser elaborado projeto específico de eletrificação e iluminação pública para o local, com o conseqüente remanejamento da rede.

6. Transporte Coletivo:

A área do empreendimento é bem servida de transporte coletivo, possuindo linhas regulares que trafegam pela Av. Centro-Norte. No trecho compreendido entre as vias N3 e P3 estão localizados seis pontos de parada, sendo que cinco são sinalizados por placa e um possui abrigo. A partir da consolidação do empreendimento e o conseqüente aumento do fluxo de pessoas, principalmente nos horários de pico de entrada e saída do serviço, deverá ser feita uma avaliação quanto aos itinerários e horários das linhas existentes. É conveniente o estudo de novas linhas que trafeguem no interior do setor.

V. DIRETRIZES E CONDICIONANTES DO PROJETO:

O projeto da ADE Centro-Norte buscou atender às diretrizes de desenho urbano, de preservação ambiental, e de uso e ocupação do solo assim definidas:

1. Definição dos principais arruamentos paralelos às curvas de nível;
2. Manter desocupadas as áreas de preservação permanente, devendo ser respeitados os

afastamentos previstos na legislação em áreas de nascentes, córregos, campos de murundus e outros sítios de interesse ambiental;

3. Prever o sombreamento das vias internas, estacionamentos e calçadas do empreendimento;
4. Garantir que 40% da área permaneça permeável;
5. Levar em consideração o sistema viário existente e a capacidade de suporte à nova demanda;
6. Racionalizar o uso das áreas públicas de modo que estas sejam elemento de integração entre as edificações e os espaços abertos, proporcionando a um só tempo o conforto ambiental, o convívio social e o prazer estético e garantir áreas destinadas a praças públicas, equipamentos de lazer, cultura e esportes.
7. Garantia de acessibilidade aos espaços públicos para todos os usuários, inclusive crianças, deficientes e idosos;
8. Restringir a criação de estacionamentos de veículos em área pública, exigindo quantidade mínima de vagas de estacionamento no interior do lote, dependendo do tamanho do mesmo;
9. Os lotes obedecerão ao coeficiente de aproveitamento igual a 2,0 e corresponderão à categoria L-3, de restrição a residência .
10. Será exigida uma área mínima de terreno natural no interior do lote, dependendo do tamanho do mesmo (Taxa de Permeabilidade);
11. Compatibilizar o projeto de parcelamento com as diretrizes previstas para as áreas do entorno, principalmente a ARIE Parque JK, o Corredor de Atividades e o Centro Regional;
12. Adoção de morfologias que facilitem a orientabilidade;
13. As dimensões dos lotes deverão ser variadas, de forma a atender aos diversos tipos e portes de estabelecimentos, priorizando lotes de 150m^2 a 300m^2 para micro-empresas;
14. Os passeios públicos deverão ter largura suficiente para comportar a calçada, vegetação urbana e o mobiliário urbano;
15. Criação de vias marginais à Avenida Centro Norte (Rodovia DF-085) separando o trânsito local do trânsito de passagem;
16. Definição de categorias funcionais das vias, por meio de hierarquização das mesmas, integrando-as com o sistema viário existente, nas suas respectivas categorias funcionais.

VI. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA:

1. Aspectos Ambientais:

O fator determinante para a definição dos parâmetros de desenho urbano foi a compatibilização das condições ambientais e características físicas da área com o uso pretendido para o setor. Neste sentido o EIA/RIMA do Entorno Imediato de Ceilândia e Taguatinga norteou a delimitação das áreas passíveis de serem parceladas daquelas que deveriam ser de alguma forma preservadas e que corriam risco de degradação. A identificação pelo levantamento topográfico das áreas de preservação permanente definidas no Código Florestal - que estabelece um raio de cinqüenta metros de proteção nos olhos d'água e lagoas com finalidade de preservação de florestas e de recursos hídricos – exigiu o isolamento das mesmas afim de se garantir a sua proteção.

Com a delimitação destas áreas de proteção, o empreendimento ficou dividido em duas porções. A porção mais ao norte possui declividade mais acentuada (em torno de 6,6%) e apresenta maior ocorrência de erosão e afloramento de aqüíferos subterrâneos. No extremo norte desta porção, foi identificado em 1990 um campo de murundus, que atualmente encontra-se bastante alterado, com deposição de entulho e ocorrência de movimentações de terra. A porção localizada mais ao sul possui declividade menos acentuada (em torno de 3%), apresentando melhores condições de ocupação urbana e solos menos suscetíveis a erosão.

2. Critérios de Ocupação do Solo:

Foram estabelecidos os seguintes critérios de ocupação do solo:

1. Nas áreas de proteção serão implementadas praças que, ao mesmo tempo em que asseguram a proteção das porções do terreno mais suscetíveis à degradação ambiental, estabelecem um ponto focal no-centro do parcelamento onde serão ofertados equipamentos de recreação e de esportes para atendimento não só dos usuários da ADE mas também dos moradores das áreas residenciais adjacentes;

2. Na porção norte da área do empreendimento as vias serão dispostas, quando possível, paralelamente às curvas de nível onde deverão ser disponibilizados os maiores lotes e consequentemente, com maior área permeável de terreno;

3. Na porção sul da área serão localizados os lotes menores e suas vias cortarão o terreno na diagonal em relação às curvas de nível, ou seja , paralelamente à Av. Centro-Norte, para possibilitar o máximo aproveitamento do parcelamento.

4. Reduzir o impacto negativo da criação de um empreendimento com estas características junto a uma área de preservação permanente (ARIE Parque JK), criando uma via que marque fisicamente os limites entre a ADE e a referida área.

5. Fortalecer os eixos de penetração da ADE localizando os lotes maiores junto aos mesmos. Os lotes menores foram situados no interior das quadras.

6. Possibilitar a oferta de lotes de tamanhos diferenciados numa mesma quadra ou conjunto dando maior coesão ao tecido urbano;

7. O Coeficiente de Aproveitamento adotado para todos os lotes será igual a 2,0 (dois).

O projeto da ADE buscou criar mecanismos de integração entre suas partes sem, contudo, fragmentá-lo em relação ao resto da cidade. Neste sentido o desenho adotado para a área pretende dirigir os eixos e perspectivas em direção às praças centrais do parcelamento, definidas como os pontos focais do setor. Estas praças foram concebidas como pontos agregadores, criando equipamentos de usos diversos e ofertando lotes maiores em suas adjacências que sejam capazes de criar centros de vivência e animação, onde serão instalados serviços de apoio ao setor assim como equipamentos de naturezas diversas.

As duas porções do parcelamento foram distinguidas por meio de um desenho mais regular na porção menos susceptível às erosões e um desenho mais irregular para os conjuntos situados ao sul da área de estudo, como conseqüência do assentamento das vias paralelamente às curvas de nível.

3. Circulação Viária:

A realização das diretrizes anteriores depende, em grande parte, da implantação de um sistema adequado de circulação que garanta a acessibilidade e a integração da área, não só no seu interior mas também com as áreas contíguas.

O sistema viário foi estruturado a partir de um eixo longitudinal, definido como a via principal do parcelamento, a chamada Avenida Central. Esta via é constituída por duas pistas de rolamento de 7 metros de largura, separadas por meio de um canteiro central de 15 metros onde estão previstos os retornos. Ao longo destas vias, que possuem calçadas de 3 metros de largura de ambos os lados perfazendo uma caixa viária de 35 metros, foram dispostos os lotes com maior área e que se destinarão aos empreendimentos de maior porte. Esta via tem início a partir do Corredor de Atividades, constituindo a entrada principal do setor, e termina no limite com a futura Area Perimetral Sul, onde a previsão de uma rótula possibilitará uma futura costura com esta área.

A partir desta via, todo o sistema viário se articula. Vias secundárias transversais à via principal fazem a interligação direta com o restante do parcelamento definindo quadras que, cortadas por vias locais, definirão as áreas de lotes da ADE Centro-Norte. Esta disposição procura evitar a ocorrência de inúmeros cruzamentos entre as vias (os quais acabam por se tornar pontos de conflito de tráfego com retenção e possibilidades de ocorrência de acidentes), garantindo assim uma maior fluidez e consequentemente a menor emissão de poluentes. No entanto, alguns cruzamentos são inevitáveis uma vez que a segmentação excessiva do sistema viário conduz a uma situação de "labirinto" afetando a orientabilidade.

As vias locais, que dão acesso direto aos lotes localizados no miolo das quadras, foram definidas com uma caixa viária total de 25,00 metros, com estacionamentos públicos a noventa graus em relação às vias (5,00 metros). A pista de mão dupla é de 7,00 m de largura e calçadas de ambos os lados com 2,50 metros cada. Para efeito de manobra foi disponibilizada uma faixa intermediária de 1,50 metro de largura entre as vagas e a faixa de rolamento, que entendemos ser suficiente por se tratar de via local. Uma faixa mais generosa prejudicaria a permeabilidade da área.

Baseado nas imposições ambientais da área de estudo, só foram dispostas vagas de estacionamento de superfície em área pública para os lotes de até 300 metros quadrados. Os lotes com área superior a 300 metros quadrados deverão oferecer vagas em seu interior em quantidade compatível com a atividade desenvolvida e proporcional à sua área, seguindo o disposto no PDL de Ceilândia.

Paralelamente à Avenida Centro-Norte, foi constituída uma via marginal com doze metros de caixa viária (2,5 metros de calçada no lado da faixa de domínio, 3,00 metros no lado dos lotes, e 7 metros de pista de rolamento com duas faixas de 3,5 metros), que permite o acesso ao setor para quem se encontra naquela avenida. Os acessos transversais à ADE foram definidos a partir do prolongamento dos eixos das vias P1, P2 e P3 do Setor P Sul de Ceilândia. Esta disposição além de garantir um eixo de penetração visual a partir das vias das áreas residenciais permite, se houver necessidade futura, a penetração direta ao parcelamento através do prolongamento das mesmas, estabelecendo assim uma costura efetiva entre a ADE e o resto da cidade.

Complementa a rede viária uma via secundária contígua aos limites com a ARIE Parque JK. Esta via, chamada de Avenida Parque JK, além de constituir uma barreira física do parcelamento com a ARIE, caracteriza-se como uma via de contorno, possibilitando o acesso às áreas do empreendimento situadas ao norte da ADE e oferecendo uma opção a mais de circulação através do limite norte do empreendimento. Esta via poderá servir como balizadora da implantação da Área Perimetral Verde proposta pelo PDL de Ceilândia, podendo agregar à sua margem os equipamentos previstos. A Área perimetral verde consiste em uma faixa de transição entre as zonas urbana e rural, diminuindo as pressões entre as mesmas.

O Corredor de Atividades é proposto com 45 metros de caixa viária,com duas pistas de 10,5 metros de largura (3 faixas de rolamento de 3,5 metros), canteiro central com 19 metros de largura e calçadas de 2.5 metros de largura. Estas dimensões permitem a instalação de via expressa para ônibus e VLT (veículo leve sobre trilhos), previstas pelo PDL.

4. Proposta de Uso e Ocupação do Solo:

A partir da definição do sistema viário e das diretrizes e restrições ambientais do sítio foi definida a configuração da ADE Centro-Norte.

Definidas as praças centrais como estruturadoras do parcelamento, foram criadas quatro quadras que comportam os 625 lotes. Os lotes com maior área foram dispostos junto às vias de maior penetração e fluxo de tráfego atraindo os empreendimentos de maior porte, reforçando assim sua importância como vias principais do parcelamento. Os lotes com menor área ficaram no interior de cada quadra, junto às vias locais, servidos por estacionamentos de superfície. Estes lotes deverão atrair pequenas oficinas, revendas de auto peças, borracharias, pequenas indústrias e micro-empresas de um modo geral. A oferta de lotes maiores nas proximidades das praças possibilitará a conformação de pequenos centros comerciais para disponibilização de serviços de apoio, e a animação das áreas de integração.

A porção ao norte situada entre a Av. Central da ADE e a Avenida Central e próxima ao Corredor de Atividades deverá ser recuperada, uma vez que se encontra degradada e apresenta ocorrência de minas d'água e linhas de drenagem. Reforça ainda a necessidade de recuperação desta área a constatação, através da fotografia aérea, de campos de murundus junto à Av. Centro-Norte que foram arrasados o que denota terrenos hidrófilos e portanto, suscetíveis a degradação ambiental. Esta área foi definida como a Praça Ecológica e deverá ser objeto, por ocasião da implementação da ADE, de estudos para o reflorestamento e recuperação da mesma visando a sua preservação permanente. Na parte sul desta área, junto à Avenida Central foi criada uma Área Especial que deverá ser destinada preferencialmente a equipamento de porte regional.

O trecho localizado a sul do empreendimento, junto à conexão do Corredor de Atividades com a Avenida Principal da ADE deverá ser incorporado ao futuro Parque Metropolitano, previsto no Plano Diretor Local de Ceilândia, por apresentar a ocorrência de minas d'água, lagoas, brejos e uma grande área degradada explorada como jazida de saibro. Apesar da degradação ambiental, esta área possui potencial de beleza cênica que, com alguns cuidados de recuperação, poderá ser destinado ao lazer da população. Nesta área foi criada uma segunda Área Especial destinada preferencialmente a equipamento recreativo ou cultural.

5. Normas de Uso do Solo:

A proposta de uso do solo do Plano Diretor Local de Ceilândia baseia-se em critérios de incomodidade das atividades, define os locais da cidade onde serão tolerados os usos mais incômodos, e onde estes serão proibidos. Definiram se assim as categorias de lotes :

- L-0, de maior restrição;
- L-1, de média restrição ;
- L-2, de menor restrição; e
- L-3, com restrição a residência.

A ADE Centro-Norte adotará a categoria de lotes L-3 prevista no PDL local, sendo basicamente destinados às atividades de alta incomodidade, o que permitirá a instalação de uma grande variedade de atividades, como é o objetivo do projeto, restringindo o uso residencial. As Normas de Edificação e Gabarito apresentam no Anexo I a listagem das atividades permitidas, elaborada de acordo com a Tabela de Classificação de Atividades aprovada pelo Decreto 19.071 de 06 de março de 1998.

Como a nova legislação impede o direcionamento do uso ou ocupação dos lotes para uma atividade pré determinada, qualquer tipo de empreendimento poderá se instalar a princípio em qualquer lote na ADE. Entretanto, é necessário indicar algumas atividades preferenciais a se instalarem em lotes estrategicamente localizados.

Sugere-se a instalação de dois postos de abastecimento de combustíveis – PAC – sendo um na Quadra 1, Conjunto C lote 30; e outro na Quadra 3, Conjunto B lote 1, devido à fácil acessibilidade que estes lotes permitem tanto a partir da Avenida Centro-Norte como para quem circule pelas vias internas ao parcelamento.

Foram criadas duas áreas de uso especial que se justificam a partir das condicionantes ambientais impostas pelo EIA/RIMA. A Área Especial 1, já descrita anteriormente, deverá ser destinada a um equipamento de porte regional e localiza-se na Quadra 1 junto à Praça Ecológica. A Segunda área de uso especial, contígua à Avenida Central, está localizada junto ao Parque Metropolitano na parte sul do

empreendimento. Chamada de Área Especial 2 e localizada na Quadra 2, este lote destina-se preferencialmente à instalação de clube ou associação comunitária de cunho recreativo e/ou cultural e deverá ter ocupação reduzida devido à proximidade com áreas susceptíveis a degradação ambiental. Espera-se com isso atender não só as necessidades por equipamentos de recreação da população de Ceilândia, como também coibir a implementação de atividades que poderiam por em risco a integridade físico-ambiental da área próxima ao Parque Metropolitano.

Por fim, é prevista a disponibilização de lotes para instalação de equipamentos públicos como uma delegacia policial e um posto de fiscalização ambiental destinado ao IEMA para atuar junto às áreas de praças da ADE e na ARIE - Parque JK, possibilitando também, o esclarecimento do público em geral quanto à educação ambiental. Estes equipamentos estão definidos no Quadro de Unidades Imobiliárias de Equipamentos Públicos Comunitários, conforme se segue:

Tabela 1

QUADRO DE UNIDADES IMOBILIÁRIAS DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS COMUNITÁRIOS			
ÍTEM	ENDEREÇO	ÁREA (m²)	SECRETARIA
01	Quadra 1 Conjunto D, Lote 3	800,00	Segurança Pública
02	Quadra 2, Conjunto A, Lote 24	295,50	SEMATEC
TOTAL:		1.095,50 m²	

6. Indicadores Urbanísticos:

6.1. Índices Urbanísticos

A configuração proposta apresenta os seguintes índices urbanísticos:

Tabela 2– Índices Urbanísticos:

ÍNDICES URBANÍSTICOS			
ÁREAS	USOS	ÁREAS (m²)	%
Área Total	-	593.932,12	100,00
Área Privatizada		210.089,94	35,37
Área Pública	Estacionamentos (1943 vagas):	24.287,50	4,09
	Calçadas	56.309,86	9,48
	Vias	94.423,70	15,90
	Áreas Verdes e Praças	208.821,12	35,16
	Total Área Pública	**386.060,03**	**64,62**
TOTAIS	-	**593.932,12**	**100,00**

Verifica-se que, do total da área de projeto, 35,37% constitui área privatizável, enquanto 64,62% é destinada ao uso público, distribuídos da seguinte forma: 35,16% para Praças e Áreas Verdes (aí incluídos os canteiros centrais das vias) e 29,47% para o Sistema Viário (15,90% de vias, 4,09% de estacionamentos e 9,48% de calçadas). O índice obtido para o total de área destinado ao uso público vai muito além do exigido pela Lei 6.766/79, que é de 35%. Este alto índice já era previsível uma vez que, em função das restrições estabelecidas pelo EIA/RIMA foram definidas muitas áreas de preservação permanente.

6.2. Areas Permeáveis:

O critério de ocupação do solo mais importante para a ADE Centro-Norte vem a ser a Taxa de Permeabilidade definida pelo PDL de Ceilândia, que exige uma porcentagem de área de solo permeável interna ao lote objetivando o escoamento natural das águas pluviais. Esta medida vem ao encontro das exigências e restrições do EIA-RIMA.

A taxa definida no PDL é escalonada conforme a superfície do lote, como se segue:

- Lotes de até 150 m²: - não será exigido;
- Lotes de 150 a 500 m²: - 10% de área permeável;
- Lotes de 500 a 2.000 m²: - 20% de área permeável;
- Lotes acima de 2.000 m²: - 30% de área permeável.

A tabela abaixo demonstra o somatório das áreas permeáveis a serem atingidas com a aplicação da Taxa de Permeabilidade nos lotes mostrada acima.

Tabela 3 – Cálculo da Área Permeável

Área de Lotes	N.º Total de Lotes	Área Total (m²)	(PDL) Taxa de Permeabilidade	Área Permeável (m²)
Lotes c/ 150m²	206	30.900	Inexistente	0
Lotes de 150 a 500m²	322	96.646,34	10%	9.664,63
Lotes de 500 a 2.000m²	94	67.513,47	20%	13.502,69
Lotes acima de 2.000m²	1	4.270,60	30%	1.281,18
Áreas Especiais	2	10.759,53	40%	4.757,16
Total	**625**	**210.089,94**		**29.205,66**

Apesar da inexistência da Licença Ambiental para implantação do empreendimento por ocasião da elaboração do projeto urbanístico para a ADE Centro-Norte, o Parecer Técnico Nº 06/93 da Comissão de Análise de EPIA/RIMA dentre as exigências e restrições para implantação de qualquer empreendimento de natureza urbana na área do Entorno Imediato de Ceilândia e Taguatinga estabelece que "não será permitida a impermeabilização de mais de 60% da área". Este percentual foi adotado para as áreas de uso especial, uma vez que estas se localizam em terrenos suscetíveis a degradação ambiental conforme descrito anteriormente.

Assim, o total obtido de 29.205,66m² de área permeável devido aos lotes somado aos 208.821,12m² referentes às áreas verdes e praças totalizam 238.026,78m², correspondendo a 40,08% de solo permeável na ADE Centro-Norte contemplando desta forma, o estabelecido no Parecer Técnico Nº 06/93 do IEMA.

Apesar da larga extensão de área pública no parcelamento (64,62% da área total), a área de solo permeável não é proporcionalmente tão extensa, devido a vários fatores. Em primeiro lugar pode-se citar a generosidade do sistema viário que, em um setor destinado a abrigar atividades ligadas a oficinas, manutenção de máquinas e equipamentos, auto-peças, pequenas e médias indústrias, deve comportar um fluxo razoável de veículos de pequeno e médio portes, assim como, proporcionalmente, deve oferecer vagas de estacionamento em número satisfatório.

Num segundo momento, a poligonal de estudo do empreendimento foi definida tomando-se como limites o eixo da Avenida Centro-Norte e o eixo do futuro Corredor de Atividades, vias de destacada importância para o empreendimento. Estas vias, apesar de não fazerem parte efetivamente do parcelamento, foram incluídas na área de estudos afim de serem analisadas as interferências e impactos sobre o sistema viário do entorno, e comparecem no cálculo das áreas impermeabilizadas com relativo peso por possuírem superfícies consideráveis.

Por fim, comparecem com importância no cálculo das áreas impermeáveis os 206 lotes de 150 metros quadrados, cuja taxa de permeabilidade estabelecida pelo Plano Diretor Local de Ceilândia é igual a zero.

7. Diretrizes de Paisagismo:

O estabelecimento das praças centrais e da Praça Ecológica atendem aos objetivos determinantes de preservação ambiental, e da função de pontos agregadores de atividades e de integração com a área urbana consolidada.

Para cumprir satisfatoriamente estas funções, estas praças deverão comportar atividades e equipamentos atraentes à população a aos freqüentadores da ADE, em particular. Caso contrário poderão se tornar áreas desocupadas e degradadas que se converterão em barreiras físicas entre uma porção e outra da ADE.

Apesar das diretrizes de uso do solo adotadas não permitirem a ação determinante do planejador sobre os usos permitidos para os lotes contíguos às praças, espera-se que estes sejam ocupados por atividades que sirvam de apoio e atratividade aos usuários das praças. É desejável a instalação, nestes lotes, de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços como restaurantes, lanchonetes, lojas e locais de diversões e entretenimento.

Os espaços das praças deverão ser objeto de projeto paisagístico que contemple a disponibilização de quadras poliesportivas (tomando-se o devido cuidado com a porcentagem de superfície impermeabilizada) e campo de futebol afim de atender à demanda por áreas de lazer da população. O projeto paisagístico deverá prever também o reflorestamento e a recuperação de algumas áreas degradadas com a utilização de espécies nativas do cerrado, o aproveitamento do potencial paisagístico das lagoas, podendo inclusive ser proposta a ampliação destas, afim de reforçar o seu uso recreativo. Nestas áreas deverão ser incorporadas trilhas de pedestres que possam servir como elementos de integração paisagística e funcionem como instrumento de educação ambiental.

Complementando o projeto, as praças poderão ser equipadas com mobiliário urbano tais como quiosque, bancos, lixeiras, iluminação pública e equipamentos públicos como parque infantil e um teatro de arena para a realização de eventos culturais a partir da utilização de recursos paisagísticos como grama, toras de madeira e vegetação a fim de garantir a sua integração na paisagem e a permeabilidade do solo.

A implementação destas diretrizes garante a conformação das praças como um grande equipamento urbano que atenda toda a cidade, não apenas a ADE e suas cercanias, constituindo-se assim em pólo de atração de atividades, fomentando o encontro e a interação social da população de Ceilândia.

8. Princípios do Sistema de Endereçamento:

Foram definidas quatro quadras, delimitadas naturalmente a partir da Avenida Central e das praças centrais, dividindo o empreendimento em quatro porções. A partir da definição destas quadras, usou-se para a Área de Desenvolvimento Econômico e seus lotes destinados às pequenas industrias e oficinas a mesma lógica do sistema de endereçamento utilizado nas quadras residenciais do Setor P, segundo determinação da Administração de Ceilândia e do IPDF.

Assim, a área situada entre a Avenida Central, a Avenida Centro-Norte, o Corredor de Atividades e as Praças Centrais foi denominada de Quadra 1, com seus conjuntos sendo chamadas de Conjuntos A, B, C e D. A quadra oposta a esta, entre a Avenida Central, a ARIE Parque JK, o Corredor de Atividades e as Praças Centrais foi chamada de Quadra 2, com seus conjuntos sendo chamados de Conjuntos A e B. Na seqüência da Avenida Central teremos, após as Praças Centrais, as Quadras 3 e 4 com seus respectivos conjuntos.

Como exemplo, citamos o endereço dos equipamentos públicos comunitários:
Posto Policial: Quadra 1, Conjunto D, Lote 3
SEMATEC/IEMA: Quadra 2, Conjunto A, Lote 24

VII -EQUIPE TÉCNICA

VII.I – METROQUATTRO

Coordenação Geral

Paulo Coelho Avila – Arquiteto
CREA 8079/D-DF

Equipe Técnica:

Max André Amaral - Engenheiro Arquiteto
CREA 52.376/D-MG

Marcio Henriques de Souza - Arquiteto e Urbanista
CREA 8076/D-DF

José Valdez Ferreira de Souza - Engenheiro Eletricista
CREA 7105/D-DF
Luiz César M. Gottschall - Engenheiro Civil
CREA 3575/D DF

VII.2 – GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL – GDF

TERRACAP
Valdo Cesar Damasceno de Carvalho - Arquiteto
Suzete Araújo Safene - Arquiteta

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CEILÂNDIA

Luiz Pedro de Melo Cézar - Arquiteto
Manoel Dias Furtado – Arquiteto

IPDF

João Eustáquio Correia – Arquiteto
Sávio de Lima Ivo – Arquiteto
Luiz Alberto Queiroz – Topógrafo
Giselle Moll Mascarenhas – Arquiteta
Eliana Ferreira Bermudez – Arquiteta
Sandra Soares de Mello – Arquiteta

IEMA
Ricardo de Castro Dutra

METROQUATTRO ARQUITETURA TECNOLOGIA S/C LTDA	R.T.: Paulo Coelho Avila CREA 8079/D - DF			
MEMORIAL DESCRITIVO - ALTERAÇÕES DE PROJETO				
MDE – 127/98	**CIDADE DE CEILÂNDIA – RA IX** Setor de Desenvolvimento Econômico ADE - Centro-Norte – Quadras 01 a 04			
FOLHA: 14/14 DATA: 22.01.99	PROJETO: Metroquattro	REVISÃO: GEPRO II - IPDF	VISTO: Diretor IPDF	APROVO: Presidente IPDF

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL

IVELISE MARIA LONGHI PEREIRA DA SILVA
SECRETÁRIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO DO DISTRITO FEDERAL

ELIANA KLARMANN PORTO
DIRETORA-PRESIDENTE DO
INSTITUTO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL

ROSEMAY MARTINS LEÃO PIMENTEL
DIRETORA DE ESTUDOS E PROJETOS
DO INSTITUTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL.

ANEXO I

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

METROQUATTRO ARQUITETURA TECNOLOGIA S/C LTDA	R.T.: Paulo Coelho Avila CREA 8079/D - DF			
M E M O R I A L D E S C R I T I V O				
MDE – 127/98	Cidade de Ceilândia – RA IX Setor de Desenvolvimento Econômico ADE - Centro-Norte – Quadras 01 a 04			
FOLHA: 01/77 DATA: 22.01.99	PROJETO: Metroquattro	REVISÃO: GEPRO II - IPDF	VISTO: Diretor IPDF	APROVO: Presidente IPDF

IPDF

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE – QUADRA 01

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-B
Data: 22.01.99

Esquerda / FRENTE / Direita
VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 01	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
AE	AE-1	4.533,50	79,000	86,000	53,000	46,000	9,899	VP	AP	AP	VP	VP	Especial
TOTAIS	1	4.533,50											

LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto
Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial

IPDF

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE – QUADRA 01

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-B
Data: 22.01.99

Esquerda FRENTE Direita
VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
Quadra 01	Lote		Frente	Fundo	Lateral		Chanfro	Frente	Fundo	Lateral		Chanfro	
					Direita	Esquerda				Direita	Esquerda		
Conj. A	1	796,46	20,000	20,000	39,823	39,823	-	VP	Lt. 46, Conj. A	VP	Lt. 2, Conj. A	-	L3
	2	791,47	20,006	20,000	39,823	39,324	-	VP	Lt. 4, Conj. A Lt. 46, Conj. A	Lt. 1, Conj. A	Lt. 3, Conj. A	-	L3
	3	1.062,55	17,597 17,597	20,000	39,324	23,481	10,447	VP	Lt. 4, Conj. A	Lt. 2, Conj. A	VP	VP	L3
	4	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 46, Conj. A	Lt. 2, Conj. A Lt. 3, Conj. A	Lt. 5, Conj. A	-	L3
	5	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 45, Conj. A	Lt. 4, Conj. A	Lt. 6, Conj. A	-	L3
	6	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 44, Conj. A	Lt. 5, Conj. A	Lt. 7, Conj. A	-	L3
	7	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 43, Conj. A	Lt. 6, Conj. A	Lt. 8, Conj. A	-	L3
	8	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 42, Conj. A	Lt. 7, Conj. A	Lt. 9, Conj. A	-	L3
	9	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 41, Conj. A	Lt. 8, Conj. A	Lt. 10, Conj. A	-	L3
	10	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 40, Conj. A	Lt. 9, Conj. A	Lt. 11, Conj. A	-	L3
	11	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 39, Conj. A	Lt. 10, Conj. A	Lt. 12, Conj. A	-	L3
TOTAIS			LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial										

IPDF

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE – QUADRA 01

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-B, 150-I-6-A
Data: 22.01.99

Esquerda FRENTE Direita
VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
Quadra 01	Lote		Frente	Fundo	Lateral		Chanfro	Frente	Fundo	Lateral		Chanfro	
					Direita	Esquerda				Direita	Esquerda		
Conj. A	12	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 38, Conj. A	Lt. 11, Conj. A	Lt. 13, Conj. A	-	L3
	13	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 37, Conj. A	Lt. 12, Conj. A	Lt. 14, Conj. A	-	L3
	14	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 36, Conj. A	Lt. 13, Conj. A	Lt. 15, Conj. A	-	L3
	15	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 35, Conj. A	Lt. 14, Conj. A	Lt. 16, Conj. A	-	L3
	16	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 34, Conj. A	Lt. 15, Conj. A	Lt. 17, Conj. A	-	L3
	17	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 33, Conj. A	Lt. 16, Conj. A	Lt. 18, Conj. A	-	L3
	18	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 32, Conj. A	Lt. 17, Conj. A	Lt. 19, Conj. A	-	L3
	19	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 31, Conj. A	Lt. 18, Conj. A	Lt. 20, Conj. A	-	L3
	20	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 30, Conj. A	Lt. 19, Conj. A	Lt. 21, Conj. A	-	L3
	21	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 29, Conj. A	Lt. 20, Conj. A	Lt. 22, Conj. A	-	L3
	22	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 28, Conj. A	Lt. 21, Conj. A	Lt. 23, Conj. A	-	L3
	23	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 27, Conj. A	Lt. 22, Conj. A	Lt. 24, Conj. A Lt. 25, Conj. A	-	L3
TOTAIS			LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial										

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

IPDF

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE – QUADRA 01

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-B
Data: 22.01.99

Esquerda / Direita / FRENTE / VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 01	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. A	24	688,18	13,265	20,000	29,019	35,500	9,347	VP	Lt. 23, Conj. A	VP	Lt. 25, Conj. A	VP	L3
	25	710,00	20,000	20,000	35,500	35,500	-	VP	Lt. 23, Conj. A Lt. 27, Conj. A	Lt. 24, Conj. A	Lt. 26, Conj. A	-	L3
	26	710,00	20,000	20,000	35,500	35,500	-	VP	Lt. 27, Conj. A	Lt. 25, Conj. A	VP	-	L3
	27	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 23, Conj. A	Lt. 25, Conj. A Lt. 26, Conj. A	Lt. 28, Conj. A	-	L3
	28	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 22, Conj. A	Lt. 27, Conj. A	Lt. 29, Conj. A	-	L3
	29	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 21, Conj. A	Lt. 28, Conj. A	Lt. 30, Conj. A	-	L3
	30	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 20, Conj. A	Lt. 29, Conj. A	Lt. 31, Conj. A	-	L3
	31	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 19, Conj. A	Lt. 30, Conj. A	Lt. 32, Conj. A	-	L3
	32	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 18, Conj. A	Lt. 31, Conj. A	Lt. 33, Conj. A	-	L3
	33	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 17, Conj. A	Lt. 32, Conj. A	Lt. 34, Conj. A	-	L3
	34	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 16, Conj. A	Lt. 33, Conj. A	Lt. 35, Conj. A	-	L3
TOTAIS			LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial										

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

IPDF

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE – QUADRA 01

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-B
Data: 22.01.99

Esquerda / Direita / FRENTE / VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 01	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. A	35	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 15, Conj. A	Lt. 34, Conj. A	Lt. 36, Conj. A	-	L3
	36	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 14, Conj. A	Lt. 35, Conj. A	Lt. 37, Conj. A	-	L3
	37	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 13, Conj. A	Lt. 36, Conj. A	Lt. 38, Conj. A	-	L3
	38	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 12, Conj. A	Lt. 37, Conj. A	Lt. 39, Conj. A	-	L3
	39	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 11, Conj. A	Lt. 38, Conj. A	Lt. 40, Conj. A	-	L3
	40	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 10, Conj. A	Lt. 39, Conj. A	Lt. 41, Conj. A	-	L3
	41	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 9, Conj. A	Lt. 40, Conj. A	Lt. 42, Conj. A	-	L3
	42	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 8, Conj. A	Lt. 41, Conj. A	Lt. 43, Conj. A	-	L3
	43	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 7, Conj. A	Lt. 42, Conj. A	Lt. 44, Conj. A	-	L3
	44	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 6, Conj. A	Lt. 43, Conj. A	Lt. 45, Conj. A	-	L3
	45	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 5, Conj. A	Lt. 44, Conj. A	Lt. 46, Conj. A	-	L3
	46	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 4, Conj. A	Lt. 45, Conj. A	Lt. 1, Conj. A Lt. 2, Conj. A	-	L3
TOTAIS	46	16.758,66	LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial										

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

IPDF

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE – QUADRA 01

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-B
Data: 22.01.99

Esquerda / Direita / FRENTE / VIA

Endereço		Superfície (m²)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 01	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. B	1	1.129,76	31,555	14,244	40,777	40,000	10,595	VP	Lt. 34, Conj. B	VP	Lt. 2, Conj. B	VP	L3
	2	800,00	20,000	20,000	40,000	40,000	-	VP	Lt. 34, Conj. B	Lt. 1, Conj. B	Lt. 3, Conj. B	-	L3
	3	800,00	20,000	20,000	40,000	40,000	-	VP	Lt. 32, Conj. B Lt. 33, Conj. B	Lt. 2, Conj. B	Lt. 4, Conj. B	-	L3
	4	800,00	20,000	20,000	40,000	40,000	-	VP	Lt. 30, Conj. B Lt. 31, Conj. B	Lt. 3, Conj. B	Lt. 5, Conj. B	-	L3
	5	800,00	20,000	20,000	40,000	40,000	-	VP	Lt. 28, Conj. B Lt. 29, Conj. B	Lt. 4, Conj. B	Lt. 6, Conj. B	-	L3
	6	823,12	20,133	20,000	40,000	42,312	-	VP	Lt. 26, Conj. B Lt. 27, Conj. B	Lt. 5, Conj. B	Lt. 7, Conj. B	-	L3
	7	1.081,14	18,262	30,000	42,312	48,903	-	VP	Lt. 23, Conj. B Lt. 24, Conj. B Lt. 25, Conj. B	Lt. 6, Conj. B	Lt. 8, Conj. B	-	L3
TOTAIS			LEGENDA E OBSERVAÇÕES:		AP. – Área Pública		Lt. – Lote	VP – Via Pública		Conj. – Conjunto			
					Q. - Quadra		EPC – Equipamento Público Comunitário			AE – Área Especial			

IPDF

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE – QUADRA 01

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-B
Data: 22.01.99

Esquerda / Direita / FRENTE / VIA

Endereço		Superfície (m²)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 01	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. B	8	1.193,55	18,262	36,616	48,903	41,175	-	VP	Lt. 19, Conj. B Lt. 20, Conj. B Lt. 21, Conj. B Lt. 22, Conj. B	Lt. 7, Conj. B	Lt. 9, Conj. B	-	L3
	9	811,75	20,035	20,000	41,175	40,000	-	VP	Lt. 17, Conj. B Lt. 18, Conj. B	Lt. 8, Conj. B	Lt. 10, Conj. B Lt. 11, Conj. B Lt. 12, Conj. B Lt. 13, Conj. B	-	L3
	10	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 9, Conj. B	VP	Lt. 11, Conj. B	-	L3
	11	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 9, Conj. B	Lt. 10, Conj. B	Lt. 12, Conj. B	-	L3
	12	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 9, Conj. B	Lt. 11, Conj. B	Lt. 13, Conj. B	-	L3
	13	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 9, Conj. B	Lt. 12, Conj. B	Lt. 14, Conj. B		L3
	14	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 17, Conj. B	Lt. 13, Conj. B	Lt. 15, Conj. B	-	L3
TOTAIS			LEGENDA E OBSERVAÇÕES:		AP. – Área Pública		Lt. – Lote	VP – Via Pública		Conj. – Conjunto			
					Q. - Quadra		EPC – Equipamento Público Comunitário			AE – Área Especial			

IPDF

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE – QUADRA 01

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-B
Data: 22.01.99

Esquerda | FRENTE | Direita
VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 01	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. B	15	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 17, Conj. B	Lt. 14, Conj. B	Lt. 16, Conj. B	-	L3
	16	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 17, Conj. B	Lt. 15, Conj. B	VP	-	L3
	17	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 9, Conj. B	Lt. 14, Conj. B Lt. 15, Conj. B Lt. 16, Conj. B	Lt. 18, Conj. B	-	L3
	18	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 9, Conj. B	Lt. 17, Conj. B	Lt. 19, Conj. B		L3
	19	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 8, Conj. B	Lt. 18, Conj. B	Lt. 20, Conj. B	-	L3
	20	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 8, Conj. B	Lt. 19, Conj. B	Lt. 21, Conj. B		L3
	21	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 8, Conj. B	Lt. 20, Conj. B	Lt. 22, Conj. B	-	L3
	22	502,42	16,747 10,132	6,616	30,000	30,000	-	VP	Lt. 8, Conj. B	Lt. 21, Conj. B	Lt. 23, Conj. B		
	23	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 7, Conj. B	Lt. 22, Conj. B	Lt. 24, Conj. B	-	L3
	24	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 7, Conj. B	Lt. 23, Conj. B	Lt. 25, Conj. B	-	L3
	25	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 7, Conj. B	Lt. 24, Conj. B	Lt. 26, Conj. B	-	L3
TOTAIS			LEGENDA E OBSERVAÇÕES:		AP. – Área Pública		Lt. – Lote		VP – Via Pública		Conj. – Conjunto		
					Q. - Quadra		EPC – Equipamento Público Comunitário				AE – Área Especial		

IPDF

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE – QUADRA 01

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-B
Data: 22.01.99

Esquerda | FRENTE | Direita
VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 01	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. B	26	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 6, Conj. B	Lt. 25, Conj. B	Lt. 27, Conj. B	-	L3
	27	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 6, Conj. B	Lt. 26, Conj. B	Lt. 28, Conj. B	-	L3
	28	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 5, Conj. B	Lt. 27, Conj. B	Lt. 29, Conj. B	-	L3
	29	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 5, Conj. B	Lt. 28, Conj. B	Lt. 30, Conj. B	-	L3
	30	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 4, Conj. B	Lt. 29, Conj. B	Lt. 31, Conj. B	-	L3
	31	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 4, Conj. B	Lt. 30, Conj. B	Lt. 32, Conj. B	-	L3
	32	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 3, Conj. B	Lt. 31, Conj. B	Lt. 33, Conj. B	-	L3
	33	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 3, Conj. B	Lt. 32, Conj. B	Lt. 34, Conj. B	-	L3
	34	684,22	11,371	34,244	30,000	37,725	-	VP	Lt. 1, Conj. B Lt. 2, Conj. B	Lt. 33, Conj. B	VP	-	L3
TOTAIS	**34**	**16.325,96**	LEGENDA E OBSERVAÇÕES:		AP. – Área Pública		Lt. – Lote		VP – Via Pública		Conj. – Conjunto		
					Q. - Quadra		EPC – Equipamento Público Comunitário				AE – Área Especial		

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

IPDF

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE – QUADRA 01

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-B
Data: 22.01.99

Esquerda | FRENTE | Direita
VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 01	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. C	1	816,99	36,685	10,000	44,012	35,000	-	VP	Lt. 34, Conj. C	VP	Lt. 2, Conj. C	-	L3
	2	350,00	10,000	10,000	35,000	35,000	-	VP	Lt. 34, Conj. C	Lt. 1, Conj. C	Lt. 3, Conj. C	-	L3
	3	350,00	10,000	10,000	35,000	35,000	-	VP	Lt. 34, Conj. C	Lt. 2, Conj. C	Lt. 4, Conj. C	-	L3
	4	350,00	10,000	10,000	35,000	35,000	-	VP	Lt. 34, Conj. C	Lt. 3, Conj. C	Lt. 5, Conj. C	-	L3
	5	350,00	10,000	10,000	35,000	35,000	-	VP	Lt. 29, Conj. C	Lt. 4, Conj. C	Lt. 6, Conj. C	-	L3
	6	350,00	10,000	10,000	35,000	35,000	-	VP	Lt. 29, Conj. C	Lt. 5, Conj. C	Lt. 7, Conj. C	-	L3
	7	350,00	10,000	10,000	35,000	35,000	-	VP	Lt. 28, Conj. C	Lt. 6, Conj. C	Lt. 8, Conj. C	-	L3
	8	350,00	10,000	10,000	35,000	35,000	-	VP	Lt. 28, Conj. C	Lt. 7, Conj. C	Lt. 9 Conj. C	-	L3
	9	521,80	8,874	20,000	35,000	38,790	-	VP	Lt. 27 Conj. C	Lt. 8, Conj. C	Lt. 10, Conj. C	-	L3
	10	576,06	8,874	22,103	38,790	37,061	-	VP	Lt. 26, Conj. C	Lt. 9 Conj. C	Lt. 11, Conj. C	-	L3
	11	360,30	10,210	10,000	37,061	35,000	-	VP	Lt. 25, Conj. C	Lt. 10, Conj. C	Lt. 12, Conj. C	-	L3
	12	350,00	10,000	10,000	35,000	35,000	-	VP	Lt. 25, Conj. C	Lt. 11, Conj. C	Lt. 13, Conj. C	-	L3
TOTAIS			LEGENDA E OBSERVAÇÕES:		AP. – Área Pública			Lt. – Lote		VP – Via Pública		Conj. – Conjunto	
					Q. - Quadra			EPC – Equipamento Público Comunitário				AE – Área Especial	

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

IPDF

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE – QUADRA 01

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-B
Data: 22.01.99

Esquerda | FRENTE | Direita
VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 01	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. C	13	350,00	10,000	10,000	35,000	35,000	-	VP	Lt. 24, Conj. C	Lt. 12, Conj. C	Lt. 14, Conj. C	-	L3
	14	350,00	10,000	10,000	35,000	35,000	-	VP	Lt. 24, Conj. C	Lt. 13, Conj. C	Lt. 15, Conj. C	-	L3
	15	350,00	10,000	10,000	35,000	35,000	-	VP	Lt. 23, Conj. C	Lt. 14, Conj. C	Lt. 16, Conj. C	-	L3
	16	350,00	10,000	10,000	35,000	35,000	-	VP	Lt. 23, Conj. C	Lt. 15, Conj. C	Lt. 17, Conj. C	-	L3
	17	350,00	10,000	10,000	35,000	35,000	-	VP	Lt. 22, Conj. C	Lt. 16, Conj. C	Lt. 18, Conj. C Lt. 19, Conj. C Lt. 20, Conj. C	-	L3
	18	350,01	11,667	11,667	30,000	30,000	-	VP	Lt. 17, Conj. C	VP	Lt. 19, Conj. C	-	L3
	19	350,01	11,667	11,667	30,000	30,000	-	VP	Lt. 17, Conj. C	Lt. 18, Conj. C	Lt. 20, Conj. C	-	L3
	20	350,01	11,667	11,667	30,000	30,000	-	VP	Lt. 17, Conj. C	Lt. 19, Conj. C	Lt. 21, Conj. C Lt. 22, Conj. C	-	L3
	21	774,60	20,000	20,000	38,730	38,730	-	VP	Lt. 20, Conj. C	VP	Lt. 22, Conj. C	-	L3
TOTAIS			LEGENDA E OBSERVAÇÕES:		AP. – Área Pública			Lt. – Lote		VP – Via Pública		Conj. – Conjunto	
					Q. - Quadra			EPC – Equipamento Público Comunitário				AE – Área Especial	

IPDF

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE – QUADRA 01

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-B
Data: 22.01.99

Esquerda | FRENTE | Direita
VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 01	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. C	22	774,60	20,000	20,000	38,730	38,730	-	VP	Lt. 17, Conj. C Lt. 20, Conj. C	Lt. 21, Conj. C	Lt. 23, Conj. C	-	L3
	23	774,60	20,000	20,000	38,730	38,730	-	VP	Lt. 15, Conj. C Lt. 16, Conj. C	Lt. 22, Conj. C	Lt. 24, Conj. C	-	L3
	24	774,60	20,000	20,000	38,730	38,730	-	VP	Lt. 13, Conj. C Lt. 14, Conj. C	Lt. 23, Conj. C	Lt. 25, Conj. C	-	L3
	25	774,60	20,000	20,000	38,730	38,730	-	VP	Lt. 11, Conj. C Lt. 12, Conj. C	Lt. 24, Conj. C	Lt. 26, Conj. C	-	L3
	26	858,77	21,923	22,103	38,730	40,058	-	VP	Lt. 10, Conj. C	Lt. 25, Conj. C	Lt. 27, Conj. C	-	L3
	27	699,73	16,463	20,000	40,058	47,932	-	VP	Lt. 9, Conj. C	Lt. 26, Conj. C	Lt. 28, Conj. C	-	L3
	28	830,33	16,302	20,000	47,932	56,482	-	VP	Lt. 7, Conj. C Lt. 8, Conj. C	Lt. 27, Conj. C	Lt. 29, Conj. C	-	L3
TOTAIS			LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial										

IPDF

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE – QUADRA 01

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-B
Data: 22.01.99

Esquerda | FRENTE | Direita
VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 01	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. C	29	986,90	15,935	20,000	56,482	67,620	-	VP	Lt. 5, Conj. C Lt. 6, Conj. C	Lt. 28, Conj. C	Lt. 30, Conj. C Lt. 31, Conj. C Lt. 32, Conj. C Lt. 33, Conj. C Lt. 34, Conj. C	-	L3
	30	948,36	24,019	30,500	25,074	31,809	9,347	VP	Lt. 29, Conj. C	VP	Lt. 31, Conj. C	VP	L3
	31	318,09	10,000	10,000	31,809	31,809	-	VP	Lt. 29, Conj. C	Lt. 30, Conj. C	Lt. 32, Conj. C	-	L3
	32	318,09	10,000	10,000	31,809	31,809	-	VP	Lt. 29, Conj. C	Lt. 31, Conj. C	Lt. 33, Conj. C	-	L3
	33	318,09	10,000	10,000	31,809	31,809	-	VP	Lt. 29, Conj. C	Lt. 32, Conj. C	Lt. 34, Conj. C	-	L3
	34	612,21	31,372	7,120	31,809	40,000	-	VP	Lt. 29, Conj. C	Lt. 33, Conj. C	Lt. 1, Conj. C Lt. 2, Conj. C Lt. 3, Conj. C Lt. 4, Conj. C	-	L3
TOTAIS	**34**	**17.638,75**	LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial										

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

IPDF

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE – QUADRA 01

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-B
Data: 22.01.99

Esquerda | FRENTE | Direita
VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
Quadra 01	Lote		Frente	Fundo	Lateral		Chanfro	Frente	Fundo	Lateral		Chanfro	
					Direita	Esquerda				Direita	Esquerda		
Conj. D	1	800,00	20,000	20,000	40,000	40,000	-	VP	Lt. 24, Conj. D	VP	Lt. 2, Conj. D	-	L3
	2	800,00	20,000	20,000	40,000	40,000	-	VP	Lt. 4, Conj. D Lt. 24, Conj. D	Lt. 1, Conj. D	Lt. 3, Conj. D	-	L3
	3	800,00	20,000	20,000	40,000	40,000	-	VP	Lt. 4, Conj. D	Lt. 2, Conj. D	VP	-	EPC
	4	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 24, Conj. D	Lt. 2, Conj. D Lt. 3, Conj. D	Lt. 5, Conj. D	-	L3
	5	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 23, Conj. D	Lt. 4, Conj. D	Lt. 6, Conj. D	-	L3
	6	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 22, Conj. D	Lt. 5, Conj. D	Lt. 7, Conj. D	-	L3
	7	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 21, Conj. D	Lt. 6, Conj. D	Lt. 8, Conj. D	-	L3
	8	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 20, Conj. D	Lt. 7, Conj. D	Lt. 9, Conj. D	-	L3
	9	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 19, Conj. D	Lt. 8, Conj. D	Lt. 10, Conj. D	-	L3
	10	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 18, Conj. D	Lt. 9, Conj. D	Lt. 11, Conj. D	-	L3
	11	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 17, Conj. D	Lt. 10, Conj. D	Lt. 12, Conj. D	-	L3
TOTAIS			LEGENDA E OBSERVAÇÕES:		AP. – Área Pública		Lt. – Lote		VP – Via Pública		Conj. – Conjunto		
					Q. - Quadra		EPC – Equipamento Público Comunitário				AE – Área Especial		

IPDF

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE – QUADRA 01

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-B
Data: 22.01.99

Esquerda | FRENTE | Direita
VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
Quadra 01	Lote		Frente	Fundo	Lateral		Chanfro	Frente	Fundo	Lateral		Chanfro	
					Direita	Esquerda				Direita	Esquerda		
Conj. D	12	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 16, Conj. D	Lt. 11, Conj. D	Lt. 13, Conj. D Lt. 14, Conj. D	-	L3
	13	774,60	20,000	20,000	38,730	38,730	-	VP	Lt. 12, Conj. D	VP	Lt. 14, Conj. D	-	L3
	14	774,60	20,000	20,000	38,730	38,730	-	VP	Lt. 12, Conj. D Lt. 16, Conj. D	Lt. 13, Conj. D	Lt. 15, Conj. D	-	L3
	15	774,60	20,000	20,000	38,730	38,730	-	VP	Lt. 16, Conj. D	Lt. 14, Conj. D	VP	-	L3
	16	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 12, Conj. D	Lt. 14, Conj. D Lt. 15, Conj. D	Lt. 17, Conj. D	-	L3
	17	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 11, Conj. D	Lt. 16, Conj. D	Lt. 18, Conj. D	-	L3
	18	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 10, Conj. D	Lt. 17, Conj. D	Lt. 19, Conj. D	-	L3
	19	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 9, Conj. D	Lt. 18, Conj. D	Lt. 20, Conj. D	-	L3
	20	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 8, Conj. D	Lt. 19, Conj. D	Lt. 21, Conj. D	-	L3
	21	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 7, Conj. D	Lt. 20, Conj. D	Lt. 22, Conj. D	-	L3
TOTAIS			LEGENDA E OBSERVAÇÕES:		AP. – Área Pública		Lt. – Lote		VP – Via Pública		Conj. – Conjunto		
					Q. - Quadra		EPC – Equipamento Público Comunitário				AE – Área Especial		

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

IPDF

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE – QUADRA 01

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-B
Data: 22.01.99

Esquerda / Direita / FRENTE / VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
Quadra 01	Lote		Frente	Fundo	Lateral		Chanfro	Frente	Fundo	Lateral		Chanfro	
					Direita	Esquerda				Direita	Esquerda		
Conj. D	22	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 6, Conj. D	Lt. 21, Conj. D	Lt. 23, Conj. D	-	L3
	23	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 5, Conj. D	Lt. 22, Conj. D	Lt. 24, Conj. D	-	L3
	24	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 4, Conj. D	Lt. 23, Conj. D	Lt. 1, Conj. D Lt. 2, Conj. D	-	L3
TOTAIS	24	10.123,80	LEGENDA E OBSERVAÇÕES:		AP. – Área Pública	Lt. – Lote		VP – Via Pública		Conj. – Conjunto			
					Q. - Quadra	EPC – Equipamento Público Comunitário				AE – Área Especial			

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

IPDF

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE – QUADRA 02

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-B
Data: 22.01.99

Esquerda / Direita / FRENTE / VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
Quadra 02	Lote		Frente	Fundo	Lateral		Chanfro	Frente	Fundo	Lateral		Chanfro	
					Direita	Esquerda				Direita	Esquerda		
AE	AE-2	6.226,03	17,094 17,094 17,094 17,094 30,937	144,418	63,296	50,000	9,552	VP	AP	VP	AP	VP	Especial
TOTAIS	1	6.226,03	LEGENDA E OBSERVAÇÕES:		AP. – Área Pública	Lt. – Lote		VP – Via Pública		Conj. – Conjunto			
					Q. - Quadra	EPC – Equipamento Público Comunitário				AE – Área Especial			

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

IPDF

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE – QUADRA 02

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-B
Data: 22.01.99

Esquerda / Direita / FRENTE / VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
Quadra 02	Lote		Frente	Fundo	Lateral		Chanfro	Frente	Fundo	Lateral		Chanfro	
					Direita	Esquerda				Direita	Esquerda		
Conj. A	1	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 31, Conj. A	VP	Lt. 2, Conj. A	-	L3
	2	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 31, Conj. A	Lt. 1, Conj. A	Lt. 3, Conj. A	-	L3
	3	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 31, Conj. A	Lt. 2, Conj. A	Lt. 4, Conj. A	-	L3
	4	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 31, Conj. A	Lt. 3, Conj. A	Lt. 5, Conj. A	-	L3
	5	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 8, Conj. A	Lt. 4, Conj. A	Lt. 6, Conj. A	-	L3
	6	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 8, Conj. A	Lt. 5, Conj. A	Lt. 7, Conj. A	-	L3
	7	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 8, Conj. A	Lt. 6, Conj. A	VP	-	L3
	8	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 31, Conj. A	Lt. 5, Conj. A Lt. 6, Conj. A Lt. 7, Conj. A	Lt. 9, Conj. A	-	L3
	9	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 31, Conj. A	Lt. 8, Conj. A	Lt. 10, Conj. A	-	L3
	10	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 30, Conj. A	Lt. 9, Conj. A	Lt. 11, Conj. A	-	L3
	11	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 30, Conj. A	Lt. 10, Conj. A	Lt. 12, Conj. A	-	L3
TOTAIS			LEGENDA E OBSERVAÇÕES:		AP. – Área Pública	Lt. – Lote		VP – Via Pública		Conj. – Conjunto			
					Q. - Quadra	EPC – Equipamento Público Comunitário				AE – Área Especial			

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

IPDF

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE – QUADRA 02

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-B
Data: 22.01.99

Esquerda Direita FRENTE VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
Quadra 02	Lote		Frente	Fundo	Lateral Direita	Lateral Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Lateral Direita	Lateral Esquerda	Chanfro	
Conj. A	12	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 29, Conj. A	Lt. 11, Conj. A	Lt. 13, Conj. A	-	L3
	13	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 29, Conj. A	Lt. 12, Conj. A	Lt. 14, Conj. A	-	L3
	14	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 28, Conj. A	Lt. 13, Conj. A	Lt. 15, Conj. A	-	L3
	15	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 28, Conj. A	Lt. 14, Conj. A	Lt. 16, Conj. A	-	L3
	16	516,77	10,583	24,960	30,000	30,414	-	VP	Lt. 26, Conj. A Lt. 27, Conj. A	Lt. 15, Conj. A	Lt. 17, Conj. A	-	L3
	17	525,00	15,000	20,000	30,414	30,000	-	VP	Lt. 25, Conj. A	Lt. 16, Conj. A	Lt. 18, Conj. A Lt. 19, Conj. A Lt. 20, Conj. A	-	L3
	18	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 17, Conj. A	VP	Lt. 19, Conj. A	-	L3
	19	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 17, Conj. A	Lt. 18, Conj. A	Lt. 20, Conj. A	-	L3
	20	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 17, Conj. A	Lt. 19, Conj. A	Lt. 21, Conj. A	-	L3
	21	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 25, Conj. A	Lt. 20, Conj. A	Lt. 22, Conj. A		L3
TOTAIS			LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial										

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

IPDF

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE – QUADRA 02

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-B
Data: 22.01.99

Esquerda Direita FRENTE VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
Quadra 02	Lote		Frente	Fundo	Lateral Direita	Lateral Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Lateral Direita	Lateral Esquerda	Chanfro	
Conj. A	22	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 25, Conj. A	Lt. 21, Conj. A	Lt. 23, Conj. A	-	L3
	23	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 25, Conj. A	Lt. 22, Conj. A	Lt. 24, Conj. A	-	L3
	24	295,50	7,000	10,000	30,000	27,000	-	VP	Lt. 25, Conj. A	Lt. 23, Conj. A	VP	-	EPC
	25	800,00	20,000	20,000	40,000	40,000	-	VP	Lt. 17, Conj. A	Lt. 21, Conj. A Lt. 22, Conj. A Lt. 23, Conj. A Lt. 24, Conj. A	Lt. 26, Conj. A	-	L3
	26	757,56	25,197	12,480	40,000	41,858	-	VP	Lt. 16, Conj. A	Lt. 25, Conj. A	Lt. 27, Conj. A	-	L3
	27	773,38	25,976	12,480	41,858	40,000	-	VP	Lt. 16, Conj. A	Lt. 26, Conj. A	Lt. 28, Conj. A	-	L3
	28	800,00	20,000	20,000	40,000	40,000	-	VP	Lt. 14, Conj. A Lt. 15, Conj. A	Lt. 27, Conj. A	Lt. 29, Conj. A	-	L3
	29	800,00	20,000	20,000	40,000	40,000	-	VP	Lt. 12, Conj. A Lt. 13, Conj. A	Lt. 28, Conj. A	Lt. 30, Conj. A	-	L3
TOTAIS			LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial										

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

IPDF

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE – QUADRA. 02

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-D
Data: 22.01.99

Esquerda | FRENTE | Direita
VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 02	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. A	30	800,00	20,000	20,000	40,000	40,000	-	VP	Lt. 10, Conj. A Lt. 11, Conj. A	Lt. 29, Conj. A	Lt. 31, Conj. A	-	L3
	31	800,00	20,000	20,000	40,000	40,000	-	VP	Lt. 8, Conj. A Lt. 9, Conj. A	Lt. 30, Conj. A	Lt. 1, Conj. A Lt. 2, Conj. A Lt. 3, Conj. A Lt. 4, Conj. A	-	L3
TOTAIS	31	13.168,21	LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial										

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

IPDF

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE – QUADRA 02

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-B, 150-I-5-D
Data: 22.01.99

Esquerda | FRENTE | Direita
VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 02	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. B	1	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 22, Conj. B	VP	Lt. 2, Conj. B	-	L3
	2	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 22, Conj. B	Lt. 1, Conj. B	Lt. 3, Conj. B	-	L3
	3	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 22, Conj. B	Lt. 2, Conj. B	Lt. 4, Conj. B	-	L3
	4	4.270,60	34,204 58,767	7,161	90,973	82,357	-	VP	Lt. 16, Conj. B	Lt. 3, Conj. B Lt. 17, Conj. B Lt. 18, Conj. B Lt. 19, Conj. B Lt. 20, Conj. B Lt. 21, Conj. B Lt. 22, Conj. B	Lt. 5, Conj. B Lt. 6, Conj. B Lt. 7, Conj. B Lt. 8, Conj. B Lt. 9, Conj. B Lt. 10, Conj. B Lt. 11, Conj. B Lt. 12, Conj. B	-	L3
	5	370,71	12,357	12,357	30,000	30,000	-	VP	Lt. 4, Conj. B	VP	Lt. 6, Conj. B	-	L3
	6	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 4, Conj. B	Lt. 5, Conj. B	Lt. 7, Conj. B	-	L3
	7	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 4, Conj. B	Lt. 6, Conj. B	Lt. 8, Conj. B	-	L3
TOTAIS			LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial										

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

IPDF

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE – QUADRA 02

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-B, 150-I-5-D
Data: 22.01.99

Esquerda Direita FRENTE VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 02	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. B	8	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 4, Conj. B	Lt. 7, Conj. B	Lt. 9, Conj. B	-	L3
	9	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 4, Conj. B	Lt. 8, Conj. B	Lt. 10, Conj. B	-	L3
	10	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 4, Conj. B	Lt. 9, Conj. B	Lt. 11, Conj. B	-	L3
	11	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 4, Conj. B	Lt. 10, Conj. B	Lt. 12, Conj. B	-	L3
	12	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 4, Conj. B	Lt. 11, Conj. B	Lt. 13, Conj. B	-	L3
	13	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 16, Conj. B	Lt. 12, Conj. B	Lt. 14, Conj. B	-	L3
	14	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 16, Conj. B	Lt. 13, Conj. B	Lt. 15, Conj. B	-	L3
	15	370,71	12,357	12,357	30,000	30,000	-	VP	Lt. 16, Conj. B	Lt. 14, Conj. B	VP	-	L3
	16	555,90	14,020 14,201	7,161	32,357	30,000	-	VP	Lt. 4, Conj. B	Lt. 13, Conj. B Lt. 14, Conj. B Lt. 15, Conj. B	Lt. 17, Conj. B	-	L3
	17	329,18	10,973	10,973	30,000	30,000	-	VP	Lt. 4, Conj. B	Lt. 16, Conj. B	Lt. 18, Conj. B	-	L3
	18	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 4, Conj. B	Lt. 17, Conj. B	Lt. 19, Conj. B	-	L3
TOTAIS			LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial										

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

IPDF

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE – QUADRA 02

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-B, 150-I-5-D
Data: 22.01.99

Esquerda Direita FRENTE VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 02	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj B	19	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 4, Conj. B	Lt. 18, Conj. B	Lt. 20, Conj. B	-	L3
	20	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 4, Conj. B	Lt. 19, Conj. B	Lt. 21, Conj. B	-	L3
	21	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 4, Conj. B	Lt. 20, Conj. B	Lt. 22, Conj. B	-	L3
	22	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 4, Conj. B	Lt. 21, Conj B	Lt. 1, Conj. B Lt. 2, Conj. B Lt. 3, Conj. B	-	L3
TOTAIS	22	10.997,10	LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial										

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

IPDF

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE –QUADRA 03

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-A, 150-I-5-C
Data: 22.01.99

Esquerda Direita
FRENTE
VIA

Endereço		Superficie (m²)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 03	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. A	1	1.415,50	29,000	30,000	33,000	40,000	9,899	VP	Lt. 25, Conj. A	VP	Lt. 2, Conj. A	VP	L3
	2	600,00	15,000	15,000	40,000	40,000	-	VP	Lt. 4, Conj. A	Lt. 1, Conj. A	Lt. 3, Conj. A	-	L3
	3	600,00	15,000	15,000	40,000	40,000	-	VP	Lt. 4, Conj. A	Lt. 2, Conj. A	VP	-	L3
	4	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 25, Conj. A	Lt. 2, Conj. A Lt. 3, Conj. A	Lt. 5, Conj. A	-	L3
	5	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 25, Conj. A	Lt. 4, Conj. A	Lt. 6, Conj. A	-	L3
	6	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 24, Conj. A	Lt. 5, Conj. A	Lt. 7, Conj. A	-	L3
	7	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 24, Conj. A	Lt. 6, Conj. A	Lt. 8, Conj. A	-	L3
	8	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 23, Conj. A	Lt. 7, Conj. A	Lt. 9, Conj. A	-	L3
	9	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 23, Conj. A	Lt. 8, Conj. A	Lt. 10, Conj. A Lt. 11, Conj. A Lt. 12, Conj. A Lt. 13, Conj. A	-	L3
TOTAIS			LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial										

IPDF

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE –QUADRA 03

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-A, 150-I-5-C
Data: 22.01.99

Esquerda Direita
FRENTE
VIA

Endereço		Superficie (m²)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 03	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. A	10	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 9, Conj. A	VP	Lt. 11, Conj. A	-	L3
	11	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 9, Conj. A	Lt. 10, Conj. A	Lt. 12, Conj. A	-	L3
	12	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 9, Conj. A	Lt. 11, Conj. A	Lt. 13, Conj. A	-	L3
	13	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 9, Conj. A	Lt. 12, Conj. A	Lt. 14, Conj. A	-	L3
	14	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 23, Conj. A	Lt. 13, Conj. A	Lt. 15, Conj. A	-	L3
	15	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 23, Conj. A	Lt. 14, Conj. A	Lt. 16, Conj. A	-	L3
	16	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 23, Conj. A	Lt. 15, Conj. A	Lt. 17, Conj. A	-	L3
	17	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 23, Conj. A	Lt. 16, Conj. A	Lt. 18, Conj. A	-	L3
	18	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 23, Conj. A	Lt. 17, Conj. A	Lt. 19, Conj. A	-	L3
	19	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 23, Conj. A	Lt. 18, Conj. A	Lt. 20, Conj. A	-	L3
	20	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 23, Conj. A	Lt. 19, Conj. A	Lt. 21, Conj. A	-	L3
	21	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 23, Conj. A	Lt. 20, Conj. A	Lt. 22, Conj. A	-	L3
TOTAIS			LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial										

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

IPDF

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE –QUADRA 03

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-A, 150-I-5-C
Data: 22.01.99

Esquerda | FRENTE | Direita
VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 03	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. A	22	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 23, Conj. A	Lt. 21, Conj. A	VP	-	L3
	23	1.243,42	11,629 12,070	20,000	67,500	55,126	-	VP	Lt. 8, Conj. A Lt. 9, Conj. A	Lt. 14, Conj. A Lt. 15, Conj. A Lt. 16, Conj. A Lt. 17, Conj. A Lt. 18, Conj. A Lt. 19, Conj. A Lt. 20, Conj. A Lt. 21, Conj. A Lt. 22, Conj. A	Lt. 24, Conj. A	-	L3
	24	953,73	12,128 12,128	20,000	55,126	41,582	-	VP	Lt. 6, Conj. A Lt. 7, Conj. A	Lt. 23, Conj. A	Lt. 25, Conj. A	-	L3
	25	769,10	10,370 10,435	20,000	41,582	30,000	-	VP	Lt. 4, Conj. A Lt. 5, Conj. A	Lt. 24, Conj. A	Lt. 1, Conj. A	-	L3
TOTAIS	25	9.331,75	LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial										

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

IPDF

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE –QUADRA 03

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-A, 150-I-5-C
Data: 22.01.99

Esquerda | FRENTE | Direita
VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 03	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. B	1	1.092,31	28,408	15,673	28,570	41,305	18,010	VP	VP	VP	Lt. 2, Conj. B Lt. 16, Conj. B	VP	L3
	2	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 16, Conj. B	Lt. 1, Conj. B	Lt. 3, Conj. B	-	L3
	3	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 16, Conj. B	Lt. 2, Conj. B	Lt. 4, Conj. B	-	L3
	4	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 15, Conj. B Lt. 16, Conj. B	Lt. 3, Conj. B	Lt. 5, Conj. B	-	L3
	5	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 15, Conj. B	Lt. 4, Conj. B	Lt. 6, Conj. B	-	L3
	6	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 15, Conj. B	Lt. 5, Conj. B	Lt. 7, Conj. B	-	L3
	7	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 14, Conj. B	Lt. 6, Conj. B	Lt. 8, Conj. B	-	L3
	8	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 14, Conj. B	Lt. 7, Conj. B	Lt. 9, Conj. B Lt. 10, Conj. B	-	L3
	9	200,00	10,000	10,000	20,000	20,000	-	VP	Lt. 8, Conj. B	VP	Lt. 10, Conj. B	-	L3
	10	200,00	10,000	10,000	20,000	20,000	-	VP	Lt. 8, Conj. B	Lt. 9, Conj. B	Lt. 11, Conj. B	-	L3
	11	200,00	10,000	10,000	20,000	20,000	-	VP	Lt. 14, Conj. B	Lt. 10, Conj. B	Lt. 12, Conj. B	-	L3
TOTAIS			LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial										

IPDF

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE –QUADRA 03

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-A, 150-I-5-C
Data: 22.01.99

Esquerda / Direita / FRENTE / VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 03	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. B	12	200,00	10,000	10,000	20,000	20,000	-	VP	Lt. 14, Conj. B	Lt. 11, Conj. B	Lt. 13, Conj. B	-	L3
	13	211,02	12,444	9,007	20,000	20,237	-	VP	Lt. 14, Conj. B	Lt. 12, Conj. B	VP	-	L3
	14	403,83	15,569	15,000	32,444	24,837	-	VP	Lt. 7, Conj. A Lt. 8, Conj. B	Lt. 11, Conj. A Lt. 12, Conj. B Lt. 13, Conj. A	Lt. 15, Conj. B	-	L3
	15	432,58	19,080	18,750	24,837	21,305	-	VP	Lt. 4, Conj. B Lt. 5, Conj. B Lt. 6, Conj. B	Lt. 14, Conj. B	Lt. 16, Conj. B	-	L3
	16	399,48	18,750	18,750	21,305	21,305	-	VP	Lt. 2, Conj. B Lt. 3, Conj. B Lt. 4, Conj. B	Lt. 15, Conj. B	Lt. 1, Conj. B	-	L3
TOTAIS	16	4.389,22	LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial										

IPDF

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE –QUADRA 03

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-A, 150-I-5-C
Data: 22.01.99

Esquerda / Direita / FRENTE / VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 03	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. C	1	600,00	15,000	15,000	40,000	40,000	-	VP	Lt. 24, Conj. C	VP	Lt. 2, Conj. C	-	L3
	2	600,00	15,000	15,000	40,000	40,000	-	VP	Lt. 24, Conj. C	Lt. 1, Conj. C	Lt. 3, Conj. C	-	L3
	3	600,00	15,000	15,000	40,000	40,000	-	VP	Lt. 5, Conj. C	Lt. 2, Conj. C	Lt. 4, Conj. C	-	L3
	4	600,00	15,000	15,000	40,000	40,000	-	VP	Lt. 5, Conj. C	Lt. 3, Conj. C	VP	-	L3
	5	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 24, Conj. C	Lt. 3, Conj. C Lt. 4, Conj. C	Lt. 6, Conj. C	-	L3
	6	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 23, Conj. C	Lt. 5, Conj. C	Lt. 7, Conj. C	-	L3
	7	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 22, Conj. C	Lt. 6, Conj. C	Lt. 8, Conj. C	-	L3
	8	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 21, Conj. C	Lt. 7, Conj. C	Lt. 9, Conj. C	-	L3
	9	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 20, Conj. C	Lt. 8, Conj. C	Lt. 10, Conj. C	-	L3
	10	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 19, Conj. C	Lt. 9, Conj. C	Lt. 11, Conj. C Lt. 12, Conj. C Lt. 13, Conj. C Lt. 14, Conj. C	-	L3
TOTAIS			LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial										

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

IPDF

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE –QUADRA 03

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-A, 150-I-5-C
Data: 22.01.99

Esquerda / Direita / FRENTE / VIA

Endereço		Superfície (m²)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 03	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. C	11	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 10, Conj. C	VP	Lt. 12, Conj. C	-	L3
	12	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 10, Conj. C	Lt. 11, Conj. C	Lt. 13, Conj. C	-	L3
	13	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 10, Conj. C	Lt. 12, Conj. C	Lt. 14, Conj. C	-	L3
	14	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 10, Conj. C	Lt. 13, Conj. C	Lt. 15, Conj. C	-	L3
	15	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 19, Conj. C	Lt. 14, Conj. C	Lt. 16, Conj. C	-	L3
	16	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 19, Conj. C	Lt. 15, Conj. C	Lt. 17, Conj. C	-	L3
	17	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 19, Conj. C	Lt. 16, Conj. C	Lt. 18, Conj. C	-	L3
	18	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 19, Conj. C	Lt. 17, Conj. C	VP	-	L3
	19	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 10, Conj. C	Lt. 15, Conj. C Lt. 16, Conj. C Lt. 17, Conj. C Lt. 18, Conj. C	Lt. 20, Conj. C	-	L3
	20	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 9, Conj. C	Lt. 19, Conj. C	Lt. 21, Conj. C	-	L3
TOTAIS			LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial										

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

IPDF

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE –QUADRA 03

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-A, 150-I-5-C
Data: 22.01.99

Esquerda / Direita / FRENTE / VIA

Endereço		Superfície (m²)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 03	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. C	21	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 8, Conj. C	Lt. 20, Conj. C	Lt. 22, Conj. C	-	L3
	22	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 7, Conj. C	Lt. 21, Conj. C	Lt. 23, Conj. C	-	L3
	23	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 6, Conj. C	Lt. 22, Conj. C	Lt. 24, Conj. C	-	L3
	24	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 5, Conj. C	Lt. 23, Conj. C	Lt. 1, Conj. C Lt. 2, Conj. C	-	L3
TOTAIS	24	7.200,00	LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial										

IPDF

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE –QUADRA 03

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-A, 150-I-5-C
Data: 22.01.99

Esquerda FRENTE Direita
VIA

Endereço		Superfície (m²)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 03	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. D	1	600,00	15,000	15,000	40,000	40,000	-	VP	Lt. 24, Conj. D	VP	Lt. 2, Conj. D	-	L3
	2	600,00	15,000	15,000	40,000	40,000	-	VP	Lt. 24, Conj. D	Lt. 1, Conj. D	Lt. 3, Conj. D	-	L3
	3	600,00	15,000	15,000	40,000	40,000	-	VP	Lt. 5, Conj. D	Lt. 2, Conj. D	Lt. 4, Conj. D	-	L3
	4	600,00	15,000	15,000	40,000	40,000	-	VP	Lt. 5, Conj. D	Lt. 3, Conj. D	VP	-	L3
	5	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 24, Conj. D	Lt. 3, Conj. D Lt. 4, Conj. D	Lt. 6, Conj. D	-	L3
	6	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 23, Conj. D	Lt. 5, Conj. D	Lt. 7, Conj. D	-	L3
	7	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 22, Conj. D	Lt. 6, Conj. D	Lt. 8, Conj. D	-	L3
	8	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 21, Conj. D	Lt. 7, Conj. D	Lt. 9, Conj. D	-	L3
	9	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 20, Conj. D	Lt. 8, Conj. D	Lt. 10, Conj. D	-	L3
	10	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 19, Conj. D	Lt. 9, Conj. D	Lt. 11, Conj. D Lt. 12, Conj. D Lt. 13, Conj. D Lt. 14, Conj. D	-	L3
TOTAIS			LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial										

IPDF

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE –QUADRA 03

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-A, 150-I-5-C
Data: 22.01.99

Esquerda FRENTE Direita
VIA

Endereço		Superfície (m²)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 03	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. D	11	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 10, Conj. D	VP	Lt. 12, Conj. D	-	L3
	12	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 10, Conj. D	Lt. 11, Conj. D	Lt. 13, Conj. D	-	L3
	13	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 10, Conj. D	Lt. 12, Conj. D	Lt. 14, Conj. D	-	L3
	14	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 10, Conj. D	Lt. 13, Conj. D	Lt. 15, Conj. D	-	L3
	15	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 19, Conj. D	Lt. 14, Conj. D	Lt. 16, Conj. D	-	L3
	16	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 19, Conj. D	Lt. 15, Conj. D	Lt. 17, Conj. D	-	L3
	17	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 19, Conj. D	Lt. 16, Conj. D	Lt. 18, Conj. D	-	L3
	18	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 19, Conj. D	Lt. 17, Conj. D	VP	-	L3
	19	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 10, Conj. D	Lt. 15, Conj. D Lt. 16, Conj. D Lt. 17, Conj. D Lt. 18, Conj. D	Lt. 20, Conj. D	-	L3
	20	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 9, Conj. D	Lt. 19, Conj. D	Lt. 21, Conj. D	-	L3
TOTAIS			LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial										

IPDF

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE –QUADRA 03

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-A, 150-I-5-C
Data: 22.01.99

Esquerda / Direita / FRENTE / VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 03	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. D	21	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 8, Conj. D	Lt. 20, Conj. D	Lt. 22, Conj. D	-	L3
	22	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 7, Conj. D	Lt. 21, Conj. D	Lt. 23, Conj. D	-	L3
	23	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 6, Conj. D	Lt. 22, Conj. D	Lt. 24, Conj. D	-	L3
	24	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 5, Conj. D	Lt. 23, Conj. D	Lt. 1, Conj. D Lt. 2, Conj. D	-	L3
TOTAIS	24	7.200,00	LEGENDA E OBSERVAÇÕES:										

AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto
Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial

IPDF

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE –QUADRA 03

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-A, 150-I-5-C
Data: 22.01.99

Esquerda / Direita / FRENTE / VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 03	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. E	1	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 26, Conj. E	Lt. 30, Conj. E Lt. 31, Conj. E	Lt. 2, Conj. E	-	L3
	2	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 26, Conj. E	Lt. 1, Conj. E	Lt. 3, Conj. E	-	L3
	3	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 25, Conj. E	Lt. 2, Conj. E	Lt. 4, Conj. E	-	L3
	4	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 25, Conj. E	Lt. 3, Conj. E	Lt. 5, Conj. E	-	L3
	5	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 24, Conj. E	Lt. 4, Conj. E	Lt. 6, Conj. E	-	L3
	6	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 24, Conj. E	Lt. 5, Conj. E	Lt. 7, Conj. E	-	L3
	7	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 23, Conj. E	Lt. 6, Conj. E	Lt. 8, Conj. E	-	L3
	8	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 23, Conj. E	Lt. 7, Conj. E	Lt. 9, Conj. E	-	L3
	9	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 22, Conj. E	Lt. 8, Conj. E	Lt. 10, Conj. E	-	L3
	10	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 22, Conj. E	Lt. 9, Conj. E	Lt. 11, Conj. E	-	L3
	11	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 21, Conj. E	Lt. 10, Conj. E	Lt. 12, Conj. E	-	L3
	12	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 21, Conj. E	Lt. 11, Conj. E	Lt. 13, Conj. E	-	L3
TOTAIS			LEGENDA E OBSERVAÇÕES:										

AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto
Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial

IPDF

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE –QUADRA 03

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-A, 150-I-5-C
Data: 22.01.99

Esquerda | FRENTE | Direita
VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 03	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. E	13	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 20, Conj. E	Lt. 12, Conj. E	Lt. 14, Conj. E	-	L3
	14	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 20, Conj. E	Lt. 13, Conj. E	Lt. 15, Conj. E Lt. 16, Conj. E	-	L3
	15	200,00	10,000	10,000	20,000	20,000	-	VP	Lt. 14, Conj. E	VP	Lt. 16, Conj. E	-	L3
	16	200,00	10,000	10,000	20,000	20,000	-	VP	Lt. 14, Conj. E	Lt. 15, Conj. E	Lt. 17, Conj. E	-	L3
	17	200,00	10,000	10,000	20,000	20,000	-	VP	Lt. 20, Conj. E	Lt. 16, Conj. E	Lt. 18, Conj. E	-	L3
	18	200,00	10,000	10,000	20,000	20,000	-	VP	Lt. 20, Conj. E	Lt. 17, Conj. E	Lt. 19, Conj. E	-	L3
	19	248,88	12,444	12,444	20,000	20,000	-	VP	Lt. 20, Conj. E	Lt. 18, Conj. E	VP	-	L3
	20	486,66	15,000	15,000	32,444	32,444	-	VP	Lt. 13, Conj. E Lt. 14, Conj. E	Lt. 17, Conj. E Lt. 18, Conj. E Lt. 19, Conj. E	Lt. 21, Conj. E	-	L3
	21	486,66	15,000	15,000	32,444	32,444	-	VP	Lt. 11, Conj. E Lt. 12, Conj. E	Lt. 20, Conj. E	Lt. 22, Conj. E	-	L3
TOTAIS			LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial										

IPDF

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE –QUADRA 03

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-A, 150-I-5-C
Data: 22.01.99

Esquerda | FRENTE | Direita
VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 03	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. E	22	486,66	15,000	15,000	32,444	32,444	-	VP	Lt. 9, Conj. E Lt. 10, Conj. E	Lt. 21, Conj. E	Lt. 23, Conj. E	-	L3
	23	486,66	15,000	15,000	32,444	32,444	-	VP	Lt. 7, Conj. E Lt. 8, Conj. E	Lt. 22, Conj. E	Lt. 24, Conj. E	-	L3
	24	486,66	15,000	15,000	32,444	32,444	-	VP	Lt. 5, Conj. E Lt. 6, Conj. E	Lt. 23, Conj. E	Lt. 25, Conj. E	-	L3
	25	486,66	15,000	15,000	32,444	32,444	-	VP	Lt. 3, Conj. E Lt. 4, Conj. E	Lt. 24, Conj. E	Lt. 26, Conj. E	-	L3
	26	486,66	15,000	15,000	32,444	32,444	-	VP	Lt. 1, Conj. E Lt. 2, Conj. E	Lt. 25, Conj. E	Lt. 27, Conj. E Lt. 28, Conj. E Lt. 29, Conj. E	-	L3
	27	248,88	12,444	12,444	20,000	20,000	-	VP	Lt. 26, Conj. E	VP	Lt. 28, Conj. E	-	L3
	28	200,00	10,000	10,000	20,000	20,000	-	VP	Lt. 26, Conj. E	Lt. 27, Conj. E	Lt. 29, Conj. E	-	L3
TOTAIS			LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial										

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

IPDF

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE –QUADRA 03

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-A, 150-I-5-C
Data: 22.01.99

Esquerda | FRENTE | Direita
VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 03	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. E	29	200,00	10,000	10,000	20,000	20,000	-	VP	Lt. 26, Conj. E	Lt. 28, Conj. E	Lt. 30, Conj. E	-	L3
	30	200,00	10,000	10,000	20,000	20,000	-	VP	Lt. 1, Conj. E	Lt. 29, Conj. E	Lt. 31, Conj. E	-	L3
	31	200,00	10,000	10,000	20,000	20,000	-	VP	Lt. 1, Conj. E	Lt. 30, Conj. E	VP	-	L3
TOTAIS	31	7.604,38	LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial										

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

IPDF

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE –QUADRA 03

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-A, 150-I-5-C
Data: 22.01.99

Esquerda | FRENTE | Direita
VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 03	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. F	1	600,00	15,000	15,000	40,000	40,000	-	VP	Lt. 24, Conj. F	VP	Lt. 2, Conj. F	-	L3
	2	600,00	15,000	15,000	40,000	40,000	-	VP	Lt. 24, Conj. F	Lt. 1, Conj. F	Lt. 3, Conj. F	-	L3
	3	600,00	15,000	15,000	40,000	40,000	-	VP	Lt. 5, Conj. C	Lt. 2, Conj. C	Lt. 4, Conj. F	-	L3
	4	600,00	15,000	15,000	40,000	40,000	-	VP	Lt. 5, Conj. F	Lt. 3, Conj. F	VP	-	L3
	5	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 24, Conj. F	Lt. 3, Conj. F Lt. 4, Conj. F	Lt. 6, Conj. F	-	L3
	6	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 23, Conj. F	Lt. 5, Conj. F	Lt. 7, Conj. F	-	L3
	7	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 22, Conj. F	Lt. 6, Conj. F	Lt. 8, Conj. F	-	L3
	8	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 21, Conj. F	Lt. 7, Conj. F	Lt. 9, Conj. F	-	L3
	9	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 20, Conj. F	Lt. 8, Conj. F	Lt. 10, Conj. F	-	L3
	10	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 19, Conj. F	Lt. 9, Conj. F	Lt. 11, Conj. F Lt. 12, Conj. F Lt. 13, Conj. F Lt. 14, Conj. F	-	L3
TOTAIS			LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial										

IPDF

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE –QUADRA 03

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-A, 150-I-5-C
Data: 22.01.99

Esquerda FRENTE Direita
VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 03	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. F	11	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 10, Conj. F	VP	Lt. 12, Conj. F	-	L3
	12	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 10, Conj. F	Lt. 11, Conj. F	Lt. 13, Conj. F	-	L3
	13	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 10, Conj. F	Lt. 12, Conj. F	Lt. 14, Conj. F	-	L3
	14	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 10, Conj. F	Lt. 13, Conj. F	Lt. 15, Conj. F	-	L3
	15	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 19, Conj. F	Lt. 14, Conj. F	Lt. 16, Conj. F	-	L3
	16	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 19, Conj. F	Lt. 15, Conj. F	Lt. 17, Conj. F	-	L3
	17	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 19, Conj. F	Lt. 16, Conj. F	Lt. 18, Conj. F	-	L3
	18	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 19, Conj. F	Lt. 17, Conj. F	VP	-	L3
	19	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 10, Conj. F	Lt. 15, Conj. F Lt. 16, Conj. F Lt. 17, Conj. F Lt. 18, Conj. F	Lt. 20, Conj. F	-	L3
	20	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 9, Conj. F	Lt. 19, Conj. F	Lt. 21, Conj. F	-	L3
TOTAIS			LEGENDA E OBSERVAÇÕES:		AP. – Área Pública		Lt. – Lote	VP – Via Pública		Conj. – Conjunto			
					Q. - Quadra		EPC – Equipamento Público Comunitário			AE – Área Especial			

IPDF

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE –QUADRA 03

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-A, 150-I-5-C
Data: 22.01.99

Esquerda FRENTE Direita
VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 03	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. F	21	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 8, Conj. F	Lt. 20, Conj. F	Lt. 22, Conj. F	-	L3
	22	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 7, Conj. F	Lt. 21, Conj. F	Lt. 23, Conj. F	-	L3
	23	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 6, Conj. F	Lt. 22, Conj. F	Lt. 24, Conj. F	-	L3
	24	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 5, Conj. F	Lt. 23, Conj. F	Lt. 1, Conj. F Lt. 2, Conj. F	-	L3
TOTAIS	24	7.200,00	LEGENDA E OBSERVAÇÕES:		AP. – Área Pública		Lt. – Lote	VP – Via Pública		Conj. – Conjunto			
					Q. - Quadra		EPC – Equipamento Público Comunitário			AE – Área Especial			

IPDF

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE –QUADRA 03

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-A, 150-I-5-C
Data: 22.01.99

Esquerda FRENTE Direita
VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 03	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. G	1	600,00	15,000	15,000	40,000	40,000	-	VP	Lt. 24, Conj. G	VP	Lt. 2, Conj. G	-	L3
	2	600,00	15,000	15,000	40,000	40,000	-	VP	Lt. 24, Conj. G	Lt. 1, Conj. G	Lt. 3, Conj. G	-	L3
	3	600,00	15,000	15,000	40,000	40,000	-	VP	Lt. 5, Conj. G	Lt. 2, Conj. G	Lt. 4, Conj. G	-	L3
	4	600,00	15,000	15,000	40,000	40,000	-	VP	Lt. 5, Conj. G	Lt. 3, Conj. G	VP	-	L3
	5	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 24, Conj. G	Lt. 3, Conj. G Lt. 4, Conj. G	Lt. 6, Conj. G	-	L3
	6	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 23, Conj. G	Lt. 5, Conj. G	Lt. 7, Conj. G	-	L3
	7	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 22, Conj. G	Lt. 6, Conj. G	Lt. 8, Conj. G	-	L3
	8	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 21, Conj. G	Lt. 7, Conj. G	Lt. 9, Conj. G	-	L3
	9	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 20, Conj. G	Lt. 8, Conj. G	Lt. 10, Conj. G	-	L3
	10	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 19, Conj. G	Lt. 9, Conj. G	Lt. 11, Conj. G Lt. 12, Conj. G Lt. 13, Conj. G Lt. 14, Conj. G	-	L3
TOTAIS			LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial										

IPDF

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE –QUADRA 03

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-A, 150-I-5-C
Data: 22.01.99

Esquerda FRENTE Direita
VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 03	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. G	11	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 10, Conj. G	VP	Lt. 12, Conj. G	-	L3
	12	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 10, Conj. G	Lt. 11, Conj. G	Lt. 13, Conj. G	-	L3
	13	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 10, Conj. G	Lt. 12, Conj. G	Lt. 14, Conj. G	-	L3
	14	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 10, Conj. G	Lt. 13, Conj. G	Lt. 15, Conj. G	-	L3
	15	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 19, Conj. G	Lt. 14, Conj. G	Lt. 16, Conj. G	-	L3
	16	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 19, Conj. G	Lt. 15, Conj. G	Lt. 17, Conj. G	-	L3
	17	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 19, Conj. G	Lt. 16, Conj. G	Lt. 18, Conj. G	-	L3
	18	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 19, Conj. G	Lt. 17, Conj. G	VP	-	L3
	19	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 10, Conj. G	Lt. 15, Conj. G Lt. 16, Conj. G Lt. 17, Conj. G Lt. 18, Conj. G	Lt. 20, Conj. G	-	L3
	20	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 9, Conj. G	Lt. 19, Conj. G	Lt. 21, Conj. G	-	L3
TOTAIS			LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial										

IPDF

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE –QUADRA 03

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-A, 150-I-5-C
Data: 22.01.99

Esquerda FRENTE Direita
VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 03	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. G	21	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 8, Conj. G	Lt. 20, Conj. G	Lt. 22, Conj. G	-	L3
	22	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 7, Conj. G	Lt. 21, Conj. G	Lt. 23, Conj. G	-	L3
	23	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 6, Conj. G	Lt. 22, Conj. G	Lt. 24, Conj. G	-	L3
	24	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 5, Conj. G	Lt. 23, Conj. G	Lt. 1, Conj. G Lt. 2, Conj. G	-	L3
TOTAIS	24	7.200,00											

LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto
Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial

IPDF

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE –QUADRA 03

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-A, 150-I-5-C
Data: 22.01.99

Esquerda FRENTE Direita
VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 03	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. H	1	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 26, Conj. H	Lt. 30, Conj. H Lt. 31, Conj. H	Lt. 2, Conj. H	-	L3
	2	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 26, Conj. H	Lt. 1, Conj. H	Lt. 3, Conj. H	-	L3
	3	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 25, Conj. H	Lt. 2, Conj. H	Lt. 4, Conj. H	-	L3
	4	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 25, Conj. H	Lt. 3, Conj. H	Lt. 5, Conj. H	-	L3
	5	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 24, Conj. H	Lt. 4, Conj. H	Lt. 6, Conj. H	-	L3
	6	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 24, Conj. H	Lt. 5, Conj. H	Lt. 7, Conj. H	-	L3
	7	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 23, Conj. H	Lt. 6, Conj. H	Lt. 8, Conj. H	-	L3
	8	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 23, Conj. H	Lt. 7, Conj. H	Lt. 9, Conj. H	-	L3
	9	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 22, Conj. H	Lt. 8, Conj. H	Lt. 10, Conj. H	-	L3
	10	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 22, Conj. H	Lt. 9, Conj. H	Lt. 11, Conj. H	-	L3
	11	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 21, Conj. H	Lt. 10, Conj. H	Lt. 12, Conj. H	-	L3
	12	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 21, Conj. H	Lt. 11, Conj. H	Lt. 13, Conj. H	-	L3
TOTAIS													

LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto
Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

IPDF

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE –QUADRA 03

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-A, 150-I-5-C
Data: 22.01.99

Esquerda | FRENTE | Direita
VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 03	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. H	13	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 20, Conj. H	Lt. 12, Conj. H	Lt. 14, Conj. H	-	L3
	14	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 20, Conj. H	Lt. 13, Conj. H	Lt. 15, Conj. H Lt. 16, Conj. H	-	L3
	15	200,00	10,000	10,000	20,000	20,000	-	VP	Lt. 14, Conj. H	VP	Lt. 16, Conj. H	-	L3
	16	200,00	10,000	10,000	20,000	20,000	-	VP	Lt. 14, Conj. H	Lt. 15, Conj. H	Lt. 17, Conj. H	-	L3
	17	200,00	10,000	10,000	20,000	20,000	-	VP	Lt. 20, Conj. H	Lt. 16, Conj. H	Lt. 18, Conj. H	-	L3
	18	200,00	10,000	10,000	20,000	20,000	-	VP	Lt. 20, Conj. H	Lt. 17, Conj. H	Lt. 19, Conj. H	-	L3
	19	248,88	12,444	12,444	20,000	20,000	-	VP	Lt. 20, Conj. H	Lt. 18, Conj. H	VP	-	L3
	20	486,66	15,000	15,000	32,444	32,444	-	VP	Lt. 13, Conj. H Lt. 14, Conj. H	Lt. 17, Conj. H Lt. 18, Conj. H Lt. 19, Conj. H	Lt. 21, Conj. H	-	L3
	21	486,66	15,000	15,000	32,444	32,444	-	VP	Lt. 11, Conj. H Lt. 12, Conj. H	Lt. 20, Conj. H	Lt. 22, Conj. H	-	L3
TOTAIS			LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial										

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

IPDF

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE –QUADRA 03

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-A, 150-I-5-C
Data: 22.01.99

Esquerda | FRENTE | Direita
VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 03	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. H	22	486,66	15,000	15,000	32,444	32,444	-	VP	Lt. 9, Conj. H Lt. 10, Conj. H	Lt. 21, Conj. H	Lt. 23, Conj. H	-	L3
	23	486,66	15,000	15,000	32,444	32,444	-	VP	Lt. 7, Conj. H Lt. 8, Conj. H	Lt. 22, Conj. H	Lt. 24, Conj. H	-	L3
	24	486,66	15,000	15,000	32,444	32,444	-	VP	Lt. 5, Conj. H Lt. 6, Conj. H	Lt. 23, Conj. H	Lt. 25, Conj. H	-	L3
	25	486,66	15,000	15,000	32,444	32,444	-	VP	Lt. 3, Conj. H Lt. 4, Conj. H	Lt. 24, Conj. H	Lt. 26, Conj. H	-	L3
	26	486,66	15,000	15,000	32,444	32,444	-	VP	Lt. 1, Conj. H Lt. 2, Conj. H	Lt. 25, Conj. H	Lt. 27, Conj. H Lt. 28, Conj. H Lt. 29, Conj. H	-	L3
	27	248,88	12,444	12,444	20,000	20,000	-	VP	Lt. 26, Conj. H	VP	Lt. 28, Conj. H	-	L3
	28	200,00	10,000	10,000	20,000	20,000	-	VP	Lt. 26, Conj. H	Lt. 27, Conj. H	Lt. 29, Conj. H	-	L3
TOTAIS			LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial										

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

IPDF

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE –QUADRA 03

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-A, 150-I-5-C
Data: 22.01.99



Endereço		Superfície (m²)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
Quadra 03	Lote		Frente	Fundo	Lateral		Chanfro	Frente	Fundo	Lateral		Chanfro	
					Direita	Esquerda				Direita	Esquerda		
Conj. H	29	200,00	10,000	10,000	20,000	20,000	-	VP	Lt. 26, Conj. H	Lt. 28, Conj. H	Lt. 30, Conj. H	-	L3
	30	200,00	10,000	10,000	20,000	20,000	-	VP	Lt. 1, Conj. H	Lt. 29, Conj. H	Lt. 31, Conj. H	-	L3
	31	200,00	10,000	10,000	20,000	20,000	-	VP	Lt. 1, Conj. H	Lt. 30, Conj. H	VP	-	L3
TOTAIS	31	7.604,38											

LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto
Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

IPDF

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE – QUADRA 04

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-C, 150-I-5-D
Data: 22.01.99



Endereço		Superfície (m²)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
Quadra 04	Lote		Frente	Fundo	Lateral		Chanfro	Frente	Fundo	Lateral		Chanfro	
					Direita	Esquerda				Direita	Esquerda		
Conj. A	1	675,50	16,334	23,333	23,000	30,000	9,899	VP	Lt. 2, Conj. A	VP	Lt. 17, Conj. A	VP	L3
	2	600,00	15,000	15,000	40,000	40,000	-	VP	Lt. 4, Conj. A	Lt. 3, Conj. A	Lt. 1, Conj. A Lt. 17, Conj. A	-	L3
	3	600,00	15,000	15,000	40,000	40,000	-	VP	Lt. 4, Conj. A	VP	Lt. 2, Conj. A	-	L3
	4	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 16, Conj. A	Lt. 5, Conj. A	Lt. 2, Conj. A Lt. 3, Conj. A	-	L3
	5	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 15, Conj. A Lt. 16, Conj. A	Lt. 6, Conj. A	Lt. 4, Conj. A	-	L3
	6	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 15, Conj. A	Lt. 7, Conj. A	Lt. 5, Conj. A	-	L3
	7	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 14, Conj. A Lt. 15, Conj. A	Lt. 8, Conj. A	Lt. 6, Conj. A	-	L3
TOTAIS													

LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto
Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

IPDF

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE – QUADRA 04

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-C, 150-I-5-D
Data: 22.01.99

Esquerda | FRENTE | Direita
VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 04	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. A	8	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 14, Conj. A	Lt. 9, Conj. A Lt. 10, Conj. A Lt. 11, Conj. A Lt. 12, Conj. A	Lt. 7, Conj. A	-	L3
	9	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 8, Conj. A	Lt. 10, Conj. A	VP	-	L3
	10	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 8, Conj. A	Lt. 11, Conj. A	Lt. 9, Conj. A	-	L3
	11	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 8, Conj. A	Lt. 12, Conj. A	Lt. 10, Conj. A	-	L3
	12	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 8, Conj. A	Lt. 13, Conj. A	Lt. 11, Conj. A	-	L3
	13	600,00	20,000	20,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 12, Conj. A	Lt. 14, Conj. A	VP	-	L3
	14	500,00	16,667	16,667	30,000	30,000	-	VP	Lt. 7, Conj. A Lt. 8, Conj. A	Lt. 15, Conj. A	Lt. 13, Conj. A	-	L3
	15	500,00	16,667	16,667	30,000	30,000	-	VP	Lt. 5, Conj. A Lt. 6, Conj. A Lt. 7, Conj. A	Lt. 16, Conj. A	Lt. 14, Conj. A	-	L3
TOTAIS			LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial										

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

IPDF

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE – QUADRA 04

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-C, 150-I-5-D
Data: 22.01.99

Esquerda | FRENTE | Direita
VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 04	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. A	16	500,00	16,667	16,667	30,000	30,000	-	VP	Lt. 4, Conj. A Lt. 5, Conj. A	Lt. 17, Conj. A	Lt. 15, Conj. A	-	L3
	17	500,00	16,667	16,667	30,000	30,000	-	VP	Lt. 2, Conj. A	Lt. 1, Conj. A	Lt. 16, Conj. A	-	L3
TOTAIS	17	6.575,50	LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial										

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

IPDF

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE – QUADRA 04

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-C, 150-I-5-D
Data: 22.01.99

Esquerda | FRENTE | Direita
VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 04	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. B	1	600,00	15,000	15,000	40,000	40,000	-	VP	Lt. 22, Conj. B	Lt. 2, Conj. B	VP	-	L3
	2	600,00	15,000	15,000	40,000	40,000	-	VP	Lt. 22, Conj. B	Lt. 3, Conj. B	Lt. 1, Conj. B	-	L3
	3	600,00	15,000	15,000	40,000	40,000	-	VP	Lt. 5, Conj. B	Lt. 4, Conj B	Lt. 2, Conj. B	-	L3
	4	600,00	15,000	15,000	40,000	40,000	-	VP	Lt. 5, Conj. B	VP	Lt. 3, Conj. B	-	L3
	5	300,00	10,00	10,00	30,00	30,00	-	VP	Lt. 22, Conj. B	Lt. 6, Conj. B	Lt. 3, Conj. B Lt. 4, Conj. B	-	L3
	6	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 21, Conj. B	Lt. 7, Conj. B	Lt. 5, Conj. B	-	L3
	7	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 20, Conj. B	Lt. 8, Conj. B	Lt. 6, Conj. B	-	L3
	8	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 19, Conj. B	Lt. 9, Conj. B	Lt. 7, Conj. B	-	L3
	9	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 18, Conj. B	Lt. 10, Conj. B Lt. 11, Conj. B Lt. 12, Conj. B Lt. 13, Conj. B	Lt. 8, Conj. B	-	L3
	10	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 9, Conj. B	Lt. 11, Conj. B	VP	-	L3
TOTAIS			LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial										

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

IPDF

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE -CENTRO-NORTE – QUADRA 04

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-C, 150-I-5-D
Data: 22.01.99

Esquerda / Direita / FRENTE / VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 04	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. B	11	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 9, Conj. B	Lt. 12, Conj. B	Lt. 10, Conj. B	-	L3
	12	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 9, Conj. B	Lt. 13, Conj. B	Lt. 11, Conj. B	-	L3
	13	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 9, Conj. B	Lt. 14, Conj. B	Lt. 12, Conj. B	-	L3
	14	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 18, Conj. B	Lt. 15, Conj. B	Lt. 13, Conj. B	-	L3
	15	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 18, Conj. B	Lt. 16, Conj. B	Lt. 14, Conj. B	-	L3
	16	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 18, Conj. B	Lt. 17, Conj. B	Lt. 15, Conj. B	-	L3
	17	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 18, Conj. B	VP	Lt. 16, Conj. B	-	L3
	18	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 9, Conj. B	Lt. 19, Conj. B	Lt. 14, Conj. B Lt. 15, Conj. B Lt. 16, Conj. B Lt. 17, Conj. B	-	L3
	19	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 8, Conj. B	Lt. 20, Conj. B	Lt. 18, Conj. B	-	L3
	20	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 7, Conj. B	Lt. 21, Conj. B	Lt. 19, Conj. B	-	L3
TOTAIS													

LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto
Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial

IPDF

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE – QUADRA 04

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-C, 150-I-5-D
Data: 22.01.99

Esquerda / Direita / FRENTE / VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 04	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. B	21	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 6, Conj. B	Lt. 22, Conj. B	Lt. 20, Conj. B	-	L3
	22	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 5, Conj. B	Lt. 1, Conj. B Lt. 2, Conj. B	Lt. 21, Conj. B	-	L3
TOTAIS	22	6.600,00											

LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto
Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial

IPDF

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE – QUADRA 04

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-C, 150-I-5-D
Data: 22.01.99

Esquerda | FRENTE | Direita
VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
Quadra 04	Lote		Frente	Fundo	Lateral		Chanfro	Frente	Fundo	Lateral		Chanfro	
					Direita	Esquerda				Direita	Esquerda		
Conj. C	1	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 30, Conj. C	Lt. 2, Conj. C	Lt. 33, Conj C Lt. 34, Conj. C	-	L3
	2	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 29, Conj. C	Lt. 3, Conj. C	Lt. 1, Conj. C	-	L3
	3	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 28, Conj. C	Lt. 4, Conj. C	Lt. 2, Conj. C	-	L3
	4	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 27, Conj. C	Lt. 5, Conj. C	Lt. 3, Conj. C	-	L3
	5	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 26, Conj. C	Lt. 6, Conj. C	Lt. 4, Conj. C	-	L3
	6	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 25, Conj. C	Lt. 7, Conj. C	Lt. 5, Conj. C	-	L3
	7	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 24, Conj. C	Lt. 8, Conj. C	Lt. 6, Conj. C	-	L3
	8	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 23, Conj. C	Lt. 9, Conj. C	Lt. 7, Conj. C	-	L3
	9	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 22, Conj. C	Lt. 10, Conj. C	Lt. 8, Conj. C	-	L3
	10	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 21, Conj. C	Lt. 11, Conj. C	Lt. 9, Conj. C	-	L3
	11	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 20, Conj. C	Lt. 12, Conj. C	Lt. 10, Conj. C	-	L3
	12	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 19, Conj. C	Lt. 13, Conj. C	Lt. 11, Conj. C	-	L3
TOTAIS			LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial										

IPDF

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE – QUADRA 04

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-C, 150-I-5-D
Data: 22.01.99

Esquerda | FRENTE | Direita
VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
Quadra 04	Lote		Frente	Fundo	Lateral		Chanfro	Frente	Fundo	Lateral		Chanfro	
					Direita	Esquerda				Direita	Esquerda		
Conj. C	13	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 18, Conj. C	Lt. 14, Conj. C Lt. 15, Conj. C	Lt. 12, Conj. B	-	L3
	14	200,00	10,000	10,000	20,000	20,000	-	VP	Lt. 13, Conj. C	Lt. 15, Conj. C	VP	-	L3
	15	200,00	10,000	10,000	20,000	20,000	-	VP	Lt. 13, Conj. C	Lt. 16, Conj. C	Lt. 14, Conj. C	-	L3
	16	200,00	10,000	10,000	20,000	20,000	-	VP	Lt. 18, Conj. C	Lt. 17, Conj. C	Lt. 15, Conj. C	-	L3
	17	200,00	10,000	10,000	20,000	20,000	-	VP	Lt. 18, Conj. C	VP	Lt. 16, Conj. C	-	L3
	18	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 13, Conj C	Lt. 19, Conj. C	Lt. 16, Conj. C Lt. 17, Conj. C	-	L3
	19	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 12, Conj. C	Lt. 20, Conj. C	Lt. 18, Conj. C	-	L3
	20	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 11, Conj. C	Lt. 21, Conj. C	Lt. 19, Conj. C	-	L3
	21	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 10, Conj. C	Lt. 22, Conj. C	Lt. 20, Conj. C	-	L3
	22	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 9, Conj. C	Lt. 23, Conj. C	Lt. 21, Conj. C	-	L3
	23	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 8, Conj. C	Lt. 24, Conj. C	Lt. 22, Conj. C	-	L3
	24	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 7, Conj. C	Lt. 25, Conj. C	Lt. 23, Conj. C	-	L3
TOTAIS			LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial										

IPDF

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE – QUADRA 04

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-C, 150-I-5-D
Data: 22.01.99

Esquerda FRENTE Direita
VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 04	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. C	25	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 6, Conj. C	Lt. 26, Conj. C	Lt. 24, Conj. C	-	L3
	26	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 5, Conj. C	Lt. 27, Conj. C	Lt. 25, Conj. C	-	L3
	27	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 4, Conj. C	Lt. 28, Conj. C	Lt. 26, Conj. C	-	L3
	28	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 3, Conj. C	Lt. 29, Conj. C	Lt. 27, Conj. C	-	L3
	29	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 2, Conj. C	Lt. 30, Conj. C	Lt. 28, Conj. C	-	L3
	30	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 1, Conj. C	Lt. 31, Conj. C Lt. 32, Conj. C	Lt. 29, Conj. C	-	L3
	31	215,00	10,000	10,000	21,500	21,500	-	VP	Lt. 30, Conj. C	Lt. 32, Conj. C	VP	-	L3
	32	215,00	10,000	10,000	21,500	21,500	-	VP	Lt. 30, Conj. C	Lt. 33, Conj. C	Lt. 31, Conj. C	-	L3
	33	215,00	10,000	10,000	21,500	21,500	-	VP	Lt. 1, Conj. C	Lt. 34, Conj. C	Lt. 32, Conj. C	-	L3
	34	215,00	10,000	10,000	21,500	21,500	-	VP	Lt. 1, Conj. C	VP	Lt. 33, Conj. C	-	L3
TOTAIS	34	5.560,00	LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial										

IPDF

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE – QUADRA 04

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-C, 150-I-5-D
Data: 22.01.99

Esquerda FRENTE Direita
VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 04	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. D	1	600,00	15,000	15,000	40,000	40,000	-	VP	Lt. 22, Conj. D	Lt. 2, Conj. D	VP	-	L3
	2	600,00	15,000	15,000	40,000	40,000	-	VP	Lt. 22, Conj. D	Lt. 3, Conj. D	Lt. 1, Conj. D	-	L3
	3	600,00	15,000	15,000	40,000	40,000	-	VP	Lt. 5, Conj. D	Lt. 4, Conj. D	Lt. 2, Conj. D	-	L3
	4	600,00	15,000	15,000	40,000	40,000	-	VP	Lt. 5, Conj. D	VP	Lt. 3, Conj. D	-	L3
	5	300,00	10,00	10,00	30,00	30,00	-	VP	Lt. 22, Conj. D	Lt. 6, Conj. D	Lt. 3, Conj. D Lt. 4, Conj. D	-	L3
	6	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 21, Conj. D	Lt. 7, Conj. D	Lt. 5, Conj. D	-	L3
	7	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 20, Conj. D	Lt. 8, Conj. D	Lt. 6, Conj. D	-	L3
	8	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 19, Conj. D	Lt. 9, Conj. D	Lt. 7, Conj. D	-	L3
	9	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 18, Conj. D	Lt. 10, Conj. D Lt. 11, Conj. D Lt. 12, Conj. D Lt. 13, Conj. D	Lt. 8, Conj. D	-	L3
	10	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 9, Conj. D	Lt. 11, Conj. D	VP	-	L3
TOTAIS			LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial										

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

IPDF

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE – QUADRA 04

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-C, 150-I-5-D
Data: 22.01.99

Esquerda | Direita | FRENTE | VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 04	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. D	11	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 9, Conj. D	Lt. 12, Conj. D	Lt. 10, Conj. D	-	L3
	12	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 9, Conj. D	Lt. 13, Conj. D	Lt. 11, Conj. D	-	L3
	13	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 9, Conj. D	Lt. 14, Conj. D	Lt. 12, Conj. D	-	L3
	14	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 18, Conj. D	Lt. 15, Conj. D	Lt. 13, Conj. D	-	L3
	15	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 18, Conj. D	Lt. 16, Conj. D	Lt. 14, Conj. D	-	L3
	16	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 18, Conj. D	Lt. 17, Conj. D	Lt. 15, Conj. D	-	L3
	17	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 18, Conj. D	VP	Lt. 16, Conj. D	-	L3
	18	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 9, Conj. D	Lt. 19, Conj. D	Lt. 14, Conj. D Lt. 15, Conj. D Lt. 16, Conj. D Lt. 17, Conj. D	-	L3
	19	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 8, Conj. D	Lt. 20, Conj. D	Lt. 18, Conj. D	-	L3
	20	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 7, Conj. D	Lt. 21, Conj. D	Lt. 19, Conj. D	-	L3
TOTAIS			LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial										

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

IPDF

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE – QUADRA 04

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-C, 150-I-5-D
Data: 22.01.99

Esquerda | Direita | FRENTE | VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 04	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. D	21	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 6, Conj. D	Lt. 22, Conj. D	Lt. 20, Conj. D	-	L3
	22	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 5, Conj. D	Lt. 1, Conj. D Lt. 2, Conj. D	Lt. 21, Conj. D	-	L3
TOTAIS	22	6.600,00	LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial										

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

IPDF

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE – QUADRA 04

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-C, 150-I-5-D
Data: 22.01.99



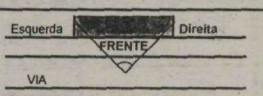
Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 04	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. E	1	600,00	15,000	15,000	40,000	40,000	-	VP	Lt. 22, Conj. E	Lt. 2, Conj. E	VP	-	L3
	2	600,00	15,000	15,000	40,000	40,000	-	VP	Lt. 22, Conj. E	Lt. 3, Conj. E	Lt. 1, Conj. E	-	L3
	3	600,00	15,000	15,000	40,000	40,000	-	VP	Lt. 5, Conj. E	Lt. 4, Conj. E	Lt. 2, Conj. E	-	L3
	4	600,00	15,000	15,000	40,000	40,000	-	VP	Lt. 5, Conj. E	VP	Lt. 3, Conj. E	-	L3
	5	300,00	10,00	10,00	30,00	30,00	-	VP	Lt. 22, Conj. E	Lt. 6, Conj. E	Lt. 3, Conj. E Lt. 4, Conj. E	-	L3
	6	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 21, Conj. E	Lt. 7, Conj. E	Lt. 5, Conj. E	-	L3
	7	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 20, Conj. E	Lt. 8, Conj. E	Lt. 6, Conj. E	-	L3
	8	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 19, Conj. E	Lt. 9, Conj. E	Lt. 7, Conj. E	-	L3
	9	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 18, Conj. E	Lt. 10, Conj. E Lt. 11, Conj. E Lt. 12, Conj. E Lt. 13, Conj. E	Lt. 8, Conj. E	-	L3
	10	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 9, Conj. E	Lt. 11, Conj. E	VP	-	L3
TOTAIS			LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial										

IPDF

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE – QUADRA 04

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-C, 150-I-5-D
Data: 22.01.99



Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 04	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. E	11	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 9, Conj. E	Lt. 12, Conj. E	Lt. 10, Conj. E	-	L3
	12	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 9, Conj. E	Lt. 13, Conj. E	Lt. 11, Conj. E	-	L3
	13	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 9, Conj. E	Lt. 14, Conj. E	Lt. 12, Conj. E	-	L3
	14	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 18, Conj. E	Lt. 15, Conj. E	Lt. 13, Conj. E	-	L3
	15	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 18, Conj. E	Lt. 16, Conj. E	Lt. 14, Conj. E	-	L3
	16	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 18, Conj. E	Lt. 17, Conj. E	Lt. 15, Conj. E	-	L3
	17	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 18, Conj. E	VP	Lt. 16, Conj. E	-	L3
	18	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 9, Conj. E	Lt. 19, Conj. E	Lt. 14, Conj. E Lt. 15, Conj. E Lt. 16, Conj. E Lt. 17, Conj. E	-	L3
	19	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 8, Conj. E	Lt. 20, Conj. E	Lt. 18, Conj. E	-	L3
	20	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 7, Conj. E	Lt. 21, Conj. E	Lt. 19, Conj. E	-	L3
TOTAIS			LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial										

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

IPDF

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE – QUADRA 04

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-C, 150-I-5-D
Data: 22.01.99

Esquerda | FRENTE | Direita
VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 04	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. E	21	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 6, Conj. E	Lt. 22, Conj. E	Lt. 20, Conj. E	-	L3
	22	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 5, Conj. E	Lt. 1, Conj. E Lt. 2, Conj. E	Lt. 21, Conj. E	-	L3
TOTAIS	22	6.600,00	LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial										

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

IPDF

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE – QUADRA 04

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-C, 150-I-5-D
Data: 22.01.99

Esquerda | FRENTE | Direita
VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 04	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. F	1	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 32, Conj. F	Lt. 2, Conj. F	Lt. 35, Conj. F Lt. 36, Conj. F	-	L3
	2	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 31, Conj. F	Lt. 3, Conj. F	Lt. 1, Conj. F	-	L3
	3	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 30, Conj. F	Lt. 4, Conj. F	Lt. [illegible], Conj. F	-	L3
	4	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 29, Conj. F	Lt. 5, Conj. F	Lt. 3, Conj. F	-	L3
	5	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 28, Conj. F	Lt. 6, Conj. F	Lt. 4, Conj. F	-	L3
	6	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 27, Conj. F	Lt. 7, Conj. F	Lt. 5, Conj. F	-	L3
	7	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 26, Conj. F	Lt. 8, Conj. F	Lt. 6, Conj. F	-	L3
	8	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 25, Conj. F	Lt. 9, Conj. F	Lt. 7, Conj. F	-	L3
	9	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 24, Conj. F	Lt. 10, Conj. F	Lt. 8, Conj. F	-	L3
	10	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 23, Conj. F	Lt. 11, Conj. F	Lt. 9, Conj. F	-	L3
	11	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 22, Conj. F	Lt. 12, Conj. F	Lt. 10, Conj. F	-	L3
	12	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 21, Conj. F	Lt. 13, Conj. F	Lt. 11, Conj. F	-	L3
TOTAIS			LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial										

IPDF

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE – QUADRA 04

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-C, 150-I-5-D
Data: 22.01.99

Esquerda | FRENTE | Direita
VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 04	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. F	13	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 20, Conj. F	Lt. 14, Conj. F	Lt. 12, Conj. F	-	L3
	14	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 19, Conj. F	Lt. 15, Conj. F Lt. 16, Conj. F	Lt. 13, Conj. F	-	L3
	15	200,00	10,000	10,000	20,000	20,000	-	VP	Lt. 14, Conj. F	Lt. 16, Conj. F	VP	-	L3
	16	200,00	10,000	10,000	20,000	20,000	-	VP	Lt. 14, Conj. F	Lt. 17, Conj. F	Lt. 15, Conj. F	-	L3
	17	200,00	10,000	10,000	20,000	20,000	-	VP	Lt. 19, Conj. F	Lt. 18, Conj. F	Lt. 16, Conj. F	-	L3
	18	200,00	10,000	10,000	20,000	20,000	-	VP	Lt. 19, Conj. F	VP	Lt. 17, Conj. F	-	L3
	19	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 14, Conj. F	Lt. 20, Conj. F	Lt. 17, Conj. F Lt. 18, Conj. F	-	L3
	20	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 13, Conj. F	Lt. 21, Conj. F	Lt. 19, Conj. F	-	L3
	21	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 12, Conj. F	Lt. 22, Conj. F	Lt. 20, Conj. F	-	L3
	22	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 11, Conj. F	Lt. 23, Conj. F	Lt. 21, Conj. F	-	L3
	23	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 10, Conj. F	Lt. 24, Conj. F	Lt. 22, Conj. F	-	L3
	24	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 9, Conj. F	Lt. 25, Conj. F	Lt. 23, Conj. F	-	L3
TOTAIS			LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial										

IPDF

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE – QUADRA 04

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-C, 150-I-5-D
Data: 22.01.99

Esquerda | FRENTE | Direita
VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 04	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. F	25	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 8, Conj. F	Lt. 26, Conj. F	Lt. 24, Conj. F	-	L3
	26	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 7, Conj. F	Lt. 27, Conj. F	Lt. 25, Conj. F	-	L3
	27	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 6, Conj. F	Lt. 28, Conj. F	Lt. 26, Conj. F	-	L3
	28	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 5, Conj. F	Lt. 29, Conj. F	Lt. 27, Conj. F	-	L3
	29	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 4, Conj. F	Lt. 30, Conj. F	Lt. 28, Conj. F	-	L3
	30	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 3, Conj. F	Lt. 31, Conj. F	Lt. 29, Conj. F	-	L3
	31	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 2, Conj. F	Lt. 32, Conj. F	Lt. 30, Conj. F	-	L3
	32	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 1, Conj. F	Lt. 33, Conj. F Lt. 34, Conj. F	Lt. 31, Conj. F	-	L3
	33	200,00	10,000	10,000	20,000	20,000	-	VP	Lt. 32, Conj. F	Lt. 34, Conj. F	VP	-	L3
	34	200,00	10,000	10,000	20,000	20,000	-	VP	Lt. 32, Conj. F	Lt. 35, Conj. F	Lt. 33, Conj. F	-	L3
	35	200,00	10,000	10,000	20,000	20,000	-	VP	Lt. 1, Conj. F	Lt. 36, Conj. F	Lt. 34, Conj. F	-	L3
	36	200,00	10,000	10,000	20,000	20,000	-	VP	Lt. 1, Conj. F	VP	Lt. 35, Conj. F	-	L3
TOTAIS	**36**	**5.800,00**	LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial										

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

IPDF

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE – QUADRA 04

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-C, 150-I-5-D
Data: 22.01.99



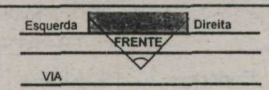
Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 04	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. G	1	600,00	15,000	15,000	40,000	40,000	-	VP	Lt. 22, Conj. G	Lt. 2, Conj. G	VP	-	L3
	2	600,00	15,000	15,000	40,000	40,000	-	VP	Lt. 22, Conj. G	Lt. 3, Conj. G	Lt. 1, Conj. G	-	L3
	3	600,00	15,000	15,000	40,000	40,000	-	VP	Lt. 5, Conj. G	Lt. 4, Conj. G	Lt. 2, Conj. G	-	L3
	4	600,00	15,000	15,000	40,000	40,000	-	VP	Lt. 5, Conj. G	VP	Lt. 3, Conj. G	-	L3
	5	300,00	10,00	10,00	30,00	30,00	-	VP	Lt. 22, Conj. G	Lt. 6, Conj. G	Lt. 3, Conj. G Lt. 4, Conj. G	-	L3
	6	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 21, Conj. G	Lt. 7, Conj. G	Lt. 5, Conj. G	-	L3
	7	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 20, Conj. G	Lt. 8, Conj. G	Lt. 6, Conj. G	-	L3
	8	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 19, Conj. G	Lt. 9, Conj. G	Lt. 7, Conj. G	-	L3
	9	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 18, Conj. G	Lt. 10, Conj. G Lt. 11, Conj. G Lt. 12, Conj. G Lt. 13, Conj. G	Lt. 8, Conj. G	-	L3
	10	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 9, Conj. G	Lt. 11, Conj. G	VP	-	L3
TOTAIS			LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial										

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

IPDF

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE – QUADRA 04

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-C, 150-I-5-D
Data: 22.01.99



Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 04	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. G	11	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 9, Conj. G	Lt. 12, Conj. G	Lt. 10, Conj. G	-	L3
	12	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 9, Conj. G	Lt. 13, Conj. G	Lt. 11, Conj. G	-	L3
	13	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 9, Conj. G	Lt. 14, Conj. G	Lt. 12, Conj. G	-	L3
	14	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 18, Conj. G	Lt. 15, Conj. G	Lt. 13, Conj. G	-	L3
	15	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 18, Conj. G	Lt. 16, Conj. G	Lt. 14, Conj. G	-	L3
	16	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 18, Conj. G	Lt. 17, Conj. G	Lt. 15, Conj. G	-	L3
	17	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 18, Conj. G	VP	Lt. 16, Conj. G	-	L3
	18	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 9, Conj. G	Lt. 19, Conj. G	Lt. 14, Conj. G Lt. 15, Conj. G Lt. 16, Conj. G Lt. 17, Conj. G	-	L3
	19	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 8, Conj. G	Lt. 20, Conj. G	Lt. 18, Conj. G	-	L3
	20	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 7, Conj. G	Lt. 21, Conj. G	Lt. 19, Conj. G	-	L3
TOTAIS			LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial										

IPDF

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE – QUADRA 04

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-C, 150-I-5-D
Data: 22.01.99

Esquerda FRENTE Direita
VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 04	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. G	21	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 6, Conj. G	Lt. 22, Conj. G	Lt. 20, Conj. G	-	L3
	22	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 5, Conj. G	Lt. 1, Conj. G Lt. 2, Conj. G	Lt. 21, Conj. G	-	L3
TOTAIS	22	6.600,00											

LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto
Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial

IPDF

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE – QUADRA 04

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-C, 150-I-5-D
Data: 22.01.99

Esquerda FRENTE Direita
VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 04	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. H	1	600,00	15,000	15,000	40,000	40,000	-	VP	Lt. 22, Conj. H	Lt. 2, Conj. H	VP	-	L3
	2	600,00	15,000	15,000	40,000	40,000	-	VP	Lt. 22, Conj. H	Lt. 3, Conj. H	Lt. 1, Conj. H	-	L3
	3	600,00	15,000	15,000	40,000	40,000	-	VP	Lt. 5, Conj. H	Lt. 4, Conj. H	Lt. 2, Conj. H	-	L3
	4	600,00	15,000	15,000	40,000	40,000	-	VP	Lt. 5, Conj. H	VP	Lt. 3, Conj. H	-	L3
	5	300,00	10,00	10,00	30,00	30,00	-	VP	Lt. 22, Conj. H	Lt. 6, Conj. H	Lt. 3, Conj. H Lt. 4, Conj. H	-	L3
	6	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 21, Conj. H	Lt. 7, Conj. H	Lt. 5, Conj. H	-	L3
	7	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 20, Conj. H	Lt. 8, Conj. H	Lt. 6, Conj. H	-	L3
	8	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 19, Conj. H	Lt. 9, Conj. H	Lt. 7, Conj. H	-	L3
	9	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 18, Conj. H	Lt. 10, Conj. H Lt. 11, Conj. H Lt. 12, Conj. H Lt. 13, Conj. H	Lt. 8, Conj. H	-	L3
	10	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 9, Conj. H	Lt. 11, Conj. H	VP	-	L3
TOTAIS													

LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto
Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

IPDF

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE – QUADRA 04

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-C, 150-I-5-D
Data: 22.01.99

Esquerda / Direita / FRENTE / VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 04	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. H	11	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 9, Conj. H	Lt. 12, Conj. H	Lt. 10, Conj. H	-	L3
	12	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 9, Conj. H	Lt. 13, Conj. H	Lt. 11, Conj. H	-	L3
	13	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 9, Conj. H	Lt. 14, Conj. H	Lt. 12, Conj. H	-	L3
	14	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 18, Conj. H	Lt. 15, Conj. H	Lt. 13, Conj. H	-	L3
	15	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 18, Conj. H	Lt. 16, Conj. H	Lt. 14, Conj. H	-	L3
	16	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 18, Conj. H	Lt. 17, Conj. H	Lt. 15, Conj. H	-	L3
	17	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 18, Conj. H	VP	Lt. 16, Conj. H	-	L3
	18	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 9, Conj. H	Lt. 19, Conj. H	Lt. 14, Conj. H Lt. 15, Conj. H Lt. 16, Conj. H Lt. 17, Conj. H	-	L3
	19	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 8, Conj. H	Lt. 20, Conj. H	Lt. 18, Conj. H	-	L3
	20	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 7, Conj. H	Lt. 21, Conj. H	Lt. 19, Conj. H	-	L3
TOTAIS			LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial										

IPDF

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE – QUADRA 04

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-C, 150-I-5-D
Data: 22.01.99

Esquerda / Direita / FRENTE / VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 04	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. H	21	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 6, Conj. H	Lt. 22, Conj. H	Lt. 20, Conj. H	-	L3
	22	300,00	10,000	10,000	30,000	30,000	-	VP	Lt. 5, Conj. H	Lt. 1, Conj. H Lt. 2, Conj. H	Lt. 21, Conj. H	-	L3
TOTAIS	22	6.600,00	LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial										

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

IPDF

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE – QUADRA 04

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-C, 150-I-5-D
Data: 22.01.99

Esquerda | FRENTE | Direita
VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 04	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. I	1	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 32, Conj. I	Lt. 2, Conj. I	Lt. 35, Conj. I Lt. 36, Conj. I	-	L3
	2	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 31, Conj. I	Lt. 3, Conj. I	Lt. 1, Conj. I	-	L3
	3	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 30, Conj. I	Lt. 4, Conj. I	Lt. 2, Conj. I	-	L3
	4	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 29, Conj. I	Lt. 5, Conj. I	Lt. 3, Conj. I	-	L3
	5	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 28, Conj. I	Lt. 6, Conj. I	Lt. 4, Conj. I	-	L3
	6	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 27, Conj. I	Lt. 7, Conj. I	Lt. 5, Conj. I	-	L3
	7	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 26, Conj. I	Lt. 8, Conj. I	Lt. 6, Conj. I	-	L3
	8	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 25, Conj. I	Lt. 9, Conj. I	Lt. 7, Conj. I	-	L3
	9	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 24, Conj. I	Lt. 10, Conj. I	Lt. 8, Conj. I	-	L3
	10	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 23, Conj. I	Lt. 11, Conj. I	Lt. 9, Conj. I	-	L3
	11	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 22, Conj. I	Lt. 12, Conj. I	Lt. 10, Conj. I	-	L3
	12	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 21, Conj. I	Lt. 13, Conj. I	Lt. 11, Conj. I	-	L3
TOTAIS			LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial										

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

IPDF

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE – QUADRA 04

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-C, 150-I-5-D
Data: 22.01.99

Esquerda | FRENTE | Direita
VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra 04	Lote		Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
Conj. I	13	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 20, Conj. I	Lt. 14, Conj. I	Lt. 12, Conj. I	-	L3
	14	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 19, Conj. I	Lt. 15, Conj. I Lt. 16, Conj. I	Lt. 13, Conj. I	-	L3
	15	200,00	10,000	10,000	20,000	20,000	-	VP	Lt. 14, Conj. I	Lt. 16, Conj. I	VP	-	L3
	16	200,00	10,000	10,000	20,000	20,000	-	VP	Lt. 14, Conj. I	Lt. 17, Conj. I	Lt. 15, Conj. I	-	L3
	17	200,00	10,000	10,000	20,000	20,000	-	VP	Lt. 19, Conj. I	Lt. 18, Conj. I	Lt. 16, Conj. I	-	L3
	18	200,00	10,000	10,000	20,000	20,000	-	VP	Lt. 19, Conj. I	VP	Lt. 17, Conj. I	-	L3
	19	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 14, Conj. I	Lt. 20, Conj. I	Lt. 17, Conj. I Lt. 18, Conj I	-	L3
	20	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 13, Conj. I	Lt. 21, Conj. I	Lt. 19, Conj. I	-	L3
	21	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 12, Conj. I	Lt. 22, Conj. I	Lt. 20, Conj. I	-	L3
	22	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 11, Conj. I	Lt. 23, Conj. I	Lt. 21, Conj. I	-	L3
	23	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 10, Conj. I	Lt. 24, Conj. I	Lt. 22, Conj. I	-	L3
	24	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 9, Conj. I	Lt. 25, Conj. I	Lt. 23, Conj. I		I 3
TOTAIS			LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial										

IPDF

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

LOCALIZAÇÃO: CEILÂNDIA – RA IX
SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ADE - CENTRO-NORTE – QUADRA 04

REFERÊNCIAS: URB 127/98
Planta Nº: 150-I-5-C, 150-I-5-D
Data: 22.01.99

Esquerda | FRENTE | Direita
VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
Quadra 04	Lote		Frente	Fundo	Lateral Direita	Lateral Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Lateral Direita	Lateral Esquerda	Chanfro	
Conj. I	25	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 8, Conj. I	Lt. 26, Conj. I	Lt. 24, Conj. I	-	L3
	26	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 7, Conj. I	Lt. 27, Conj. I	Lt. 25, Conj. I	-	L3
	27	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 6, Conj. I	Lt. 28, Conj. I	Lt. 26, Conj. I	-	L3
	28	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 5, Conj. I	Lt. 29, Conj. I	Lt. 27, Conj. I	-	L3
	29	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 4, Conj. I	Lt. 30, Conj. I	Lt. 28, Conj. I	-	L3
	30	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 3, Conj. I	Lt. 31, Conj. I	Lt. 29, Conj. I	-	L3
	31	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 2, Conj. I	Lt. 32, Conj. I	Lt. 30, Conj. I	-	L3
	32	150,00	7,500	7,500	20,000	20,000	-	VP	Lt. 1, Conj. I	Lt. 33, Conj. I Lt. 34, Conj. I	Lt. 31, Conj. I	-	L3
	33	200,00	10,000	10,000	20,000	20,000	-	VP	Lt. 32, Conj. I	Lt. 34, Conj. I	VP	-	L3
	34	200,00	10,000	10,000	20,000	20,000	-	VP	Lt. 32, Conj. I	Lt. 35, Conj. I	Lt. 33, Conj. I	-	L3
	35	200,00	10,000	10,000	20,000	20,000	-	VP	Lt. 1, Conj. I	Lt. 36, Conj. I	Lt. 34, Conj. I	-	L3
	36	200,00	10,000	10,000	20,000	20,000	-	VP	Lt. 1, Conj. I	VP	Lt. 35, Conj. I	-	L3
TOTAIS	36	5.800,00	LEGENDA E OBSERVAÇÕES: AP. – Área Pública Lt. – Lote VP – Via Pública Conj. – Conjunto Q. - Quadra EPC – Equipamento Público Comunitário AE – Área Especial										

PROCESSOS:

DECISÕES/ATOS:

DECRETOS:

PUBLICAÇÃO:

REGISTRO NO CARTÓRIO DO ..... OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, em .....

CONTEÚDO

1 - Localização

2 - Plantas de Parcelamento

3 - Usos e Atividades Permitidos

4 - Afastamentos Mínimos Obrigatórios

6 - Coeficiente de Aproveitamento (CA)

7 - Pavimentos

9 - Estacionamento e/ou Garagem

10 - Taxa de Permeabilidade do Solo

11 - Tratamento das Divisas

13 - Residência de Zelador

14 - Guarita

17 – Acesso

18 – Disposições Gerais

METROQUATTRO ARQUITETURA TECNOLOGIA S/C LTDA R.T.: Paulo Coelho Avila CREA 8079/D - DF

NORMAS DE EDIFICAÇÃO, USO E GABARITO

NGB – 127/98

Cidade de Ceilândia – RA IX
Setor de Desenvolvimento Econômico –
ADE Centro-Norte – Quadras 01 a 04

FOLHA: 01/07	PROJETO: Metroquattro	REVISÃO: GEPRO II - IPDF	VISTO: Diretor IPDF	APROVO: Presidente IPDF
DATA: 22.01.99				

1. Localização:

Todos os lotes das Quadras 1, 2, 3 e 4 Setor de Desenvolvimento Econômico – ADE Centro-Norte em Ceilândia, RA IX.

2. Plantas de Parcelamento

URB 127/98 Folha 1/7 – SICAD Planta Geral
URB 129/98 Folha 2/7 – SICAD 150-I-2-D
URB 129/98 Folha 3/7 – SICAD 150-I-5-A
URB 129/98 Folha 4/7 – SICAD 150-I-5-B
URB 129/98 Folha 5/7 – SICAD 150-I-6-A
URB 129/98 Folha 6/7 – SICAD 150-I-5-C
URB 129/98 Folha 7/7 – SICAD 150-I-5-D

3. Usos e Atividades Permitidos:

Os lotes da ADE Centro-Norte são classificados como tipo L-3: lotes com restrição a residência, admitindo atividades de baixa, média e alta incomodidade, excetuando-se o uso residencial.

Os usos e atividades permitidos para os lotes da ADE Centro-Norte são aqueles definidos como Uso Coletivo, Uso Industrial e Uso Comercial de Bens e de Serviços conforme listagem constante do decreto 19.017 de 1998. Não será permitido o Uso Residencial.

4. Afastamentos Mínimos Obrigatórios

4.1. Em divisas voltadas para logradouros públicos deverá ser aplicada a fórmula abaixo, relacionada com a via para onde está situada a divisa:

$$af = \frac{(h-5)}{Tg\ 60^0} - d$$

Onde: *af* = afastamento obrigatório
h = altura da edificação
d = distância entre a divisa do lote e o meio-fio do lado oposto da via

Se af < ou = 0 (zero), o afastamento obrigatório será nulo.

4.2. Em divisas voltadas para lotes vizinhos:

4.2.1. Se não houver aberturas de vãos de iluminação e/ou ventilação, não será exigido afastamento;

4.2.2. Em fachadas com aberturas de vãos de ventilação e iluminação:

a) Para lotes com até 3 pavimentos, af = 3,0m (três metros)

b) Para lotes com mais de três pavimentos será utilizada a fórmula:

af = 1,5 + 0.5 + 0.25 (n – 1)

n = número de pavimentos

6. Coeficiente de Aproveitamento (CA)

(CA x área do lote = área total de construção)

CA = 2,0 (dois)

Serão consideradas no cálculo da área construída todas as áreas cobertas no interior do lote, exceto aquelas previstas no Código de Edificações do Distrito Federal, e as áreas destinadas a garagem e estacionamento de veículos

7. Pavimentos:

7.1. O número máximo de pavimentos será aquele resultante da aplicação dos parâmetros urbanísticos de afastamentos obrigatórios (Item 4), do Coeficiente de Aproveitamento (Item 6) e da Taxa de Permeabilidade (Item 10) constantes desta NGB.

7.2. Subsolo: optativo. Se for destinado a garagem, não será computado na área total de construção.

9. Estacionamento e/ou Garagem

9.1. Para os lotes maiores que 300m2 será exigido o número mínimo de vagas de estacionamento no interior do lote, dependendo da atividade desenvolvida, conforme tabela que integra o Anexo I desta NGB;

9.2. O estacionamento poderá se desenvolver em superfície e/ou subsolo, em área coberta ou descoberta, podendo ocorrer também dentro dos afastamentos obrigatórios.

9.3. A área de garagem não será computada na área máxima de construção permitida.

10. Taxa de Permeabilidade do Solo:

(Percentual mínimo da área do lote onde é proibida a impermeabilização do solo)

10.1 A Taxa de Permeabilidade será exigida em função do tamanho do lote, *conforme tabela abaixo:*

Tamanho do Lote	Taxa de Permeabilidade do Solo
Lotes até 150m^2	Não será exigida
Lotes de 151 até 500m^2	10%
Lotes de 501 até 2.000m^2	20%
Lotes acima de 2.000m^2	30%

10.2 Excepcionalmente para a Área Especial 1 e Área Especial 2, será exigido 40% de Taxa de Permeabilidade do Solo em virtude das restrições ambientais nestas áreas.

11. Tratamento de Divisas:

Permite-se o cercamento do lote em todas as divisas, com altura máxima de 2,20m (dois metros e vinte centímetros), podendo ser:

11.1 do tipo grade ou alambrado em todas as divisas do lote;

11.2 do tipo cerca viva ou muro nas divisas com lotes vizinhos;

11.3 do tipo muro com elementos vazados ou outra solução arquitetônica que garanta pelo menos 70% de transparência visual.

13. Residência de Zelador

Será permitida uma única residência para zelador, com área máxima definida pelo Código de Edificações do Distrito Federal. Sua área será computada na área total de construção permitida.

14. Guarita:

Será permitida a construção de guarita dentro dos afastamentos obrigatórios. Sua área será computada na área total de construção permitida.

17. Acesso:

17.1. O acesso de veículos ao lote dar-se-á, sempre que possível, pela via de menor hierarquia viária (via local) ou, como segunda opção, pela via que serve à divisa frontal do lote.

17.2. O acesso de pedestres poderá ocorrer em qualquer divisa.

17.3. O acesso de veículos aos lotes não poderá localizar-se nas rótulas e nos cruzamentos de vias devendo manter um afastamento de, no mínimo, 5 m (cinco metros) do acesso em relação ao início ou final do raio de giro.

17.4. Os acessos a Postos de Abastecimento de Combustíveis – PAC, deverão receber anuência prévia do Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (IPDF).

18. Disposições gerais

18.1. Esta NGB 127/98 é composta pelos itens 1, 2, 3, 4, 6, 7, 9, 10, 11, 13, 14, 17 e 18.

18.2. Deverá ser consultado o MDE 127/98 para complementar a conceituação e outras informações referentes aos parâmetros urbanísticos definidos nesta NGB. (Taxa de Permeabilidade, Coeficiente "b", acessos, etc.)

18.3. As normas omissas nesta NGB deverão seguir o Código de Edificações do Distrito Federal.

ANEXO I

QUADRO DE EXIGÊNCIAS DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO SEGUNDO O PORTE E TIPO DE ATIVIDADE

METROQUATTRO ARQUITETURA TECNOLOGIA S/C LTDA | R.T.: Paulo Coelho Avila CREA 8079/D - DF

NORMAS DE EDIFICAÇÃO, USO E GABARITO

NGB – 127/98

Cidade de Ceilândia – RA IX
Setor de Desenvolvimento Econômico
ADE - Centro-Norte – Quadras 01 a 04

FOLHA: 05/07	PROJETO:	REVISÃO:	VISTO:	APROVO:
DATA: 22.01.99	Metroquattro	GEPRO II - IPDF	Diretor IPDF	Presidente IPDF

ANEXO I – QUADRO DE EXIGÊNCIAS DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO SEGUNDO O PORTE E TIPO DE ATIVIDADE

ATIVIDADES/PÓLOS GERADORES DE TRÁFEGO	TIPO	ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA (m^2)	NÚMERO MÍNIMO DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO
Centro de Compras, Shopping Center	P_2	Área ≤ 1200	1 vaga para 50m^2
	P_1	1200 > área ≤ 2500	1 vaga para 35m^2
	P	Área > 2500	1 vaga para 25m^2
Lojas de Departamento	P_2	500 > área ≤ 1200	1 vaga para 75m^2
	P_1	1200 < área ≤ 2500	1 vaga para 50m^2
	P	Área > 2500	1 vaga para 45m^2
Supermercados, Hipermercados, Mercados	P_2		
	P_1	400 > área ≥ 2500	1 vaga para 50m^2
	P	Área > 2500	1 vaga para 35m^2
Entrepostos, Terminais de Cargas, Terminais Rodoviários, Armazéns, Depósitos	P_2	Área ≤ 2500	1 vaga para 100m^2
	P_1	2500 < área ≤ 5000	1 vaga para 150m^2
	P	Área > 5000	1 vaga para 200m^2
Prestação de Serviços, Escritórios, Consultórios	P_2	Área ≤ 500	1 vaga para 50m^2
	P_1	500 < área ≤ 1500	1 vaga para 45m^2
	P	Área > 1500	1 vaga para 45m^2
Hotéis	P_2	Área ≤ 1500	1 vaga p/ cada 6 aptº com área < 50m^2 1 vaga p/ cada 3 aptº com área > 50m^2
	P_1	1500 < área ≤ 3500	1 vaga p/ cada 3 aptº com área < 50m^2 1 vaga p/ cada 2 aptº com área > 50m^2
	P	Área > 3500	1 vaga p/ cada 2 aptº com área < 50m^2 1 vaga por aptº com área > 50m^2 1 vaga p/ cada 10m^2 de sala de convenções 1 vaga p/ cada 100m^2 de área de uso público
Motéis		Qualquer área	1 vaga por apartamento
Apart-Hotéis		Qualquer área	1 vaga para cada 2 aptº
Hospitais, Maternidades		Qualquer área	NL ≤ 50 – 1 vaga por leito 50 < NL ≤ 200 – 1 vaga p/ 1,5 leitos NL > 200 – 1 vaga p/ 2 leitos *(NL = n.º de leitos)*
Pronto Socorro, Clínicas, Laboratórios de Análise, Ambulatórios	P_2		
	P_1	300 > área ≤ 1500	1 vaga para 50m^2
	P	Área > 1500	1 vaga para 35m^2

ATIVIDADES/PÓLOS GERADORES DE TRÁFEGO	TIPO	ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA (m^2)	NÚMERO MÍNIMO DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO
Universidade, Faculdade, Cursos Supletivos, Cursos Preparatórios às Escolas Superiores, Cursos não seriados	P_2	300 > área ≤ 1200	1 vaga para 75m^2
	P_1	1200 < área ≤ 2500	1 vaga para 50m^2
	P	Área > 2500	1 vaga para 25m^2
Escolas de 2º Grau, Ensino Técnico Profissional	P_2		
	P_1	1200 > área ≤ 2500	1 vaga para 75m^2
	P	Área > 2500	1 vaga para 50m^2
Escola Maternal, Ensino Pré-Escolar e Escola de 1º Grau	P_1	300 > área ≤ 2500	1 vaga para 100m^2
	P	Área > 2500	1 vaga para 75m^2
Academia de Ginástica e Esporte, Curso de Línguas, Escola de Arte, Dança, Música, Quadras e Salões de Esporte (Cobertos)	P_2		
	P_1	300 > área ≤ 1500	1 vaga para 50m^2
	P	Área > 1500	1 vaga para 25m^2
Restaurantes, Choperias, Pizzarias, Boates, Casas de Música, de Chá, de Café, Salão de Festas, de Bailes, Buffet, Lanchonete, Sorveterias	P_2	200 > área ≤ 750	1 vaga para 75m^2
	P_1	750 < área ≤ 1500	1 vaga para 50m^2
	P	Área > 1500	1 vaga para 20m^2
Indústrias	P_2	Área ≤ 1200	1 vaga para 100m^2
	P_1	1200 < área ≤ 2500	1 vaga para 150m^2
	P	Área > 2500	1 vaga para 200m^2
Cinemas, Teatros, Auditórios	P_2		
	P_1	100 a 300 lugares	1 vaga para 50m^2
	P	> 300 lugares	1 vaga para 8 lugares
Locais de Culto		Qualquer área	1 vaga para 50m^2
Estádios e Ginásios de Esporte		Área ≥ 3000	1 vaga para 8 lugares
Pavilhão para Feiras, Exposições, Parque de Diversões		Área ≥ 3000	1 vaga para 50m^2
Parques, Zoológicos, Hortos		≥ 30.000m^2 de terreno	1 vaga para 100m^2 de área aberta à visitação pública

1. Quando a edificação possuir mais de uma atividade, o número total de vagas corresponderá ao somatório das vagas exigidas para cada atividade.
2. Nas atividades de hospital e maternidade, não estão incluídas as atividades de pronto-socorro, clínicas, laboratórios de análise, consultórios e ambulatórios.
3. As vagas referem-se a veículos de pequeno e médio porte.

DECRETO N.º 20.766, DE 29 DE OUTUBRO DE 1999

Reverte ao patrimônio da Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP, o imóvel que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal e do § 3º do artigo 50, do Decreto nº 16.109, de 01/12/94, e

Considerando não serem mais prevalentes as razões que justificaram a doação efetuada pela Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP, nos termos do artigo 3º, inciso VII, da Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972;
Considerando ainda, que a "contrariu-sensu" do dispositivo legal supracitado, já detém o Distrito Federal a competente autorização legislativa para proceder a restituição à Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP do imóvel constituído pelo lote "A", do Setor Terminal Norte,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica revertido ao patrimônio da Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP, o imóvel situado no Setor Terminal Norte, Lote "A" em Brasília, Distrito Federal, com 53.652,148m2.

Art. 2º - O Departamento Geral de Patrimônio da Subsecretaria de Finanças da Secretaria de Fazenda do Distrito Federal, adotará as providências administrativas necessárias, visando a baixa do imóvel descrito no artigo 1º, do patrimônio do Distrito Federal.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília 29 de outubro de 1999
111º da República e 40º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

UTILIDADE PÚBLICA

Secretaria de Comunicação Social - GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Bombeiros	193	CAESB	195
Cruz Vermelha	224-5909	CEB	196
Defesa Civil	314-8214	Detran	1514
Polícia	190	Farmácia de Plantão	132
Procon	1512	Alcoólicos Anônimos	226-0091

PRONTO SOCORRO 192

VICE-GOVERNADORIA

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

DESPACHOS DO SUBSECRETÁRIO
Em 4 de junho de 1999(*)

PROCESSO Nº : 141.000.802/96
INTERESSADO : PAULO OCTÁVIO INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
ASSUNTO : RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 6, de 8 de junho de 1998, e nos termos do artigo 26, "in Fine", da Lei 8.666/93, o despacho que reconheceu a inexigibilidade de licitação, por inviabilidade de competição, prevista no art. 25, caput, do Estatuto Licitatório, consoante operada nos autos do processo acima epigrafado.
Publique-se e remeta-se à Administração Regional de Brasília, para as providências complementares.

HERMAN BARBOSA

(*) Republicado por ter saído com incorreção, do original, no DODF-Seção I, nº 107, de 7-6-99, pág. 2.

Em 27 de outubro de 1999

PROCESSO Nº : 139.001.366/98
INTERESSADO : AMERICANA CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA
ASSUNTO : RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 6, de 8 de junho de 1998, e nos termos do artigo 26, "in Fine", da Lei 8.666/93, o despacho que reconheceu a inexigibilidade de licitação, por inviabilidade de competição, prevista no art. 25, caput, do Estatuto Licitatório, consoante operada nos autos do processo acima epigrafado.
Publique-se e remeta-se à Administração Regional do Cruzeiro, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 141.002.592/95
INTERESSADO : EMÍLIO TIMO
ASSUNTO : RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 6, de 8 de junho de 1998, e nos termos do artigo 26, "in Fine", da Lei 8.666/93, o despacho que reconheceu a inexigibilidade de licitação, por inviabilidade de competição, prevista no art. 25, caput, do Estatuto Licitatório, consoante operada nos autos do processo acima epigrafado.
Publique-se e remeta-se à Administração Regional de Brasília, para as providências complementares.

HERMAN BARBOSA

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA

ORDEM DE SERVIÇO N.º 218, DE 18 DE OUTUBRO DE 1999

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE BRASÍLIA, no uso da competência que lhe é atribuída pelo ítem XLVI, do Artigo 64 do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 16.246, de 29 de dezembro de 1.994, RESOLVE: REVOGAR nos termos do Decretos nº 17.079 de 28 de dezembro de 1995 e Decreto nº 19.265 de 26 de maio de 1998, o Termo de Autorização de Uso nº 079/99, concedido à R & M - Empresa de Administração Ltda, com área contígua ao SCL/SUL QD. 405 - BLOCO "A" - LOJA 4 - LOTE 12, com área de 240,00m², com finalidade de instalar mesas e cadeiras. Republicado por haver saído com incorreção do original no DODF nº 204 de Sexta-feira, 22 de outubro de 1999 pagina 1.

HERMAN BARBOSA
Interino

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA

ORDEM DE SERVIÇO N.º 40, DE 25 DE OUTUBRO DE 1999(*)

O Administrador Regional da Candangolândia, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 20 , incisos XLIII e XLIV do Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 16.245, de 28/12/94 resolve ;
Declarar Ponto Facultativo na Região Administrativa da Candangolândia , no dia 03 de novembro de 1.999 , em virtude da comemoração do aniversário da cidade .

JOÃO DANTAS DOS SANTOS

(*) Republicada por ter saído com incorreção, do original, no DODF-Seção I, nº 207, de 27-10-99, pág. 9

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA

ORDEM DE SERVIÇO DE 28 DE OUTUBRO DE 1999

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE SAMAMBAIA, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno , aprovado pelo Decreto 16.247, de 29 de dezembro de 1994, e conforme determina a Lei nº 1.172 de 24 de julho de 1996, regulamentada pelo Decreto 18.256 de 19 de maio de 1997 artigo 37 § 8º, resolve:

Publicar relação de bens apreendidos no depósito desta Administração, para que o proprietário interessado apresente, no prazo de 30(trinta) dias, os documentos fiscais para sua retirada de acordo com o Termo de Apreensão.

PROCESSO N.º 142.001374/99						
Termo	Identificação	Local	Data	Hora	Quant.	Especificação
0510	Laor Hermisdoh	QN 313	29/08/99	10:45	01	Vídeo Cassete Usado marca SHARP
					01	Rádio Relógio velho
					01	Máquina cortar cerâmica Makita

EURÍPEDES LEÔNCIO CARNEIRO

CASA MILITAR

PORTARIA DE 26 DE OUTUBRO DE 1999

O CHEFE DA CASA MILITAR DO GABINETE DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 36, inciso X, do Regimento do Gabinete do Governador do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 15.064, de 24 de setembro de 1993, resolve:
NOMEAR o 1º TENENTE QOBM/Mnt PAULO LOURENÇO DA SILVA, MAT. 01.675-6, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, para exercer a função de Assessor Militar da Divisão de Suprimento e Manutenção da Casa Militar do Gabinete do Governador do Distrito Federal, bem como CONCEDER o pagamento da Gratificação de Representação Militar, nos termos do Art. 1º da Lei nº 186, de 22 de novembro de 1991.

JORGE CEZAR DE ARAUJO CALDAS – TEN CEL QOPM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N.º 41, DE 29 DE OUTUBRO DE 1999

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o disposto do Decreto nº 12.339, de 20 de abril de 1990, resolve:

1 - Autorizo, em caráter excepcional, o cadastramento e o abastecimento, no período de 60 (sessenta) dias dos veículos abaixo relacionados:

KEA 2227	KDZ 2257	KEA 2317	KEA 2267	KEA 2177	KDZ 4307
KDO 0298	KDZ 4467	KDZ 4297	KDZ 1957	KEA 2307	KDZ 1917
KDO 0028	KDO 1398	KDO 0928	KDZ 4387	KEA 2207	KEA 2287
KEA 2367	KDO 0998	KDZ 4347	KDZ 4417	KDZ 4317	KDZ 1947
KEA 2237	KEA 2387	KEA 2407	KDZ 4407	KDO 0698	KDZ 4447
KDZ 1987	KDZ 1927	KDI 0328	KDO 0978	KDO 0968	KDZ 1937
KDZ 4357	KDZ 4397	KEA 2217	KDZ 1967	KDZ 1977	KDO 0018
KDO 1208	JFV 2167	JFS 6516	JFS 6456	JFS 6526	JFS 6416
JFT 7057	JFS 1638	JFT 7067	JFT 7047	JFS 1658	JFT 6967
JFS 6506	JFS 6536	JFS 6426	JFS 6486	JFS 6436	JFS 1678
JFT 6947	JFT 6987	JFS 1668	JFS 1648	JFT 6957	JFT 7027
JFT 6977	JFT 7037	JFU 1797	KEA 2337	KDY 8507	KDY 8457
KDY 8567	KDY 8447	KDY 8557	KDY 8607	KDY 8437	KDY 8477
KDY 8427	KDY 8517	KDY 8467	KDY 8617	KDY 8637	KDY 8597
KDY 8577	KDY 8537	KDY 8487	KDY 8547	KDY 8497	KDY 8527
JEW 3301	JFS 0479	KEA 2127	KEA 2147	KDN 7728	JJA 5324

2 - Publique-se e encaminhe-se à Subsecretaria de Recursos Físicos desta Secretaria, para as providências subseqüentes.

MANOEL PUALO DE ANDRADE NETO

PORTARIA N.º 42, DE 29 DE OUTUBRO DE 1999

O SECRETÁRIO DE ADMISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no art. 1.º do Decreto n.º 18.689, de 09 de outubro de 1.997 resolve:
I – Publicar os demonstrativos do quantitativo de pessoal, bem como maior e menor remuneração pagas, aos ocupantes de cargo em comissão e emprego permanente, e os inativos e pensionistas, integrantes do Poder Executivo.
II – Declarar que os dados constantes dos demonstrativos, são de inteira responsabilidade das Unidades de Recursos Humanos dos Órgãos.

MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO

Órgão:Gabinete do Vice-Governador

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	75
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	75

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	46	30	76
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	46	30	76

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	6.900,01	104,24
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	4.232,13	550,22
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	2.620,44	-
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:Sec. de Governo

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	131
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	131

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	717	203	920
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	717	203	920

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	3.279,11	577,13
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	7.890,00	367,68
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	3.300,00	104,24
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:Procuradoria Geral do DF - PRG

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	431
* Aposentados - Regime Estatutário	222
* Pensionistas - Regime Estatutário	42
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	695

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	158	90	248
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	158	90	248

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	10.213,79	474,64
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	1.433,10	428,45
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	12.564,39	467,69
* Aposentado - Regime Estatutário	15.162,99	478,94
* Pensionista Regime Estatutário	14.572,86	95,12
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:Sec. de Administração

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	513
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	513

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	65	91	156
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	65	91	156

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	7.250,49	469,39
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	6.000,00	367,68
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	7.250,49	809,49
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:Sec. de Agricultura

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	99
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	99

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	28	35	63
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	28	35	63

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	4.964,21	580,64
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	6.000,00	367,68
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	4.961,21	580,64
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:Sec. Articulção e desenv. Entorno

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	41
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	41

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	4	37	41
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	4	37	41

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	6.000,00	428,45
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	6.000,00	428,45
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	3.173,59	1.095,28
* Aposentado - Regime Estatutário		
* Pensionista Regime Estatutário		
* Empregos Celetistas		

Órgão:Sec. de Assuntos Fundiários

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	79
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	79

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	13	66	79
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	13	66	79

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	6.414,61	428,45
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	4.232,13	428,45
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	6.414,61	585,10
* Aposentado - Regime Estatutário		
* Pensionista Regime Estatutário		
* Empregos Celetistas		

Órgão:Sec. de Comunicação Social

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	53
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	53

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	38	26	64
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	38	26	64

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	4.524,15	477,12
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	4.232,13	367,68
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	8.044,68	517,65
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:Sec. da Criança e Assistência Social

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	96
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	96

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	38	28	66
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	38	28	66

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	2.405,28	497,81
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	6.000,00	306,98
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	3.933,98	104,24
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:Sec. de Cultura e Esporte

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	635
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	635

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	113	105	218
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	113	105	218

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	3.946,10	474,64
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	4.232,13	428,45
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	4.779,98	504,27
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:Sec. Desenvolvimento Econômico

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	27
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	27

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	34	75	109
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	34	75	109

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	2.859,35	1.314,43
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	6.000,00	367,68
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	2.943,49	291,63
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:Sec. Desenv. Urbano e Habitação

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	128
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	128

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	25	21	46
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	25	21	46

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	5.019,26	469,39
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	1.579,91	367,68
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	9.208,49	919,36
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	1.188,32	272,16
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:Sec. de Educação

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	120
* Aposentados - Regime Estatutário	1.328
* Pensionistas - Regime Estatutário	115
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	1.563

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	82	32	114
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	82	32	114

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	4.326,35	474,64
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	3.808,91	367,68
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	2.503,87	578,88
* Aposentado - Regime Estatutário	8.196,84	467,03
* Pensionista Regime Estatutário	5.419,87	238,59
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:Sec. de Esporte e V. da Juventude

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	152
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	152

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	28	63	91
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	28	63	91

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	3.458,42	548,96
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	6.000,00	367,68
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	7.865,51	908,48
* Aposentado - Regime Estatutário		
* Pensionista Regime Estatutário		
* Empregos Celetistas		

Órgão:Sec. de Fazenda

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	1.274
* Aposentados - Regime Estatutário	987
* Pensionistas - Regime Estatutário	157
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	2.418

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	289	41	330
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	289	41	330

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	11.027,08	475,93
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	6.000,00	306,98
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	9.766,54	1.035,71
* Aposentado - Regime Estatutário	13.965,13	817,68
* Pensionista Regime Estatutário	14.369,05	393,46
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:Sec. do Meio Amb.Ciência e Tecno. DF

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	144
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	144

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	60	60	120
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	60	60	120

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	6.253,31	479,98
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	6.000,00	367,68
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	6.416,46	104,24
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:Sec. de Obras

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	65
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	65

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	44	0	44
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	44	0	44

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	5.681,80	578,88
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	3.808,91	367,68
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	2.433,47	104,24
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:Sec. de Saúde do DF

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	1.046
* Aposentados - Regime Estatutário	694
* Pensionistas - Regime Estatutário	100
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	1.840

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	123	10	133
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	123	10	133

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	4.638,95	472,62
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	3.808,91	367,68
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	3.300,00	340,10
* Aposentado - Regime Estatutário	2.971,50	478,88
* Pensionista Regime Estatutário	2.971,50	478,88
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:Sec. de Segurança Pública

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	329
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	329

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	129	14	143
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	129	14	143

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	4.221,04	573,64
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	6.000,00	466,68
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	2.058,69	156,35
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:Sec. da Solidariedade

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	5
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	5

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	3	68	71
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	3	68	71

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	940,60	530,25
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	6.000,00	367,68
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	889,80	569,64
* Aposentado - Regime Estatutário		
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:Sec. do Trabalho Emprego e Renda

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	240
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	240

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	63	84	147
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	63	84	147

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	5.266,95	474,64
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	4.232,13	428,45
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	6.450,72	578,88
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:Sec. de Transportes

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	156
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	156

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	20	28	48
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	20	28	48

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	3.483,61	405,41
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	6.000,00	367,68
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	2.932,19	646,70
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:Sec. de Turismo, Lazer e Juventude

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	153
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	153

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	30	58	88
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	30	58	88

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	4.447,23	415,99
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	6.000,00	367,68
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	5.283,65	156,35
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:Sec. da Previdência Social

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	6
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	6

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	6	7	13
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	6	7	13

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	6.000,00	856,60
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	-	-
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	-	-
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:Adm. Reg. de Brasília - RA I

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	310
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	310

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	19	92	111
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	19	92	111

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	4.250,94	469,39
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	2.124,10	367,68
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	4.440,97	1.379,48
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:Adm. Reg. de Brazlândia - RA IV

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	129
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	129

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	27	42	69
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	27	42	69

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	3.602,06	469,39
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	2.124,10	367,68
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	3.602,06	882,14
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:Adm. Reg. de Candagolândia - RA XIX

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	40
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	40

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	10	22	32
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	10	22	32

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	2.671,90	469,39
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	5.700,00	367,68
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	4.810,87	816,50
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:Adm. Reg. de Ceilândia - RA IX

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	304
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	304

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	32	74	106
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	32	74	106

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	3.656,34	469,39
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	2.124,10	367,68
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	7.504,52	340,10
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:Adm. Reg. do Cruzeiro - RA XI

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	129
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	129

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	16	56	72
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	16	56	72

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	3.296,40	478,10
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	5.700,00	367,68
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	5.399,90	257,77
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	350,79	257,77
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:Adm. Reg. do Gama - RA II

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	238
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	238

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	19	90	109
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	19	90	109

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	4.564,07	469,39
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	5.774,92	367,68
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	1.327,56	385,61
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:Adm. Reg. do Guará - RA X

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	198
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	198

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	20	74	94
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	20	74	94

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	3.734,52	469,39
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	5.700,00	367,68
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	4.712,14	940,41
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	446,73	139,35
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:Adm. Reg. do Lago Norte - RA XVIII

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	86
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	86

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	12	30	42
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	12	30	42

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	2.949,41	469,39
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	5.700,00	367,68
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	1.701,21	340,10
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:Adm. Reg. do Lago Sul - RA XVI

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	74
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	74

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	4	36	40
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	4	36	40

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	5.890,00	428,45
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	5.890,00	428,45
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	2.518,96	809,49
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:Adm. Reg. do Núcleo Bandeirante - RAVIII

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	158
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	158

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	18	73	91
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	18	73	91

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	5.723,54	367,68
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	5.723,54	367,68
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	3.371,07	1.046,41
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:Adm. Reg. do Paranoá - RA VII

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	76
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	76

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	7	0	7
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	3	37	40
TOTAL GERAL	10	37	47

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	3.436,21	469,39
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	5.700,00	367,68
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	3.723,18	1.036,70
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:Adm. Reg. de Planaltina - RA VI

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	198
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	198

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	32	74	106
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	32	74	106

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	3.730,84	448,68
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	1.579,91	367,68
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	5.863,90	783,72
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:Adm. Reg. do Recanto das Emas - RA XV

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	125
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	125

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	19	50	69
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	19	50	69

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	5.700,00	306,98
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	5.700,00	306,98
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	3.926,79	959,37
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:Adm. Reg. do Riacho Fundo - RA XVII

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	65
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	65

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	25	45	70
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	25	45	70

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	3.887,83	469,39
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	5.700,00	367,68
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	1.327,56	340,10
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:Adm. Reg. de Samambaia - RA XII

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	183
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	183

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	17	57	74
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	17	57	74

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	4.189,36	469,39
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	5.700,00	367,68
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	1.066,44	340,00
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:Adm. Reg. de Santa Maria - RA XIII

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	114
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	114

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	25	41	66
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	25	41	66

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	2.919,90	430,15
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	5.700,00	306,98
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	1.184,24	340,10
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:Adm. Reg. de São Sebastião - RA XIV

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	89
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	32
TOTAL	121

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	12	62	74
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	12	62	74

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	1.415,65	469,39
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	5.700,00	306,98
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	2.270,39	274,14
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	500,00	500,00

Órgão:Adm. Reg. de Sobradinho - RA V

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	185
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	185

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	41	56	97
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	41	56	97

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	5.062,84	469,39
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	1.579,91	367,68
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	3.135,00	340,10
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:Adm. Reg. de Taguatinga - RA III

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	353
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	353

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	16	106	122
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	16	106	122

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	4.503,97	469,39
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	5.700,00	367,68
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	5.117,54	1.160,08
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:Fundação Amparo ao Trab. Preso DF

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	0
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	0

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	5	19	24
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	5	19	24

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	-	-
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	4.234,17	552,26
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	1.327,50	731,23
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:Fundação de Apoio à Pesquisa - FAP

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	0
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	0

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	7	21	28
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	7	21	28

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	1.811,91	428,45
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	2.433,47	385,61
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	-	-
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:Fundação Educacional do DF

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	36.830
* Aposentados - Regime Estatutário	9.406
* Pensionistas - Regime Estatutário	866
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	47.102

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	1.210	58	1.268
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	1.210	58	1.268

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	2.470,17	315,00
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	4.232,13	306,98
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	2.433,47	291,63
* Aposentado - Regime Estatutário	2.470,17	315,00
* Pensionista Regime Estatutário	2.470,17	315,00
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:Fundação Hemocentro Brasília

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	0
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	0

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	32	23	55
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	32	23	55

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	-	-
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	1.573,91	367;68
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	2.433,47	340,10
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:Fundação Hospitalar do DF

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	15.772
* Aposentados - Regime Estatutário	4.401
* Pensionistas - Regime Estatutário	4.382
* Empregados Celetistas	1.274
TOTAL	25.829

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	992	281	1273
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	992	281	1273

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	5.028,14	386,82
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	1,821,91	385,61
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	6.666,68	921,23
* Aposentado - Regime Estatutário	3.538,24	321,56
* Pensionista Regime Estatutário	3.538,24	38,11
* Empregos Celetistas	2.338,66	667,67

Órgão:Sec. de Planejamento

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	106
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	106

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	35	41	76
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	35	41	76

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	5.091,89	745,84
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	6.000,00	367,68
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	5.761,22	1.670,56
* Aposentado - Regime Estatutário		
* Pensionista Regime Estatutário		
* Empregos Celetistas		

Órgão:Fundação do Serviço Social DF

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	2.160
* Aposentados - Regime Estatutário	375
* Pensionistas - Regime Estatutário	70
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	2.605

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	121	70	191
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	121	70	191

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	6.355,65	484,02
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	2.124,10	306,98
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	5.246,90	1.001,64
* Aposentado - Regime Estatutário	8.837,82	380,27
* Pensionista Regime Estatutário	6.090,18	109,59
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:Fundação Zoobotânica do DF

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	829
* Aposentados - Regime Estatutário	350
* Pensionistas - Regime Estatutário	66
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	1245

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	77	74	151
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	77	74	151

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	8.329,10	412,36
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	1.821,91	428,45
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	7.503,51	425,45
* Aposentado - Regime Estatutário	9.725,84	190,54
* Pensionista Regime Estatutário	5.420,28	104,04
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:Departamento de Estradas de Rodagem

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	927
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	927

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	112	17	129
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	112	17	129

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	5.731,36	536,45
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	4.232,13	611,24
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	6.503,18	1.001,29
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:Departº Metropolitano Transp. Urbanos

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	4
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	4

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	26	31	57
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	26	31	57

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	5.263,90	377,38
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	1.821,90	428,48
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	2.433,30	385,61
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:Departamento de Trânsito

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	721
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	721

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	103	28	131
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	103	28	131

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	7.161,88	539,98
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	4.232,13	428,45
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	6.300,25	924,28
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:Instituto de Desenv. Habitacional

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	0
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	331
TOTAL	331

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	70	45	115
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	70	45	115

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	-	-
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	2.124,10	489,29
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	10.166,41	1.223,81
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	9.478,58	748,59

Órgão:Instituto de Planej. Territorial do DF

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	124
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	124

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	86	38	124
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	86	38	124

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	2.433,47	428,45
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	1.821,90	428,45
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	2.433,47	385,61
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:Serviço de Limpeza Urbana - SLU

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	3.392
* Aposentados - Regime Estatutário	472
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	3.864

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	151	114	265
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	151	114	265

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	4.353,18	382,00
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	2.124,10	428,45
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	4.535,18	768,41
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:ArPDF

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	55
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	55

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	15	31	46
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	15	31	46

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	4.232,13	367,68
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	4.232,13	367,68
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	1.066,44	340,10
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:CBDF

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	5.689
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	5.689

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	3	6	9
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	3	6	9

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	4.540,85	637,64
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	1.579,91	1.338,10
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	4.540,85	1.685,93
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:Instituto de Ciência e Tecnologia do DF

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	7
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	7

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	20	38	58
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	20	38	58

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	1.492,31	964,25
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	2.124,10	367,68
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	2.437,47	340,10
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:Instituto de Desen. Recursos Humanos

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	100
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	100

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	43	24	67
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	43	24	67

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	3.169,38	474,64
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	3.318,65	428,45
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	4,443,70	867,26
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:Instituto de Saúde do DF

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	508
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	508

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	26	13	39
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	26	13	39

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	5.217,40	571,31
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	4.232,13	367,68
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	4.759,19	1.149,57
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:Jardim Botânico de Brasília

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	50
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	50

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	23	27	50
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	23	27	50

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	3.665,32	511,26
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	1.338,10	428,45
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	2.433,47	385,61
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:Polícia Civil do DF

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	4.848
* Aposentados - Regime Estatutário	1.398
* Pensionistas - Regime Estatutário	577
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	6.823

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	413	1	414
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	413	1	414

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	9.721,86	476,42
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	-	-
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	9.721,86	1.699,29
* Aposentado - Regime Estatutário	12.492,05	711,72
* Pensionista Regime Estatutário	12.453,49	215,52
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:Polícia Militar do DF

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	14.197
* Aposentados - Regime Estatutário	2.431
* Pensionistas - Regime Estatutário	1.524
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	18.152

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	2	0	2
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	2	0	2

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	5.267,97	696,61
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	-	-
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	9.557,97	7.701,44
* Aposentado - Regime Estatutário	9.550,90	552,53
* Pensionista Regime Estatutário	9.550,90	552,53
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:BRB

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	0
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	1.809
TOTAL	1.809

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	0	0	0
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	660	0	660
TOTAL GERAL	660	0	660

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	-	-
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	-	-
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	-	-
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	7.573,01	609,96

Órgão:CEASA

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	0
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	76
TOTAL	76

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	0	0	0
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	18	16	34
TOTAL GERAL	18	16	34

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	-	-
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	-	-
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	-	-
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	4.238,80	439,82

Órgão:CEB

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	0
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	1.360
TOTAL	1.360

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	0	0	0
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	105	8	113
TOTAL GERAL	105	8	113

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	-	-
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	-	-
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	-	-
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	10.269,10	680,26

Órgão:CAESB

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	0
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	2.653
TOTAL	2.653

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	0	0	0
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	640	34	674
TOTAL GERAL	640	34	674

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	-	-
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	-	-
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	-	-
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	6.689,93	316,65

Órgão:CODEPLAN

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	0
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	628
TOTAL	628

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	8	0	8
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	112	51	163
TOTAL GERAL	120	51	171

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	-	-
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	3.908,98	762,17
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	3.518,08	1.827,45
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	5.928,58	476,54

Órgão:TERRACAP

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	0
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	692
TOTAL	692

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	0	0	0
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	123	67	190
TOTAL GERAL	123	67	190

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	-	-
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	-	-
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	-	-
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:METRÔ

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	0
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	617
TOTAL	617

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	0	0	0
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	85	60	145
TOTAL GERAL	85	60	145

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	-	-
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	-	-
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	-	-
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	4.467,73	228,53

Órgão:NOVACAP

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	0
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	4.669
TOTAL	4.669

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	0	0	0
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	232	75	307
TOTAL GERAL	232	75	307

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	-	-
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	-	-
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	-	-
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	2.759,33	302,29

Órgão:EMATER

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	0
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	209
TOTAL	209

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	0	0	0
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	38	5	43
TOTAL GERAL	38	5	43

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	-	-
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	4.495,31	3.908,97
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	-	-
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	6.556,34	515,62

Órgão:SAB

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	0
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	473
TOTAL	473

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	9	16	25
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	27	0	27
TOTAL GERAL	36	16	52

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	-	-
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	1.731,96	860,23
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	2.972,03	399,08
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	2.972,03	180,00

Órgão:TCB

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	0
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	1.291
TOTAL	1.291

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	0	0	0
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	37	13	50
TOTAL GERAL	37	13	50

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	-	-
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	2.819,62	2.396,67
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	4.303,45	1.367,92
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	9.412,12	316,77

Órgão:Inst. Ecologia e Meio Ambiente DF

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	26
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	26

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	39	78	117
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	39	78	117

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	3.030,30	413,39
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	1.821,91	974,97
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	3.493,98	731,23
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:Fundação Pólo Ecológico de Brasília

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	75
* Aposentados - Regime Estatutário	7
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	82

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	36	7	43
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	36	7	43

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	5.023,67	515,51
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	4.232,13	428,45
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	2.212,21	914,41
* Aposentado - Regime Estatutário	4.187,82	557,22
* Pensionista Regime Estatutário		-
* Empregos Celetistas	-	-

Órgão:Gabinete do Governador

I - EFETIVO DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
* Servidores Ativos	131
* Aposentados - Regime Estatutário	0
* Pensionistas - Regime Estatutário	0
* Empregados Celetistas	0
TOTAL	131

II - CARGOS E FUNÇÕES EM COMISSÃO

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO		
	COM VINCULO	SEM VINCULO	TOTAL
* Servidores ocupantes de cargo em comissão	717	203	920
* Empregados ocupantes de função gratificada ou emprego em comissão	0	0	0
TOTAL GERAL	717	203	920

III - MAIOR E MENOR VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
* Servidores Ativos	3.279,11	577,13
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão sem Vinculo	7.890,00	367,68
* Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão com vinculo	3.300,00	104,24
* Aposentado - Regime Estatutário	-	-
* Pensionista Regime Estatutário	-	-
* Empregos Celetistas	-	-

SECRETARIA DE FAZENDA

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

DESPACHOS DO PRESIDENTE
Em 18 de outubro de 1999

Recurso Voluntário nº 438/99
Recorrente : **CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO LAUSANNE**
Advogado(a) : DEOCLÉCIO DIAS BORGES
Recorrido : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas/RA-I
CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO LAUSANNE, irresignado com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 141.003489/99, pertinente ao Auto de Infração nº 6836/99, interpôs, via procurador habilitado (mandato incluso às fls. 40), recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 4 de Agosto de 1999 (documentos de fls. 10). O apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 16 de Julho de 1999 (recibo de fls. 47), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

Recurso Voluntário nº 439/99
Recorrente : **PAULO ROBERTO DOS SANTOS**
Recorrido : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas/RA-XIII
PAULO ROBERTO DOS SANTOS, irresignado com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 143.000389/99, pertinente ao Auto de Infração nº 1412/99, interpôs recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 16 de Agosto de 1999 (documentos de fls. 18). O apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 27 de Julho de 1999 (recibo de fls. 16), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

Recurso Voluntário nº 444/99
Recorrente : **MARIA AURIA DE SOUZA MELO**
Recorrido : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas/RA-II
MARIA AURIA DE SOUZA MELO, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 131.001187/99, pertinente ao Auto de Infração nº 1191/99, interpôs recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 3 de Setembro de 1999 (documentos de fls. 8). O apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 19 de Agosto de 1999 (recibo de fls. 7), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

Recurso Voluntário nº 445/99
Recorrente : **ROSALINO PEREIRA DA SILVA**
Recorrido : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas/RA-XII
ROSALINO PEREIRA DA SILVA, irresignado com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 142.000727/99, pertinente ao Auto de Infração nº 1592/99, interpôs recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 31 de Agosto de 1999 (documentos de fls. 14). O apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 18 de Agosto de 1999 (recibo de fls. 11), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

Em 22 de outubro de 1999

Recurso Voluntário nº 450/99
Recorrente : **NÚCLEO DE PRODUÇÃO E PESQUISA TEATRAL E ATIVIDADES ARTÍSTICAS LTDA**
Recorrido : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas/RA-I
NÚCLEO DE PRODUÇÃO E PESQUISA TEATRAL E ATIVIDADES ARTÍSTICAS LTDA, irresignado com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 141.001712/99, pertinente ao Auto de Infração nº 1154/99, interpôs recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 14 de Maio de 1999 (documentos de fls. 13). O apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 6 de Maio de 1999 (recibo de fls. 11), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

SEBASTIÃO QUINTILIANO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA N.º 194, DE 29 DE OUTUBRO DE 1999

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do artigo 37 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.893, de 13.05.75, e considerando os elementos de instrução do Processo n.º 030.006308/99.
I – Homologar a mudança de denominação do jardim de Infância Cantinho Infantil Padre Di Francia para Escola Padre Di Francia, localizado na Q.E 34, Conjunto Q, Lotes 20 e 22 – Guará-Distrito Federal, mantido pela Congregação das Filhas do Divino Zelo, com sede na Rua Florianópolis, 1560 – Jacarepaguá – Rio de Janeiro-RJ, credenciado na forma da Resolução n.º 02/98-CEDF até o ano 2003.
II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EURIDES BRITO DA SILVA

PORTARIA N.º 195, DE 29 DE OUTUBRO DE 1999

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 37, inciso I, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.893, de 13.05.75, e tendo em vista o disposto no Parecer nº 291/98, de 13/05/75, e considerando o Processo n.º 030.011669/95, resolve:
I – Credenciar, por 1 (um) ano, o Jardim de Infância Mônica, localizado à QE 26, Conjunto G, casa 02 – Guará II – Distrito Federal, mantido pelo Jardim de Infância Mônica Ltda.
II – Autorizar a mencionada instituição educacional a oferecer Educação Infantil de 02 a 06 anos.
III – Determinar que o referido Jardim de Infância cumpra todas as pendências físicas no supracitado prazo do credenciamento, bem como adeque seus documentos organizacionais à atual legislação de Ensino .
IV – Esclarecer que a instituição educacional está sujeita à inspeção do ensino pelo órgão competente da Secretaria de Educação.
V - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EURIDES BRITO DA SILVA

PORTARIA N.º 196, DE 29 DE OUTUBRO DE 1999

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 37, inciso I, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.893, de 13.05.75, e considerando o Processo n.º 030.009017/94, resolve:
I – Credenciar, por 3 (três) anos, a Escola Coelhinho Feliz, localizada à QNN 18, Conjunto E, Casa 24, Ceilândia-DF, mantida por Ana Maria de Melo de Sousa-ME.
II - Autorizar o funcionamento da Educação Infantil, nas modalidades de Creche e Pré-Escola.
III – Homologar a Proposta Pedagógica do referido Estabelecimento de Ensino.
IV – Esclarecer que a referida Instituição Educacional está sujeita à inspeção do ensino, pelo órgão competente da Secretaria de Educação.
V - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EURIDES BRITO DA SILVA

PORTARIA N.º 197, DE 29 DE OUTUBRO DE 1999

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 37, inciso I, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.893, de 13.05.75, e considerando o processo n.º 030.006031/99, resolve:
I – Homologar a mudança de denominação do Ginásio Brasília para Colégio La Salle, localizado à Av. Central, Área Especial, 11 – Núcleo Bandeirante-DF, mantido pela Sociedade Porvir Científico e credenciado até o ano de 2003 por força da Resolução n.º 02/98-CEDF.
II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EURIDES BRITO DA SILVA

ATO DA SECRETÁRIA
CONCLUINTES DO CURSO DE 2º GRAU

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, torna público o cancelamento da relação dos concluintes do 2º Grau e respectivos números de registro dos títulos, por ter sido publicado indevidamente no Diário Oficial do Distrito Federal, conforme especificação em anexo.

EURIDES BRITO DA SILVA

Centro Integrado de Ensino Santa Teresinha - CIEST
Ato de Autorização: Portaria nº 21/96 – SE/DF

Nome do aluno	Registro	Folha	Livro
Técnico em Enfermagem – Via Complementação de Estudos (Relação 128/99)			
Adalena de Castro Bernardo	587	152	02

Cancelado por ter sido publicado indevidamente no DODF nº 184 de 23/09/99.
Maria Madalena Salviano de Medeiros
Chefe/SR
Leila de Fátima Pavanelli Martins
Diretora/DIE

CONSELHO DIRETOR

A PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das suas atribuições que lhe confere o art. 22, inciso VI, do Estatuto da Entidade, **resolve:**

RESOLUÇÃO DE 14 DE OUTUBRO DE 1999

Processo nº 082012559/99
Aprovar o Convênio a ser firmado entre a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL e o INSTITUTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - ICT/DF, com o objetivo de estabelecer cooperação mútua, com vistas a organização e realização da I EXPOCITE - Exposição de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, a realizar-se em Brasília-DF, nos termos dos ajustes. O presente convênio vigorará de 14/10/99 a 31/12/99.
EURIDES BRITO DA SILVA - Presidente do Conselho Diretor da Fundação Educacional do Distrito Federal.

O CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias, na 936ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de outubro de 1999, de acordo com os processos abaixo mencionados, **resolve:**

RESOLUÇÃO N.º 6.684, DE 13 DE OUTUBRO DE 1999

Processo nº 082017127/98
Aprovar o 1º Termo Aditivo ao Convênio nº 49/98, firmado entre a Fundação Educacional do Distrito Federal e a Escola de Administração Fazendária - ESAF, visando alterar sua Cláusula Terceira, conforme Termo de Ajuste.
EURIDES BRITO DA SILVA - Presidente do Conselho Diretor da Fundação Educacional do Distrito Federal. Conselheiros: **IRIS MARIA VELOSO ARRUDA, JOSÉ NICODEMOS RODRIGUES VARELA, MARIA SELMA BANDEIRA DE NEGREIROS, MARLENE SILVA MOREAUX NUNES, OTAVIANO MIGUEL SILVA e OZIEL HENRIQUE DE OLIVEIRA.**

CONSELHO FISCAL

ATA DA 1.259ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro de um mil, novecentos e noventa e nove, o Conselho Fiscal da Fundação Educacional do Distrito Federal realizou sua milésima ducentésima quinquagésima nona Reunião Ordinária, na sala de Reuniões dos Órgãos de Deliberação Coletiva. Presentes a Conselheira-Presidente, **NORA MIRIAM HEIT DE FREITAS**, os Conselheiros **ARGI AIRES CAVALCANTE** e **MARIA DO CARMO COSTA GONZAGA**. Seguindo a pauta do dia, a Presidente deu início a sessão. Foi lida e aprovada a ata da reunião anterior. Passou-se ao relato dos processos: 1º) 082013126/99 e 082013813/99. Interessada: Seção de Contabilidade/FEDF. Assunto: Balancetes Financeiros relativos ao mês de junho e julho de 1999. Após análise dos autos, os Conselheiros opinaram pela aprovação dos Balancetes do mês de junho e julho de 1999 da Fundação Educacional do Distrito Federal. 2º) 082003061/99. Interessado: Centro Educacional 02 de Taguatinga. Assunto: Danos ao patrimônio público. O Colegiado acatou o Julgamento da Diretoria Executiva da Fundação Educacional, o qual imputa ao servidor citado no processo a responsabilidade de ressarcimento do valor do dano causado ao patrimônio público. 3º) 082017927/97. Interessada: Diretoria Regional de Ensino do Núcleo Bandeirante. Assunto: Danos ao patrimônio público. Os Conselheiros concordaram com o Julgamento da DEx/FEDF, com base no relatório da Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial. Os prejuízos devem ser absorvidos pelos cofres da Fundação Educacional do Distrito Federal. 4º) 082001662/99. Interessado: Centro de Ensino Especial de Planaltina. Assunto: Sindicância. Com base no contido nos autos, o Colegiado acatou o Julgamento da DEx/FEDF, o qual imputa ao servidor citado o ressarcimento do dano causado ao patrimônio público. 5º) 082007890/99. Interessado: Centro Educacional Setor Leste. Assunto: Danos ao patrimônio público. Analisada a matéria, os Conselheiros decidiram acolher o Julgamento da DEx/FEDF que imputa ao servidor citado a responsabilidade do ressarcimento do prejuízo causado ao patrimônio público. 6º) 082003445/99. Interessada: Escola Classe Major Cosme de Farias. Assunto: Comunicação de furto. Os Conselheiros acolheram o Julgamento da DEx/FEDF, o qual atribui à servidora citada a responsabilidade pelo dano causado e o

consequente ressarcimento do valor calculado. Nada mais foi tratado e a Conselheira Presidente encerrou a sessão. Eu, Onilmar de Moraes Soares Dias, Secretária dos Órgãos de Deliberação Coletiva, lavrei a presente ata que vai assinada por todos os presentes, após aprovação.

DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DO ENSINO

ORDEM DE SERVIÇO N.º 24, DE 8 DE OUTUBRO DE 1999

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DO ENSINO, da Secretaria de Educação do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 41, item VII do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.893, de 13.05.75, nos termos do artigo 154 da Resolução nº 02/98-CEDF, e tendo em vista o que consta do Processo nº 030009754/98, resolve:

I - Aprovar o Regimento Escolar do Colégio Unicanto, situado na Quadra 300 - conjunto 23 - Lotes 8, 9 e 10 - Recanto das Emas - DF, mantido pela União do Recanto Prestadora de Serviços Educacionais Ltda., registrando que o referido instrumento legal contém 93 artigos em 28 folhas.

II - Determinar que a Direção do Estabelecimento de Ensino dê ampla divulgação do Regimento Escolar entre os membros da comunidade interessada.

III - Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

LEILA DE FÁTIMA PAVANELLI MARTINS

ORDEM DE SERVIÇO N.º 25, DE 8 DE OUTUBRO DE 1999

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DO ENSINO, da Secretaria de Educação do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 41, item VII do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.893, de 13.05.75, nos termos do artigo 154 da Resolução nº 02/98-CEDF, e tendo em vista o que consta do Processo nº 030010328/96, resolve:

I - Aprovar o Regimento Escolar do Cantinho Mágico - Escola Infantil, localizado no SHIS - QI 26 - Chácara 29 - Lago Sul - Brasília - DF, mantido pelo Cantinho Mágico - Escola Infantil Ltda., registrando que o referido instrumento legal contém 92 artigos em 28 folhas.

II - Determinar que a Direção do Estabelecimento de Ensino dê ampla divulgação do Regimento Escolar entre os membros da comunidade interessada.

III - Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

LEILA DE FÁTIMA PAVANELLI MARTINS

ORDEM DE SERVIÇO N.º 26, DE 8 DE OUTUBRO DE 1999

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DO ENSINO, da Secretaria de Educação do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 41, item VIII do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.893, de 13.05.75, nos termos do artigo 82 da Resolução nº 02/98-CEDF, e tendo em vista o que consta do Processo nº 030005974/99, resolve:

I – Credenciar, a título precário pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias o Centro Educacional Ecilda Ramos, localizado no SD/Sul - Bloco C nº 30 - Térreo - nº 64 - Escola e Restaurante/Parte A - Brasília.- DF, mantido pela Associação dos Amigos de Dulcina de Morais - AADM, com autorização para ministrar o Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos nas modalidades Regular e Supletivo (equivalentes ao Ensino Fundamental e Médio).

II - Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

LEILA DE FÁTIMA PAVANELLI MARTINS

ORDEM DE SERVIÇO N.º 27, DE 5 DE OUTUBRO DE 1999

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DO ENSINO, da Secretaria de Educação do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 41, item III do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.893, de 13.05.75, nos termos do artigo 82 da Resolução nº 02/98-CEDF, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0030.005359/99, resolve:

I- Credenciar, a título precário pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, o Centro Educacional Ludovico Pavoni, localizado na Área Especial 02, Praça 02, Setor Leste, Gama, Distrito Federal, mantido pela Cooperativa Educacional Ludovico Pavoni – COOELP, com sede no mesmo endereço, com a oferta da Educação Infantil de 02 (dois) a 06 (seis) anos, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

II- Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

LEILA DE FÁTIMA PAVANELLI MARTINS

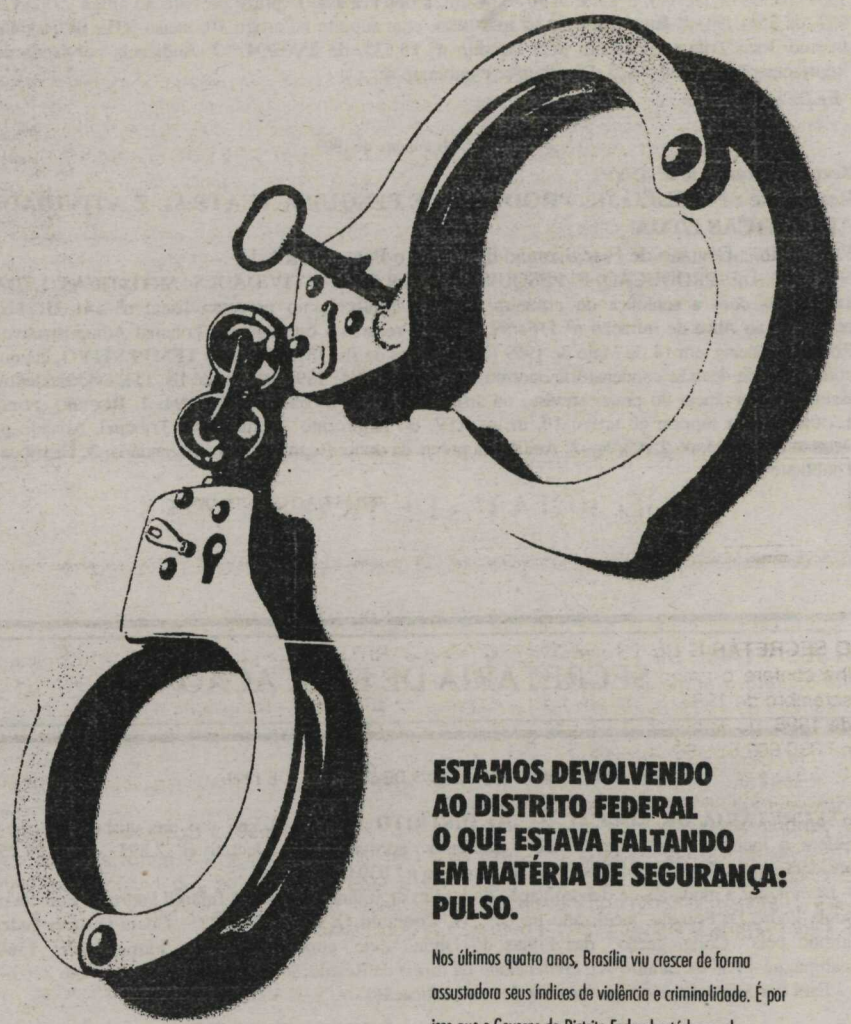
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA

INSTRUÇÃO N.º 722, DE 29 DE OUTUBRO DE 1999

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, o uso de suas atribuições regimentais, resolve:

1.Alterar o subitem 4.1.12 da Instrução nº720, de 20/10/99, o qual passará a ter a seguinte redação:
"4.1.12 - Para concorrer a carências do Ensino Especial, Escola de Música de Brasília, Escola Técnica de Brasília (Eletrônica e Informática), Centros Interescolares de Línguas/Setoriais de Línguas, Curso de Magistério, PROEM, Escolas de Meninos e Meninas do Parque, Escola Multisseriada do Centro de Recepção e Triagem - CRT, Ação Social do Planalto - ASP, Centro de Atendimento Juvenil Especializado - CAJE, o professor deverá se submeter à entrevista junto ao Departamento de Pedagogia, nos prazos e horários previamente estabelecidos, a fim de ser entrevistado por equipe designada pelos mesmos, cuja avaliação será procedida com base nos critérios definidos no Anexo II a esta Instrucão."
2.Determinar que esta Instrução entre em vigor na data da sua publicação.

MARISTELA DE MELO NEVES MENDES



ESTAMOS DEVOLVENDO AO DISTRITO FEDERAL O QUE ESTAVA FALTANDO EM MATÉRIA DE SEGURANÇA: PULSO.

Nos últimos quatro anos, Brasília viu crescer de forma assustadora seus índices de violência e criminalidade. É por isso que o Governo do Distrito Federal está lançando o programa Segurança Sem Tolerância: um conjunto de medidas para combater o crime sem tréguas, sem tolerância. Mas com respeito ao cidadão. O programa inclui aumento expressivo do número de policiais nas ruas, com a volta da Rocan e das duplas Cosme e Damião. A modernização da estrutura das polícias e a valorização do policial. O combate sistemático ao tráfico e ao uso de drogas. A parceria do GDF com o Judiciário e o Ministério Público - e sobretudo com a sociedade. Veja as medidas adotadas pelo GDF, como parte do Segurança Sem Tolerância:

- Nomeação de 861 novos policiais civis.
- Seleção e formação de 2 mil policiais militares.
- Entrega de 80 carros novos e 65 totalmente reformados.
- Concurso para contratação de 900 bombeiros.
- Duas lanchas e 4 jet skis para atendimento no Lago Paranoá.
- Mais 21 Juizados Especiais para julgamentos rápidos.
- Construção de 5 Núcleos de Detenção para criminosos de baixa periculosidade, desafogando as cadeias.

Isso é apenas o começo. Novas medidas virão, para que Brasília possa ter de volta a paz e a tranqüilidade.

SEGURANÇA SEM TOLERÂNCIA.

Secretaria de Segurança Pública
Governo do Distrito Federal

SECRETARIA DE OBRAS

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE 28 DE OUTUBRO DE 1999

O Diretor Geral do **DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL**, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 21, VI, do Código de Trânsito Brasileiro, e tendo em vista o que consta do processo n. 1130023203/99, RESOLVE aplicar, com esteio nos artigos 256 e 261 do referido Código, a **EDSON BORGES DE SOUSA, CNH** prontuário n. 00049912350, a multa no valor de R$ 48,85 (quarenta e oito reais e oitenta e cinco centavos), referente ao AI n. Y000091624 e de R$ 879,30 (oitocentos e setentas e nove reais e trinta centavos), referente ao AI n. Y000091622, totalizando R$ 928,15 (novecentos e vinte e oito reais e quinze centavos), sendo esta última cumulada com a suspensão do direito de dirigir veículo automotor por 5 (cinco) meses, como incurso no artigo 165 combinado com o artigo 261 do referido Diploma legal, e o artigo 1°, Inciso III, da Resolução n. 54/98-CONTRAN, podendo haver redução mediante conclusão com aproveitamento de curso de reciclagem.

BRASIL AMÉRICO LOULY CAMPOS

SECRETARIA DE TRANSPORTES

PORTARIA N.º 37, DE 29 DE OUTUBRO DE 1999

O SECRETÁRIO DE TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL - no uso das atribuições que lhe confere o artigo 31, inciso V, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 15.061, de 24 de setembro de 1993, tendo em vista o disposto no artigo 1º da Resolução n.º 102, de 15 de julho de 1998, do Tribunal de Contas do Distrito Federal e considerando o que consta do processo n.º 030.002.960/99, resolve:

1. Instaurar Tomada de Contas Especial para apurar as responsabilidades pelo fatos relacionados no processo n.º 095.002240/96.
2. Atribuir, nos termos do item 1 da Portaria n.º 12, de 29.04.99, à Comissão Permanente de Tomadas de Contas Especial, a tomada de contas especial de que trata o item anterior.
3. Estabelecer o prazo de 60(sessenta) dias, a contar da data de publicação desta Portaria, para o desenvolvimento dos trabalhos e apresentação de relatório conclusivo.
4. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABDALA CARIM NABUT

DEPARTAMENTO METROPOLITANO DE TRANSPORTES URBANOS DO DISTRITO FEDERAL
JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS E INFRAÇÕES

RESOLUÇÃO N.º 9, DE 28 DE OUTUBRO DE 1999

Dispõe Sobre Votação em Reunião Plenária Ordinária

A JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS E INFRAÇÕES-JARI, DO DEPARTAMENTO METROPOLITANO DE TRANSPORTES URBANOS -DMTU no exercício de suas atribuições, legais e regimentais deliberou:

ATA DA OITAVA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DA JARI/DMTU-1999

Aos vinte (20) dias do mês de outubro de um mil novecentos e noventa e nove, às (14) quatorze horas e trinta minutos no auditório da JARI/DMTU, SCS QUADRA 4, Ed. FACEB II, SALA 310, foi realizada sua oitava Reunião Plenária Ordinária, com a presença dos membros Sr. JÚLIO MODESTO SEVERINO, Membro Representante do DMTU na qualidade de Presidente ; Sr.ª. LÚCIA SOARES DE SILVA, Membro Representante dos Usuários Sr. BALTASAR ANTÔNIO DE PAULO, Membro Representante dos Serviços de Transporte Público de Fretamento (autônomo); Sr. JOSÉ DE OLIVEIRA SOUZA, Membro Representante do Serviço de Transporte Público Alternativo; e a minha presença como Secretária Administrativa. O Sr. Presidente da JARI abriu os trabalhos dando início ao julgamento dos processos cujos resultados da votação foram o seguinte: DEFERIDOS:

096.000.733/96-TCB; 096.000.684/96-TCB; 096.000.713/96-TCB; 096.000.712/96-TCB;
096.000.682/96-TCB; 096.000.679/96-TCB; 096.000.677/96-TCB; 096.000.674/96-TCB;
096.000.671/96-TCB; 096.000.669/96-TCB; 096.000.630/96-TCB; 096.000.541/96-TCB;
096.000.488/96-TCB; 096.000.484/96-TCB; 096.000.083/96-TCB; 096.000.631/96-TCB;
096.000.602/96-TCB; 096.000.601/96-TCB; 096.000.557/96-TCB; 096.000.555/96-TCB;
096.000.540/96-TCB; 096.000.489/96-TCB; 096.000.483/96-TCB; 096.000.482/96-TCB;
096.000.480/96-TCB; 096.000.448/96-TCB; 096.000.347/96-TCB; 096.000.303/96-TCB;
096.000.302/96-TCB; 096.000.301/96-TCB; 096.000.300/96-TCB; 096.000.183/96-TCB;
096.000.180/96-TCB; 096.000.179/96-TCB; 096.000.171/96-TCB; 096.000.133/96-TCB;
096.000.130/96-TCB; 096.000.129/96-TCB; 096.000.079/96-TCB; 096.000.078/96-TCB;
096.003.697/95-TCB; 096.003.598/95-TCB; 096.003.468/95-TCB; 096.003.423/95-TCB;
096.003.353/95-TCB; 096.003.319/95-TCB; 096.003.316/95-TCB; 096.002.927/95-TCB;
096.002.771/95-TCB; 096.003.640/95-TCB; 096.003.619/95-TCB; 096.003.102/95-TCB;
096.003.599/95-TCB; 096.003.387/95-TCB; 096.003.467/95-TCB; 096.003.641/95-TCB;
096.003.388/95-TCB; 096.003.420/95-TCB; 096.003.182/95-TCB; 096.001.318/96-TCB;
096.001.043/96-TCB; 096.001.317/96-TCB; 096.001.316/96-TCB; 096.001.162/96-TCB;
096.003.731/95-TCB; 096.003.471/95-TCB; 096.001.168/96-TCB; 096.007.192/97-TCB;
096.000.549/98-TCB; 096.000.634/98-TCB; 096.007.616/97-TCB; 096.008.601/97-TCB;
096.008.876/97-TCB; 096.008.875/97-TCB; 096.008.603/97-TCB; 096.008.340/97-TCB;
096.007.621/97-TCB; 096.007.295/97-TCB; 096.001.564/95-TCB; 096.001.577/95-TCB;
096.000.108/96-TCB; 096.004.318/95-TCB; 096.000.542/96-TCB; 096.000.539/96-TCB;
096.002.446/95-TCB; 096.000.810/96-TCB; 096.000.811/96-TCB; 096.001.567/96-TCB;
096.001.089/96-TCB; 096.001.088/96-TCB; 096.001.087/96-TCB; 096.001.169/96-TCB;
096.001.086/96-TCB; 096.001.568/96-TCB; 096.002.038/96-TCB; 096.002.039/96-TCB;
096.002.042/96-TCB; 096.002.926/95-SOL; 096.005.045/94-SOL; 096.004.995/94-SOL;
096.004.373/94-SOL; 096.000.760/96-SOL; 096.000.756/96-SOL; 096.003.658/95-SOL;
096.001.198/96-SOL; 096.004.078/95-SOL; 096.000.214/95-SOL; 096.001.714/95-SOL;
096.000.907/95-SOL; 096.000.395/95-SOL; 096.005.116/94-SOL; 096.000.054/95-SOL;
096.004.114/95-SOL; 096.000.291/96-SOL; 096.003.968/94-SOL; 096.001.224/95-SOL;
096.003.080/95-PLANETA; 096.003.357/95-PLANETA; 096.003.360/95-PLANETA; 096.003.372/95-PLANETA; 096.003.406/95-PLANETA; 096.003.454/95-PLANETA; 096.003.461/95-PLANETA; 096.003.716/95-PLANETA; 096.000.124/96-PLANETA; 096.000.294/96-PLANETA; 096.000.359/96-PLANETA; 096.000.360/96-PLANETA; 096.002.617/95-PLANETA; 096.002.606/95-PLANETA; 096.002.703/95-PLANETA; 096.001.316/95-PLANETA; 096.004.295/95-PLANETA; 096.004.379/95-PLANETA; 096.004.456/95-PLANETA; 096.004.418/95-PLANETA; 096.004.455/95-PLANETA; 096.004.411/95-PLANETA; 096.004.283/95-PLANETA; 096.004.390/95-PLANETA; 096.004.464/95-PLANETA; 096.004.419/95-PLANETA; 096.004.284/95-PLANETA; 096.002.700/95-PLANETA; 096.003.381/95-PLANETA; 096.003.456/95-PLANETA; 096.003.527/95-PLANETA; 096.003.607/95-PLANETA; 096.003.657/95-PLANETA; 096.003.759/95-PLANETA; 096.000.524/96-PLANETA; 096.000.537/96-PLANETA; 096.000.691/96-PLANETA; 096.000.714/96-PLANETA; 096.000.726/96-PLANETA; 096.000.833/96-PLANETA; 096.000.851/96-PLANETA; 096.003.676/95-PLANETA; 096.000.762/96-PLANETA; 096.003.116/95-PLANETA; 096.002.681/95-PLANETA; 096.003.067/95-PLANETA; 096.003.761/95-PLANETA; 096.003.462/95-PLANETA; 096.001.201/96-PLANETA; 096.000.699/96-PLANETA; 096.000.744/96-PLANETA; 096.000.921/96-PLANETA; 096.000.924/96-PLANETA; 096.001.005/96-PLANETA; 096.001.048/96-PLANETA; 096.001.183/96-PLANETA; 096.001.602/96-PLANETA; 096.001.200/96-PLANETA; 096.001.202/96-PLANETA; 096.001.243/96-PLANETA; 096.001.336/96-PLANETA; 096.001.335/96-PLANETA; 096.001.333/96-PLANETA; 096.001.289/96-PLANETA; 096.001.550/96-PLANETA; 096.001.549/96-PLANETA; 096.001545/96-PLANETA; 096.001.288/96-PLANETA; 096.001.286/96-PLANETA; 096.001.253/96-PLANETA; 096.001.252/96-PLANETA; 096.001.244/96-PLANETA; 096.001.964/95-PLANALTO; 096.002.460/95-PLANALTO; 096.002.675/95-PLANALTO; 096.002.012/95-PLANALTO; 096.002.397/95-PLANALTO;
096.001.530/95-PLANALTO; 096.002.080/95-PLANALTO; 096.002.237/95-PLANALTO;
096.002.290/95-PLANALTO; 096.004.095/95-PLANALTO; 096.004.161/95-PLANALTO;
096.001.618/95-PLANALTO; 096.003.770/95-PLANALTO; 096.003.812/95-PLANALTO;
096.003.866/95-PLANALTO; 096.003.804/95-PLANALTO; 096.003.908/95-PLANALTO;
096.003.789/95-PLANALTO; 096.003.865/95-PLANALTO; 096.005.379/94-PLANALTO;
096.002.223/95-PLANALTO; 096.001.485/95-PLANALTO; 096.001.872/95-PLANALTO;
096.002.199/95-PLANALTO; 096.002.119/95-PLANALTO; 096.002.329/95-PLANALTO;
096.001.815/95-PLANALTO; 096.002.358/95-PLANALTO; 096.002.116/95-PLANALTO;
096.002.305/95-PLANALTO; 096.001.600/95-PLANALTO; 096.001.861/95-PLANALTO;
096.000.812/95-PLANALTO; 096.002.351/95-PLANALTO; 096.002.453/95-PLANALTO;
096.002.215/95-PLANALTO; 096.001.678/95-PLANALTO; 096.001.751/95-PLANALTO;
096.002.407/95-PLANALTO; 096.001.324/95-PLANALTO; 096.001.836/95-PLANALTO;
096.001.940/95-PLANALTO; 096.001.712/95-PLANALTO; 096.002.309/95-PLANALTO;
096.002.327/95-PLANALTO; 096.002.356/95-PLANALTO; 096.002.385/95-PLANALTO;
096.002.394/95-PLANALTO; 096.002.404/95-PLANALTO; 096.002.405/95-PLANALTO;
096.002.531/95-PLANALTO; 096.002.524/95-PLANALTO; 096.001.808/95-PLANALTO;
096.000.813/95-PLANALTO; 096.001.834/95-PLANALTO; 096.001.860/95-PLANALTO;
096.001.871/95-PLANALTO; 096.001.873/95-PLANALTO; 096.001.939/95-PLANALTO;
096.003.790/95-PLANALTO; 096.003.897/95-PLANALTO; 096.001.809/95-PLANALTO;
096.000.718/95-PLANALTO; 096.000.694/95-PLANALTO; 096.001.749/95-PLANALTO;
096.001.601/95-PLANALTO; 096.002.198/95-PLANALTO; 096.002.120/95-PLANALTO;
096.002.079/95-PLANALTO; 096.001.963/95-PLANALTO; 096.002.013/95-PLANALTO;
096.000.724/95-PLANALTO; 096.002.308/95-PLANALTO; 096.001.215/95-PLANALTO;
096.002.196/95-PLANALTO; 096.002.197/95-PLANALTO; 096.002.292/95-PLANALTO;
096.002.241/95-PLANALTO; 096.001.588/95-PLANALTO; 096.003.898/95-PLANALTO;
096.001.213/95-PLANALTO; 096.002.217/95-PLANALTO; 096.002.224/95-PLANALTO;
096.002.200/95-PLANALTO; 096.002.239/95-PLANALTO; 096.001.750/95-PLANALTO;
096.002.328/95-PLANALTO; 096.001.709/95-PLANALTO; 096.001.125/95-PLANALTO;
096.001.238/95-PLANALTO; 096.001.140/95-PLANALTO; 096.003.813/95-PLANALTO;
096.003.788/95-PLANALTO; 096.003.792/95-PLANALTO; 096.003.793/95-PLANALTO;
096.003.791/95-PLANALTO; 096.001.941/95-PLANALTO; 096.003.861/95-PLANALTO;
096.002.650/95-PLANALTO; 096.001.216/95-PLANALTO; 096.001.126/95-PLANALTO;
096.008.656/97-PLANALTO; 096.008.621/97-PLANALTO; 096.008.617/97-PLANALTO;
096.008.612/97-PLANALTO; 096.008.611/97-PLANALTO; 096.008.599/97-PLANALTO;
096.008.326/97-PLANALTO; 096.008.317/97-PLANALTO; 096.008.310/97-PLANALTO;
096.008.298/97-PLANALTO; 096.000.633/98-PLANALTO; 096.008.916/97-PLANALTO;
096.007.658/97-PLANALTO; 096.008.327/97-PLANALTO; 096.008.319/97-PLANALTO;
096.008.295/97-PLANALTO; 096.008.217/97-PLANALTO; 096.008.286/97-PLANALTO;
096.000.631/98-PLANALTO; 096.000.545/98-PLANALTO; 096.008.904/97-PLANALTO;
096.008.888/97-PLANALTO; 096.008.905/97-PLANALTO; 096.008.884/97-PLANALTO;
096.008.882/97-PLANALTO; 096.008.883/97-PLANALTO; 096.008.897/97-PLANALTO;
096.008.619/97-PLANALTO; 096.008.620/97-PLANALTO; 096.008.632/97-PLANALTO;
096.008.610/97-PLANALTO; 096.008.608/97-PLANALTO; 096.008.609/97-PLANALTO;
096.008.631/97-PLANALTO; 096.008.810/97-PLANALTO; 096.008.885/97-PLANALTO;
096.008.886/97-PLANALTO; 096.008.887/97-PLANALTO; 096.008.607/97-PLANALTO;
096.008.598/97-PLANALTO; 096.008.915/97-PLANALTO; 096.004.287/95-PLANALTO;
096.002.395/95-PLANALTO; 096.002.776/95-PLANALTO; 096.000.076/96-PLANALTO;
096.000.287/96-PLANALTO; 096.004.447/95-PLANALTO; 096.002.892/95-PLANALTO;
096.000.597/96-PLANALTO; 096.000.551/96-PLANALTO; 096.000.546/96-PLANALTO;
096.000.526/96-PLANALTO; 096.000.439/96-PLANALTO; 096.000.438/96-PLANALTO;
096.004.463/95-PLANALTO; 096.000.194/96-PLANALTO; 096.004.405/95-PLANALTO;
096.004.282/95-PLANALTO; 096.004.237/95-PLANALTO; 096.004.236/95-PLANALTO;
096.004.158/95-PLANALTO; 096.004.097/95-PLANALTO; 096.003.024/95-PLANALTO;
096.002.701/95-PLANALTO; 096.001.007/96-PLANALTO; 096.001.008/96-PLANALTO;
096.000.917/96-PLANALTO; 096.000.836/96-PLANALTO; 096.000.835/96-PLANALTO;
096.000.779/96-PLANALTO; 096.000.765/96-PLANALTO; 096.000.717/96-PLANALTO;
096.000.687/96-PLANALTO; 096.000.688/96-PLANALTO; 096.000.689/96-PLANALTO;
096.002.913/95-PLANALTO; 096.001.050/96-PLANALTO; 096.000.629/96-PLANALTO;
096.000.437/96-PLANALTO; 096.000.351/96-PLANALTO; 096.002.791/95-PLANALTO;
096.002.748/95-PLANALTO; 096.002.616/95-PLANALTO; 096.002.604/95-PLANALTO;
096.002.530/95-PLANALTO; 096.002.529/95-PLANALTO; 096.002.515/95-PLANALTO;
096.002.459/95-PLANALTO; 096.003.140/95-PLANALTO; 096.003.025/95-PLANALTO;
096.003.023/95-PLANALTO; 096.003.007/95-PLANALTO; 096.002.914/95-PLANALTO;
096.002.815/95-PLANALTO; 096.002.797/95-PLANALTO; 096.003.384/95-PLANALTO;
096.003.383/95-PLANALTO; 096.003.350/95-PLANALTO; 096.003.321/95-PLANALTO;

096.003.322/95-PLANALTO; 096.003.323/95-PLANALTO; 096.003.244/95-PLANALTO; 096.003.245/95-PLANALTO; 096.001.058/96-PLANALTO; 096.001.051/96-PLANALTO; 096.001.057/96-PLANALTO; 096.000.829/96-PLANALTO; 096.000.828/96-PLANALTO; 096.004.383/95-PLANALTO; 096.001.204/96-PLANALTO; 096.001.203/96-PLANALTO; 096.001.199/96-PLANALTO; 096.001.178/96-PLANALTO; 096.000.747/96-PLANALTO; 096.001.341/96-PLANALTO; 096.001.337/96-PLANALTO; 096.001.279/96-PLANALTO; 096.001.180/96-PLANALTO; 096.001.280/96-PLANALTO; 096.001.343/96-VIVA BRASÍLIA; 096.001.176/96-VIVA BRASÍLIA; 096.001.246/96-VIVA BRASÍLIA; 096.000.994/96-VIVA BRASÍLIA; 096.000.074/96-VIVA BRASÍLIA; 096.004.387/95-VIVA BRASÍLIA; 096.000.767/96-VIVA BRASÍLIA; 096.000.709/96-VIVA BRASÍLIA; 096.000.624/96-VIVA BRASÍLIA; 096.000.550/96-VIVA BRASÍLIA; 096.004.452/95-VIVA BRASÍLIA; 096.000.293/96-VIVA BRASÍLIA; 096.004.245/95-VIVA BRASÍLIA; 096.004.289/95-VIVA BRASÍLIA; 096.004.077/95-VIVA BRASÍLIA; 096.003.546/94-CONDOR; 096.001.342/96-CONDOR; 096.003.756/95-CONDOR; 096.003.671/95-CONDOR; 096.003.536/95-CONDOR; 096.003.304/95-CONDOR; 096.001.173/96-CONDOR; 096.000.919/96-CONDOR; 096.000.832/96-CONDOR; 096.000.757/96-CONDOR; 096.000.728/96-CONDOR; 096.000.344/96-CONDOR; 096.000.192/96-CONDOR; 096.000.121/96-CONDOR; 096.002.918/95-CONDOR; 096.000.069/96-CONDOR; 096.004.412/95-CONDOR; 096.000.084/96-CONDOR; 096.003.958/94-CONDOR; 096.003.432/94-CONDOR; 096.004.159/95-CONDOR; 096.003.859/95-CONDOR; 096.001.720/96-ARCO; 096.001.954/96-ARCO; 096.001.723/96-ARCO; 096.001.801/96-ARCO; 096.003.452/95-ARCO; 096.003.614/95-ARCO; 096.003.692/95-ARCO; 096.000.594/96-ARCO; 096.000.686/96-ARCO; 096.000.718/96-ARCO; 096.000.741/96-ARCO; 096.000.431/96-ARCO; 096.003.088/95-ARCO; 096.003.306/95-ARCO; 096.003.327/95-ARCO; 096.003.362/95-ARCO; 096.000.361/96-ARCO; 096.000.362/96-ARCO; 096.000.346/96-ARCO; 096.001.001/96-ARCO; 096.001.049/96-ARCO; 096.002.705/95-ARCO; 096.003.328/95-ARCO; 096.004.391/95-ARCO; 096.004.416/95-ARCO; 096.000.072/96-ARCO; 096.000.116/96-ARCO; 096.000.186/96-ARCO; 096.004.089/95-ARCO; 096.004.275/95-ARCO; 096.004.276/95-ARCO; INDEFERIDOS: 096.003.963/94-LOTAXI; 096.004.315/94-LOTAXI; 096.004.698/94-LOTAXI; 096.004.901/94-LOTAXI; 096.000.199/95-LOTAXI; 096.000.065/96-LOTAXI; 096.004.098/95-LOTAXI; 096.002.807/95-LOTAXI; 096.002.657/95-LOTAXI; 096.002.919/95-LOTAXI; 096.002.920/95-LOTAXI; 096.003.156/95-LOTAXI; 096.000.193/96-LOTAXI; 096.000.628/96-LOTAXI; 096.000.831/96-LOTAXI; 096.000.746/96-LOTAXI; 096.000.525/96-LOTAXI; 096.001.006/96-LOTAXI; 096.001.174/96-LOTAXI; 096.003.654/95-LOTAXI; 096.005.535/95-LOTAXI; 096.001.326/96-LOTAXI; 096.000.100/96-ALVORADA; 096.000.544/95-ALVORADA; 096.004.377/95-ALVORADA; 096.000.278/96-ALVORADA; 096.000.475/96-ALVORADA; 096.000.571/98-ALVORADA; 096.000.552/98-ALVORADA; 096.000.050/98-ALVORADA; 096.008.909/97-ALVORADA; 096.008.902/97-ALVORADA; 096.008.898/97-ALVORADA; 096.008.807/97-ALVORADA; 096.008.655/97-ALVORADA; 096.008.654/97-ALVORADA; 096.008.595/97-ALVORADA; 096.008.261/97-ALVORADA; 096.007.645/97-ALVORADA; 096.008.903/97-ALVORADA; 096.008.891/97-ALVORADA; 096.008.606/97-ALVORADA; 096.008.324/97-ALVORADA; 096.008.259/97-ALVORADA; 096.008.282/97-ALVORADA; 096.000.051/98-ALVORADA; 096.000.553/98-ALVORADA; 096.008.605/97-ALVORADA; 096.000.920/96-SOL; 096.001.061/96-SOL; 096.001.172/96-SOL; 096.000.570/98-SOL; 096.001.077/95-SOL; 096.000.717/95-SOL; 096.001.744/95-SOL; 096.001.613/95-SOL; 096.002.086/95-SOL; 096.001.935/95-SOL; 096.002.383/95-SOL; 096.003.855/95-SOL; 096.003.816/95-SOL; 096.003.769/95-SOL; 096.002.747/95-SOL; 096.002.784/95-SOL; 096.001.970/95-SOL; 096.002.809/95-SOL; 096.003.005/95-SOL; 096.004.166/95-SOL; 096.004.234/95-SOL; 096.004.290/95-SOL; 096.004.388/95-SOL; 096.000.188/96-SOL; 096.000.290/96-SOL; 096.000.357/96-SOL; 096.000.443/96-SOL; 096.001.332/96-SOL; 096.001.283/96-SOL; 096.001.245/96-SOL; 096.004.401/95-SOL; 096.000.696/96-SOL; 096.000.778/96-SOL; 096.000.993/96-SOL; 096.003.563/94-SOL; 096.003.624/94-SOL; 096.001.593/95-SOL; 096.001.745/95-SOL; 096.000.057/95-SOL; 096.005.621/94-SOL; 096.000.906/95-SOL; 096.001.102/95-SOL; 096.000.763/95-SOL; 096.000.905/95-SOL; 096.003.786/95-SOL; 096.002.774/95-SOL; 096.004.235/95-SOL; 096.000.442/96-SOL; 096.001.192/96-SOL; 096.001.344/96-SOL; 096.004.067/94-SOL; 096.004.816/94-SOL; 096.004.349/94-SOL; 096.004.940/94-SOL; 096.005.612/94-SOL; 096.005.156/94-SOL; 096.005.572/94-SOL; 096.005.214/94-SOL; 096.005.009/94-SOL; 096.005.480/94-SOL; 096.005.312/94-SOL; 096.000.056/95-SOL; 096.000.559/95-SOL; 096.000.904/95-SOL; 096.001.217/96-SÃO JOSÉ; 096.004.468/95-SÃO JOSÉ; 096.000.702/96-SÃO JOSÉ; 096.001.878/95-SÃO JOSÉ; 096.004.316/95-SÃO JOSÉ; 096.004.392/95-SÃO JOSÉ; 096.004.404/95-SÃO JOSÉ; 096.001.622/95-SÃO JOSÉ; 096.001.003/95-SÃO JOSÉ; 096.002.521/95-SÃO JOSÉ; 096.001.937/95-SÃO JOSÉ; 096.005.669/94-SÃO JOSÉ; 096.002.612/95-SÃO JOSÉ; 096.004.238/95-SÃO JOSÉ; 096.007.650/97-SÃO JOSÉ; 096.008.577/97-SÃO JOSÉ; 096.008.911/97-SÃO JOSÉ; 096.000.625/98-SÃO JOSÉ; 096.006.072/97-SÃO JOSÉ; 096.008.576/97-SÃO JOSÉ; 096.008.320/97-SÃO JOSÉ; 096.003.814/95-VIVA BRASÍLIA; 096.001.062/96-VIVA BRASÍLIA; 096.001.345/96-VIVA BRASÍLIA; 096.001.328/96-VIVA BRASÍLIA; 096.000.766/96-VIVA BRASÍLIA; 096.001.194/96-VIVA BRASÍLIA; 096.003.796/95-VIVA BRASÍLIA; 096.003.085/95-CONDOR; 096.003.157/95-CONDOR; 096.002.917/95-CONDOR; 096.004.099/95-CONDOR; 096.000.077/96-CONDOR; 096.003.905/95-CONDOR; 096.004.376/94-CONDOR; 096.004.695/94-CONDOR; 096.004.230/94-CONDOR; 096.003.035/95-ARCO; 096.003.444/95-ARCO; 096.003.215/95-ARCO; 096.001.060/96-ARCO; 096.001.184/96-ARCO; 096.002.745/95-ARCO; 096.002.863/95-ARCO; 096.002.924/95-ARCO; 096.003.171/95-ARCO; 096.001.284/96-ARCO; 096.004.460/95-ARCO; 096.000.071/96-ARCO; 096.000.117/96-ARCO; 096.000.119/96-ARCO; 096.000.283/96-ARCO; 096.001.147/95-PLANALTO; 096.001.322/95-PLANALTO; 096.002.307/95-PLANALTO; 096.002.350/95-PLANALTO; 096.002.458/95-PLANALTO; 096.003.864/95-PLANALTO; 096.000.535/95-PLANALTO; 096.000.762/95-PLANALTO; 096.000.480/95-PLANALTO; 096.000.406/95-PLANALTO; 096.001.004/95-PLANALTO; 096.002.306/95-PLANALTO; 096.002.679/95-PLANALTO; 096.000.926/96-PLANALTO; 096.000.837/96-PLANALTO; 096.000.705/96-PLANALTO; 096.001.181/96-PLANALTO; 096.001.179/96-PLANALTO; 096.001.170/96-PLANETA; 096.001.548/96-PLANETA; 096.000.739/96-PLANETA; 096.003.358/95-PLANETA; 096.003.331/95-PLANETA; 096.002.997/95-PLANETA; 096.001.078/95-PLANETA; 096.000.849/96-PLANETA; 096.000.528/96-PLANETA; 096.000.426/96-PLANETA; 096.003.714/95-PLANETA; 096.003.713/95-PLANETA; 096.003.648/95-PLANETA; 096.004.244/95-PLANETA; 096.004.389/95-PLANETA; 096.004.420/95-PLANETA; 096.004.243/95-PLANETA; 096.000.075/96-PLANETA; 096.000.008/96-PLANETA; 096.002.523/95-PLANETA; 096.002.083/95-PLANETA; 096.002.602/95-PLANETA; 096.002.352/95-PLANETA; 096.001.876/95-PLANETA; 096.002.403/95-PLANETA; 096.000.295/96-PLANETA; 096.007.635/97-PLANETA; 096.008.573/97-PLANETA; 096.007.696/97-PLANETA; 096.000.555/98-PLANETA; 096.008.572/97-PLANETA; 096.008.574/97-PLANETA; 096.007.721/97-PLANETA; 096.008.895/97-PLANETA; 096.008.913/97-PLANETA; 096.000.043/98-PLANETA; 096.008.266/97-PLANETA; 096.000.547/98-PLANETA; 096.008.901/97-PLANETA; 096.008.914/97-PLANETA; 096.008.900/97-PLANETA; 096.008.037/97-PLANETA; 096.008.899/97-PLANETA; 096.008.301/97-PLANETA; 096.008.628/97-PLANETA; 096.008.893/97-PLANETA; 096.008.894/97-PLANETA; 096.008.231/97-PLANETA; 096.008.039/97-PLANETA; 096.008.811/97-PLANETA; 096.007.314/97-PLANETA; 096.008.629/97-PLANETA; 096.008.624/97-PLANETA; 096.008.892/97-PLANETA; 096.008.314/97-PLANETA; 096.008.308/97-PLANETA; 096.002.779/95-PLANETA; 096.002.861/95-PLANETA; 096.002.890/95-PLANETA; 096.002.800/95-PLANETA; 096.002.891/95-PLANETA; 096.002.750/95-PLANETA; 096.002.816/95-PLANETA; 096.002.792/95-PLANETA; 096.002.911/95-PLANETA; 096.001.554/95-PLANETA; 096.002.999/95-PLANETA; 096.002.910/95-PLANETA; 096.002.912/95-PLANETA; 096.002.859/95-PLANETA; 096.002.651/95-PLANETA; 096.002.793/95-PLANETA; 096.002.817/95-PLANETA; 096.003.783/95-PLANETA; 096.003.810/95-PLANETA; 096.003.868/95-PLANETA; 096.003.781/95-PLANETA; 096.003.811/95-PLANETA; 096.003.851/95-PLANETA; 096.003.784/95-PLANETA; 096.003.782/95-PLANETA; 096.004.105/95-PLANETA; 096.004.119/95-PLANETA; 096.004.116/95-PLANETA; 096.003.870/95-PLANETA; 096.004.162/95-PLANETA; 096.003.867/95-PLANETA; 096.002.008/95-PLANETA; 096.001.875/95-PLANETA; 096.002.353/95-PLANETA; 096.002.016/95-PLANETA; 096.000.902/95-PLANETA; 096.002.015/95-PLANETA; 096.002.082/95-PLANETA; 096.001.967/95-PLANETA; 096.001.934/95-PLANETA; 096.001.930/95-PLANETA; 096.001.110/95-PLANETA; 096.002.081/95-PLANETA; 096.002.301/95-PLANETA; 096.001.968/95-PLANETA; 096.000.934/95-PLANETA; 096.002.225/95-PLANETA; 096.001.708/95-PLANETA; 096.002.462/95-PLANETA; 096.002.389/95-PLANETA; 096.002.401/95-PLANETA; 096.002.209/95-PLANETA; 096.002.461/95-PLANETA; 096.002.332/95-PLANETA; 096.002.124/95-PLANETA; 096.002.333/95-PLANETA; 096.002.463/95-PLANETA; 096.002.295/95-PLANETA; 096.002.220/95-PLANETA; 096.002.302/95-PLANETA; 096.002.114/95-PLANETA; 096.002.402/95-PLANETA; 096.002.354/95-PLANETA; 096.000.586/95-PLANETA; 096.000.240/95-PLANETA; 096.001.479/95-PLANETA; 096.000.484/95-PLANETA; 096.000.582/95-PLANETA; 096.001.524/95-PLANETA; 096.001.604/95-PLANETA; 096.001.681/95-PLANETA; 096.001.837/95-PLANETA; 096.001.724/95-PLANETA; 096.000.734/95-PLANETA; 096.001.661/95-PLANETA; 096.001.320/95-PLANETA; 096.001.838/95-PLANETA; 096.001.747/95-PLANETA; 096.001.817/95-PLANETA; 096.001.746/95-PLANETA; 096.005.047/94-PLANETA; 096.005.376/94-PLANETA; 096.001.752/95-PLANETA; 096.000.485/95-PLANETA; 096.005.575/94-PLANETA; 096.001.084/95-PLANETA; 096.000.756/95-PLANETA; 096.001.610/95-PLANETA; 096.001.584/95-PLANETA; 096.000.009/95-PLANETA; 096.001.611/95-PLANETA; 096.002.355/95-PLANETA; 096.002.303/95-PLANETA; 096.004.120/95-PLANETA; 096.004.106/95-PLANETA; 096.004.115/95-PLANETA; 096.004.118/95-PLANETA; 096.003.772/95-PLANETA; 096.004.165/95-PLANETA; 096.004.164/95-PLANETA; 096.003.809/95-PLANETA; 096.003.771/95-PLANETA; 096.003.869/95-PLANETA; 096.002.770/93-PLANETA; 096.001.929/95-PLANETA; 096.005.630/94-PLANETA; 096.004.163/95-PLANETA; 096.004.117/95-PLANETA; 096.001.816/95-PLANETA; 096.002.525/95-PLANETA; 096.002.449/95-PLANETA; 096.002.609/95-PLANETA; 096.007.724/97-PLANETA; 096.008.220/97-PLANETA; 096.007.561/97-PLANETA; 096.001.210/96-PLANETA; 096.000.105/96-PLANETA; 096.003.846/95-PLANETA; 096.007.699/97-PLANETA; 096.007.362/97-PLANETA; 096.007.560/97-PLANETA; 096.008.036/97-PLANETA; 096.004.312/95-PLANETA; 096.000.690/96-PLANETA; 096.000.602/95-PLANETA; 096.000.104/96-PLANETA; 096.001:208/96-PLANETA; 096.001.213/96-PLANETA; 096.001.207/96-PLANETA; 096.001.206/96-PLANETA; 096.001.212/96-PLANETA; 096.001.105/96-PLANETA; 096.001.103/96-PLANETA; 096.001.107/96-PLANETA; 096.001.102/96-PLANETA; 096.008.252/97-PLANETA; 096.008.038/97-PLANETA; 096.008.315/97-PLANETA; 096.008.221/97-PLANETA; 096.008.300/97-PLANETA; 096.008.311/97-PLANETA; 096.007.664/97-PLANETA; 096.008.299/97-PLANETA; 096.008.262/97-PLANETA; 095.008.263/97-PLANETA; 096.008.239/97-PLANETA; 096.008.041/97-PLANETA. Foi aberta a palavra a todos e nada mais havendo a tratar, encerraram-se os trabalhos que por mim foram registrados através da presente ata e que vai assinada por todos os presentes; a mesma será publicada no DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL (DODF), por meio de resolução desta JARI e da mesma forma em boletim informativo; Assinam: JÚLIO MODESTO SEVERINO, Presidente da JARI; JOSÉ DE OLIVEIRA SOUSA Representante dos Permissionários; BALTASAR ANTÔNIO DE PAULO Representante dos Serviços Público de Fretamento (autônomo); LÚCIA SOARES DA SILVA Representante dos Usuários; ÉRICA DE J. P. DE OLIVEIRA Secretária Administrativa.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

CONSELHO PENITENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL

ATA DA 2.371ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO

Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e noventa e nove, às dezoito horas, no Plenário sito no Setor de Administração Municipal, SAM, Conjunto "A", Bloco "A", 1º andar do Edifício Sede da Secretaria de Segurança Pública do DF, reuniu-se o Conselho Penitenciário do Distrito Federal, sob a Presidência do Conselheiro Aquiles Rodrigues de Oliveira. Presentes, os Senhores Conselheiros: Pedro Arruda da Silva, Anita Mendonça, Silvia Rocha Tavares, Eliana Péres Torelly de Carvalho, José Francisco Vaz e João Luiz Nogueira da Costa. Ausentes, justificadamente, o Conselheiro José Elaeres Marques Teixeira e os Membros Informantes do Centro de Internamento e Reeducação e do Núcleo de Custódia de Brasília, respectivamente, os Senhores Diretores, Wilmar Costa Braga e Domingos Sávio Dutra Barreto. Aberta a Sessão, foi lida a Ata da Sessão anterior que, em votação, foi aprovada por unanimidade. COMUNICAÇÕES DIVERSAS: O Senhor Presidente comunicou que foi realizada, no último dia vinte e dois, na Coordenação de Polícia Especializada, audiência conjunta, a qual contou com as presenças do MM. Juiz de Direito da Vara das Execuções Criminais do DF, Doutor Everardo Alves Ribeiro, dos representantes do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Doutora Margarida Sarto e Doutor Sebastião Aparecido da Cunha, do Coordenador do Sistema Penitenciário do DF, Doutor Domingos José Lindozo Muniz, do Diretor da DAA/CPE, Doutor Raimundo Marcondes Benedito Damasceno, desta Presidência, das Conselheiras Anita Mendonça e Silvia Rocha Tavares e dos Conselheiros Suplentes Wilson da Silva Nunes Filho e Divaldo Theóphilo de Oliveira Netto. O Senhor Presidente agradeceu as Assessoras deste Conselho Penitenciário que também se fizeram presentes na referida audiência. Ademais, comunicou que recebeu convite do Conselho de Defesa dos Direitos do Negro do DF, para um café da manhã afro-brasileiro e exposição, em homenagem ao dia Nacional da Consciência Negra, a realizar-se no dia dezenove de novembro do corrente ano, às 09:00 horas, no Foyer da Sala Villa-Lobos do Teatro Nacional. Passada a palavra à Conselheira Eliana Péres Torelly de Carvalho, esta comunicou que acompanhou, na qualidade de Membro deste Conselho Penitenciário, uma Comitiva composta pela Doutora Maria de Fátima de Paula Pessoa Costa, Juíza da 10ª Vara Federal e por Procuradores da República, na visita às dependências das carceragens da Polícia Federal e da CPE e do Batalhão de Operações Especiais; A Conselheira Eliana comunicou ainda que a referida Comitiva realizará, no próximo dia vinte e sete, visita ao Núcleo de Custódia de Brasília; Passada a palavra à Conselheira Silvia Rocha Tavares, esta louvou a iniciativa do MM. Juiz de Direito da VEC que, auxiliado pelo Coordenador da COSIPE, pelo Diretor da DAA/CPE, pelos representantes do MPDFT e pelo CPDF, conseguiu analisar, com maior rapidez, os pedidos de benefícios em favor de presos recolhidos na CPE. A Conselheira Silvia acredita que este trabalho gerará uma boa expectativa aos demais reclusos. Por fim, comunicou que presidiu, nesta data, uma cerimônia de livramento condicional com cinco liberandos. DISTRIBUIÇÃO DE PROCEDIMENTOS E DE PROCESSO: Distribuídos, na forma regimental, aos Conselheiros: Pedro Arruda da Silva os Procedimentos: nº 555/99 – Classe "B" – nº 314/99 e o de nº 695/99 – Classe "B" – nº 396/99; Anita Mendonça o Procedimento nº 732/99 – Classe "B" – nº 419/99; Silvia Rocha Tavares os Procedimentos: nº 607/99 – Classe "B" – nº 349/99 e o de nº 663/99 – Classe "B" – 374/99; Eliana Péres Torelly de Carvalho os Procedimentos: nº 728/99 – Classe "B" – nº 415/99 e o de nº 735/99 – Classe "B" – nº 422/99; José Francisco Vaz o Procedimento nº 724/99 – Classe "B" – nº 411/99 e o Processo VEC nº 14.791; João Luiz Nogueira da Costa os Procedimentos: nº 654/99 – Classe "B" – nº 371/99 e o de nº 725/99 – Classe "B" – nº 412/99. JULGAMENTOS: A Conselheira Anita Mendonça relatou os Procedimentos: nº 622/99 – Classe "B" – nº 363/99, votando pelo deferimento do livramento condicional, tendo sido aprovado por unanimidade e o de nº 679/99 – Classe "B" – nº 386/99, votando pelo deferimento do

livramento condicional, tendo sido aprovado por unanimidade. A Conselheira Silvia Rocha Tavares relatou os Procedimentos: nº 603/99 – Classe "B" – nº 345/99, votando pelo deferimento do livramento condicional, tendo sido aprovado por unanimidade; o de nº 619/99 – Classe "B" – nº 361/99, votando pelo não conhecimento do livramento condicional, tendo sido aprovado por unanimidade; o de nº 641/99 – Classe "B" – nº 368/99, votando pelo não conhecimento do livramento condicional, tendo sido aprovado por unanimidade; o de nº 745/99 – Classe "B" – nº 427/99, votando pelo deferimento do livramento condicional, tendo sido aprovado por unanimidade; o de nº 668/99 – Classe "B" – nº 379/99, votando pelo deferimento do livramento condicional, tendo sido aprovado por unanimidade e o de nº 666/99 – Classe "B" – nº 377/99, votando pelo deferimento do livramento condicional, tendo sido aprovado por unanimidade. A Conselheira Eliana Péres-Torelly de Carvalho relatou os Procedimentos: nº 676/99 – Classe "B" – nº 383/99, votando pelo deferimento do livramento condicional, condicionado ao resultado do exame criminológico, tendo sido aprovado por unanimidade; o de nº 728/99 – Classe "B" – nº 415/99, votando pelo deferimento do livramento condicional, tendo sido aprovado por unanimidade; o de nº 735/99 – Classe "B" – nº 422/99, votando pelo não conhecimento do livramento condicional, tendo sido aprovado por unanimidade e o Processo VEC nº 11.548, votando pela suspensão do livramento condicional, tendo sido aprovado por unanimidade. O Conselheiro José Francisco Vaz relatou o Procedimento nº 635/99 – Classe "B" – nº 365/99, votando pelo não conhecimento do livramento condicional, tendo sido aprovado por unanimidade. O Conselheiro João Luiz Nogueira da Costa relatou os Procedimentos: nº 068/99 – Classe "A" – nº 043/99, votando pela redução de ¼ da pena e pelo deferimento "ex officio" do livramento condicional, tendo sido aprovado por unanimidade; o de nº 681/99 – Classe "B" – nº 388/99, votando pelo deferimento do livramento condicional, tendo sido aprovado por unanimidade; o de nº 713/99 – Classe "B" – nº 406/99, votando pelo indeferimento do livramento condicional, tendo sido aprovado por unanimidade e o de nº 725/99 – Classe "B" – nº 412/99, votando pelo deferimento do livramento condicional, tendo sido aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Sessão às dezenove horas e dez minutos e, para constar, eu, Marígia Aparecida de Almeida Furlani, Secretária do Plenário, lavrei a presente Ata que, após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente.

Sala das Sessões, 26 de outubro de 1999
AQUILES RODRIGUES DE OLIVEIRA
Presidente

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

COMANDO GERAL

DESPACHOS DO COMANDANTE GERAL
Em 2 de setembro de 1999 (*)

Referência: Processo nº 054.000.115/99 (CONTRATO)(*)
Interessado: Polícia Militar do Distrito Federal
Assunto: Ratificação de ato de dispensa de licitação
Com base no artigo 26 da Lei nº 8.666/93, ratifico os atos praticados pela Polícia Militar do Distrito Federal, referente à dispensa de licitação fundamentada no Inciso VIII do art. 24 do referido Diploma Legal, em favor da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, para fazer face ao pagamento das despesas com serviços de coleta, transporte de correspondência agrupada (malote), conforme Notas de Empenho nºs 869 e 878/99 e remessa de contracheques para a PMDF, de acordo com as Notas de Empenho nºs 870 e 879/99.

(*) Republicado por ter saído com incorreção, do original, no DODF-Seção I, nº 170, de 2-9-99, pág. 10.

Em 27 de outubro de 1999

Referência: Processo nº 054.001.129/99 (CONTRATO)
Interessado: Polícia Militar do Distrito Federal
Assunto: Ratificação de ato de dispensa de licitação
Com base no artigo 26 da Lei nº 8.666/93, ratifico os atos praticados pela Polícia Militar do Distrito Federal, referente à dispensa de licitação fundamentada no inciso XI do art. 24 do referido Diploma Legal, em favor de Auto Peças Tem Tudo Ltda, para fazer face ao pagamento das despesas com aquisição de peças e acessórios originais ou genuínas para serem aplicadas nos veículos da PMDF das linhas Chevrolet e Mercedes Benz, conforme Nota de Empenho nº 1113/99
Publique-se

Referência: Processo nº 054.000.500/98 (CONTRATO)
Interessado: Polícia Militar do Distrito Federal
Assunto: Ratificação de ato de inexigibilidade de licitação
Com base no artigo 26 da Lei nº 8.666/93, ratifico os atos praticados pela Polícia Militar do Distrito Federal, referente à inexigibilidade de licitação fundamentada no Inciso I do art. 25 do referido Diploma Legal, em favor da A. Telecom Teleinformática Ltda, para fazer face ao pagamento das despesas com prestação de serviços de assistência preventiva e corretiva em duas centrais telefônicas, conforme Nota de Empenho nº 1081/99.

Referência: Processo nº 054.000.117/99
Interessado: Polícia Militar do Distrito Federal
Assunto: Ratificação de ato de inexigibilidade de licitação
Com base no artigo 26 da Lei nº 8.666/93, ratifico os atos praticados pela Polícia Militar do Distrito Federal, referente à inexigibilidade de licitação fundamentada no Caput do art. 25 do referido Diploma Legal, em favor da Telebrasília Celular S/A e da Telebrasília Telecomunicações de Brasília S/A, para fazer face ao pagamento das despesas com tarifas telefônicas de celulares e convencionais, conforme Notas de Empenho nºs 1082 e 1083/99, respectivamente.

Referência: Processo nº 054.000.192/99
Interessado: Polícia Militar do Distrito Federal
Assunto: Ratificação de ato de inexigibilidade de licitação
Com base no artigo 26 da Lei nº 8.666/93, ratifico os atos praticados pela Polícia Militar do Distrito Federal, referente à inexigibilidade de licitação fundamentada no Caput do art. 25 do referido Diploma Legal, em favor de Manoel Gomes Moreira Netto e Outros, para fazer face ao pagamento das despesas com serviços técnicos profissionais prestados por professores convidados para ministrarem aulas e/ou assessoramento em cursos nas unidades da PMDF, conforme Nota de Empenho nº 1080/99.

ANTÔNIO RIBEIRO DA CUNHA – CEL QOPM

SECRETARIA DE CULTURA

DESPACHO DA SECRETÁRIA
Em 1º de outubro de 1999

PROCESSO Nº 151.000.146/98
ASSUNTO : Despesas referentes a Serviços Telefônicos.

Ratifico, para os fins do artigo 26, da Lei nº 8.666/93, a inexigibilidade da licitação em favor da empresa Telebrasília - Telecomunicações de Brasília S/A, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), relativo a Nota de Empenho nº99NE00148, em reforço a 99NE00012, para fazer face às despesas com serviços telefônicos prestados durante o exercício de 1999.
A inexigibilidade foi fundamentada no caput do artigo 25, da Lei n.º 8.666/93.
Publique-se e devolva-se ao Arquivo Público do Distrito Federal para as demais providências.

MARIA LUIZA DORNAS

ATO DO CHEFE DE GABINETE

PORTARIA DE 20 DE OUTUBRO DE 1999

O CHEFE DE GABINETE DA SECRETARIA DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada na Portaria nº 03, letra F, de 22.06.99, resolve:
Prorrogar por 30 (trinta) dias, a partir de 09/10/99, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Especial para elaborar os editais de pauta dos espaços administrados pela Secretaria de Cultura, para o exercício de 2000, instituída pela Portaria de 19.08.99, publicada no DODF nº 174, de 09.09.99, página 19, conforme processo nº 150.000563/99.

ARTHUR WINTHER SEABRA

SECRETARIA DE TURISMO E LAZER

DESPACHO DO SECRETARIO

PROCESSO Nº : 210.000.512/99
INTERESSADO : SETUR
ASSUNTO : CONHECIMENTO DE DÍVIDA

À vista das instruções contidas no presente processo e de acordo com o que estabelece o item I do artigo 38 combinado com o item I, II e IV do artigo 39 do Decreto n.º 16.098/94, conheço a divida, autorizo a emissão da Nota de Empenho e o pagamento, no valor de R$ 5.668,65 (cinco mil, seiscentos e sessenta e oito reais e sessenta e cinco centavos), objetivando o pagamento de reprodução fotográfica, conforme nota fiscal n.º 124, constante às fls. 03 e 04 do presente processo, a conta de dotação do elemento 39.90.30 – Serviços de Terceiros Subatividade 2203.0001 – Fonte 120, que apresenta saldo disponível, em favor da CINE FOTO UNB LTDA.

Publique-se e encaminhe-se ao DAG, para providências devidas.

LOUVIVAL ZAGONEL

(*) Republicado por ter saído com incorreção, do original, no DODF-Seção I, nº 199, de 15-10-99, pág. 16.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

DESPACHO DO SECRETÁRIO

PROCESSO Nº : 190.000.063//97
INTERESSADO : EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
ASSUNTO : RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE
Em cumprimento ao disposto no caput do artigo 25, combinado com o artigo 26 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, ratifico a inexigibilidade de licitação a favor da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, para atender despesas com prestação de serviços postais e telemáticos para esta secretaria no corrente exercício em substituição a 99NE00028, nos termos da decisão nº 6826/99-TCDF, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado, Nota de Empenho nº 99NE00300, modalidade estimativa, no valor de R$ 1.052,26 (hum mil, cinquenta e dois reais e vinte e seis centavos).
Publique-se e encaminhe-se ao SOF/SEMATEC, para as demais providências.

ANTÔNIO LUIZ BARBOSA

CONSELHO DE MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Às quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e dois de setembro de mil novecentos e noventa e nove, no auditório da Universidade UNICEUB - Região Administrativa RAI, no Distrito Federal, realizou-se a 21° Reunião Ordinária do Conselho do Meio Ambiente do Distrito Federal - CONAM, sob a Presidência do **Senhor Antônio Luiz Barbosa**, Secretário do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, e com a presença dos seguintes conselheiros: **Vera Francisca Amorelli, Francisco José de Campos Amaral, Paulo Afonso Kalume Reis, Marllem Haddad Rocha, Mário Sérgio Boaventura de Sá, Paulo Roberto Rocha, Sandra Lúcia Furlan Ribeiro, Fernando Oliveira Fonseca, Cel. Juares Barbosa de Assunção, Adelce Pinto de Queiroz, Luiz Azevedo, Neide Paula de Lima, Julio César Magalhães de Almeida, Carmem Lúcia Soares de Azevedo, Juliana Vilar, João Herculino de Sousa Lopes, João Bosco Ribeiro, Luiz Vicente Ghesti**. Após a verificação de quorum e havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão Plenária do CONAM, com observância da ordem do dia. Assim, as Atas das 19° e 20° Reuniões Ordinárias do CONAM foram aprovadas, sendo a primeira por unanimidade e a segunda com um voto contrário, proferido pela Conselheira Carmem Lúcia Soares de Azevedo que, ao ensejo, sugeriu que as informações técnicas sobre os processos em pauta sejam encaminhados aos conselheiros, com a devida antecedência,a fim de que os votos possam ser apresentados com conhecimento de causa. A propósito, tal conselheira retirou-se da reunião, alegando não dispor de condições para opinar sobre os assuntos em pauta. Entrementes, o Senhor Presidente esclareceu que os processos estão à disposição dos conselheiros na Secretaria Executiva do CONAM, além do que os próprios relatores poderão, na oportunidade de apresentação de seus votos, tirar quaisquer dúvidas a respeito dos processo em tela. Em seguida, a senhora Carmem Carmona, servidora do Instituto de Ecologia e Meio Ambiente - IEMA, fez uma explanação sucinta sobre a Legislação Urbanística e a Legislação Ambiental. Depois, passou a palavra ao Sr. João Alves, fiscal ambiental do IEMA, que coordenou a elaboração do relatório da subcomissão do Estudo de Impacto Ambiental das Mansões Arapoanga. Logo após, e a propósito, o Cel. Juarês Barbosa de Assunção relatou o respectivo processo, nº 190.000.205/97. No curso das suas considerações, asseverou que o aludido parcelamento se encontra implantado de fato, mas, a despeito disso, torna-se necessária a adoção de medidas imediatas para se mitigar os impactos negativos ao Meio Ambiente, já causados, bem como com a estrita observância de todas as restrições, recomendações e exigências formulados pelo IEMA, concluindo, assim, que, com o atendimento das exigências citadas nos dois Pareceres Técnicos n.° 002/99 e n.° 007/99 da CPA, e a constar na Licença Ambiental, o parcelamento em tela estava em condições de ser aprovado. Isto ocorreu, com treze votos a favor e duas abstenções. Em seguida, o funcionário do IEMA, Nelson Nunan Eustáquio, apresentou aos conselheiros um fluxograma do processo de Licenciamento Ambiental, de acordo com prescrições da legislação, envolvendo os seus passos no IEMA e na SEMATEC. Logo após, o Senhor Presidente convidou a Conselheira Sandra Lúcia Furlan para ler o relatório e proferir voto, referente ao Condomínio Recanto do Sossego, Processo n.° 191.000.404/98. Em sua manifestação, a conselheira disse que o parcelamento em causa se encontra implantado, necessitando, todavia, que venha a contar com medidas imediatas para mitigar os impactos negativos ao meio ambiente, já ocorrentes, bem como com a estrita observância de todas as restrições, recomendações e exigências formuladas pelo IEMA. Votou, favoravelmente, pela regularização do parcelamento, consoante exigências constantes no Parecer Técnico n.° 25/98 da Subcomissão de Análise e do Parecer n.° 006/99 da CPA, as quais deverão constar da Licença Ambiental .Aproveitou, ainda, para reclamar a necessidade de o processo ser encaminhado ao Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal - IPDF, a fim de que emita Parecer acerca da densidade populacional permitida para a Zona Urbana de uso controlado, na qual o loteamento está implantado. Nesses termos o parcelamneto ficou aprovado com treze votos a favor, duas abstenções e nenhum voto contra. O Sr. Nelson Nunan Eustáquio discorreu sobre o parcelamento Privê Sobradinho dos Melos, focalizando sua localização na área de proteção ambiental de São Bartolomeu e, em seguida o Senhor Presidente convidou o Conselheiro João Bosco Ribeiro para proferir o seu relatório e voto, sobre o condomínio em exame, objeto do Processo: 191.000.349/98. A propósito, disse que o mesmo não se encontra implantado de fato e que os impactos ambientais são passíveis de mitigação com a adoção de medidas reparadoras, bem como com a estrita observância de todas as exigências formuladas pelo IEMA, a constarem da Licença Ambiental. Do ponto de vista ambiental, asseverou, o parcelamento estava em condiçòes de ser aprovado e, nesse sentido, emitiu seu voto, que foi acompanhado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a sessão, lavrando eu, **Alessandra Andrade Romeiro Menezes**, Secretária Executiva do CONAM, a presente Ata, que lida e aprovada, vai assinada por todos os presentes.

ANTÔNIO LUIZ BARBOSA
Presidente do CONAM

ALESSANDRA A. R. MENEZES
Secretária Executiva do CONAM

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

PORTARIA N.° 270, DE 28 DE OUTUBRO DE 1999

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso IV, do Decreto n º 11.335, de 7 de dezembro de 1988, e o que consta do processo n º 196.000.374/99, resolve:

I - Aprovar, na forma dos Anexos I e II, a alteração do Quadro de Detalhamento da Despesa da Secretaria de Cultura e da Fundação Pólo Ecológico de Brasília, aprovado pelo Decreto n º 20.004, de 13 de janeiro de 1999.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Ficam revogadas as disposições em contrário.

LEONEL PAIVA

ANEXO I

ORÇAMENTO FISCAL

A C R É S C I M O

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
230101/00001 **16101** **SECRETARIA DE CULTURA**				125.565
08.048.0247.2305 PROMOÇÃO E INCENTIVO DE PROGRAMAS CULTURAIS				
Ref: 004019 0001 PROMOÇÃO E INCENTIVO DE PROGRAMAS CULTURAIS	34.12.41	120	125.565	
				125.565
150204/15204 **21204** **FUNDAÇÃO PÓLO ECOLÓGICO DE BRASÍLIA**				16.500
03.017.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002534 0025 FUNCIONAMENTO DA FUNDAÇÃO PÓLO ECOLÓGICO DE BRASÍLIA	34.90.36	100	16.500	
				16.500
00837/1 - 200080 * As transferências não constam do Total			TOTAL	142.065

ANEXO II

ORÇAMENTO FISCAL

R E D U Ç Ã O

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
230101/00001 **16101** **SECRETARIA DE CULTURA**				125.565
08.048.0247.2305 PROMOÇÃO E INCENTIVO DE PROGRAMAS CULTURAIS				
Ref: 004019 0001 PROMOÇÃO E INCENTIVO DE PROGRAMAS CULTURAIS	34.90.39	120	125.565	
				125.565
150204/15204 **21204** **FUNDAÇÃO PÓLO ECOLÓGICO DE BRASÍLIA**				16.500
03.017.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002534 0025 FUNCIONAMENTO DA FUNDAÇÃO PÓLO ECOLÓGICO DE BRASÍLIA	34.90.39	100	16.500	
				16.500
00837/2 - 200081 * As transferências não constam do Total			TOTAL	142.065

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 28 de outubro de 1999

PROCESSO Nº : 040.010.143/99
INTERESSADO : Banco de Brasília S/A - BRB.
A S S U N T O : Inexigibilidade de Licitação.

Nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93, ratifico a Inexigibilidade de Licitação a favor do Banco de Brasília S/A, no valor de R$ 3.777,80 (três mil, setecentos e setenta e sete reais e oitenta centavos), para compra de vale transporte do mês de novembro/99, para os servidores desta Secretaria.

Licitação Inexigível nos termos do caput do artigo 25, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993

Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Administração Geral desta Secretaria, para as providências que se fizerem necessárias.

PROCESSO Nº: 040.010.142/99.
INTERESSADO: Viação Anapolina Ltda.
A S S U N T O : Inexigibilidade de Licitação

Nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93, ratifico a Inexigibilidade de Licitação em favor da Viação Anapolina Ltda., no valor de R$ 54,00 (cinqüenta e quatro reais), para aquisição de vale-transporte do mês de novembro/99, para os servidores desta secretaria.

Inexigibilidade de Licitação amparada pelo caput do artigo 25 da lei 8.666/93.

Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Administração Geral desta Secretaria, para as providências que se fizerem necessárias.

LEONEL PAIVA

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DAS SESSÕES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA N.° 3.457

Aos 21 dias do mês de outubro de 1999, às 10 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros JOSÉ EDUARDO BARBOSA, RONALDO COSTA COUTO, MARLI VINHADELI, JORGE CAETANO e JOSÉ MILTON FERREIRA, o Auditor JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS e a representante do Ministério Público junto a esta Corte, Procuradora-Geral MÁRCIA FERREIRA CUNHA FARIAS, o Presidente, Conselheiro FREDERICO AUGUSTO BASTOS, declarou aberta a sessão.

E X P E D I E N T E

Foram aprovadas as atas das Sessões Ordinária nº 3456, Extraordinárias Reservada nº 142 e Administrativa nº 298, todas de 19.10.99.

O Senhor Presidente deu conhecimento ao Tribunal do seguinte:

- Ofício nº 684/99-PG, mediante o qual a Procuradora-Geral do Ministério Público junto à Corte, MÁRCIA FERREIRA CUNHA FARIAS, encaminhou à Presidência cópia do Procedimento Administrativo nº 08190.078715/99-11, enviado àquele Órgão pelo Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal por meio do Ofício nº 502/PG.

Solenidade, realizada nesta Corte, de encerramento e entrega de Certificados a participantes do Curso de Aperfeiçoamento de Servidores dos Tribunais de Contas do Brasil, patrocinado pelo PAT – Programa de Assistência ao Trabalhador, informando que os alunos desta Casa obtiveram aproveitamento excelente no mencionado curso. Na oportunidade, o Senhor Presidente agradeceu a presença da Conselheira MARLI VINHADELI e demais autoridades na referida cerimônia.

A seguir, submeteu à consideração do Plenário a Representação nº 001/99-MF, da Procuradora-Geral do Ministério Público junto à Corte, MÁRCIA FERREIRA CUNHA FARIAS, versando sobre procedimento licitatório instaurado pela Secretaria de Fazenda do Distrito Federal, tendo por objeto a concessão de serviço público para a exploração da Loteria Social do Distrito Federal - LOTESI.- O Tribunal tomou conhecimento do referido documento e determinou o seu processamento, para os fins pertinentes.

JULGAMENTOS

O Senhor Presidente, considerando a peculiaridade da matéria tratada no Processo nº 2530/98, com a aquiescência dos demais membros do Plenário, inverteu a pauta da sessão, concedendo a palavra à Conselheira MARLI VINHADELI, para proceder ao relato dos autos.

PROCESSO Nº 2530/98 (apensos os de nºs 5282/98 e 082.000.105/98) - Aposentadoria de MÁRCIO BAIOCCHI FRACARI-FEDF. Na fase de discussão do processo, o Senhor Presidente, excepcionalmente, concedeu, a palavra ao Dr. ULISSES BORGES DE RESENDE, Advogado do interessado e do Sindicato dos Professores do Distrito Federal, que teceu comentários sobre a sensibilidade social demonstrada pelos membros da Corte no debate da matéria. - DECISÃO Nº 7848/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I) considerar improcedente a argumentação constante dos pedidos de reexame interpostos pela FEDF, pelo servidor e pelo SINPRO/DF; II) tendo em conta que não foi devidamente divulgada a Decisão TCDF nº 4.114/94 (cópia a fls. 46/52), anterior à edição da Lei nº 1.864, de 19.01.98, excepcionalmente, informar à FEDF que a Corte negará validade aos atos de concessão fulcrados no artigo 1º, § 3º, da referida lei, publicados a partir da Emenda Constitucional nº 20/98 (16.12.98), sem olvidar o contido no seu artigo 3º e no artigo 40, § 10, da Constituição Federal; III) manter a ilegalidade do ato concessório em apreço, em face da inadmissibilidade, por este Tribunal, do cômputo do período mencionado no item III da Decisão 5.112/99 (demissão e readmissão, de 05.05.79 a 23.05.85), devendo a FEDF informar o servidor da possibilidade de averbação de idêntico período consignado na certidão do INSS de fls. 17-apenso; IV) autorizar a remessa de cópia do Relatório/Voto da Relatora e desta decisão à FEDF. O Senhor Presidente, Conselheiro FREDERICO AUGUSTO BASTOS, nos termos do art. 84, IX, "c", do Regimento Interno desta Corte, acompanhou o voto da Relatora. O Conselheiro JOSÉ EDUARDO BARBOSA apresentou Declaração de Voto, juntada aos autos nos termos do art. 71 do RI/TCDF. Declarou-se impedido de participar do julgamento o Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, por não ter participado de todo o processo de discussão da matéria. Decidiu, mais, mandar publicar, em anexo à presente ata, o Relatório/Voto da Relatora e a declaração de voto apresentada pelo Conselheiro JOSÉ EDUARDO BARBOSA.

Retomando aos relatos previstos, o Senhor Presidente passou a palavra ao Conselheiro JOSÉ EDUARDO BARBOSA.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ EDUARDO BARBOSA

PROCESSO Nº 2970/80 - Revisão dos proventos da aposentadoria de JOSÉ CARDOSO FILHO-SEA. - DECISÃO Nº 7849/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 1720/81 - Revisões dos proventos da aposentadoria de LOURIVAL GOMES DE SOUZA-SEA. - DECISÃO Nº 7850/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar legais, para fins de registro, as revisões em apreço II - determinar à SEA/DF que, posteriormente, promova a regularização dos autos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 125, para incluir a vantagem prevista no artigo 184, inciso II, da Lei nº 1.711/52; b) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 1845/81 - Revisão dos proventos da aposentadoria de ELISIO VIEIRA-SEA. - DECISÃO Nº 7851/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 3528/81 - Revisão dos proventos da aposentadoria de FRANCISCO FRANÇA DE ARRUDA-SEA. - DECISÃO Nº 7852/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 0742/83 - Revisão dos proventos da aposentadoria de JOSÉ LUIZ RIBEIRO-SEA. - DECISÃO Nº 7853/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 1217/83 - Revisão dos proventos da aposentadoria de JOÃO JOAQUIM JUSCELINO-SEA. - DECISÃO Nº 7854/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 1415/83 - Revisão dos proventos da aposentadoria de ANTONIO SERAFIM FILHO-SEA. - DECISÃO Nº 7855/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 1039/84 - Revisão dos proventos da aposentadoria de LUIZ ALVES DA SILVA-SEA. - DECISÃO Nº 7856/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 2989/86 - Revisão dos proventos da aposentadoria de CLAUDEMIRO MARCIANO DE FREITAS-SEA. - DECISÃO Nº 7857/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 4061/86 - Revisão dos proventos da aposentadoria de EXPEDITO LAUREANO DE LIMA-SEA. - DECISÃO Nº 7858/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 1849/90 - Pensão civil concedida a JUSTINA JOSÉ NERES e outras-SEA. - DECISÃO Nº 7859/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legais, para fim de registro, a concessão e a revisão (integralização) da pensão instituídas pelo ex-servidor Amilton Neres da Cruz, matrícula nº 01.544-X/SEA-DF; II. determinar à SEA/DF que providencie a aplicação da Lei nº 22/89 e dos artigos 67 e 102, inciso VIII, letra "b", da Lei nº 8.112/90, ao presente caso; III. determinar à jurisdicionada que, posteriormente, adote as seguintes providências, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) juntar aos autos as declarações firmadas pela filha Ana Neres da Cruz, confirmando a sua condição de filha maior solteira e não-ocupante de cargo público, nos termos do parágrafo único, do artigo 5º, da Lei nº 3.373/58; e que não acumula mais de duas pensões, conforme estabelece o artigo 225 da Lei nº 8.112/90; b) caso contrário, excluir a beneficiária Ana Neres da Cruz da concessão em análise.

PROCESSO Nº 1043/92 - Aposentadoria de RAYMUNDO GERALDO TEIXEIRA DE CARVALHO-FEDF. - DECISÃO Nº 7860/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 2406/92 - Aposentadoria de HENRIQUE GUEDES MARTINS COSTA-FHDF. - DECISÃO Nº 7861/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, autorizou o retorno dos autos à FHDF, determinando que, no prazo de 60 (sessenta) dias, sejam adotadas as seguintes providências: I. retificar o ato de fl. 10-v, para excluir a fundamentação legal referente à aposentadoria voluntária com proventos integrais e incluir o sobrenome "Martins" ao nome do interessado; II. elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 46, observando a Decisão Normativa (TCDF) nº 02/93, a fim de: a) calcular as parcelas integrantes do abono provisório denominadas Vantagem Pessoal (triênio) e Qüinqüênio sobre o vencimento padrão do servidor; b) recalcular o valor da vantagem do art. 184, inciso II, da Lei 1.711/52; III. esclarecer se o tempo averbado, para fins desta concessão, não foi utilizado para fins de outra aposentadoria, informando ao INSS tal averbação; IV. tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 2938/92 - Aposentadoria de CARMELITA PIRES GONÇALVES-FHDF. - DECISÃO Nº 7862/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3980/92 (anexo o de nº 4870/93) - Revisão dos proventos da aposentadoria de NAYNOR ALCEBIADES FERREIRA-SEA. - DECISÃO Nº 7863/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 0050/93 - Aposentadoria de ELZI TEREZINHA BARBOSA-FHDF. - DECISÃO Nº 7864/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. considerar legal, para fim de registro, a aposentadoria em apreço; II. determinar à FHDF que, neste caso, deverá verificar se a inativa faz jus à contagem, para fim de triênio, dos 3.606 dias de serviços prestados a essa Fundação, conforme documento de fl. 30, o que elevará o percentual do triênio de 35% para 40%, dos quais 26% já foram incorporados pelo adicional por tempo de serviço, restando 14% a ser pago sob este título.

PROCESSO Nº 2082/93 - Aposentadoria de MARIA RAIMUNDA DOS SANTOS COELHO-FHDF. - DECISÃO Nº 7865/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 4031/93 (apensos os de nºs 3875/88 e 030.000.303/92) - Pensão civil concedida a MARIA AUXILIADORA DE CARVALHO e outro-SEA. - DECISÃO Nº 7866/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar legal, para fim de registro, a pensão especial instituída pelo ex-servidor Manoel Carneiro de Carvalho, matrícula nº 15.395-8-SEA/DF; II - determinar à Secretaria de Administração do DF que, posteriormente, promova a regularização dos autos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) retificar o ato concessório para incluir em sua fundamentação legal o artigo 40, § 5º, da CRFB; b) elaborar novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 14 do apenso nº 030.000.303/92, dele fazendo constar os dados registrados no demonstrativo de fl. 5 do apenso nº 3875/88; c) elaborar novo título de pensão, em substituição ao de fl. 15 do apenso nº 030.000.303/92, para: c.1) corrigir o rateio do benefício (ônus integral do GDF), sem prejuízo dos ajustes financeiros pertinentes; c.2) considerar a data de vigência a partir de 14/12/91 (data do óbito); c.3) alterar o percentual do ATS para 25%, considerando que em 1991 eram computados apenas qüinqüênios e não anuênios, de acordo com a legislação vigente à época; d) em decorrência da medida especificada no item c, apurar as quantias pagas indevidamente à interessada, para fins de ressarcimento ao erário, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/90; e) tornar sem efeito os documentos de fls. 14, 15 e 16 do apenso nº 030.000.303/92.

PROCESSO Nº 4340/93 - Revisão dos proventos da aposentadoria de JOÃO EPHIGENIO DE FREITAS-SEA. - DECISÃO Nº 7867/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 4502/93 - Revisão dos proventos da aposentadoria de LUIZ SOARES DAS NEVES-SEA. - DECISÃO Nº 7868/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 4579/93 (apenso o de nº 030.016.395/89) - Pensão civil concedida a MARIA ALVES DA SILVA e outros-SEA. - DECISÃO Nº 7869/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. considerar legal, para fim de registro, a pensão civil e respectiva revisão, instituídas pelo ex-servidor Raimundo Gonçalves da Silva, matrícula nº 10.316-0/SEA-DF; II. determinar à SEA/DF que, posteriormente, promova a regularização dos autos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) retificar o ato de fl. 23 (processo nº 030.016.395/89), para excluir Edite e Marli Gonçalves da Silva da relação de beneficiárias da pensão temporária instituída por Raimundo Gonçalves da Silva, considerando que elas não comprovaram o estado civil de solteira e a condição de não ocupantes de cargo público; b) em decorrência da medida especificada no item anterior, elaborar novo título de pensão, em substituição ao de fl. 101 do apenso nº 030.016.395/89, para excluir as referidas beneficiárias do rateio da pensão temporária; c) tornar sem efeito o documento substituído; III. determinar à Secretaria de Administração que verifique a possibilidade de aplicação do artigo 67 da Lei nº 8.112/90.

PROCESSO Nº 4859/93 - Revisão dos proventos da aposentadoria de JOSÉ JOAQUIM JORCELINO-SEA. - DECISÃO Nº 7870/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 4860/93 - Revisão dos proventos da aposentadoria de JOSÉ MARIA DA MOTA-SEA. - DECISÃO Nº 7871/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 4861/93 - Revisão dos proventos da aposentadoria de MÁRIO ANTONIO DE CARVALHO-SEA. - DECISÃO Nº 7872/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 4862/93 - Revisão dos proventos da aposentadoria de ANTONIO JOSÉ DO NASCIMENTO-SEA. - DECISÃO Nº 7873/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 4864/93 - Revisão dos proventos da aposentadoria de MIGUEL AMARO-SEA. - DECISÃO Nº 7874/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 4874/93 - Revisão dos proventos da aposentadoria de JOSÉ AQUINO-SEA. - DECISÃO Nº 7875/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 4943/93 - Integralização da pensão civil concedida a OSWALDERINA PEREIRA GOMES e outros-SEA. - DECISÃO Nº 7876/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar legal, para fins de registro, a integralização da pensão instituída pelo ex-servidor DERALDO PEREIRA GOMES, matrícula nº 11.664-5-SEA/DF; II - determinar à SEA/DF que, neste caso, providencie a aplicação do benefício da Lei nº 22/89 e dos artigos 67 e 102, inciso VIII, alínea "b", da Lei nº 8.112/90, com a conseqüente retificação do título de pensão.

PROCESSO Nº 1132/94 (apenso o de nº 3393/88) - Pensão civil concedida a LELIO JORGE-FEDF. - DECISÃO Nº 7877/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar legal, para fim de registro, a pensão civil instituída pela ex-servidora TEREZINHA VALLE JORGE, Matrícula nº 03.602-1-SE/DF; II - determinar à Secretaria de Educação do Distrito Federal que promova a regularização dos autos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) anexar aos autos a declaração de não-acumulação ou de acumulação lícita de pensão, tendo em vista o disposto no artigo 225 da Lei nº 8.112/90, bem como o Termo de Opção pela TIDEM ou declaração que comprove o direito à percepção da parcela TIDEM; b) elaborar novo Demonstrativo de Tempo de Serviço, em substituição ao de fl. 13, para o fim de: b1) computar como tempo averbado (para aposentadoria e ATS) o período laboral prestado à Fundação Educacional do DF entre 1/2/61 a 31/5/63, devendo, destarte, ser considerado como tempo da própria Secretaria de Educação apenas o período de 1/6/63 a 1/5/88, conforme consta do demonstrativo de fl. 5 - apenso aposentadoria; b2) corrigir o tempo prestado em 1988, diminuindo de 152 dias para 122 dias; b3) computar também para anuênios o tempo averbado para aposentadoria, conforme consta do demonstrativo de fl. 5 - apenso

aposentadoria; b4) computar, apenas para aposentadoria, o tempo em que esteve de licença para tratamento de pessoa da família (artigo 103, inciso II, da Lei nº 8.112/90); b5) em decorrência do cumprimento das alíneas "a" a "d", apurar o novo percentual de anuênios; c) elaborar novo Título de Pensão, em substituição ao de fl. 16, para constar o valor correto das parcelas "ATS", a ser apurada na forma do item "b, b5" - retro e "art. 184, II - 20%", a ser recalculado devido a alteração na parcela ATS, apurando-se em seguida o novo total dos proventos; d) tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 3304/94 - Aposentadoria de MARIA DO CARMO PAIVA-FHDF. - DECISÃO Nº 7878/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3352/94 - Aposentadoria de JOMAR ROCHA LIMA BATISTA DOS SANTOS-FHDF. - DECISÃO Nº 7879/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. considerar legal, para fim de registro, a aposentadoria em apreço; II. determinar à FHDF que, posteriormente, promova a regularização dos autos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) enumerar o documento correspondente à fl. 35 (CTS expedida pela FHDF, relativa ao período de 21/1/69 a 1º/4/71); b) elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 38, observando a Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, para fim de corrigir o valor da parcela ATS no percentual de 24% (R$ 6.632,44); c) apurar o montante pago a mais, em decorrência do item II, para fim de ressarcimento, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/90; d) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 3647/94 - Aposentadoria de MARIA BRAGA BARBOSA-FHDF. - DECISÃO Nº 7880/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. considerar legal, para fim de registro, a aposentadoria em apreço; II. determinar à FHDF que, posteriormente, promova a regularização dos autos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 39, observando a Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, para fim de corrigir a parcela Gratificação de Atividade no percentual de 120%, tendo em vista esse percentual ter vigência a partir de 1º/2/94; b) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 4248/94 - Aposentadoria de GUARACIABA COSTA-FHDF. - DECISÃO Nº 7881/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 5728/94 - Aposentadoria de MARIA ZUILA ARAÚJO-FEDF. - DECISÃO Nº 7882/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 0654/95 (apenso o de nº 030.010.527/94) - Complementação dos proventos da aposentadoria de ROZIBILLA LOBATO MAIA-SEA. - DECISÃO Nº 7883/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, considerou ilegal a complementação de proventos em apreço, com recusa de registro, devendo a Secretaria de Administração, no prazo de 30 (trinta) dias, adotar as providências necessárias ao exato cumprimento da lei (art. 78, inciso X, da LODF), o que será objeto de verificação em futura auditoria.

PROCESSO Nº 2589/95 - Pensão civil concedida a FRANCISCA ANA PAULA COSTA FONTENELLE e outros-FHDF. - DECISÃO Nº 7884/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. considerar legal, para fim de registro, a pensão civil instituída por Jamil Fontenelle Peçanha, Matrícula nº 117.009-1-FHDF; II. determinar à FHDF que, posteriormente, proceda à anexação da declaração de não-acumulação ou acumulação lícita de pensão, firmada pelos beneficiários, tendo em vista o disposto nos artigos 222, inciso V, e 225 da Lei nº 8112/90, o que será objeto de verificação em futura auditoria.

PROCESSO Nº 2613/95 - Pensão civil concedida a FRANCISCA ANA PAULA COSTA FONTENELLE e outros-FEDF. - DECISÃO Nº 7885/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou ilegal, com recusa de registro, a pensão civil instituída por Jamil Fontenelle Peçanha, Matrícula nº 61.080-1/FEDF, determinando à Fundação Educacional do DF que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei (art. 78, inciso X, da LODF), o que será objeto de verificação em futura auditoria.

PROCESSO Nº 1808/96 (apenso o de nº 132.000.807/95) - Tomada de contas especial instaurada pela Região Administrativa III - Taguatinga para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens. - DECISÃO Nº 7886/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. tomar conhecimento do Ofício nº 126/97 - DAG/RA III e de seus anexos; II. considerar comprovado o reaparecimento do bem móvel descrito na Decisão nº 751/97; III. determinar o arquivamento dos autos e a devolução do apenso à origem.

PROCESSO Nº 4536/96 (apenso o de nº 061.008.592/95) - Aposentadoria de MARIA EDÊNIA FEITOSA DA SILVA-FHDF. - DECISÃO Nº 7887/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, determinou à FHDF que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências: I - retificar o ato concessório de fl. 17 - apenso, para excluir a expressão "§ 1º"; II - elaborar novo laudo médico esclarecendo se existe nexo de causalidade entre a doença identificada e a atividade exercida pela servidora, conforme previsto na Resolução nº 101/98-TCDF, artigo 5º, inciso XV, § 1º; III - elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 20 - apenso, observando a Decisão Normativa nº 2/93-TCDF, a fim de: a) excluir a parcela "Vant. Pes. Triênio 5%"; b) considerar o vencimento integral caso a inativação seja motivada por doença profissional; IV - tornar sem efeito os documentos eventualmente substituídos; V - apurar as quantias pagas indevidamente a título de triênio para fins de reposição ao erário, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/90.

PROCESSO Nº 6653/96 (apensos os de nºs 1600/85 e 030.003.829/95) - Revisão dos proventos da aposentadoria de HÉLIO DE MELLO-SEA. - DECISÃO Nº 7888/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 1086/97 (apenso o de nº 061.031.010/96) - Aposentadoria de MARIA SALES PEREIRA-FHDF. - DECISÃO Nº 7889/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3439/98 (apenso o de nº 052.000.240/98) - Aposentadoria de RAIMUNDO NONATO DA SILVA-PCDF. - DECISÃO Nº 7890/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 5348/98 - Acompanhamento de despesas de pessoal realizadas pela Polícia Civil do Distrito Federal no exercício de 1998. - DECISÃO Nº 7891/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento: a) do Relatório Consolidado de Notas de Lançamento de Despesas de Pessoal (RECONL1) da Polícia Civil do Distrito Federal, emitido pelo SISCOEX - Sistema Informatizado de Controle Externo, referente ao exercício financeiro de 1998; b) dos resultados de inspeção realizada e dos documentos de fls. 16/21, relevando as falhas verificadas; II - autorizar a apensação dos autos aos relativos à tomada de contas anual, exercício de 1998, dos ordenadores de despesa da Polícia Civil do Distrito Federal.

PROCESSO Nº 1354/99 - Contratação temporária de pessoal, realizada pela Fundação Hospitalar do Distrito Federal, nos termos do Edital nº 5, de 26 de março de 1999. - DECISÃO Nº 7892/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. tomar conhecimento do Edital nº 5, publicado no DODF em 29/3/99 (fls. 1/5), que regula as contratações temporárias para especialidades médicas da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, e dos documentos de fls. 6/13; II. recomendar à FHDF que providencie a regular realização de concursos públicos, para as especialidades médicas verificadas na presente contratação temporária, para a satisfação de sua necessidade de pessoal e conseqüente formação de cadastro de pessoal concursado, minimizando, deste modo, a necessidade de efetuar contratações temporárias com base no inciso V, do artigo 2º, da Lei nº 1.169/96; III. autorizar o retorno dos autos à 4ª ICE, para oportuno exame dos autos de admissão de pessoal, oriundos do processo seletivo, para fim de registro.

PROCESSO Nº 1663/99 - Atas de reuniões do Conselho de Administração do Banco de Brasília S.A. - DECISÃO Nº 7893/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I. tomar conhecimento das Atas das 230ª a 233ª Reuniões Extraordinárias e das 234ª a 238ª Reuniões Ordinárias do Conselho de Administração do Banco de Brasília S.A.; II. relevar o atraso verificado no envio ao Tribunal das Atas das 230ª a 233ª Reuniões Extraordinárias e das 235ª, 237ª a 238ª Reuniões Ordinárias do Conselho de Administração do Banco de Brasília S.A.

PROCESSO Nº 1719/99 (apenso o de nº 061.039.809/98) - Aposentadoria de ALMIRA MARIA RIOS DE MORAES-FHDF. - DECISÃO Nº 7894/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 2169/99 (apenso o de nº 061.008.531/98) - Aposentadoria de MAGDA DE SOUSA OLIVEIRA MOREIRA-FHDF. - DECISÃO Nº 7895/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. considerar legal, para fim de registro, a aposentadoria em apreço; II. determinar à FHDF que, posteriormente, promova a regularização dos autos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) confeccionar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 25-apenso, para considerar a parcela de Grat. Ativ. Dec. 15.160/93 no valor de R$ 67,39, a Grat. de Des. Lei 941/95 como R$ 23,16 e a Complementação Salarial como R$ 85,24, observando, ainda, o disposto na Decisão Normativa nº 02/93-TCDF; b) apurar as quantias recebidas a mais, para fins de ressarcimento ao erário nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/90; c) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 2214/99 (apenso o de nº 061.036.368/98) - Aposentadoria de DULCINÉA CARVALHO CUNHA-FHDF. - DECISÃO Nº 7896/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e, em parte, o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar legal, para fim de registro, a aposentadoria em apreço; II - determinar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que, posteriormente, edite ato de retificação com o fim de corrigir o nome da interessada, grafando-o DULCINÉA CARVALHO CUNHA, o que será objeto de verificação em futura auditoria.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO RONALDO COSTA COUTO

PROCESSO Nº 3591/89 - Revisão dos proventos da aposentadoria de JUSTINIANO PEDREIRA BATISTA-SEA. - DECISÃO Nº 7897/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 2054/90 - Revisões dos proventos da aposentadoria de JOÃO DE MOURA NETO-SEF. - DECISÃO Nº 7898/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, considerou legais, para fins de registro, os atos concessórios, devendo a SEF adotar, posteriormente, as seguintes providências, a serem objeto de futura auditoria: a) elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 35, com vistas a alterar o percentual do A.T.S. para 30%; b) tornar sem efeito o documento substituído; c) apurar o montante pago indevidamente ao servidor, para fins de ressarcimento, na forma do art. 46 da Lei n.º 8.112/90.

PROCESSO Nº 3247/90 (apenso o de nº 040.007.800/94) - Contendo pedido de reconsideração da Decisão nº 8643/98 formulado pelo Sr. Paulo de Melo Zimbres. - DECISÃO Nº 7899/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - julgar improcedente o pedido de reconsideração em causa (fls. 550/554); II - tomar conhecimento do Recurso de Reconsideração (fls. 550/554) interposto pelo Sr. PAULO DE MELO ZIMBRES, visto ser tempestivo e próprio, para, no mérito, negar-lhe provimento; III - aprovar o acórdão apresentado pelo Relator.

PROCESSO Nº 3756/90 - Revisão dos proventos da aposentadoria de GLAUCE MARIA JOSÉ RODRIGUES CAMPOS-SEA. - DECISÃO Nº 7900/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 4723/90 - Revisão dos proventos da aposentadoria de ANTONIA MARIA PEREIRA DE SOUZA-SEA. - DECISÃO Nº 7901/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, alertando a SEA/DF para os termos do item 3.1.4 da Decisão nº 3395/99, adotada no Processo nº 3871/96.

PROCESSO Nº 2147/91 - Revisão dos proventos da aposentadoria de BRAZ INOCÊNCIO DE BARROS-SEA. - DECISÃO Nº 7902/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu baixar os autos em diligência junto à SEA, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, sejam ultimadas as seguintes providências: a) juntar aos autos os documentos comprobatórios do ressarcimento ao erário, em função do pagamento a mais da parcela de ATS quando da aposentação do servidor, ou anexar declaração que justifique a exatidão do cálculo efetuado; b) retificar o ato revisório para corrigir o enquadramento do cargo do servidor no Padrão III.

PROCESSO Nº 5663/91 (apenso o de nº 061.022.723/91) - Aposentadoria de MAURY GOMES PINHEIRO-FHDF. - DECISÃO Nº 7903/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu baixar os autos em diligência junto à FHDF, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, sejam ultimadas as seguintes providências: a) anexar cópia autenticada das certidões referentes aos 2.707 dias averbados para fins de aposentadoria, relativos aos períodos de 08/09/58 a 15/07/63, 02/01/64 a 29/07/64 e 01/08/64 a 08/06/66, segundo documento de fl. 08 - apenso; b) esclarecer a quais períodos se referem os 730 dias de licença especial não gozada, constantes do demonstrativo de tempo de serviço de fl. 11 - apenso; c) esclarecer as divergências existentes no enquadramento do interessado (1ª Classe, Padrão IV - fls. 10 e 13 - apenso, e Classe Especial, Padrão V - fls. 19 e 73 - apenso; d) observando o item "c" , se for o caso, retificar a Instrução de 23/04/91 (fl. 10 - apenso), para constar o correto enquadramento do interessado; e) tornar sem efeito a Instrução de 07/04/92 (fl. 19 - apenso); f) confeccionar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 13 - apenso, observando a Decisão Normativa nº 02/92 - TCDF e os itens "c" e "d" precedentes, a fim de que a parcela "Emprego em Comissão 55% EC 22" seja calculada proporcionalmente a 34/35; g) tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 7676/91 - Aposentadoria de GERALDA BATISTA DE BARCELOS-FHDF. - DECISÃO Nº 7904/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, determinando à FHDF que, posteriormente, proceda às seguintes correções, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) corrigir o cargo da inativa, no documento de fl. 10, para Assistente Básico de Saúde; b) elaborar novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 43, atendendo ao que dispõe a Decisão Normativa - TCDF nº 02/93, para dele fazer constar parcelas de triênio e qüinqüênio computadas tendo por base de cálculo apenas o vencimento; c) tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 2842/92 - Pensão civil concedida a NEUMA MAIA PINTO e outros-FEDF. - DECISÃO Nº 7905/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, devendo a FEDF adotar, posteriormente, as

seguintes providências, objeto de futura auditoria: I - anexar aos autos as declarações de não-acumulação ou de acumulação lícita de pensão, tendo em vista o disposto no artigo 225 da Lei nº 8.112/90; II - anexar termo de guarda dos menores pensionistas, em nome de DIHON VIEIRA MAIA, requerente do benefício.

PROCESSO Nº 3144/92 - Aposentadoria de MARIA BATISTA GONÇALVES DE AMORIM-FHDF. - DECISÃO Nº 7906/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3178/93 (apenso o de nº 030.003.068/93) - Pensão civil concedida a MARINA MARIA DE ANDRADE-SEA. - DECISÃO Nº 7907/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - nos termos do art. 11, §§ 1º e 2º, da Resolução nº 101/98-TCDF, considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame, devendo a SEA, posteriormente, juntar aos autos declaração de não-acumulação ou de acumulação lícita de pensões, tendo em vista o disposto no art. 225 da Lei nº 8.112/90; II - determinar à SEA a aplicação da Lei n.º 22/89, na determinação da proporcionalidade do valor do benefício (calculando-o proporcionalmente a 19 anos de serviço), e que complemente o vencimento até o valor do salário mínimo vigente na data da concessão, apurando as demais parcelas proporcionais também sobre esse mesmo valor, em conformidade com o critério aplicável em relação ao instituidor do benefício.

PROCESSO Nº 3187/93 (apenso o de nº 030.000.209/92) - Pensão civil concedida a DEOCLECIANA SOARES DOS SANTOS-SEA. - DECISÃO Nº 7908/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, devendo a SEA adotar, posteriormente, as seguintes providências, objeto de futura auditoria: a) anexar certidão da Novacap para comprovar tempo de serviço prestado a ela no período de 27.10.58 a 20.04.60 (contagem em dobro da Lei nº 22/89); b) retificar o ato concessório para fundamentar o benefício no artigo 5º, inciso I, alínea "a", da Lei nº 3.373/58 e no artigo 40, § 5º, da CRFB, com efeitos a contar de 28.11.91, conforme orientações fixadas no Processo nº 3848/94; c) elaborar novo título de pensão, em substituição ao de fl. 20 - Processo nº 030-000209/92, para alterar a vigência da concessão para 28.11.91 (ônus integral do GDF), bem como alterar o percentual do A.T.S. para 20%, sem prejuízo dos ajustes financeiros pertinentes; d) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 3200/93 (apenso o de nº 030.000.866/92) - Pensão civil concedida a MARIA OLIVEIRA SARAIVA e outro-SEA. - DECISÃO Nº 7909/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu baixar os autos em diligência junto à SEA, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, sejam ultimadas as seguintes providências: a) retificar o ato concessório para fundamentar o benefício no artigo 5º, inciso I, alínea "a", e inciso II, alínea "a", da Lei nº 3.373/58 e no artigo 40, § 5º, da CRFB, com efeitos a contar de 28.09.91, conforme orientações fixadas no Processo nº 3848/94; b) elaborar novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 18 - Processo nº 030-000866/92, para excluir do tempo computado para adicional 730 dias de licença; c) elaborar novo título de pensão, em substituição ao de fl. 19 - Processo nº 030-000866/92, para calcular o benefício com base nos proventos (proporcionais) percebidos pelo instituidor, a contar de 28.09.91 (ônus integral do GDF), bem como alterar o percentual do A.T.S. para 10%, sem prejuízo dos ajustes financeiros pertinentes; d) tornar sem efeito os documentos substituídos; e) apurar o montante pago indevidamente aos interessados para fins de ressarcimento, na forma do art. 46 da Lei nº 8.112/90.

PROCESSO Nº 3532/93 (apenso o de nº 030.011.605/92) - Pensão civil concedida a REGINA CÉLIA DA SILVEIRA PEREIRA FERNANDES-SEA. - DECISÃO Nº 7910/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, determinando à SEA/DF que, posteriormente, promova a regularização do autos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: I - anexar comprovante da formal comunicação ao INSS, dando conta da concessão da pensão pelo DF, com indicação da data de vigência; II - anexar aos autos declaração firmada pela interessada de que não acumula mais de duas pensões nos termos do art. 225 da Lei nº 8.112/90; III - anexar certidão de tempo de serviço averbado da FEDF, no período de 25.08.64 a 06.03.67 (915 dias - fl. 26-apenso), sob pena de exclusão, no demonstrativo de tempo de serviço de fl. 26-apenso, desse tempo para fins de adicional por tempo de serviço; IV- elaborar Titulo de Pensão, em substituição ao de fl. 27-apenso, para calcular o adicional por tempo de serviço em 24% (fl.26-apenso), observando, ainda, quanto à comprovação do tempo averbado da FEDF, o disposto no item III; V - tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 3672/93 (apensos os de nºs 1607/82 e 030.016.734/91) - Pensão civil concedida a MARTA MARIA DE SOUZA AMORIM-SEA. - DECISÃO Nº 7911/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, determinando à SEA/DF que, posteriormente, promova a regularização dos autos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: I - da pensão, apenso nº 030.016.734/91: 1 - retificar o ato concessório de fl.20 do apenso nº 030.016.734/91, para nele incluir como fundamento legal o artigo 40, § 5º, da CRFB; 2 - elaborar novo título de pensão, em substituição ao de fl.24 do apenso nº 030.016.734/91, para: a) corrigir o rateio do benefício (ônus integral do GDF), de acordo com o item anterior, sem prejuízo dos ajustes financeiros pertinentes; b) considerar sua vigência a partir de 1º de dezembro de 1991 (data do óbito) e o percentual do adicional em 35%; 3 - juntar certidão de tempo de serviço relativa ao período de 21.04.58 até 20.04.60, para os fins previstos na Lei nº 22/89; 4 - solicitar que MARTA MARIA DE SOUZA AMORIM, filha maior, firme termo próprio, quanto ao seu estado civil (se solteira ou não), à época da concessão; 5 - tornar sem efeito os documentos de fls. 24/25 do mesmo apenso.

PROCESSO Nº 4060/93 (apenso o de nº 030.017.202/91) - Pensão civil concedida a ANA PEREIRA DE SOUZA e outros-SEA. - DECISÃO Nº 7912/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu baixar os autos em diligência junto à SEA/DF, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, sejam ultimadas as seguintes providências: I) retificar o ato concessório para incluir em sua fundamentação legal o artigo 40, § 5º, da CRFB; II) elaborar novo título de pensão, em substituição ao de fl. 15 do apenso nº 030.017202/91, para: a) corrigir o rateio do benefício (ônus integral do GDF), sem prejuízo dos ajustes financeiros pertinentes; b) considerar a data de vigência a partir de 06.12.91 (data do óbito); III) tornar sem efeito os documentos de fls. 15 e 16 do mesmo apenso.

PROCESSO Nº 4339/93 (apenso o de nº 030.013.397/91) - Pensão civil concedida a MARIA AUGUSTA GUEDES DO AMARAL-SEA. - DECISÃO Nº 7913/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu baixar os autos em diligência junto à SEA/DF, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, sejam ultimadas as seguintes providências: I) retificar o ato concessório para incluir em sua fundamentação legal o artigo 40, § 5º, da CRFB; II) anexar aos autos a certidão referente ao tempo de serviço prestado pelo ex-servidor à NOVACAP, no período de 23.10.61 a 08.11.65; III) elaborar novo título de pensão, em substituição ao de fl. 19 do apenso nº 030.013397/91, para: a) corrigir o rateio do benefício (ônus integral do GDF), sem prejuízo dos ajustes financeiros pertinentes; b) considerar a data de vigência a partir de 25.09.91 (data do óbito); IV) tornar sem efeito os documentos de fls. 19 e 20 do mesmo apenso.

PROCESSO Nº 4882/93 - Revisão dos proventos da aposentadoria de BENTO QUEIROZ MONTEIRO0-SEA. - DECISÃO Nº 7914/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, tomou conhecimento da decisão prolatada no MS 6142/95, determinando à SEA/DF que adote os procedimentos necessários ao seu fiel cumprimento.

PROCESSO Nº 6424/93 (apenso o de nº 030.010.969/91) - Pensão civil concedida a ROSA LOPES RIBEIRO e outro-SEA. - DECISÃO Nº 7915/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - nos termos do art. 11, §§ 1º e 2º, da Resolução nº 101/98-TCDF, considerar legais, para fins de registro, a concessão, com base na Lei nº 6.782/80, bem como a integralização da pensão, devendo a SEA/DF, posteriormente, promover a regularização dos autos, na forma abaixo indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) elaborar outro título de pensão, em substituição ao de fl. 75 (Proc. 030.010969/91), a fim de considerar o ex-servidor na referência NM-22, com vigência a partir de 28 de agosto de 1986 e, ainda, excluir o filho Marques Cezar Lopes do Nascimento; b) tornar sem efeito o ato de fl. 27 (Proc. 030.010969/91); c) tornar sem efeito o documento substituído; II - alertar a SEA/DF sobre a possibilidade de aplicação, ao caso da integralização, do Decreto 13.166/91.

PROCESSO Nº 6463/93 (apenso o de nº 030.010.207/85) - Pensão civil concedida a TEREZINHA DOS SANTOS OLIVEIRA e outras-SEA. - DECISÃO Nº 7916/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, alertando a SEA/DF sobre a possibilidade de aplicação à integralização dos artigos 67 e 102, inciso VII, alínea "b", da Lei nº 8112/90.

PROCESSO Nº 0450/94 (apenso o de nº 000.001.385/95) - Tomada de contas especial instaurada pela Câmara Legislativa do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo pagamento irregular de horas- extras. - DECISÃO Nº 7917/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 1508/95 (apenso o de nº 030.013.497/94) - Pensão civil concedida a VALDECY RODRIGUES DOS SANTOS e outros-SEA. - DECISÃO Nº 7918/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: 1) nos termos do artigo 11, §§ 1º e 2º, da Resolução nº 101/97-TCDF, considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame; 2) determinar à Secretaria de Administração do Distrito Federal que, posteriormente, promova a regularização dos autos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) anexar a declaração de não-acumulação ou de acumulação lícita de pensão, tendo em vista o disposto no artigo 225 da Lei nº 8.112/90; b) elaborar novo título de pensão, em substituição ao de fl. 25 do apenso nº 030.013497/94, para fazer constar.o valor nele demonstrado com base na proporcionalidade à razão de 18/35; c) apurar as quantias pagas a mais, providenciando o ressarcimento ao Erário, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/90; d) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 1679/95 (apenso o de nº 030.000.909/95) - Pensão civil concedida a NIRCE DA SILVA PEREIRA-SEA. - DECISÃO Nº 7919/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3711/95 (apenso o de nº 131.001.146/94) - Aposentadoria de MANOEL ALVES PEREIRA-SEA. - DECISÃO Nº 7920/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) considerar legal, nos termos do art. 11, §§ 1º e 2º, da Resolução nº 101/98-TCDF, para fins de registro, a concessão em exame, devendo a Secretaria de Administração, posteriormente, retificar o ato de fl. 32 do apenso n.º 131-001146/94 para combinar o artigo 62 da Lei nº 8.112/90 com o artigo 3º da Lei nº 8.911/94 e excluir a referência à Medida Provisória nº 993/95, o que será objeto de verificação em futura auditoria; b) alertar a Secretaria de Administração para os termos do item 3.1.4 da Decisão nº 3395/99, adotada no Processo nº 3871/96.

PROCESSO Nº 0142/96 (apenso 1 volume) - Pagamento indevido dos abonos previstos nas Leis nº 8.178/91 e 8.276/91, efetuados pela Companhia de Água e Esgotos de Brasília. - DECISÃO Nº 7921/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. conhecer do Ofício n.º 456/98-PRES, fls. 265/266, e dos documentos acostados às fls. 267/274; II. autorizar a realização de nova etapa de acompanhamento, a ser efetivada em época oportuna, das ações judiciais de que tratam os autos; III. retornar os autos à 3ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO Nº 5294/96 (apenso o de nº 082.022.296/95) - Aposentadoria de MARIA DE LOURDES NUNES DE OLIVEIRA-FEDF. - DECISÃO Nº 7922/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu reiterar a diligência e baixar os autos à FEDF, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, seja ultimada a seguinte providência: - aferir junto ao INSS a autenticidade da Certidão de fl. 03 - apenso (tempo de serviço rural).

PROCESSO Nº 5828/96 (apenso o de nº 061.027.163/96) - Aposentadoria de LUIZ ANTÔNIO TERAMUSSI-FHDF. - DECISÃO Nº 7923/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, determinou a baixa dos autos em diligência junto à FHDF, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, sejam ultimadas as seguintes providências: a) providenciar a ratificação do período prestado como trabalhador rural (11.06.61 a 10.02.67) junto ao INSS; b) elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 24 - apenso, no intuito de calcular a rubrica Decisão Judicial - PCCS - INAMPS proporcionalmente; c) tornar sem efeito o documento porventura substituído.

PROCESSO Nº 6500/96 (apenso o de nº 082.003.005/95) - Aposentadoria de JANDUÍ FERREIRA GOMES BORGES-FEDF. - DECISÃO Nº 7924/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 6665/96 (apenso o de nº 030.004.274/88) - Revisão dos proventos da aposentadoria de FRANCISCO RODRIGUES DOS SANTOS-SEA. - DECISÃO Nº 7925/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu baixar os autos em diligência junto à SEA/DF, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, sejam ultimadas as seguintes providências: a) apensar o processo referente à aposentadoria de Francisco Rodrigues dos Santos; b) retificar o ato concessório de fl. 10 (Proc. 030.004274/88), a fim de considerar sua vigência a partir de 01.05.89; c) elaborar outro abono provisório, em substituição ao de fl. 06 (Proc. 030.004274/88), a fim de considerar sua vigência a partir de 01.05.89; d) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 7969/96 (apenso o de nº 082.009.934/96) - Aposentadoria de PEDRO PEREIRA DA SILVA-FEDF. - DECISÃO Nº 7926/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu baixar os autos à FEDF, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, seja ultimada a seguinte providência: - aferir junto ao INSS a autenticidade da Certidão de fl. 04 - apenso (tempo de serviço rural).

PROCESSO Nº 1055/97 - Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelos fatos constantes do Processo n.º 030.001.596/97. - DECISÃO Nº 7927/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. tomar conhecimento do OF. n.º 200/99-GAB/STB, fl. 19; II. determinar à Secretaria do Trabalho, Emprego e Renda do Distrito Federal que preste as informações pertinentes à TCE de que cuida o Processo n.º 030.001.596/97, nos termos previstos no art. 14 da Resolução TCDF n.º 102/98, juntamente com a Tomada de Contas Anual de 1998; III. autorizar a devolução dos autos à 2ª ICE, para as anotações cabíveis e o arquivamento.

PROCESSO Nº 5172/97 (apenso o de nº 030.001.819/97) - Revisão dos proventos da aposentadoria de FRANCISCO TRONCHA - DECISÃO Nº 7928/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, determinando à SEA/DF que providencie o cálculo da parcela correspondente ao ATS observando o disposto nos artigos 67 e 102, inciso VIII, alínea " b", da Lei nº 8112/90.

PROCESSO Nº 5405/97 (apenso o de nº 082.004.588/95) - Aposentadoria de LEOCADIA SOARES FERREIRA-FEDF. - DECISÃO Nº 7929/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, determinando à FEDF que, posteriormente, promova a regularização dos autos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: - elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 47 - apenso, a fim de calcular a parcela da Gratificação de Regência de Classe sobre o valor do vencimento integral da servidora, de acordo com o entendimento firmado no Processo nº 865/97 - TCDF.

PROCESSO Nº 0281/98 (apenso o de nº 082.012.361/97) - Pensão civil concedida a MARILDENE RODRIGUES DOS ANJOS LOPES e outros-FEDF. - DECISÃO Nº 7930/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 1213/98 (apensos os de nºs 2719/80 e 030.009.417/97) - Pensão civil concedida a VENÂNCIA CARLOS DA CONCEIÇÃO LIMA-SEA. - DECISÃO Nº 7931/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, determinando à SEA/DF que, "a posteriori", promova a regularização dos autos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) retificar o ato concessório de fls. 15/16 (Proc. 030.009417/97), a fim de considerar o ex-servidor no cargo de Auxiliar de Administração Pública, Classe Especial, Padrão I; b) em decorrência, elaborar outro título de pensão, em substituição ao de fl. 20 (Proc. 030.009417/97), para considerar o posicionamento especificado no item anterior; c) providenciar o ressarcimento ao erário das quantias recebidas indevidamente, verificadas no título de pensão de fl. 20 (Proc. 030.009417/97), nos termos do art. 46 da Lei nº 8112/90; d) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 2579/98 (apenso o de nº 094.000.260/98) - Aposentadoria de DELFINO ALVES DE OLIVEIRA-SLU. - DECISÃO Nº 7932/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 2810/98 (apenso o de nº 030.004.905/93) - Revisões dos proventos da aposentadoria de DILACY VILELA MAZZARO-SEA. - DECISÃO Nº 7933/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legais, para fins de registro, os atos concessórios.

PROCESSO Nº 3302/98 - Contrato n.º 23/98 celebrado entre o Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal e o Instituto Candango de Solidariedade. - DECISÃO Nº 7934/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento: a) do Contrato n.º 23/98-IDHAB/ICS (fl. 01/04), do Convênio n.º 003/98-IDHAB/ICS (fl. 96/99) e do Termo de Rerratificação e Aditamento n.º 007/98 (fl. 112/113); b) dos OF. IDHAB-DF.GAPRE.Nºs 952/98 (fl. 08), 1153/98 (fl. 53), OF. IDHAB-DF.DIROP N.º 44/98 (fl. 54/58) e OF.IDHAB-DF.GAPRE n.º 1260/98 (fl. 93/94); II - levando-se em consideração o vencimento do ajuste, deixar de adotar as devidas medidas saneadoras, no entanto, determinar ao IDHAB que: a) nos casos de dispensa de licitação: a.1) promova a realização de pesquisa de preços, tendo por fim a comprovação da prática de valores compatíveis com o mercado, combinado com o disposto no art. 26 da Lei n.º 8.666/93; a.2) atente para o prazo estipulado no "caput" do art. 26 da Lei n.º 8.666/93 para ratificação e publicação; b) elabore contratos em consonância com a Lei n.º 8.666/93, considerando as cláusulas necessárias alistadas no art. 55, em especial, os incisos IV, VII, VIII, IX, XI, XII e XIII, não observadas no presente caso; c) observe o art. 70 da Lei n.º 8.666/93, em razão do constante na Cláusula Segunda do Contrato n.º 23/98; d) abstenha-se de efetuar contratação de serviços prestados nos moldes como foram executados pelo Contrato n.º 23/98, por ter assemelhado-se à contratação direta, por interposta pessoa, ferindo Norma Constitucional da obrigatoriedade do concurso público, "ex vi" o artigo 37, inciso II; III. autorizar o acompanhamento do cumprimento do item supra, mediante metodologia de acompanhamento e fiscalização dos contratos, aprovada por meio da Decisão n.º 25/98, proferida na Sessão Extraordinária Administrativa n.º 269, de 02.07.98 (Processo n.º 1099/98); IV. autorizar a audiência dos responsáveis Paulo César Campos, Executor do Contrato n.º 23/98, e Alexandra Reschke Stanislau Affonso, Ordenadora de Despesa, para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentarem defesa referente ao pagamento da Fatura n.º 057/98 (relativa ao Convênio n.º 003/98), no valor de R$ 117.303,12 à conta do Contrato n.º 23/98, sem amparo legal e sem suporte orçamentário e financeiro, com vistas à aplicação das sanções previstas no inciso II, art. 57, da Lei Complementar n.º 01/94, de 09.05.94; V. dar conhecimento ao Ministério Público do Trabalho de que os empregados contratados pelo ICS estariam desempenhando atividades inerentes às categorias funcionais do IDHAB.

PROCESSO Nº 4979/98 (apensos os de nºs 1842/99 e 082.004.424/98) - Aposentadoria de RAIMUNDO VIEIRA DE MELO-FEDF. - DECISÃO Nº 7935/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 1049/99 (apenso o de nº 061.042.745/98) - Aposentadoria de LIDONETA LUCAS BUENO-FHDF. - DECISÃO Nº 7936/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 1875/99 (apenso o de nº 082.020.319/98) - Aposentadoria de ALZIRA FRANCISCO SOARES-FEDF. - DECISÃO Nº 7937/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, devendo a FEDF adotar, posteriormente, as seguintes providências, a serem objeto de auditoria futura: a) retificar o ato de fl. 16 - apenso, a fim de incluir no fundamento legal o art. 3º da Emenda Constitucional nº 20/98; b) apurar as quantias pagas indevidamente à servidora, para fins de ressarcimento ao erário, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/90, uma vez que o tempo que ultrapassou os 730 dias de licença para tratamento de saúde foi contado indevidamente para anuênios, quando a mesma estava na atividade.

PROCESSO Nº 1905/99 (apenso o de nº 082.018.913/98) - Aposentadoria de MARIA DE JESUS FAUSTINO-FEDF. - DECISÃO Nº 7938/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I) considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame; II) determinar à Fundação Educacional do DF que, posteriormente, promova a regularização dos autos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) retificar o ato de fl. 18 - apenso, a fim de incluir no fundamento legal o art. 3º da Emenda Constitucional nº 20/98; b) elaborar novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 12 - apenso, para adequar a parte inferior do referido demonstrativo, no que se refere ao quadro "Resumo do Tempo de Serviço" à situação fática do servidor em 16.12.98, de acordo com o art. 3º da EC nº 20/98; c) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 2378/99 (apenso o de nº 030.010.145/98) - Pensão civil concedida a ALICE MATOS TOSTA DA SILVA - DECISÃO Nº 7939/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta, em parte, o parecer do Ministério Público, decidiu: I. julgar legal a concessão em causa, para fins de registro; II. determinar à SEA que adote providências para ressarcimento ao erário das quantias recebidas a mais pelo pensionista, o que será objeto de verificação em futura auditoria. Vencidos, parcialmente, os Conselheiros JORGE CAETANO, que votou apenas pela legalidade da concessão, e JOSÉ MILTON FERREIRA, que no tocante ao item II, votou nos seguintes termos: determinar à jurisdicionada que apure as importâncias recebidas indevidamente pelo instituidor e, em consultando o interesse da economicidade, busque o ressarcimento junto aos herdeiros, se existentes herança e força bastante para satisfazer a obrigação.

RELATADOS PELA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI

PROCESSO Nº 2466/88 - Tomada de contas anual dos ordenadores de despesa do então Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, referente ao exercício de 1987. - DECISÃO Nº 7940/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I) tomar conhecimento da defesa constante da fl. 90, para, no mérito, considerar improcedentes as alegações, pois desprovidas de elementos ou fatos que pudessem afastar as irregularidades verificadas nos autos, ou mesmo de quaisquer documentos comprobatórios; II) nos termos do artigo 13, § 1º, c/c artigo 23, parágrafo único, da Lei Complementar n.º 01/94, autorizar a cientificação do responsável de que este Tribunal rejeitou suas alegações de defesa e fixou novo e improrrogável prazo de 30 (trinta) dias, a contar do conhecimento desta comunicação, para recolher aos cofres do Distrito Federal o valor atualizado do débito de 4.045,32 UFIR, que lhe foi atribuído no Processo n.º 1083/87, mediante Acórdão n.º 001/95; III) devolver os autos à Inspetoria própria, para as providências pertinentes.

PROCESSO Nº 0569/90 - Aposentadoria de REGINA LÚCIA PINHEIRO BRAGA-SEF. - DECISÃO Nº 7941/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I) considerar legal, para fins de registro, o ato concessório em apreço; II) determinar à Secretaria de Fazenda do Distrito Federal que retifique o abono provisório de fls. 66, calculando a parcela de ATS sobre o vencimento integral da servidora; III) autorizar a 4ª ICE incluir os autos em roteiro de auditoria, com vista a verificar o cumprimento desta decisão.

PROCESSO Nº 4007/90 - Aposentadoria de TEREZINHA PARENTE DE PINHO-SEF. - DECISÃO Nº 7942/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I) considerar legal, para fins de registro, o ato concessório em apreço; II) determinar à Secretaria de Fazenda do DF que: a) junte aos autos certidão da FEDF que comprove o tempo de serviço prestado pela servidora no período de 27.09.62 a 31.05.63, averbado mediante certidão do INSS de fls. 28; b) torne sem efeito o documento de fls. 88; III) autorizar a 4ª ICE incluir o processo em roteiro de auditoria, com vista a verificar o cumprimento desta decisão.

PROCESSO Nº 1500/91 - Aposentadoria de DJALMA CRISÓSTOMO DE CARVALHO-FEDF. - DECISÃO Nº 7943/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu determinar a baixa dos autos em nova diligência junto à Fundação Educacional do DF para que, no prazo de 60 (sessenta) dias: I) retifique o ato de fls. 13, para excluir de sua fundamentação legal o art. 178, item I, alínea "a", da Lei 1.711/52 e o inciso III, alínea "a", do artigo 40 da CF/88, tornando sem efeito o ato de fls. 46/47; II) corrija o abono provisório de fls. 37, observando a Decisão Normativa-TCDF nº 02/93, para que seus efeitos vigorem a partir de 17.08.90.

PROCESSO Nº 7335/91 - Aposentadoria de ANTONIO BATISTA DOS PASSOS-FHDF. - DECISÃO Nº 7944/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu, preliminarmente, pela baixa dos autos em diligência saneadora, para que a FHDF, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências: a) juntar aos autos declaração médica que identifique a moléstia acometida pelo servidor, de acordo com a terminologia adotada no artigo 178, inciso I, alínea "b", da Lei 1711/52; b) autenticar o documento de fls. 03.

PROCESSO Nº 2935/92 - Aposentadoria de JOSÉ FELIPE DOS SANTOS-FHDF. - DECISÃO Nº 7945/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 3143/92 - Aposentadoria de MARIA NAZARÉ DE MELO-FHDF. - DECISÃO Nº 7946/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu determinar a baixa dos autos em diligência preliminar junto à Fundação Hospitalar do DF, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias: I) retifique o demonstrativo de tempo de serviço de fls. 08, tendo em conta incorreções em sua totalização; II) corrija o abono provisório de fls. 12 para calcular as parcelas "Anuênios" em 7% e "Triênios" em 3%, observando a Decisão Normativa-TCDF nº 02/93 e a tabela relativa ao mês de março de 1992; III) esclareça o correto posicionamento da interessada, tendo em conta a divergência entre os documentos de fls. 07v (NM-13, Padrão VI) e fls. 9 (NM-13, Padrão V), fazendo as correções devidas no abono provisório ou no ato de aposentadoria, conforme o caso; IV) justifique o posicionamento da servidora no Quadro Suplementar (Nível Básico) e não no Quadro Permanente (Assistente Básico de Saúde), indicando, ainda, a correlação entre esses dois quadros.

PROCESSO Nº 3503/92 - Aposentadoria de MARIA ZÉLIA GUERRA MACHADO-FEDF. - DECISÃO Nº 7947/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3869/92 (apenso o de nº 6628/91) - Pensão civil concedida a ANTÔNIO GERTRUDES JÚNIOR-FEDF. - DECISÃO Nº 7948/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I) considerar legal, para fins de registro, o ato concessório da pensão em exame; II) determinar à Fundação Educacional do DF que: a) retifique o ato de fls. 11 para posicionar a ex-servidora no Padrão 19D, tendo em conta o enquadramento apurado a fls. 150 e 167; b) junte aos autos declaração de não-acumulação ou de acumulação lícita de pensão, nos termos do art. 225 da Lei 8112/90 (Lei 197/91); III) autorizar a 4ª ICE incluir os autos em roteiro de auditoria, com vista a verificar o cumprimento desta decisão.

PROCESSO Nº 3918/92 - Aposentadoria de CÉLIA RABELO PIMENTEL-FEDF. - DECISÃO Nº 7949/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 2128/93 - Aposentadoria de MARIA ANGELA VILELA VON SPERLING-PRGDF. - DECISÃO Nº 7950/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 2765/93 - Aposentadoria de RUY DA COSTA PEREIRA-SEA. - DECISÃO Nº 7951/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3863/93 - Aposentadoria de ROSA DE JESUS SANTOS-FEDF. - DECISÃO Nº 7952/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3567/94 - Aposentadoria de ITALO NOLASCO TEODOZIO DOS SANTOS-SEF. - DECISÃO Nº 7953/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I) considerar legal, para fins de registro, a concessão em apreço; II) determinar à Secretaria de Fazenda do DF que: a) elabore novo demonstrativo de tempo de serviço, a fim de computar para ATS o tempo de serviço averbado, contido nas certidões de fls. 30 e 33, atentando para os efeitos no abono provisório; b) torne sem efeito os documentos de fls. 10 e 52; III) autorizar a inclusão dos autos, pela 4ª ICE, em roteiro de auditoria na jurisdicionada, com vista a verificar o cumprimento desta decisão.

PROCESSO Nº 4262/94 (apensos os de nºs 7673/91 e 061.006.680/94) - Pensão civil concedida a IRACENYR BOTTINO-FHDF. - DECISÃO Nº 7954/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 4736/94 - Aposentadoria e revisão dos proventos de ADAILTON EMILIANO DA SILVA-SEF. - DECISÃO Nº 7955/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e, em parte, o parecer do Ministério Público, decidiu: I) considerar legais, para fins de registro, os atos de aposentadoria e de revisão de proventos em apreço; II) determinar à Secretaria de Fazenda do DF que retifique o abono provisório de fls. 42, para calcular os proventos do servidor com base no Padrão III, da Classe Especial (fls. 60/61); III) autorizar a 4ª ICE incluir os autos em roteiro de auditoria, com vista a verificar o cumprimento desta decisão.

PROCESSO Nº 5863/94 - Aposentadoria de ANILTA RAMOS CÂNDIDO-FEDF. - DECISÃO Nº 7956/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 0078/95 (apenso o de nº 061.030.961/94) - Aposentadoria de MARIA VIEIRA EVANGELISTA-FHDF. - DECISÃO Nº 7957/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu, preliminarmente, pela baixa dos autos em diligência saneadora, para que a

FHDF, no prazo de 60 (sessenta) dias, afira junto ao INSS a autenticidade da certidão de fls. 05-apenso (tempo rural), conforme entendimento firmado no Processo 4296/97, visto que a mesma foi emitida antes da publicação da Medida Provisória 598/94 (01.09.94).

PROCESSO Nº 2880/95 - Aposentadoria de ANA MARIA ALVES TILLMANN-FHDF. - DECISÃO Nº 7958/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I) considerar legal, para fins de registro, o ato de inativação em apreço; II) determinar que a FHDF adote as seguintes providências: a) retifique o abono provisório de fls. 16, observando o teor da Decisão Normativa TCDF 02/93, a fim de calcular a parcela "Decisão Judicial PCCS-INAMPS" proporcional ao tempo de serviço da servidora (25/30); b) promova o ressarcimento ao erário das quantias pagas indevidamente à servidora, a título da parcela "Decisão Judicial PCCS-INAMPS", na forma prevista no artigo 46 da Lei 8.112/90 (Lei 197/91); III) autorizar a inclusão dos autos, pela 4ª ICE, em roteiro de auditoria na jurisdicionada, com vista a verificar o cumprimento desta decisão.

PROCESSO Nº 3039/95 (apenso o de nº 061.023.064/94) - Aposentadoria de ROSA DA CONCEIÇÃO SILVA COSTA-FHDF. - DECISÃO Nº 7959/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 3900/95 (apenso o de nº 061.033.165/95) - Aposentadoria de JOSÉ VIANA BORGES-FHDF. - DECISÃO Nº 7960/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu determinar a baixa dos autos em diligência preliminar junto à Fundação Hospitalar do DF, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias: I) junte aos autos termo de opção do servidor pelo regime de 40 (quarenta) horas semanais, na forma prevista no Decreto 13.159/91, vigente à época da aposentadoria; II) promova gestões junto ao INSS, com vista à aferição da autenticidade da certidão de fls. 05-apenso, relativa a tempo de serviço em atividade rural, cuja expedição ocorreu antes da publicação da MP 598/94 (01.09.94).

PROCESSO Nº 3948/95 (apenso o de nº 082.024.586/94) - Aposentadoria e revisão dos proventos de ELIANE OLIVEIRA ALVES-FEDF. - DECISÃO Nº 7961/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu, preliminarmente, sobrestar a apreciação dos autos, devolvendo-os à 4ª ICE para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido sobre a matéria tratada no Processo 1486/99.

PROCESSO Nº 5408/95 (apenso o de nº 061.030.845/95) - Aposentadoria de MARINA DA CUNHA RAMOS-FHDF. - DECISÃO Nº 7962/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, decidiu: I) considerar legal, para fins de registro, o ato de inativação em apreço; II) determinar que a FHDF adote as seguintes providências: a) renumere as peças dos autos a partir da folha 13-apenso, exclusive; b) retifique o abono provisório de fls. 16-apenso, observando o teor da Decisão Normativa TCDF 02/93, a fim de corrigir o percentual da parcela referente aos Triênios para 4%; c) promova o ressarcimento ao erário das quantias pagas indevidamente à servidora, a título de Triênios, na forma prevista no art. 46 da Lei 8.112/90 (Lei 197/91); III) autorizar a inclusão dos autos, pela 4ª ICE, em roteiro de auditoria na jurisdicionada, com vista a verificar o cumprimento desta decisão.

PROCESSO Nº 2490/96 (apenso o de nº 061.008.309/95) - Aposentadoria de MARIA AUXILIADORA DE OLIVEIRA BARBOSA-FHDF. - DECISÃO Nº 7963/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I) considerar legal, para fins de registro, o ato de inativação em apreço; II) determinar que a FHDF adote as seguintes providências: a) junte aos autos certidão de tempo de serviço que ratifique o período de 03.01.78 a 03.01.80 (residência médica), prestado à própria jurisdicionada, averbado segundo certificado de fls. 09-apenso, observando que o mesmo é computável para anuênios, vez que a servidora foi admitida na FHDF antes da vigência da Lei 8.112/90 (Lei 197/91); b) desentranhe dos autos os documentos de fls. 24 e 25-apenso, visto estarem relacionados a outro servidor da FHDF, promovendo, por conseguinte, a renumeração da peça de fls. 26-apenso; III) autorizar a inclusão dos autos, pela 4ª ICE, em roteiro de auditoria na jurisdicionada, com vista a verificar o cumprimento desta decisão.

PROCESSO Nº 4319/96 (apenso o de nº 082.010.654/95) - Aposentadoria de LUCINHA CARVALHO-FEDF. - DECISÃO Nº 7964/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, determinou a baixa dos autos em diligência preliminar junto à Fundação Educacional do DF, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias: I) esclareça a divergência entre a assinatura constante do documento de fls. 13-apenso com a de fls. 2/3-apenso, anexando aos autos, se for o caso, a comprovação de que a servidora foi representada; II) retifique o abono provisório de fls. 16-apenso, observando a Decisão Normativa-TCDF nº 02/93, para calcular a parcela TIDEM sobre o vencimento integral da servidora.

PROCESSO Nº 5484/96 (apenso o de nº 082.019.370/94) - Aposentadoria de ANTONIA LIMA DE MACEDO RODRIGUES-FEDF. - DECISÃO Nº 7965/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 6287/96 (apenso o de nº 061.036.619/95) - Aposentadoria de IRENE FELIX DE ARAUJO-FHDF. - DECISÃO Nº 7966/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I) considerar legal, para fins de registro, a concessão em apreço; II) determinar à Fundação Hospitalar do DF que aponha, no abono provisório de fls. 27-apenso, a identificação e a assinatura do responsável pela sua concessão; III) autorizar a inclusão dos autos, pela 4ª ICE, em roteiro de auditoria na jurisdicionada, com vista a verificar o cumprimento desta decisão.

PROCESSO Nº 0124/97 (apenso o de nº 061.045.090/96) - Aposentadoria de NAIR ANDRADE MIRA-FHDF. - DECISÃO Nº 7967/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 0201/97 (apenso o de nº 061.001.535/96) - Aposentadoria de VILMA MARIA DE SOUSA-FHDF. - DECISÃO Nº 7968/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 0865/97 (apenso o de nº 082.014.872/96) - Aposentadoria de HELENA MARIA RESENDE MIZIARA-FEDF. - DECISÃO Nº 7969/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 2412/97 (apenso o de nº 061.046.178/96) - Aposentadoria de HELENA MOREIRA DIAS-FHDF. - DECISÃO Nº 7970/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 2576/97 (apenso o de nº 061.046.010/97) - Aposentadoria de MARIA DO SOCORRO RODRIGUES CHAVES-FHDF. - DECISÃO Nº 7971/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 2667/97 (apenso o de nº 061.027.158/97) - Aposentadoria de LIDIO SIMIÃO DE FREITAS-FHDF. - DECISÃO Nº 7972/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3377/97 (apenso o de nº 061.002.182/97) - Aposentadoria de CARMEM LÚCIA ASSIS BITTES-FHDF. - DECISÃO Nº 7973/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, determinou a baixa dos autos em diligência preliminar junto à Fundação Hospitalar do DF, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias: I) retifique o ato concessório para excluir o § 1º do art. 186 da Lei 8.112/90 e corrigir o nome da servidora (fls. 06 e 16-apenso); II) junte aos autos cópia autêntica do processo administrativo comprobatório do acidente em serviço, a que se refere o laudo de fls. 01-apenso, observando o que dispõe o artigo 4º, inciso XV, da Resolução-TCDF nº 101/98.

PROCESSO Nº 2060/98 (apenso o de nº 061.009.597/97) - Aposentadoria de GERNACI DOMINGOS DE SOUZA-FHDF. - DECISÃO Nº 7974/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3167/98 (apenso o de nº 061.042.102/98) - Aposentadoria de FLORÍPEDES AFONSO DA SILVA SOARES-FHDF. - DECISÃO Nº 7975/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 4621/98 (apenso o de nº 030.003.326/98) - Pensão civil concedida a GLAUCIA SANTOS PEREIRA e outra-SEA. - DECISÃO Nº 7976/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu, preliminarmente, pela baixa dos autos em diligência saneadora, para que a SEA/DF, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências: a) esclareça o pagamento de proventos ao instituidor da pensão em fevereiro e março de 1998 (fls. 03 e 06-apenso), visto que o mesmo faleceu em 18.05.96 (fls. 02-apenso); b) junte aos autos classificação funcional do instituidor da pensão, em substituição à de fls. 16-apenso, que não se refere ao mesmo, atentando para os possíveis reflexos no ato concessório e no título de pensão; c) justifique a não-inclusão da Sra. Miraci Dias dos Santos, separada judicialmente do instituidor (fls. 02-apenso), porém percebendo pensão alimentícia do mesmo (fls. 04/5-apenso), no rol dos beneficiários da pensão, diante da previsão legal inserida no artigo 217, inciso I, alínea "b", da Lei 8.112/90 (Lei 197/91).

PROCESSO Nº 1045/99 (apenso o de nº 061.007.156/98) - Aposentadoria de FABIANO JOSÉ CARDOSO OLIVEIRA-FHDF. - DECISÃO Nº 7977/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 2121/99 (apenso o de nº 061.033.770/98) - Aposentadoria de MARIA AUXILIADORA LEITE-FHDF. - DECISÃO Nº 7978/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

A Conselheira MARLI VINHADELI informou ao Plenário que estava retirando da pauta desta Sessão os Processos nºs 878/89, 231/92, 2541/92, 111/93, 1087/96, 3890/96, 2212/97 e 3928/97.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JORGE CAETANO

PROCESSO Nº 6344/91 - Aposentadoria de MARIA ISABEL FEITOSA-FHDF. - DECISÃO Nº 7979/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - ter por cumprida a diligência determinada pela Decisão nº 9831/95; II - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de MARIA ISABEL FEITOSA, visto à fl. 07, retificado pelo de fl. 43; III - determinar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, elabore novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 46, observando a Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, para considerar como Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada a diferença a menos porventura encontrada entre a remuneração que seria devida à servidora em janeiro/1990, em decorrência da aplicação da Lei nº 87/89, e a remuneração de dezembro/1989, nos termos do § 8º, artigo 2º, da mesma lei, corrigida pelos índices gerais de reajuste salarial até a data da aposentadoria, tornando sem efeito o documento substituído, o que será objeto de verificação em futura auditoria.

PROCESSO Nº 6631/91 - Aposentadoria de ADÉLIA OLIVEIRA DE CARVALHO-FEDF. - DECISÃO Nº 7980/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - ter por parcialmente cumprida a diligência determinada pela Decisão nº 10.056/96; II - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de ADÉLIA OLIVEIRA DE CARVALHO, visto à fl. 12, retificado às fls. 47/48; III - determinar à Fundação Educacional do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, promova a regularização dos autos na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) elaborar novos Demonstrativo de Tempo de Serviço e Abono Provisório, em substituição aos de fls. 50 e 52, respectivamente, observando a Decisão Normativa TCDF nº 02/93, ajustando o Adicional por Tempo de Serviço à Lei nº 1.711/52, que vigia à data da aposentadoria, tornando sem efeito os documentos substituídos; b) registrar, por apostilamento, o direito da servidora ao percentual de anuênios a que fez jus após a vigência da Lei nº 8.112/90 no Distrito Federal, com base no Demonstrativo de Tempo de Serviço de fl. 50.

PROCESSO Nº 7775/91 - Aposentadoria de MARIA NILZA RIBEIRO DE SOUZA-FEDF. - DECISÃO Nº 7981/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - ter por cumprida a diligência determinada pela Decisão nº 14754/95; II - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de MARIA NILZA RIBEIRO DE SOUZA, visto à fl. 14 dos autos.

PROCESSO Nº 3356/92 - Pensão civil concedida a MÁRCIO ALEXANDRE PERETE DANTAS e outro-FEDF. - DECISÃO Nº 7982/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - Quanto à pensão civil temporária: a) determinar o retorno dos autos à Fundação Educacional do Distrito Federal, em diligência preliminar, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências: a1) retificar o ato de fl. 21, para excluir da fundamentação legal os artigos 215, 217, item II, alínea "a", e 224 da Lei nº 8.112/90 e incluir o art. 5º, inciso II, alínea "a", da Lei nº 3.373/58, combinado com o artigo 40, § 5º, da Constituição Federal, com efeitos a contar de 26/07/91, conforme decidido nos Processos nºs 3533/96 e 1753/97; a2) elaborar novo Título de Pensão, em substituição ao de fl. 26, com a integralização da pensão pelo GDF a contar da data do óbito (26/07/91); a3) informar a data em que o beneficiário em tela foi excluído da pensão temporária; a4) tornar sem efeito o documento substituído; II - Quanto à pensão vitalícia: a) julgar ilegal o ato de pensão civil vitalícia concedida a GUINOBALDO CORREIA DANTAS, visto à fl. 72, tendo em vista não atender os requisitos do artigo 5º, inciso I, alínea "b", da Lei nº 3.373/58, vigente à época do óbito; b) determinar à Fundação Educacional do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as providências necessárias ao cumprimento da lei com relação à ilegalidade declarada no item anterior.

PROCESSO Nº 3392/92 - Aposentadoria de HORTÊNCIO ALVINO DOS SANTOS-FHDF. - DECISÃO Nº 7983/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - ter por parcialmente cumprida a diligência determinada pela Decisão nº 9038/95; II - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de HORTÊNCIO ALVINO DOS SANTOS, visto à fl. 07-verso. III - determinar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, promova a regularização dos autos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) elaborar novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 32, observando a Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, a fim de: a.1) considerar como Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada a diferença a menor encontrada entre a remuneração que seria devida ao servidor em janeiro/1990 (em decorrência da aplicação da Lei nº 87/89) e a remuneração de dezembro/1989, nos termos do § 8º do artigo 2º da mesma Lei, corrigida pelos índices gerais de reajuste salarial até a data da aposentadoria; a.2) calcular corretamente as parcelas do "Triênio" e do Adicional por Tempo de Serviço, tomando como base de cálculo o vencimento padrão do servidor no mês da concessão; b) apurar as quantias pagas indevidamente ao servidor, a partir da Decisão nº 9038/95, de 15/08/95, para fins de ressarcimento ao erário, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/90; c) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 0282/93 - Aposentadoria de AURORA CRUSETA DELA GIUSTINA-FSS. - DECISÃO Nº 7984/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - ter por cumprida a diligência determinada pela Decisão nº 0518/96; II - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de AURORA CRUSETA DELA GIUSTINA, visto à fl. 06, retificado à fl. 35.

PROCESSO Nº 0369/95 - Aposentadoria de IVANETE VALENTIM DE MORAES CAMPOS-FEDF. - **DECISÃO Nº 7985/99.- O** Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - ter por cumprida a diligência determinada pela Decisão nº 6074/96; II - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de IVANETE VALENTIM DE MORAES CAMPOS, visto à fl. 19, retificado pelo de fls. 52/53.

PROCESSO Nº 1041/95 - Aposentadoria de VALDIR LISBOA AMARAL KRUCHAK-FHDF. - DECISÃO Nº 7986/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de VALDIR LISBOA AMARAL KRUCHAK, visto à fl. 09-verso; II - determinar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, promova a regularização dos autos na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) elaborar novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 25, observando a Decisão Normativa nº 02/93 - TCDF, a fim de excluir uma das parcelas denominadas "Integração de Plantão", tornando sem efeito o documento substituído; b) apurar as quantias pagas indevidamente para fins de reposição ao erário, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/90.

PROCESSO Nº 2619/95 - Aposentadoria de GISELA DE CASTRO RICK GUIMARÃES-FEDF. - DECISÃO Nº 7987/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar cumprida a diligência determinada pela Decisão nº 9512/96; II - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de GISELA DE CASTRO RICK GUIMARÃES, visto à fl. 18, retificado pelos de fls. 40 e 48.

PROCESSO Nº 3355/95 - Aposentadoria de MARIA LÚCIA CORDEIRO ALVES-FEDF. - DECISÃO Nº 7988/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - ter por cumprida a diligência determinada pela Decisão nº 9513/96; II - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de MARIA LÚCIA CORDEIRO ALVES, visto à fl. 16, retificado pelo de fls. 35/36.

PROCESSO Nº 3499/95 (apenso o de nº 061.042.088/95) - Aposentadoria de MARIA APOLINARIO DOS REIS-FHDF. - DECISÃO Nº 7989/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3501/95 (apenso o de nº 061.010.402/94) - Aposentadoria de TEREZINHA BRUNO DE SOUZA-FHDF. - DECISÃO Nº 7990/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3913/95 (apenso o de nº 061.001.519/95) - Aposentadoria de JOVINA VIEIRA DA SILVA-FHDF. - DECISÃO Nº 7991/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 4323/95 (apenso o de nº 061.039.246/95) - Aposentadoria de JOANA MARTINS BARROS-FHDF. - DECISÃO Nº 7992/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 4343/95 (apenso o de nº 061.022.070/95) - Aposentadoria de MARIA IRENE PORTO DO PATROCÍNIO SILVA-FHDF. - DECISÃO Nº 7993/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 4544/95 (apenso o de nº 061.014.409/94) - Aposentadoria de VANI ROSA FERREIRA DE ALMEIDA-FHDF. - DECISÃO Nº 7994/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 5396/95 (apenso o de nº 061.022.713/95) - Aposentadoria de ALTINA RODRIGUES ANTUNES-FHDF. - DECISÃO Nº 7995/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 5397/95 (apenso o de nº 061.027.230/93) - Aposentadoria de GILDA MARIA ARRIEL-FHDF. - DECISÃO Nº 7996/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 2501/96 (apenso o de nº 061.039.518/95) - Aposentadoria de MARIA EDITE DOS REIS CALIXTO-FHDF. - DECISÃO Nº 7997/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 2502/96 (apenso o de nº 061.023.189/94) - Aposentadoria de ONDINA CASTRO BORGES DE SOUSA-FHDF. - DECISÃO Nº 7998/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 4992/96 (apenso o de nº 061.039.437/95) - Aposentadoria de JOÃO BOSCO DOS REIS SALLES-FHDF - DECISÃO Nº 7999/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de JOÃO BOSCO DOS REIS SALLES, visto às fls. 14/15 do processo apenso; II- determinar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, elabore novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 18 do processo apenso, observando a Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, a fim de calcular a parcela "Decisão Judicial PCCS - INAMPS" na proporção de 31/35, tornando sem efeito o documento substituído, o que será objeto de verificação em futura auditoria.

PROCESSO Nº 5819/96 (apenso o de nº 061.022.038/96) - Aposentadoria de EURIDES BISPO DE SANTANA-FHDF. - DECISÃO Nº 8000/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 6180/96 (apenso o de nº 061.000.265/96) - Aposentadoria de JOSÉ FAUSTINO CANDIDO-FHDF. - DECISÃO Nº 8001/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 6187/96 (apenso o de nº 061.030.390/96) - Aposentadoria de NEMÍZIA DE OLIVEIRA GONÇALVES-FHDF. - DECISÃO Nº 8002/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 7347/96 (apensos os de nºs 854/86 e 040.010.365/95) - Revisão dos proventos da aposentadoria de MANOEL CAMBRAIA BERNARDES e pensão civil concedida a IOLANDA MOREIRA BERNARDES-SEF. - DECISÃO Nº 8003/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, determinou o retorno dos autos apensos à Secretaria de Fazenda, em diligência preliminar, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências: I - quanto à primeira revisão de proventos: a) editar ato revisório, formalizando a inclusão da vantagem prevista no art. 2º, § 1º, da Lei nº 6.732/79, a contar de 30/01/86, data de publicação do Parecer nº 2321/85-PRG/DF (Processo-TCDF nº 3334/82); b) elaborar o respectivo Abono Provisório, em conformidade com o item anterior; II - quanto à concessão da pensão: a) efetuar nova apuração de tempo de serviço, em substituição ao documento de fl. 10 do Processo nº 040.010365/95-SEA, de acordo com o documento de fl. 05 do processo nº 0854/86-TCDF; b) elaborar novo Título de Pensão, em substituição ao de fl. 20 do Processo nº 040.010365/95-SEA, para corrigir o valor do Adicional por Tempo de Serviço, conforme item 'c' supra, e o cálculo das parcelas '5/5 - DF-05' e 'Gratificação de Orçamento'; c) tornar sem efeito os documentos substituídos; d) apurar os valores pagos a mais, para fins de ressarcimento ao erário, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/90.

PROCESSO Nº 1068/97 (apenso o de nº 061.023.295/96) - Aposentadoria de THEREZINHA HOFFMANN-FHDF. - DECISÃO Nº 8004/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de THEREZINHA HOFFMANN, visto à fl. 12 do processo apenso; II - determinar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias, elabore novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 15 do processo apenso, observando a Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, a fim de calcular a parcela denominada "Dec. Jud. PCCS - INAMPS" com a proporcionalidade de 25/30 avos, tornando sem efeito o documento substituído, o que será objeto de verificação em futura auditoria.

PROCESSO Nº 0742/98 (apenso o de nº 061.044.164/97) - Aposentadoria de EDUARDO GOMES TRINDADE-FHDF. - DECISÃO Nº 8005/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de EDUARDO GOMES TRINDADE, visto à fl. 13 do processo apenso; II - determinar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, elabore novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 21 do processo apenso, observando a Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, a fim de calcular a vantagem "Dec. Jud. PCCS - INAMPS" proporcionalmente a 31/35 avos, tornando sem efeito o documento substituído, o que será objeto de verificação em futura auditoria.

PROCESSO Nº 0813/99 (apensos os de nºs 1366/98 e 040.000.719/99) - Pensão civil concedida a JOÃO GOMES DE FREITAS e outros-SEF. - DECISÃO Nº 8006/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, determinou o retorno dos autos à Secretaria de Fazenda, em diligência, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias: I - esclareça a divergência entre a concessão feita com a vantagem prevista no art. 192, inciso II, da Lei nº 8.112/90, e o pagamento efetuado com base em décimos, conforme revela o contracheque de fl. 13 do Processo nº 040.000.719/99; II - elabore novo Título de Pensão, em substituição ao de fl. 19 do mesmo feito, a fim de consignar, com o fundamento legal da Gratificação de Orçamento, a Lei nº 174/91 c/c a Lei nº 843/94.

PROCESSO Nº 1206/99 (apenso o de nº 061.009.481/98) - Aposentadoria de MARIA JOSÉ CORREIA DA SILVA-FHDF. - DECISÃO Nº 8007/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de MARIA JOSÉ CORREIA DA SILVA, visto à fl. 16 dos autos apensos; II - determinar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, elabore novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 22, observando a Decisão Normativa nº 02/93 - TCDF, a fim de retificar a sua data de vigência para 30/10/98, tornando sem efeito o documento substituído, o que será objeto de verificação em futura auditoria.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ MILTON FERREIRA

PROCESSO Nº 4844/83 (anexo o de nº 4719/84) - Revisão dos proventos da aposentadoria de HELIET LUCIA GRENDENE DE ABREU-SEA. - DECISÃO Nº 8008/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, a revisão dos proventos da aposentadoria em exame, determinando à Secretaria de Administração que, posteriormente, providencie a regularização dos autos, na forma a seguir, o que será objeto de verificação em futura auditoria: I) elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 92, efetuando as seguintes correções: a) alterar o percentual de ATS para 25%; b) calcular a vantagem referente à Lei n.º 6732/79 (Representação Mensal e Opção) com base no DAS 2; c) incluir 5/5 do DAS 2; d) observar o disposto no artigo 4º; § 2º, da Lei n.º 14/88, quanto à inclusão de gratificação da Carreira de Orçamento; II) tornar sem efeito o documento substituído; III) apurar as quantias pagas indevidamente, para fins de ressarcimento ao erário, se for o caso, observando o disposto no artigo 46 da Lei n.º 8.112/90.

PROCESSO Nº 2554/86 - Tomada de contas anual do responsável pelo Almoxarifado Central da Secretaria de Administração do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1985. - DECISÃO Nº 8009/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I) julgar regulares, nos termos do artigo 17, inciso I da Lei Complementar n.º 1/94, as contas do responsável pelo Almoxarifado Central da Secretaria de Administração do Distrito Federal, Antônio Izidro Neto, matrícula n.º 9060-3/SEA, no exercício de 1985; II) comunicar ao interessado que a publicação desta decisão no Diário Oficial do Distrito Federal, nos termos do art. 24, inciso I, da Lei Complementar n.º 1/94, constituir-se-á em Certificado de Quitação Plena; III) autorizar a devolução do apenso à origem e o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 2748/90 - Aposentadoria de FRANCISCO FABIANO PORTELA-SEF. - DECISÃO Nº 8010/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 0327/91 - Revisão dos proventos da aposentadoria de VERA LÚCIA COSTA RODRIGUES-SEA. - DECISÃO Nº 8011/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, determinou a realização de diligência complementar junto à Secretaria de Administração, a fim de que, no prazo de 90 dias, sejam adotadas as seguintes providências: 1) excluir o tempo de inatividade para fim de concessão de padrões, reposicionando a inativa em sua carreira, à vista, tão-somente, do tempo em que esteve em efetivo exercício de magistério; 2) considerar o tempo de inatividade apenas para efeito de aposentadoria comum e, por via de conseqüência, retificar a revisão de proventos de fl. 9, para excluir a vantagem do art. 184, inciso II, da Lei n.º 1.711/52, fundamentando-a na alínea "c" do inciso III do art. 40 da Constituição Federal; 3) elaborar Demonstrativo de Tempo de Serviço, em substituição ao de fl. 03, levando em conta que apuração deverá encerrar-se em 19/04/90 (véspera da revisão), que o tempo de inatividade deverá ser excluído da contagem para fins de quinquênios e de licença especial e que o período averbado discriminado às fls. 37, 39/45 e 53 deverá ser incluído na referida apuração; 4) esclarecer divergências quanto à carga horária, vez que os documentos de fls. 02 e 63-ap. indicam revisão de proventos com base em 20 horas e, à fl. 77 e em consulta ao SIGRE, constata-se o pagamento com base em 40 horas; 5) substituir o Abono Provisório de fl. 63, em conformidade com a Decisão Normativa n.º 02/93-TCDF, a fim de excluir a vantagem do art. 184-II, da Lei n.º 1.711/52, corrigir o percentual de quinquênios, considerar o correto posicionamento da servidora e a proporcionalidade dos proventos a que faz jus, atentando para o disposto nos itens 1 a 3 e, quanto à carga horária, no item 4; 6) tornar sem efeito os documentos substituídos; 7) dar à interessada ciência do teor desta diligência, a fim de que, no prazo de 30 dias, possa exercitar direito de defesa.

PROCESSO Nº 3681/91 - Concurso público para o cargo de Químico, da Tabela de Pessoal do Instituto de Saúde do Distrito Federal, aberto pelo Edital n.º 084/89. - DECISÃO Nº 8012/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento do resultado da inspeção realizada junto ao ISDF, bem como dos editais acostados às fls. 3/8; b) considerar legais, para fins de registro, as seguintes admissões para o emprego de Químico, da Tabela de Pessoal/ISDF, oriundas do concurso público regulado pelo Edital Normativo n.º 084/89, em cumprimento ao art. 78, inc. III, da L.O/DF: Mouna Ghorayeb Zamboni, Emerson Gonçalves Mendes, Leandro Lafeta Machado, Maria Irismar Nepomuceno Ximenes; c) autorizar a publicação da relação de candidatos constantes do item anterior; d) determinar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 0138/93 - Aposentadoria de NAILDE COSTA FERNANDES-FEDF. - DECISÃO Nº 8013/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 0160/93 - Revisão dos proventos da aposentadoria de FRANCISCO PESSOA VIRGULINO-SEA. - DECISÃO Nº 8014/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, a revisão de proventos em apreço, devendo, posteriormente, a Secretaria de Administração do Distrito Federal, providenciar a regularização dos autos, como a seguir, o que será objeto de averiguação em futura auditoria: I) retificar o Mapa de Incorporação de Quintos de fl. 42; II) elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 48, corrigindo o cálculo das vantagens previstas no artigo 62, § 2º, da Lei n.º 8.112/90; III) apurar as diferenças pagas a mais, com vista ao respectivo ressarcimento ao erário, nos termos do artigo 46 da Lei n.º 8.112/90; IV) autenticar os atos de fls. 37/41; V) tornar sem efeito os documentos substituídos; VI) examinar a possibilidade de aplicação do disposto no item 3.1.4 da Decisão n.º 3395/99-TCDF, adotada no Processo n.º 3871/96 ao presente caso.

PROCESSO Nº 3555/93 (apenso o de nº 030.000.217/92) - Pensão civil concedida a MARIA JOSÉ OZÓRIO DE MORAIS e outros-SEA. - DECISÃO Nº 8015/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: 1) considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame; 2) determinar à SEA/DF que providencie a regularização dos autos, o que será objeto de verificação em futura auditoria, na forma a seguir indicada: a) retificar o ato concessório para fundamentar o benefício no artigo 5º, inciso I, alínea "a", e inciso II, alínea "a", da Lei n.º 3.373/58 e no art. 40, § 5º, da CRFB a contar de 04/10/91; b) refazer o título de pensão de fl. 18-apenso, considerando o benefício (ônus integral do GDF) a contar da data do óbito (04/10/91), observando para cálculo de seu rateio o que consta do item anterior, sem prejuízo dos ajustes financeiros pertinentes; c) corrigir a parcela ATS com base no percentual de 30%; d) tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 3654/93 (apensos os de nºs 4596/84 e 030.011.737/89) - Pensão civil concedida a ELIZABETH AMANTHÉA SILVA ROCHA-SEA. - DECISÃO Nº 8016/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I. considerar legal, para fins de registro, a concessão com base na Lei n.º 6.782/80, bem como a revisão e integralização da pensão; II. determinar à SEA que, posteriormente, promova a regularização dos autos, o que será objeto de verificação em futura auditoria, na seguinte forma: a) refazer o Título de Pensão de fl. 110, a fim de considerar o instituidor posicionado no cargo de Técnico de Administração Pública, 1ª Classe, Padrão II, com efeito a contar de 16/7/90; b) refazer o Título de Pensão de fl. 112, para alterar o percentual de ATS para 30%; c) juntar declaração da NOVACAP, informando o valor da função EC-03 em setembro/89; d) providenciar a apuração e o ressarcimento ao erário das quantias pagas indevidamente, verificadas no título de pensão de fl. 112; e) tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 3692/93 (apenso o de nº 030.012.378/92) - Aposentadoria de PEDRO LOPES DA SILVA-SEA. - DECISÃO Nº 8017/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: 1. considerar legal, para fins de registro, a concessão de aposentadoria em exame; 2. informar à jurisdicionada que a servidora poderá pleitear a incidência da Gratificação de Atividade sobre o maior vencimento da Classe Especial, à vista do disposto na Lei nº 174/91, com reflexos na parcela ATS.

PROCESSO Nº 4025/93 (apensos os de nºs 1713/91 e 030.009.908/92) - Pensão civil concedida a OSVALDINA MARIA DE MENEZES CHAVES e outras-SEA. - DECISÃO Nº 8018/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu determinar o retorno dos autos à Secretaria de Administração do Distrito Federal para que, em sessenta dias, adote as seguintes providências: 1) juntar aos autos a sentença judicial referente à separação do ex-servidor de Maria Conceição Chaves; 2) anexar declaração de não-acumulação ou acumulação lícita de pensão, com base no art. 225 da Lei n.º 8.112/90; 3) fazer a juntada do processo de revisão que substitui a vantagem do inciso I pela do inciso II, do art. 184 da Lei n.º 1.711/52.

PROCESSO Nº 4585/93 (apenso o de nº 030.000.114/92) - Pensão civil concedida a MARGARIDA RODRIGUES DE OLIVEIRA e outros-SEA. - DECISÃO Nº 8019/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: 1) considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame; 2) determinar à SEA/DF que providencie a regularização dos autos, o que será objeto de verificação em futura auditoria, na forma a seguir indicada: a) retificar o ato concessório para fundamentar o benefício no artigo 5º, inciso I, alínea "a" e inciso II, alínea "a" da Lei n.º 3.373/58 e art. 40, § 5º, da CRFB a contar de 21/06/91; b) refazer o título de pensão de fl. 13-apenso considerando o benefício (ônus integral no GDF) a contar da data do óbito (21/06/91) observando para cálculo de seu rateio o que consta do item anterior; c) anexar aos autos certidões emitidas pela NOVACAP e pelo Ministério do Exército, referentes aos períodos de 21/06/58 a 08/11/65 e de 07/02/55 a 08/02/56, respectivamente; d) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 4821/93 (apensos os de nºs 3487/90 e 030.016.735/91) - Pensão civil concedida a ADALGIZA MARIA DE SOUSA e outro-SEA. - DECISÃO Nº 8020/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, devendo a Secretaria de Administração, posteriormente, providenciar a regularização dos autos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: I) retificar o ato concessório para inclusão em sua fundamentação legal do artigo 40, § 5º, da Constituição Federal; II) incluir como beneficiários da pensão os filhos Marcelo e Márcia Silva de Sousa, conforme Súmula n.º 31/TCDF; III) elaborar novo título de pensão, em substituição ao de fl. 16 do apenso n.º 030.016.735/91, para: a) corrigir o rateio do benefício, com ônus integral para o GDF, sem prejuízo dos ajustes financeiros pertinentes; b) considerar a vigência a partir do óbito, 23/10/91; c) incluir no rateio da pensão temporária os filhos Marcelo e Márcia Silva de Sousa; d) tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 5517/93 - Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Obras do Distrito Federal para apurar responsabilidades por divergências verificadas nos inventários de bens patrimoniais referentes aos exercícios de 1991 e 1992. - DECISÃO Nº 8021/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu autorizar: I) a Secretaria de Fazenda do Distrito Federal a promover a baixa contábil na conta "Responsáveis por Danos", referente à inscrição de Paulo Albuquerque da Costa, Joana A. C. de Souza, Colbert Gadia, Osvaldo Rocha Miranda, Euclides Paiva de Oliveira e José Cavalcante Santana, em razão do tratado nos Processos nºs 030.009.946/94 e 030.003.857/93; II) o retorno dos autos à 2ª ICE, para cumprimento do item III da Decisão n.º 5920/98.

PROCESSO Nº 4152/94 - Aposentadoria de MARIANA CARDOSO MACHADO-FEDF. - DECISÃO Nº 8022/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, determinou o retorno dos autos à FEDF, em nova diligência, para que, no prazo de 60 dias, sejam adotadas as seguintes providências: a) requerer à Secretaria de Educação do Piauí os documentos constantes do Processo n.º 14000 - 02492/93, que dão respaldo à averbação de tempo de serviço efetuada por aquele órgão, onde constem as faltas, licenças e outros afastamentos relativos aos períodos de 01/03/68 a 30/11/69 e 10/03/71 a 30/11/72; b) autenticar as fls. 54 e 55.

PROCESSO Nº 4873/94 - Aposentadoria de DALVA MARIA DA LUZ BARRETO E SILVA-FEDF. - DECISÃO Nº 8023/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, devendo a FEDF, posteriormente, retificar o ato de fl. 15 (alterado pelo de fls. 52/5), para considerar o fundamento dos "quintos", nos termos do art. 2º , §§ 1º e 3º, da Lei n.º 6732/79 e alterações.

PROCESSO Nº 3516/95 (apenso o de nº 061.030.209/95) - Aposentadoria de TEREZINHA MARANHÃO DE FREITAS-FHDF. - DECISÃO Nº 8024/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3895/95 (apenso o de nº 061.000.442/95) - Aposentadoria de LIDIS MARIA FERREIRA DE ALMEIDA-FHDF. - DECISÃO Nº 8025/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, devendo a Fundação Hospitalar, posteriormente, retificar o ato concessório de fl. 17-ap., para fazer constar o nome da servidora como "LIDIS MARIA FERREIRA DE ALMEIDA" em acordo com a Certidão de Casamento de fl. 16-ap e o documento de identidade de fl. 2-ap., o que será objeto de averiguação em futura auditoria.

PROCESSO Nº 4289/95 (apenso o de nº 061.027.941/94) - Aposentadoria de MARIA NAZARÉ DE CARVALHO-FHDF. - DECISÃO Nº 8026/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3603/96 (apenso o de nº 061.023.758/95) - Aposentadoria de MARIA MADALENA DUARTE-FHDF. - DECISÃO Nº 8027/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3614/96 (apenso o de nº 061.023.231/95) - Aposentadoria de PEDRO JESUINO DE SOUZA-FHDF. - DECISÃO Nº 8028/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, considerou legal, para fins de registro, a aposentadoria de Pedro Jesuino de Souza, matrícula n.º 103.896-6/FHDF, devendo a Fundação Hospitalar, posteriormente, providenciar a regularização dos autos, como a seguir indicada, o que será objeto de averiguação em futura auditoria: I) renumerar os documentos acostados, a partir da fl. 19-apenso, inclusive; II) elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 35-ap., observando a Decisão Normativa n.º 02/93-TCDF, a fim de considerar o cálculo da parcela denominada "triênio" no percentual de 2%, atentando para os reflexos dessa correção na totalidade dos proventos; III) apurar as quantias percebidas indevidamente para fins de ressarcimento ao erário, nos termos do artigo 46 da Lei n.º 8.112/90, fazendo constar dos autos a correspondente planilha de cálculos; IV) tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 5500/96 (apenso o de nº 082.021.125/95) - Aposentadoria de MARIA DO SOCORRO LIMA PACHECO-FEDF. - DECISÃO Nº 8029/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta, em parte, a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: 1) considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame; 2) informar à FEDF que a interessada poderá exercitar o direito de pleitear o cálculo da parcela TIDEM sobre o valor do vencimento integral, bem como a incorporação da Gratificação de Regência de Classe.

PROCESSO Nº 6733/96 (apenso o de nº 061.044.163/96) - Aposentadoria de GERACI MARIA RIBEIRO-FHDF. - DECISÃO Nº 8030/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, determinando à Fundação Hospitalar que, posteriormente, providencie a regularização dos autos, na forma abaixo indicada, o que será objeto de averiguação em futura auditoria: a) elaborar novo Demonstrativo de Tempo de Serviço, em substituição ao de fl. 17-ap., para considerar os 1.463 dias prestados à Prefeitura Municipal de Ipueiras, Ceará – (fl. 11-ap) -, apenas para efeito de aposentadoria, visto que a servidora foi admitida quando já vigorava no Distrito Federal a Lei n.º 8.112/90, tudo de acordo com as Decisões/TCDF nos Processos nºs 410/95 (S.O n.º 3121/95) e 4942/94 (S.O n.º 3141, de 29/2/96); b) elaborar novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 20-ap., observando a Decisão Normativa n.º 2/93-TCDF, a fim de calcular o ATS em 3%, em conformidade com o item anterior; c) tornar sem efeito os documentos substituídos; d) apurar as quantias pagas a mais a título de Adicional por Tempo de Serviço – ATS -, providenciando o ressarcimento ao erário, nos termos do artigo 46 a Lei n.º 8.112/90.

PROCESSO Nº 7222/96 (apenso o de nº 137.000.191/96) - Aposentadoria de PAULO NEVES-SEA. - DECISÃO Nº 8031/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, determinou à SEA que, no prazo de 60 dias, adote as seguintes providências: a) retificar o ato de fl. 18, para fundamentar as vantagens incorporadas com base no art. 7º da Lei nº 1004/96, regulamentada pelo Decreto nº 17.182/96 (item 3.2 da Decisão nº 3395/99); b) esclarecer quanto ao correto posicionamento do servidor, vez que no ato concessório consta 1ª Classe, Padrão IV, enquanto no abono provisório (fl. 53), Classe Especial, Padrão I, bem como à progressão consignada no documento de fl. 51, em data posterior à aposentação; c) caso esteja correto o posicionamento constante do ato concessório, refazer o abono provisório de fl. 53, transformando de "quintos" para "décimos" as vantagens previstas na Lei nº 1004/96 e retificando os demais valores; d) apurar as eventuais diferenças pagas a mais, com vista ao respectivo ressarcimento ao erário, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/90; e) tornar sem efeito os documentos porventura substituídos.

PROCESSO Nº 7513/96 (apenso o de nº 082.002.026/96) - Aposentadoria de VALDEMIR MATIAS DA SILVA-FEDF. - DECISÃO Nº 8032/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: 1) considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame; 2) informar à FEDF que a interessada poderá exercitar o direito de pleitear a incorporação da "Gratificação de Regência de Classe", já que há indícios de que faria jus a esse acréscimo.

PROCESSO Nº 7989/96 (apenso o de nº 082.010.653/95) - Aposentadoria de GABRIELA DA CONCEIÇÃO MOREIRA-FEDF. - DECISÃO Nº 8033/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, determinou à FEDF que, no prazo de 60 dias, adote as seguintes providências: a) verificar em que condições ocorreu o exercício do cargo de agente administrativo no Ministério do Trabalho, se foi concomitante com o de professor na FEDF, em especial, a natureza das funções exercidas no Ministério e a compatibilidade de horários de trabalho, apurando se houve averbação em duplicidade de tempo de serviço nas duas entidades; b) anexar comprovante do direito à "Gratificação de Titulação" (Lei n.º 771/96); c) refazer o abono provisório de fl. 38, a fim de corrigir o valor total dos proventos; d) tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 8160/96 (apenso o de nº 082.009.031/96) - Aposentadoria de OFÉLIA APARECIDA DE FIGUEIREDO-FEDF. - DECISÃO Nº 8034/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: 1) considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame; 2) informar à FEDF que a interessada poderá exercitar o direito de pleitear a contagem de 1.173 dias, prestados ao MEC e à FUNAI, para efeito de ATS, mediante apresentação das respectivas certidões, bem como a incorporação da Gratificação de Regência de Classe, já que há indícios de que faria jus a esses acréscimos.

PROCESSO Nº 2033/97 (apenso o de nº 061.027.602/96) - Aposentadoria de ENOCK MARTINS DE BRITO-FHDF. - DECISÃO Nº 8035/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: 1) considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame; 2) determinar à FHDF que, posteriormente, promova a regularização dos autos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) refazer o demonstrativo de fl. 23, a fim de retificar o tempo de serviço prestado à FHDF, no "resumo do tempo de serviço", de 9341 para 9391 dias e, por conseguinte, o ATS de 27% para 28%, apondo a data de confecção e a assinatura; b) refazer o abono provisório de fl. 25, para ajustar as parcelas de triênio e de ATS, consignando-as em 2% e 28%, respectivamente; c) renumerar os documentos acostados a partir da fl. 24-ap (cadastro fixando o percentual do ATS) exclusive; d) tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 3911/97 (apenso o de nº 101.000.123/95) - Prestação de contas de subvenção social repassada pela Fundação do Serviço Social do Distrito Federal à Casa Transitória de Brasília - Lar da Criança de Lourdes. - DECISÃO Nº 8036/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 0854/98 (apenso o de nº 061.027.528/97) - Aposentadoria de VERA LUCI CARNIATO SANTINONI-FHDF. - DECISÃO Nº 8037/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: 1) considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame; 2) determinar à FHDF que, posteriormente, promova a regularização dos autos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) refazer o abono provisório de fl. 25, para consignar a parcela "Decisão Judicial PCCS - INAMPS" de forma proporcional, observando os reflexos da retificação no cálculo das demais rubricas; b) apurar as quantias pagas indevidamente à servidora, para fins de ressarcimento, nos

termos do art. 46 da Lei n.º 8.112/90, em decorrência do item anterior; 3) informar à FHDF que o período de trabalho prestado à Secretaria de Estado de Saúde/RJ e a residência levada a efeito no Hospital Universitário Pedro Ernesto, averbados consoante informação de fl. 04-v.ap., podem ser computados para fins de ATS.

PROCESSO Nº 1160/98 (apenso o de nº 061.039.429/97) - Aposentadoria de ADEMILDE ESTEVAM DE LIMA-FHDF. - DECISÃO Nº 8038/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 2249/98 (apenso o de nº 095.000.908/98) - Tomada de contas especial instaurada pela Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília para apurar responsabilidades por pagamentos a ex-empregados sem direito a crédito. - DECISÃO Nº 8039/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I) tomar conhecimento do Processo n.º 095.000.908/98 e dos documentos acostados às fls. 23/72; II) considerar cumprido o item II da Decisão n.º 2744/98 (fl. 1) e regular o pagamento efetuado aos ex-servidores a seguir indicados, decorrente do Processo judicial n.º 541/89 - 5ª JCJ/DF: Aldecir Serafim de Lima Danúsio Mariano da Silva Evandro P. de Mendonça José Adhail Ferreira José S. Tadeu Timóteo Manoel de Lima Barbosa Raimundo R. de Santana; III) determinar à TCB que: a) adote medidas com vista a obter o ressarcimento de importância correspondente a 359,6909 UFIR's, proveniente do pagamento indevido da URP de fevereiro de 1989 aos ex-empregados Carlos Humberto S. de Oliveira e Milton Pereira da Silva, os quais não faziam jus ao crédito decorrente do Processo nº 541/89 - 5a JCJ/DF, sendo responsáveis solidários a Chefe do Serviço Jurídico, Sandra Alexandre Pereira, por omissão, e os beneficiários antes referidos; b) observe em relação ao débito, as prescrições estabelecidas nos arts. 12 e 14, incisos I a VIII e § 1º deste último, da Resolução n.º 102/98 - TCDF, *por se tratar de valor inferior a 3.300 UFIR's, elaborando o pertinente demonstrativo, a ser anexado* à Prestação de Contas Anual; IV) dar ciência à Secretaria de Fazenda do Distrito Federal desta decisão, em face da emissão do Certificado de Auditoria n.º 115/98 - DAIN/SUAUD (fl. 106-ap.); V) autorizar a devolução do apenso à origem e a inclusão dos autos em roteiro de auditoria para o acompanhamento.

PROCESSO Nº 2285/98 (apenso o de nº 061.036.045/98) - Aposentadoria de JOÃO FERREIRA DA SILVA-FHDF. - DECISÃO Nº 8040/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3133/98 (apenso o de nº 061.030.669/97) - Aposentadoria de SUELY SILVA TEIXEIRA-FHDF. - DECISÃO Nº 8041/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 4197/98 - Representação Conjunta nº 29/98 - MP, do Ministério Público junto à Corte, versando sobre a constitucionalidade da Lei nº 2.057/98. - DECISÃO Nº 8042/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou o envio dos autos à 1ª Inspetoria de Controle Externo para instruí-los.

PROCESSO Nº 4199/98 - Representação Conjunta nº 32/98 - MP, do Ministério Público junto à Corte, versando sobre a constitucionalidade da Lei nº 1.974/98. - DECISÃO Nº 8043/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou o envio dos autos à 1ª Inspetoria de Controle Externo para instruí-los.

PROCESSO Nº 4202/98 - Representação nº 11/98 - MP, do Ministério Público junto à Corte, versando sobre a constitucionalidade da Lei Complementar nº 144/98. - DECISÃO Nº 8044/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou o envio dos autos à 1ª Inspetoria de Controle Externo para instruí-los.

PROCESSO Nº 4286/98 - Representação Conjunta nº 34/98, do Ministério Público junto à Corte, versando sobre a *apreciação da constitucionalidade da Lei nº 2026/98. - DECISÃO Nº 8045/99.- O* Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou o envio dos autos à 1ª Inspetoria de Controle Externo para instruí-los.

PROCESSO Nº 4444/98 - Representação Conjunta nº 38/98 - MP, do Ministério Público junto à Corte, versando sobre a constitucionalidade da Lei Complementar nº 126/98. - DECISÃO Nº 8046/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou o envio dos autos à 1ª Inspetoria de Controle Externo para instruí-los.

PROCESSO Nº 4505/98 - Representação Conjunta n.º 37/98, do Ministério Público junto a esta Corte, versando sobre a apreciação da constitucionalidade da Lei Complementar n.º 120, de 28 de julho de 1998, especialmente sob " *os prismas da vedação à subvenção de atividade religiosa, com possível prejuízo ao erário e possível afronta ao* constitucional princípio da licitação pública". - DECISÃO Nº 8047/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou o envio dos autos à 1ª Inspetoria de Controle Externo para instruí-los.

PROCESSO Nº 4916/98 (apenso o de nº 082.001.170/98) - Aposentadoria de EDNA DE SOUZA SIQUEIRA-FEDF. - DECISÃO Nº 8048/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, determinou o retorno dos autos à FEDF, em nova diligência, para que, no prazo de 60 dias, sejam adotadas as seguintes providências: a) oficiar à Prefeitura Municipal de Luziânia, requerendo esclarecimentos acerca dos motivos que impossibilitaram a regular expedição da certidão inerente ao tempo de serviço prestado no período de 05/02/69 a 20/11/73 (fl. 06-ap.), à vista da alegação da servidora de que o arquivo da Prefeitura foi incinerado (fls. 42/5), bem como acrescentar (se houver) outros elementos materiais de prova do tempo de serviço prestado, vez que o atestado mediante Justificação Judicial deve enquadrar-se em uma das exceções previstas no Enunciado/TCDF n.º 27; b) comunicar desde já à servidora que, caso não seja atendido o disposto no item anterior, a concessão em tela será considerada ilegal por falta de requisito temporal.

PROCESSO Nº 0711/99 (apenso o de nº 082.016.173/98) - Aposentadoria de JURANDIR DIAS DE SOUZA-FEDF. - DECISÃO Nº 8049/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 1133/99 (apenso o de nº 082.018.212/98) - Pensão civil concedida a MARIA NEUSA DOS SANTOS TELES e outras-FEDF. - DECISÃO Nº 8050/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: 1) considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame; 2) determinar à FEDF que, posteriormente, promova a regularização dos autos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) retificar o ato de fl. 16 para corrigir o nome da pensionista vitalícia Maria Neusa dos Santos Teles; b) refazer o título de pensão de fl. 22 para corrigir o nome da pensionista vitalícia Maria Neusa dos Santos Teles; c) tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 1577/99 (apenso o de nº 061.006.314/98) - Aposentadoria de MARIA DE FÁTIMA MACHADO VIDAL-FHDF. - DECISÃO Nº 8051/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro a concessão em exame, determinando à Fundação Hospitalar que, posteriormente, proceda a regularização dos autos, como a seguir, o que será objeto de averiguação em futura auditoria: a) elaborar novo Abono provisório, em substituição ao de fl. 32 ap., a fim de excluir a parcela denominada "Complemento de Salário Mínimo", calculando as demais, à exceção do ATS, na proporção de 4/30 e, subseqüentemente, conceder uma parcela denominada "Complemento Salarial/art.191 da Lei n.º 8.112/90" para ajuste do total do abono a 1/3 da remuneração percebida pela aposentada na atividade, excluindo-se o valor a título de insalubridade; b) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 1742/99 - Análise de relatórios do SISCOEX do Arquivo Público do Distrito Federal - ArPDF, referente ao exercício de 1998. - DECISÃO Nº 8052/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) tomar conhecimento dos Relatórios do Sistema SISCOEX/exercício de 1988, relativos ao Arquivo Público do Distrito Federal, da Inspeção realizada, bem como dos documentos anexados (fls. 22 a 45); b) considerar irregular a celebração do Contrato n.º 02/98, por constituir prorrogação contrária aos termos do art. 24, inc. IV, da Lei n.º 8.666/93; c) deixar de deliberar quanto à apenação dos responsáveis pela irregularidade, em face dos motivos expostos pela instrução; d) autorizar o retorno dos autos à 2ª ICE para juntada ao processo de Tomada de Contas Anual do ArPDF, relativo ao exercício de 1998.

PROCESSO Nº 2109/99 (apenso o de nº 061.039.682/98) - Aposentadoria de CECÍLIA DA SILVA-FHDF. - DECISÃO Nº 8053/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 2164/99 (apenso o de nº 082.000.638/99) - Aposentadoria de MARIA ABADIA CABRAL MONTEIRO-FEDF. - DECISÃO Nº 8054/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, a concessão em exame, devendo a Fundação Educacional, posteriormente, providenciar a retificação do ato, a fim de acrescentar à sua fundamentação legal o § 8º do artigo 40 da Constituição Federal, alterado pelo artigo 1º da E.C n.º 20/98, de 16/12/98, o que será objeto de averiguação em futura auditoria.

PROCESSO Nº 2519/99 - Representação Conjunta n.º 19/99, do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, versando sobre a apreciação da constitucionalidade da Lei n.º 2.235/98. - DECISÃO Nº 8055/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu negar acolhimento à Representação Conjunta n.º 019/99-MP, determinando o arquivamento do processo.

RELATADOS PELO AUDITOR JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

PROCESSO Nº 3863/83 (apensos os de nºs 3092/84, 1617/85, 4052/86 e 6 volumes e anexo o de nº 2653/88) - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens. - DECISÃO Nº 8056/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo *em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento dos documentos de fls. 355/357; II - determinar o* arquivamento dos autos, bem como a devolução dos feitos apensos à origem.

PROCESSO Nº 3536/86 (apenso o de nº 2393/87) - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Zoobotânica do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua carga patrimonial. - DECISÃO Nº 8057/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução, determinou o arquivamento dos autos e a devolução do processo apenso à origem.

PROCESSO Nº 3146/87 (apenso o de nº 2944/89) - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens de sua carga patrimonial. - DECISÃO Nº 8058/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução, tomou conhecimento dos documentos de fls. 90/97 e determinou o arquivamento dos autos, bem como a devolução do processo apenso à origem.

PROCESSO Nº 3183/87 (anexo o de nº 3294/91) - Revisões dos proventos da aposentadoria de MARIA DA CRUZ LUSTOSA BRITO-SE. - DECISÃO Nº 8059/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legais, para fins de registro, os atos concessórios.

PROCESSO Nº 1251/88 (apenso o de nº 007.500.373/87) - Tomada de contas especial instaurada pela Sociedade de Abastecimento de Brasília para apurar responsabilidades pela quebra de estoque verificada na unidade de venda denominada SUV-09. - DECISÃO Nº 8060/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução, tomou conhecimento do documento de fls. 65/66 e determinou o arquivamento dos autos, bem como a devolução do processo apenso à origem.

PROCESSO Nº 2446/88 - *Tomada de contas especial instaurada pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão* Rural do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua carga patrimonial. - DECISÃO Nº 8061/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução, determinou o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 0799/91 - Aposentadoria de LUIZ GONZAGA LIMA-SEF. - DECISÃO Nº 8062/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, devendo a Secretaria de Fazenda do Distrito Federal, posteriormente, juntar aos autos o demonstrativo dos valores pagos a mais, decorrentes da incorreta proporcionalidade obtida com a contagem em duplicidade do tempo de serviço prestado ao CASEB/MEC, indicando o montante a ser ressarcido pelo servidor, nos termos do art. 46 da Lei nº8.112/90, o que será objeto de verificação em futura auditoria.

PROCESSO Nº 2820/91 - Revisão dos proventos da aposentadoria de SEBASTIÃO RODRIGUES DA CUNHA-SEA - DECISÃO Nº 8063/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento dos documentos de fls. 44 e 51/79; b) considerar legal, para fins de registro, a revisão em exame.

PROCESSO Nº 3362/91 (apenso o de nº 323/93) - Aposentadoria de FRANCISCO MENDES GARCIA-FSS. - DECISÃO Nº 8064/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu converter o julgamento dos autos em diligência saneadora, para que a Fundação do Serviço Social do DF, no prazo de sessenta (60) dias, adote as seguintes providências: I - elabore novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 09, para excluir o período de 11.10.1965 a 25.05.1968, haja vista ter sido aproveitado em outra aposentadoria; II - elabore abono provisório, em substituição ao de fl. 37, observando a Decisão Normativa nº 02/93 - TCDF, a fim de adequar o percentual de adicional por tempo de serviço ao apurado na forma do item I; III - apure as quantias pagas a mais para fins de ressarcimento ao erário, a título de ATS, na forma prevista no art. 46 da Lei nº 8.112/90; IV - torne sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 4439/91 - Aposentadoria de LUCIDIO SEBASTIÃO LOURENÇO-FZDF. - DECISÃO Nº 8065/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 5518/91 - Aposentadoria de MARIA DO SOCORRO FONSECA CUNHA-FEDF. - DECISÃO Nº 8066/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta, em parte, a instrução, considerou legal a concessão em exame, com a recomendação de, posteriormente: a) acostar aos autos documentação que comprove o direito à percepção da Gratificação de Titularidade (Lei nº 66/89); b) elaborar abono provisório, em substituição ao de fl. 15, observando a Decisão Normativa nº 02/93 - TCDF, a fim de fazer constar separadamente as parcelas "Proventos" e "Gratificação de Titularidade"; c) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 7125/91 - Aposentadoria de NEZILIA MARIA DE MACEDO SOUSA-FEDF. - DECISÃO Nº 8067/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 1062/92 - Aposentadoria de MARIA TERESA ALVIM GOMES-FEDF. - DECISÃO Nº 8068/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 1345/92 - Aposentadoria de ELIZINETE MARIA CHAVES DE HOLANDA-FEDF. - DECISÃO Nº 8069/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução, reiterando o ordenado na Decisão nº 2471/95, decidiu determinar o retorno dos autos à Fundação Educacional do DF, em nova diligência, para que, no prazo de sessenta (60) dias, sejam adotadas as providências seguintes: I) solicitar que a servidora providencie Certidão de Tempo de Serviço, junto ao INSS, referente à sua atuação como professora rural da Prefeitura de Caxias/MA, no período de 01.03.65 a 28.02.77 (fl. 08/10), ou apresente comprovação desse tempo por meio de justificação judicial, atentando que o Enunciado nº 27 da Súmula da Jurisprudência desta Corte orienta

que "o tempo de serviço público comprovado por justificação judicial somente será aceitável quando circunstâncias especiais, como sinistro, roubo ou extravio de documentos impossibilitem a regular expedição de Certidão própria"; II) comunicar desde já à servidora que, caso não seja atendido o disposto no item I, a concessão em exame será considerada ilegal por falta de requisito temporal.

PROCESSO Nº 2922/92 - Aposentadoria de LEOPOLDINA LUZIA CARNEIRO-FHDF. - DECISÃO Nº 8070/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução, considerou legal a concessão em exame, com a recomendação de, posteriormente: a) confeccionar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 66, observando a Decisão Normativa nº 02/92 - TCDF, a fim de que corresponda às tabelas de vencimentos e de cargos comissionados vigentes em dez/91, com as parcelas "representação mensal" e "vencimento mensal" (opção) proporcionais a 28/30; b) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 5195/92 - Aposentadoria de ROSA MARIA DE AMORIM-FEDF. - DECISÃO Nº 8071/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 5540/92 - Aposentadoria de NÉZIA VIEIRA RODRIGUES-FEDF. - DECISÃO Nº 8072/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 0030/93 - Aposentadoria de EULINA TEREZA BONIFÁCIO SOUTO-FEDF. - DECISÃO Nº 8073/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 0042/93 - Aposentadoria de ANTÔNIO OLYNTO LEONI DE SOUZA-FHDF. - DECISÃO Nº 8074/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame, dispensando a comprovação do tempo exercido no regime de 40 horas, em razão da natureza da inativação que impossibilita o interessado de atender a essa exigência; II - determinar à FHDF, nos termos do art. 11, §§ 1º e 2º, da Resolução nº 101/98-TCDF, que promova a regularização dos autos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 13, observando a Decisão Normativa nº 02/93 - TCDF, a fim de calcular as parcelas integrantes do abono provisório sobre o regime de 40 horas, utilizando o vencimento do mês da concessão (junho/92); b) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 1619/93 - Aposentadoria de MARIA DE JESUS NASCIMENTO-FEDF. - DECISÃO Nº 8075/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 1693/93 - Aposentadoria de ELIZABET GARCIA CAMPOS-FEDF. - DECISÃO Nº 8076/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução, determinou o retorno dos autos à Fundação Educacional do DF, em diligência, para que, no prazo de sessenta (60) dias, sejam adotadas as seguintes providências: I) esclarecer qual a carga horária exercida pela servidora nos cargos efetivos, a fim de se verificar se houve compatibilidade de horários durante todo o período que acumulou os dois cargos, um na ENAP: Técnico de Nível Superior, e outro na FEDF: Professor, quando em atividade, qual seja de 01.07.84 a 30.06.87 (fl. 18) e de 01.07.87 (admitida pela Portaria nº 74/87, no mesmo cargo - fl. 80) até a data de sua aposentadoria na FEDF (20.01.93); II) informar se os cargos comissionados ocupados pela servidora na FUNCEP, a partir de 16.07.87 até 17.10.90 e no INCRA, de 18.10.90 a 31.12.90 (requisitada da FUNCEP - fl. 30) permaneceram vinculados à matrícula da FEDF ou à matricula que detinha na FUNCEP, haja vista que, conforme noticiado à fl. 07-v, a servidora reassumiu suas funções na FEDF de 16.07.87 a 25.01.89, quando então foi requisitada à Secretaria de Administração, tendo reassumido novamente suas funções no período de 13.02.90 até 10.01.91, quando foi novamente requisitada à SEA, com ônus para a FEDF, levando-se em conta que o entendimento desta Corte, consoante laborioso pronunciamento do Conselheiro Osvaldo Rodrigues de Souza, exarado na Decisão nº 3140/97, Processo nº 6710/91, é no sentido de que a vantagem denominada 'quintos' somente será devida, no âmbito da Fundação Educacional, se o exercício dos cargos ou funções de confiança considerados for vinculado à matrícula referente ao cargo permanente de Professor do Quadro de Pessoal da FEDF; III) verificar se a servidora utilizou ou não os períodos de 01.07.88 a 31.12.90, em que exerceu cargos comissionados na esfera federal, para fins de incorporação de quintos na FUNCEP.

PROCESSO Nº 5351/93 (apenso o de nº 101.001.177/93) - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação do Serviço Social do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua carga patrimonial. - DECISÃO Nº 8077/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução, tomou conhecimento do documento de fls. 50/51 e determinou o arquivamento dos autos, bem como a devolução do processo apenso à origem.

PROCESSO Nº 7553/93 - Aposentadoria de MIRIA LOPES GUIMARÃES CAVALCANTE-FEDF. - DECISÃO Nº 8078/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, a concessão em apreço, devendo a Fundação Educacional do DF, posteriormente, promover a regularização dos autos, na forma abaixo indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: I - elaborar abono provisório, em substituição ao de fl. 29, observando a Decisão Normativa nº 02/93 - TCDF, a fim de excluir a parcela Gratificação de Regência de Classe (20%), vez que, de acordo com a Decisão nº 2283/98, Processo nº 4528/95, a servidora faz jus à GRC no percentual de 20% somente a partir da Lei nº 696/94 (01.01.94) e o abono data de 13.10.93; II - tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 7558/93 - Aposentadoria de ENENIR PORTO COUTINHO SARAIVA-FEDF. - DECISÃO Nº 8079/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 1856/94 - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação do Serviço Social do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua propriedade. - DECISÃO Nº 8080/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução, tomou conhecimento dos documentos de fls. 41/44 e determinou o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 1938/94 - Aposentadoria de MARIA DA CONSOLAÇÃO ANDRADE-FEDF. - DECISÃO Nº 8081/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 1959/94 - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua propriedade. - DECISÃO Nº 8082/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução, tomou conhecimento dos documentos de fls. 42/46 e determinou o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 3819/94 (apensos os de nºs 828/94, 1008/94, 1044/94, 1045/94, 1046/94, 1048/94, 1178/94 e 5661/94) - Termos de Permissão de Uso celebrados entre a Companhia Imobiliária de Brasília e terceiros. - DECISÃO Nº 8083/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: I) conhecer do Of. nº 056/99PRESI-TERRACAP; II) considerar parcialmente cumprida a Decisão-TCDF nº 8107/98, restando por cumprir o item "I", "c"; III) autorizar a 3ª ICE a realizar auditoria, em momento oportuno nos procedimentos de negociação da dívida dos permissionários inadimplentes junto à TERRACAP.

PROCESSO Nº 5023/94 - Aposentadoria de EDSON LOPES RODRIGUES-FHDF. - DECISÃO Nº 8084/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, a concessão em exame, devendo a Fundação Hospitalar do DF, posteriormente, promover a renumeração dos autos, a partir do documento de fls. 27.

PROCESSO Nº 5357/94 (anexos os de nºs 1742/91 e 3608/91) - Aposentadoria de JOSÉ BARBOSA-SEF. - DECISÃO Nº 8085/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3784/95 (apenso o de nº 050.000.868/96) - Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelos prejuízos causados em decorrência de pagamento de proventos de aposentadorias efetuados em desacordo com a lei. - DECISÃO Nº 8086/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento da tomada de contas especial; b) determinar a citação dos responsáveis, para, querendo, apresentar defesa.

PROCESSO Nº 4214/95 (apenso o de nº 131.000.134/95) - Tomada de contas especial instaurada pela Região Administrativa II - Gama para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de 394 (trezentos e noventa e quatro) litros de lubrificantes, que se encontravam sob a responsabilidade da Seção de Transportes - Divisão de Administração Geral, da RA-II. - DECISÃO Nº 8087/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, julgou irregulares as contas em exame e determinou a notificação dos responsáveis para recolherem o valor do débito.

PROCESSO Nº 1782/96 (apenso o de nº 073.000.162/96) - Aposentadoria de GEROSINA RODRIGUES-FZDF. - DECISÃO Nº 8088/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - determinar o retorno dos autos à Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, em nova diligência, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, sejam adotadas as seguintes providências: I.a) apure se por ocasião da transposição da interessada para a Carreira Administração Pública da FZDF (Leis nos 82/89 e 93/90) ocorreu redução salarial, comparando-se a remuneração total do antigo quadro, acrescida da vantagem "Dec. Judic. Plan. Bres. (58,90%)", com a do novo, e demonstrar a forma de apuração; I.b) elabore abono provisório, em substituição ao de fl. 12 - apenso, observando a Decisão Normativa nº 02/93 - TCDF, a fim de excluir a parcela "Dec. Judic. Plan. Bres. (58,90 %); e, se for o caso, incluir eventual diferença a menor verificada no procedimento determinado no item "I.a" como vantagem pessoal nominalmente identificada; I.c) torne sem efeito os documentos substituídos; II - em consonância com a Decisão nº 980/99, dispensar o ressarcimento das importâncias recebidas indevidamente a título de "vantagens celetistas", haja vista a boa-fé em sua percepção.

PROCESSO Nº 2098/96 - Auditoria programada realizada na Secretaria de Turismo do Distrito Federal com enfoque nas áreas de receita, enfatizando os aspectos operacionais e patrimoniais relacionados com o funcionamento da Torre de Televisão, do Camping de Brasília, do Museu do Catetinho, do Centro de Convenções e do Pavilhão de Feiras. - DECISÃO Nº 8089/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução, determinou à Secretaria de Turismo e Lazer do Distrito Federal que cumpra, no prazo de trinta (30) dias, o disposto no item "c" da Decisão nº 2272/99, alertando-a para a possibilidade de aplicação das sanções previstas no art. 57, incisos IV e VII, da Lei Complementar nº 01/94.

PROCESSO Nº 2673/96 (apenso o de nº 075.000.175/95) - Tomada de contas especial instaurada pela Sociedade de Abastecimento de Brasília para apurar responsabilidades pelo prejuizo decorrente da quebra de estoque sobre vendas ocorrida na Unidade de Vendas MM-11, constatada em 02.01.96. - DECISÃO Nº 8090/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento da tomada de contas especial em exame; II - relevar o atraso verificado na remessa do processo pela Secretaria de Fazenda do Distrito Federal; III - remeter à Secretaria de Fazenda do Distrito Federal cópias das 1ª e 3ª vias da NF nº 4049 (fls. 89/44, respectivamente), emitida por Eldorado Ind. e Com. de Carnes Ltda. (FRIBOI), que apresentam destinatários e valores diferentes (SAB-S.A. - R$ 1.274,92 e Supermercados Planalto Ltda., R$ 409,62, respectivamente) para as providências que julgar pertinentes; IV - determinar, com fundamento no art. 13, II, da Lei Complementar nº 94, a citação dos responsáveis para apresentarem defesa.

PROCESSO Nº 3740/96 (apensos 2 volumes) - Contrato nº 83/95 celebrado entre o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal e a firma EMSA - Empresa Sul Americana de Montagens S.A. - DECISÃO Nº 8091/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) reiterar a determinação contida no item "b" da Decisão nº 109/97, no sentido de que o DER-DF "exerça controle efetivo sobre as garantias contratuais prestadas de modo que estas venham a assegurar a cobertura por todo a execução até o recebimento definitivo da obra", alertando os dirigentes do DER-DF para o estabelecido nos arts. 178 e 182, VI do Regimento Interno deste Tribunal; b) considerar cumprida a última etapa de auditoria; c) autorizar, sem prejuízo de futuras averiguações, o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 5237/96 (apensos os de nºs 5238/96 e 5848/96) - Sindicâncias promovidas pelo Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal para apurar a ocorrência de irregularidades no âmbito daquele Instituto. - DECISÃO Nº 8092/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu determinar ao dirigente do IDHAB que cumpra, no prazo de trinta (30) dias, o disposto no item "I" da Decisão nº 7.179/98, alertando-o para a possibilidade de aplicação das sanções previstas no art. 57, incisos IV e VII, da Lei Complementar nº 01/94.

PROCESSO Nº 5388/96 - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal para apurar responsabilidades decorrentes da omissão na prestação de contas referente ao apoio financeiro concedido para o desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas. - DECISÃO Nº 8093/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento do Ofício nº 064/98-PRES/FAPDF, fl. 94, e demais documentos nas fls. 95 a 104; b) considerar atendida a diligência contida na Decisão nº 67/98; c) considerar encerrada a TCE em apreço, com fulcro no artigo 13, inciso I, da Resolução nº 102, de 15 de julho de 1998; d) autorizar o retorno dos autos à 1ª ICE, com vistas ao arquivamento.

PROCESSO Nº 7624/96 (apenso o de nº 011.000.309/96) - Aposentadoria de VIVICO ANTÔNIO PEDROZO-SEVJ. - DECISÃO Nº 8094/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3409/97 (apensos 2 volumes) - Auditoria realizada no Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos, em cumprimento à determinação constante da alínea "g", da Decisão nº 2.736/97. - DECISÃO Nº 8095/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) tomar conhecimento dos resultados da auditoria em exame; b) recomendar ao DMTU/DF que, doravante, ao elaborar os seus Editais de Licitação, faça constar: b1) a indicação dos recursos orçamentários que serão utilizados para o pagamento do objeto contratado, conforme dispõe o art. 14 da Lei nº 8.666/93; b2) a Minuta do Contrato a ser firmado com o licitante vencedor, consoante disposto no art. 40, § 2º, inciso III, da Lei nº 8.666/93; b3) a observação de que os documentos enumerados nos artigos 28 e 29, exclusive aqueles de que tratam os incisos III e IV, poderão ser substituídos pelo Certificado de Registro Cadastral, a teor do disposto no art.32, § 2º, da Lei nº 8.666/93; c) autorizar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 3838/98 (apenso o de nº 082.003.225/98) - Aposentadoria de FELICIANA CARDOSO DA SILVA-FEDF. - DECISÃO Nº 8096/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 0986/99 (apenso o de nº 082.007.838/98) - Aposentadoria de ESMERALDA ALVES DE OLIVEIRA CARLOS-FEDF. Aos autos juntou-se recurso apresentado pela interessada. - DECISÃO Nº 8097/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - conhecer do recurso em apreço como se pedido de reexame fosse; II - dar ciência à interessada e à Fundação Educacional do Distrito Federal do efeito suspensivo do recurso apresentado contra a Decisão n.º 4447/99, conforme estabelece o art. 1º c/c o art. 4º da Resolução N º 91, de 14 de outubro de 1997; III - determinar a remessa dos autos à 4ª ICE, para análise do mérito.

Encerrada a fase de julgamento de processos, o Senhor Presidente concedeu a palavra à Conselheira MARLI VINHADELI, que propôs a inserção em ata, no que teve a concordância dos demais membros do Plenário, de votos de congratulações com o Conselheiro RONALDO COSTA COUTO pela excelente matéria publicada na Revista "Palavra", edição de outubro de 1999, intitulada "NO OLHO DO FURACÃO, NO CORAÇÃO DO PODER".

Nada mais havendo a tratar, às 13 horas, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão. E, para constar, eu, ROBERTO PARENTONI MARTINS, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata -contendo 250 processos- que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros, Auditor e representante do Ministério Público junto à Corte.

FREDERICO AUGUSTO BASTOS, JOSÉ EDUARDO BARBOSA, RONALDO COSTA COUTO, MARLI VINHADELI, JORGE CAETANO, JOSÉ MILTON FERREIRA, JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS, MÁRCIA FERREIRA CUNHA FARIAS.

ANEXO

Processo: 2530/98-D1 (nº 082.000.105/98 – GDF e 5282/98)
Origem: Fundação Educacional do Distrito Federal
Natureza: Aposentadoria por Tempo de Serviço
Autuação: 15.06.98
Ementa:

1. Aposentadoria voluntária, com proventos proporcionais, de MÁRCIO BAIOCCHI FRACARI.
2. Contagem proporcional do tempo de efetivo magistério para aposentadoria comum, nos termos da Lei 1.864/98.
3. Afastada, por inconstitucional, a aplicação do § 3º do art. 1º da Lei 1.864/98. Ilegalidade da concessão. Autorização para inspeção (Decisão 8882/98 – fls. 85).
4. Sobrestado o Processo 1708/98 (Representação nº 06/98-CF), sobre a inconstitucionalidade em tese do referido dispositivo legal, até decisão final a ser adotada no Processo 2670/98.
5. Pedidos de reexame da FEDF (fls. 87/96), do servidor (fls. 98/108) e do SINPRO/DF (apenso 5282/98), conhecidos pelo Tribunal (Decisões 028/99 e 1130/99).
6. Improvimento dos recursos (Decisão 5112/99 – fls. 181).
7. Expediente do SINPRO/DF, conhecido como pedido de reexame da referida decisão. Deferimento do pedido de sustentação oral a que se refere o citado expediente, fixando-se a data de 28.09.99 para sua apresentação (Decisão 6033/99 – fls. 194).
8. Notificação dos interessados, observado o prazo regimental (art. 60, § 1º, RI/TCDF). Sustentação oral na Sessão de 28.08.99.
9. Subsistência das alegações apresentadas, no sentido de se conferir efeitos *ex-nunc* à decisão que negou aplicação ao artigo 1º, § 3º, da Lei 1.864/98. Ilegalidade do ato, em face da exclusão do período de demissão e posterior readmissão, sem prejuízo de que, com a averbação do tempo do Colégio Objetivo, possa o servidor inativar-se.

RELATÓRIO

Versam os autos sobre a aposentadoria de MÁRCIO BAIOCCHI FRACARI, matrícula nº 60.719-3, no cargo de Professor, Classe Única, Nível 03, Padrão 25I, do Quadro de Pessoal da FEDF, nos termos do artigo 41, inciso III, alínea "c" e § 4º, da LODF, c/c o artigo 1º, § 3º, da Lei nº 1.864, de 19.01.98, conforme Portaria de 04.03.98, publicada no DODF de 06.03.98 (fls. 55 e 110-processo 082.000.105/98).

Na Sessão de 10.11.98 (fls. 85), o Tribunal, acolhendo voto do Conselheiro Frederico Augusto Bastos, decidiu:

"I) considerando a prerrogativa deferida pela Súmula 347, do STF, afastar, por inconstitucional, a aplicação do art. 1º, § 3º da Lei-DF nº 1864, de 19.01.98, que regulamentou o art. 41, § 8º, da LODF;

II) considerar ilegal o ato de aposentadoria em apreço, por falta de requisito temporal, negando-lhe registro;

III) determinar à FEDF que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei (art. 78, X, da LODF);

IV) autorizar a 4ª ICE a realizar inspeção na FEDF, objetivando trazer ao conhecimento do Tribunal a existência de outras concessões, deferidas com base na legislação impugnada." **(Decisão 8882/98).**

Inconformados, a FEDF e o servidor, devidamente representados, interpuseram os pedidos de reexame de fls. 87/96 e 98/108, respectivamente, conhecidos na Sessão de 11.03.99 (Decisão nº 1130/99 – fls. 121), nos termos previstos na Resolução nº 91, de 14.10.97.

Por força ainda da citada Decisão nº 1.130/99, item I, promoveu-se a apensação aos autos do Processo nº 5282/98, que trata do pedido de reexame interposto pelo Sindicato dos Professores – SINPRO/DF contra a Decisão nº 8.882/98, acima transcrita, este conhecido nos termos da Decisão nº 028/99 (Apenso nº 5282/98 – fls. 50).

Apreciando o mérito das referidas peças recursais, esta Corte, na Sessão de 29.07.99 (fls. 181), acompanhando Voto que proferi, assim decidiu:

"(...)
II) negar provimento aos pedidos de reexame interpostos pela FEDF (fls. 87/96), pelo servidor (fls. 98/108) e pelo SINPRO/DF (fls. 02/40-apenso nº 5282/98), já conhecidos pelo Tribunal, mantendo em todos os termos a Decisão recorrida de nº 8.882/98;
III) alertar a FEDF para o fato de que, quando da apreciação dos Processos nºs 3499/92 e 3869/92, foi impugnado o cômputo do período de 05.05.79 a 24.05.85 (afastamento dos servidores da FEDF - demissão e posterior readmissão), com base em acordo coletivo de trabalho - Cláusula 66 do Acordo SINPRO/DF/89 -, e que idêntico período foi indevidamente computado nos autos, para todos os efeitos, conforme demonstrativo de fl. 32-apenso;
IV) dar conhecimento aos recorrentes do teor desta decisão. Decidiu, mais, mandar publicar, em anexo à presente ata, o relatório/voto da Relatora (anexo I)." **(Decisão 5112/99).**

Posteriormente, deu entrada nesta Casa expediente do SINPRO/DF (fls. 185), pelo qual aquele Sindicato alega que não foi concedida oportunidade para apresentação de sustentação oral, suscitada quando do oferecimento dos recursos constantes do presente processo.

Os autos foram submetidos a nova apreciação plenária, Sessão de 31.08.99 – fls. 194, em que esta Corte assim deliberou:

"I) tomar conhecimento do Ofício nº 041/SAJT/SINPRO/DF/99, acolhendo-o, excepcionalmente, como pedido de reexame da Decisão 5112/99;
II) dar ciência ao Sindicato dos Professores – SINPRO/DF, à Fundação Educacional do DF e ao servidor do efeito suspensivo do recurso, nos termos da Resolução-TCDF nº 91/97;
III) tendo em conta o princípio constitucional da ampla defesa, deferir o pedido de sustentação oral formulado pelo representante do servidor e do Sindicato dos Professores – SINPRO/DF;
IV) incluir o processo na pauta da Sessão Ordinária do dia 28.09.99, notificando o interessado da referida data, observada a antecedência mínima de dez dias exigida no § 1º do art. 60 do RI/TCDF." **(Decisão 6033/99)**

Pelos documentos de fls. 195/198, os interessados foram comunicados e notificados do teor da decisão acima reproduzida, com a antecedência exigida no art. 60, § 1º, do Regimento Interno desta Casa, inclusive quanto à data fixada para a sustentação oral.

Apresentada sustentação oral pelo representante legal do SINPRO/DF e do servidor, Dr. ULISSES BORGES DE RESENDE, o Tribunal decidiu incluir o processo na pauta da Sessão Ordinária de hoje, dia 21.10.99, para apreciação da matéria (Decisão 6907/99).

É o relatório.

Processo: 2530/98-D1 (nº 082.000.105/98 – GDF e 5282/98)
Origem: Fundação Educacional do Distrito Federal
Natureza: Aposentadoria por Tempo de Serviço
Autuação: 15.06.98

VOTO

Fiz juntar a fls. 208/232 o memorial apresentado pelo patrono dos recorrentes. Supletivamente, foram aduzidas novas argumentações no decorrer da apresentação da sustentação oral (com degravação).

Em síntese, foram trazidas as seguintes inovações em defesa do ato de aposentadoria do servidor Márcio Baiocchi Fracari, editado antes da Emenda Constitucional 20, de 16.12.98:

a) o requerimento do servidor não teve por base a Lei 1864/98, sendo de iniciativa da FEDF o deferimento da concessão nos termos do referido diploma legal;

b) a Lei 1.864/98, em termos de evolução histórica do sistema previdenciário, traduz-se na aplicação do princípio constitucional da contagem recíproca quanto à média ponderada;

c) devem ser aplicados ao presente caso os efeitos *ex-nunc*, a exemplo do entendimento do Tribunal na questão da inconstitucionalidade do arredondamento de tempo de serviço (artigo 101, parágrafo único, da Lei 8.112/90);

d) o tempo entre a demissão e a readmissão (1979 a 1985), averbado segundo Cláusula do Acordo Coletivo SINPRO/DF de 1989, deveria ser considerado como de efetivo magistério, por se tratar de período de anistia. Caso assim não entenda o Tribunal, consta dos autos tempo prestado ao Colégio Objetivo (INSS), não computado anteriormente, em face de duplicidade temporal;

e) o impacto administrativo na estrutura da FEDF, tendo em conta o retorno ao trabalho de 574 professores aposentados com fulcro na Lei 1.864/98.

A favor da constitucionalidade da norma aqui referida (art. 1º, § 3º, da Lei 1.864/98), nada foi aduzido de modo a alterar as convicções já sedimentadas, traduzidas nos votos submetidos ao Plenário nas Sessões de 10.11.98 e 29.07.99 (fls. 85 e 181).

Indubitavelmente, a Constituição Federal de 1988 não prevê a concessão de aposentadoria especial de magistério, com contagem proporcional de tempo de serviço. O ato de aposentação deve observar, pois, o cumprimento de todo o interstício de magistério (25 ou 30 anos, se mulher ou homem, respectivamente).

A consideração trazida pelo recorrente, de que requereu sua aposentadoria por outros fundamentos que não os da Lei 1.864/98, que regulamentou o artigo 41, § 8º, da LODF, não é de todo procedente, como faz prova o trecho abaixo, extraído do requerimento do ex-servidor constante de fls. 02/04 - apenso

"Portanto, entre o período de 22.06.72 a 16.08.90, o requerente ocupou emprego público de professor, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho e com vinculação ao Regime Geral da Previdência Social, por 18 anos, 1 mês e 26 dias, totalizando 6.626 dias de trabalho nesta condição, que contam para o sistema de aposentadoria especial de professor com 30 anos de trabalho. Tal período equivale a 7.730 dias no sistema de aposentadoria de 35 anos correspondentes a 21 anos, 02 meses e 05 dias.

(...)

Desta forma, devem ser somados os diversos sistemas a que estava vinculado o requerente, proporcionalmente à sua correspondência no tempo de serviço para aposentadoria em cada um deles.

A Lei Orgânica do Distrito Federal também tratou da matéria ao dispor no parágrafo 8º do seu artigo 41 que:

'Art. 41, § 8º, LODF – O tempo de serviço prestado sob o regime de aposentadoria especial será computado da mesma forma, quando o servidor ocupar outro cargo de regime idêntico, ou pelo critério da proporcionalidade, quando se tratar de regimes diversos, na forma da lei.'

Como se vê, o transcrito dispositivo é absolutamente claro ao determinar a contagem proporcional do tempo de serviço, para efeito de aposentadoria, quando o servidor tiver na sua vida funcional ocupado cargo no sistema normal e cargo sob o regime de aposentadoria especial."

A Lei 1.864/98, a pretexto de enaltecer o exercício do magistério, acabou por privilegiar alguns em detrimento de outros professores.

Para aclarar este entendimento, apresento três hipotéticas situações em que, para os efeitos da Lei 1.864/98, é aplicado o multiplicador de 20% ou 17% sobre o tempo de exclusivo magistério, quer se trate, respectivamente, de aposentadoria relativa a professora ou professor:

a) Servidor(a) "A"

*Com 24 anos, 11 meses e 29 dias (9.119 dias) – mulher – ou 29 anos, 11 meses e 29 dias (10.944 dias) – homem – de exclusivo magistério. Não há direito, pela Constituição ou pela Lei 1.864/98, a aposentadoria, seja ela em termos proporcionais ou não.

b) Servidor(a) "B"

*Somados 08 dias de tempo averbado em funções diversas com 24 anos, 11 meses e 29 dias – mulher (9.119 dias + 20%=10.942+8 = 30 anos) ou 29 anos, 11 meses e 29 dias – homem (10.944 dias + 17%=12.804+8 = 35 anos e 37 dias) de exclusivo exercício no magistério. Pela Constituição Federal, o direito seria a aposentadoria comum (25/30 ou 30/35 avos) com proventos proporcionais. Porém, nos termos da Lei 1.864/98, poderiam estes mesmos servidores obterem aposentadorias com proventos integrais.

c) Servidor(a) "C"

*Somados 02 dias de tempo averbado em funções diversas com 20 anos, 10 meses e 03 dias – mulher (7603 dias + 20%=9.123+2 = 25 anos) ou com 25 anos, 07 meses e 23 dias – homem (9.358 dias + 17%=10.948+2 = 30 anos) de exclusivo exercício de magistério. Segundo a Constituição Federal não poderiam se aposentar. Contudo, a Lei 1.864/98 permite referidas aposentadorias com proventos proporcionais, respectivamente, a 25/30 avos e a 30/35 avos.

Como se extrai, a lei não é justa. Beneficiou ela aqueles professores que menos fizeram pela educação (situação "C").

O mesmo raciocínio se aplica à situação "B", pois a Lei 1.864/98 buscou deferir aposentadoria com proventos majorados (integrais), ao passo que na situação "A", embora com idêntico exercício de magistério, inativação alguma é alcançada.

Noutro passo, discordo da sustentação oral no sentido de que o ora questionado diploma legal decorre do princípio constitucional da contagem recíproca.

Mesmo que a contagem ponderada só ocorra quando utilizada a contagem recíproca insculpida no art. 201, § 9º, da CF/88, com a redação dada pela EC 20/98, não é a contagem ponderada corolário da contagem recíproca. As duas situações não se confundem. Enquanto o princípio da reciprocidade é de todo admitido, encontrando suporte constitucional, o mesmo não ocorre com a contagem ponderada, que se ressente de qualquer guarida na pirâmide do ordenamento jurídico. Segundo o STF, a expressão constitucional 'efetivo exercício em funções de magistério' *"contém a exigência de que o direito à aposentadoria especial dos professores só se aperfeiçoa quando cumprido totalmente este especial requisito temporal no exercício das específicas funções de magistério, excluída qualquer outra."* (ADIn's 755-6/SP, DJ de 06.12.96, e 178-7/RS, cópias de fls. 02/03 e 12/13).

Assim, descabe a defesa de edição de norma que possibilite a contagem ponderada do tempo de magistério, inferior a 25 ou 30 anos, pois, nos dizeres do Supremo Tribunal Federal, *"não é permitido ao constituinte estadual nem à lei complementar federal fundir normas que regem a contagem do tempo de serviço para aposentadorias sob regimes diferentes, contando proporcionalmente o tempo de serviço em funções diversas"* (ADIn's 178-7/RS e 755-6/SP).

Não é demais relembrar que no Tribunal de Contas da União – TCU esta questão, após amplo debate, foi sumulada nos seguintes termos:

"Súmula 245 - *Não pode ser aplicada, para efeito de aposentadoria estatutária, na Administração Pública Federal, a contagem ficta do tempo de atividades consideradas insalubres, penosas ou perigosas, com o acréscimo previsto para as aposentadorias previdenciárias segundo legislação própria, nem a contagem ponderada, para efeito de aposentadoria ordinária, do tempo relativo a atividades que permitiriam aposentadoria especial com tempo reduzido"* (grifei).

Tivesse a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Legislativa do Distrito Federal atentado para o entendimento do Supremo Tribunal Federal ou do TCU a respeito do tema, o projeto de lei que deu origem ao questionado dispositivo da Lei 1.864/98 ali mesmo teria recebido a pecha de inconstitucionalidade e não estaríamos aqui discutindo o assunto. Defender a constitucionalidade desse diploma legal é, a meu ver, fazer tábula rasa do referido entendimento do STF, notadamente porque cristalizado em data anterior à edição da citada norma (ADIn's 178-7/RS e 755-6/SP, DJ de 26.04 e 06.12.96 – Lei 1.864, de 19.01.98-DODF de 20.01.98).

Diversamente do que foi sustentado pelo brilhante orador, a Lei 1.864/98 situa-se na contramão da história, pois opera no sentido de reduzir o tempo para a inativação dos servidores por ela agraciados. Conseqüentemente, desconsiderada restou a fase produtiva dos docentes - enfatizada pela EC 20/98 -, fazendo aumentar o custo com as aposentadorias do setor público distrital.

Sobre a hipótese levantada pelo patrono do servidor, no sentido de que o Tribunal, no presente caso, poderia valer-se do mesmo entendimento adotado quando da análise do instituto do arredondamento do tempo de serviço (artigo 101, parágrafo único, da Lei 8.112/90), ou seja, conferir efeito ***ex nunc*** à decisão denegatória em tela para considerar regulares os atos praticados pela FEDF, editados antes do conhecimento da posição do Tribunal (Decisão 8.882/98, de 10.11.98, Relator: Conselheiro Frederico Augusto Bastos), comunicada à FEDF em 14.12.98, conforme OF GP 4277/98 (fls. 86), teço as seguintes considerações.

No Processo 3.399/92 (S.O. de 07.08.97) foi considerada regular aposentadoria publicada após a liminar concedida pelo STF, na ADIn 609-6 (08.04.92), cujo requerimento foi anterior a esta data. O referido processo, utilizado como parâmetro pelo Conselheiro José Milton Ferreira no voto condutor do Processo 3.425/92 (Sessão de 31.08.99), citado pelo orador, não representa pacífico entendimento do Tribunal a respeito do tema. Disso faz prova a Decisão 1.501/98 (Processo 4.100/92, Sessão de 19.03.98), onde este TCDF, tendo em conta o parecer do Ministério Público (Procurador Jorge Ulisses Jacoby Fernandes) e revendo a posição inicial do referido Processo 3.399/92, decidiu manter a ilegalidade dos atos publicados após a referida ADIn 609-6/DF (08.04.92).

Aduz o defendente que não há sequer ação direta de inconstitucionalidade contra o art. 1º, § 3º, da Lei 1.864/98, para requerer seja adotado efeito ***ex nunc***, a contar da Decisão 8.882/98 desta Corte.

Ocorre que o tema – contagem ponderada – objeto da Lei 1.864/98 já foi objeto de pronunciamentos pretéritos da Suprema Corte, nas já citadas ADIn's 755-6/SP, de 06.12.96, e 178-7/RS, de 26.04.96, e deste Tribunal, no Processo 4.714/93 (Decisão 4.114, de 30.08.94). Dessa forma, para adotar-se o mesmo critério de julgamento e para ter-se em conta o paradigma citado pelo defendente, que é o caso do arredondamento – art. 101, parágrafo único, da Lei 8.112/90 –, teríamos que buscar as datas das ADIn's de São Paulo e do Rio Grande do Sul aqui referidas, visto que a Decisão 1.501/98 (Processo 4.100/92) buscou a data de concessão de liminar na ADIn 609-6/DF (08.04.92) como limite para edição de atos concessórios com o benefício do arredondamento. Assim, estaria eu, a princípio, sendo induzida a ratificar o posicionamento adotado na Decisão 8.882/98, de negar registro aos atos praticados com base na referida Lei 1.864/98. Isto porque, repito, as ADIn's 755-6/SP e 178-7/RS foram publicadas (mérito) nos Diários da Justiça de 06.12.96 e 26.04.96, respectivamente.

Entender o contrário, seria concordar com a idéia de que a Câmara Legislativa do DF, propositadamente, pode legislar sobre questões reconhecidamente inconstitucionais, contando com a aquiescência dos intérpretes.

Exemplificando, cabe a pergunta: sabendo-se que o instituto da ascensão funcional é inconstitucional – jurisprudência pacífica no âmbito do STF –, qual seria o marco a ser buscado por este TCDF quando da apreciação de atos praticados com base em diploma legal, editado posteriormente ao entendimento do STF, que possibilitasse tal procedimento? Parece-me que o raciocínio lógico, e em coerência com a linha adotada por este TCDF, seria considerar a data da decisão do STF a respeito do tema.

A propósito, cabe aqui registrar que esta Corte considerou ilegais diversos atos de aposentadorias especiais, deferidas pela FEDF a Especialistas de Educação, tendo em conta a inconstitucionalidade do dispositivo da LODF (artigo 41, inciso III, alínea "b") em que se fulcraram. Operou-se, nestes casos, a anulação dos atos com efeitos retroativos à data da decisão do STF a respeito do assunto, em consonância com o entendimento firmado pela Decisão 10.149/95, proferida no Processo 5.610/93 (Relator: Conselheiro Jorge Caetano), tendo por base a ADIn 152/MG, considerada procedente, em época pretérita, pelo STF, no julgamento de dispositivo semelhante da Constituição daquele Estado.

É sabido que o objeto da norma é um bem a ser protegido. Só que revestido de licitude. Por isso, não poderia o legislador ordinário instituir a contagem ponderada, pois, como sentenciou o STF, em 16.12.96, *"não é permitido ao constituinte estadual nem à lei complementar federal fundir normas que regem a contagem do tempo de serviço"*.

Antes da decisão do STF na ADIn 609-6/DF, que versou sobre arredondamento de tempo de serviço, a contagem desse tempo ficto nas concessões de aposentadorias nunca foi questionada, não obstante a sua previsão na Lei 1.711/52, art. 78, § 2º. Nos Tribunais de Contas, então, sequer havia sido aventada a impossibilidade de tal contagem ficta. Mas o STF decidiu pela impossibilidade do arredondamento, em data de 08.04.92. Daí em diante, os TC's, seguindo entendimento da Suprema Corte, passaram a impugnar a utilização de tal tempo, considerando a data da concessão de liminar (08.04.92) na referida ADIn. Este foi o efeito ***ex nunc*** conferido pela Decisão 11.099/96 (Processo 2.629/92), ratificado pela Decisão 1.501/98 (Processo 4.100/92).

Não obstante todo o exposto, milita em favor do interessado, neste caso concreto, o fato de que não foi conferida a devida divulgação à citada Decisão TCDF 4114/94 (de 30.08.94, cópia de fls. 46/52) –*"afastando a possibilidade de contagem proporcional ponderada, referente a regime especial"*. À época desta decisão, pendia de regulamentação o § 8º do artigo 41 da LODF, efetivada com a edição da Lei 1.864/98. Esta, embora contrária à referida decisão, entrou no mundo jurídico para servir de supedâneo a concessões como a aqui examinada. Por esta razão, e apenas por esta, penso ser possível excepcionar o raciocínio prevalente nesta Casa, no sentido de buscar as datas de decisões do STF, para dar a este caso o entendimento de que as concessões de aposentadorias, publicadas a partir da data desta decisão, serão consideradas ilegais por esta Corte de Contas, sem olvidar, contudo, o contido nos arts. 3º da Emenda Constitucional nº 20/98 e 40, § 10, da Constituição Federal, ***verbis***:

Art. 3º - É assegurada a concessão de aposentadoria e pensão, a qualquer tempo, aos servidores públicos e aos segurados do regime geral de previdência social, bem como aos seus dependentes, que, até a data da publicação desta Emenda, tenham cumprido os requisitos para obtenção destes benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente.

Art. 40 – Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

§ 10. A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

Quero consignar que, no Processo 3069/96 (Sessão de 29.04.97), esta Corte adotou posicionamento semelhante quando reviu a alínea "b" da Decisão 7.638/96 (marco temporal de 11.07.96), fixando novo limite - 29.04.97 - para impugnação da contagem, para aposentadoria especial de magistério, do tempo prestado fora de sala de aula, para resguardar as situações já constituídas (Decisão 2566/97).

No tocante ao tempo envolvendo a Cláusula do Acordo SINPRO-DF/89, entendo que nenhum novo argumento foi trazido aos autos, em relação àqueles ventilados, entre outros, nos Processos 3.869/92 e 3.499/92, dos quais serviu-se o Tribunal, na Sessão de 29.07.99 (Decisão 5.112/99, item III – fls. 181), para alertar a FEDF sobre o tema.

Rememorando a discussão travada naqueles autos, trago excerto da argumentação por mim delineada no citado Processo 3.499/92 (Sessão de 26.08.97), a demonstrar que o objetivo do citado Acordo era fazer com que houvesse análise, caso a caso, pela FEDF, da possibilidade de readmissão, e não reintegração - como faz crer o ilustre Advogado - dos empregados demitidos no período 1964/85, sem, contudo, ficar caracterizado um ato de anistia:

"Como salientado pela 4ª ICE, o Tribunal, em Sessão de 25.06.96 (Processo nº 1812/91), considerou ilegal, em caso análogo, o ato de aposentadoria da servidora Terezinha Daher de Melo - FEDF.

Naquela ocasião, o Relator do feito, Conselheiro Jorge Caetano, assim argumentou:

*'Concordo com o parecer do douto Ministério Público em considerar ilegal a presente aposentadoria por falta de requisito temporal, aduzindo outro motivo que não o efetivo exercício em funções de magistério durante o período em que a servidora esteve demitida, o que seria discutível caso houvesse a comprovação, nos autos, de que a interessada fora anistiada com todas as garantias constitucionais preconizadas no artigo 8º, **caput** e parágrafo 5º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.*

No presente caso, examinando a documentação constante dos autos, verifico que a aposentada teve seu contrato de trabalho rescindido em 31.12.79, sem justa causa, fazendo jus a todos os direitos trabalhistas, e readmitida em 23.08.85 com base em Acordo firmado entre o SINPRO e a FEDF, e não por força da anistia. Esta só foi requerida em 13.11.96, sob a égide da Emenda Constitucional nº 26, e da legislação dela decorrente.".

Sobre o assunto, registre-se que a orientação dada pela Casa é clara no sentido de que ao anistiado é de direito o cômputo para todos os efeitos legais do período agraciado, conforme fazem provas os seguintes excertos de votos:

(...)

Não obstante as considerações expendidas, restou comprovado nos autos que não foi concedida anistia à servidora, razão por que entendo deva ser negado registro à concessão em comento, à semelhança do decidido no Processo nº 1812/91 (fls. 87/94).

*Por outro lado, vejo como acertada a hipótese levantada pela Inspetoria, dando conta que, uma vez procedida nova averbação de tempo de serviço, com vistas a suprir, total ou parcialmente, a lacuna de tempo impugnado (01.01.80 a 07.10.85), poderá ser mantida a inativação nos mesmos moldes deferidos pelo ato constante de fl. 20, considerando, para tanto, os termos da Súmula nº 359 do Supremo Tribunal Federal, **in verbis**:*

'Ressalvada a revisão prevista em lei, os proventos da inatividade regulam-se pela lei vigente ao tempo em que o militar, ou o servidor civil reuniu os requisitos necessários". **(Processo 3.499/92)**

Também nestas condições (Súmula 359 do STF), poderá o servidor Márcio Baiocchi, caso seja de seu interesse, solicitar à FEDF averbação do tempo prestado ao Colégio Objetivo (certidão do INSS de fls. 17), sem prejuízo de exame oportuno pelo Tribunal.

Não é demais enfatizar que o prefalado Acordo Coletivo SINPRO-DF, assinado em 21.06.89, é posterior à Constituição Federal de 1988, de onde, aliás, originou Comissão Geral de Anistia (Decretos 11.456/89 e 18.412/97), bem assim que, nos termos do Cláusula 66ª do referido Acordo, ficava garantida, uma vez deferida a readmissão, a averbação do período trabalhado anteriormente (Enunciado 138-TST). Também, que o servidor Márcio Baiocchi foi readmitido em 24.05.85, sem passar pelo exame aventado no caput de sua Cláusula 65ª, onde está escrito que a FEDF *'se compromete a estudar, individualmente, caso por acaso, a possibilidade de readmissão dos professores demitidos por motivos políticos, no período de 31.03.64 a 14.03.85, inclusive em conseqüência do movimento de paralisação da categoria ocorrido em 1979, bem como daqueles cuja demissão ocorreu em razão de licença por motivo de doença '.*

Acrescente-se o fato de que o § 3º da citada Cláusula 66ª do Acordo SINPRO/DF, diferente da anistia, reza que *"o professor readmitido não fará jus a qualquer reparação de natureza trabalhista, relativa ao período anterior à data de readmissão"*.

Os signatários do multicitado Acordo Coletivo foram JOSEPHINA DESOUNET BAIOCCHI, pela FEDF, MÁRCIO BAIOCCHI FRACARI, pela Secretaria de Assuntos Jurídicos do SINPRO-DF, e LÚCIA HELENA DE CARVALHO, pela Comissão de Negociação.

Com a exclusão do período referente ao Acordo Coletivo SINPRO/DF, de 05.05.79 a 23.05.85, computado para todos os fins no demonstrativo de tempo de serviço de fls. 51-apenso, bem assim de 360 dias da respectiva licença-prêmio, o servidor totalizará, até a data do ato concessório de fls. 55 e 110-apenso (06.03.98): 9.469 dias (25 anos, 11 meses e 14 dias), não se sustentando o ato de aposentadoria em apreço. Contudo, acrescendo a este total o período ainda não averbado do Colégio Objetivo (INSS, fls. 17-apenso), 2.211 dias, resultará em 11.680 dias (32 anos), bastante para atender a concessão de aposentadoria no fundamento desejado (artigo 41, inciso III, alínea "c").

Nessas condições, VOTO por que o Plenário:

I) considere improcedente a argumentação constante dos pedidos de reexame interpostos pela FEDF, pelo servidor e pelo SINPRO/DF;

II) tendo em conta que não foi devidamente divulgada a Decisão TCDF nº 4.114/94 (cópia a fls. 46/52), anterior à edição da Lei nº 1.864, de 19.01.98, excepcionalmente, informe à FEDF que este Tribunal negará validade aos atos de concessão fulcrados no artigo 1º, § 3º, da referida lei, publicados a partir da Emenda Constitucional nº 20/98 (16.12.98), sem olvidar o contido no seu artigo 3º e no artigo 40, § 10, da Constituição Federal;

III) mantenha a ilegalidade do ato concessório em apreço, em face da inadmissibilidade, por este Tribunal, do cômputo do período mencionado no item III da Decisão 5.112/99 (demissão e readmissão, de 05.05.79 a 23.05.85), devendo a FEDF informar o servidor da possibilidade de averbação de idêntico período consignado na certidão do INSS de fls. 17-apenso; e

IV) autorize a remessa de cópia do presente Relatório/Voto e da decisão que vier a ser proferida à FEDF.

Sala das Sessões em 21 de Outubro de 1999

Marli Vinhadeli
Conselheira

PROCESSO nº 2530/98 (r)
ORIGEM: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DF
ASSUNTO: APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO
EMENTA: Aposentadoria voluntária, com proventos proporcionais, de MÁRCIO BAIOCCHI FRACARI. Contagem proporcional do tempo de efetivo magistério para aposentadoria comum, nos termos da Lei nº 1.864/98 (proporcionalidade ponderada). Alegação de inconstitucionalidade. Ilegalidade da concessão (Decisão nº 8882/98, fl. 85). Pedidos de reexame. Improvimento. Novo pedido de reexame. Sustentação oral e entrega de memoriais. Voto pelo provimento.

DECLARAÇÃO DE VOTO

Vicente Ráo, em seu livro O direito e a vida dos direitos, leciona que *"a inviolabilidade do passado é princípio que encontra fundamento na própria natureza do ser humano, pois, segundo as sábias palavras de Portalis, o homem, que não ocupa senão um ponto no tempo e no espaço, serio o mais infeliz dos seres, se não se pudesse julgar seguro nem sequer quanto à sua vida passada. Por essa parte de sua existência, já não carregou todo o peso de seu destino? O passado pode deixar dissabores, mas põe termo a todas as incertezas. Na ordem do universo e da natureza, só o futuro é incerto e esta própria incerteza é suavizada pela esperança, a fiel companheira da nossa fraqueza. Seria agravar a triste condição da humanidade querer mudar, através do sistema da legislação, o sistema da natureza, procurando, para o tempo que já se foi, fazer reviver as nossas dores, sem nos restituir as nossas esperanças"*.

Atento a essa lição é que considero irresistíveis as razões, escritas e orais, apresentadas pelo digno causídico do Professor Márcio Baiocchi Fracari, dr. Ulisses Borges de Resende. Na verdade, elas vêm ao encontro do meu sentimento expresso em tantos outros votos, no sentido de abrigar situações consolidadas contra leis novas ou mudanças de entendimento. Porque não fazê-lo, igualmente, no caso de declaração de inconstitucionalidade de lei, se é induvidoso que até o instante da condenação daquele diploma, tantas novas realidades se concretizaram, inspiradas na mais sincera boa fé que apenas a presunção de validade de uma lei aprovada pela Casa Legislativa e sancionada pelo Governador poderia fazer nascer.

É fato que os efeitos meramente ***ex nunc*** da declaração de inconstitucionalidade não tem grande guarida nos Tribunais Judiciários, sobretudo na jurisprudência austera do Excelso Pretório. Ocorre que, creio eu, acertadamente, os Tribunais de Contas, e especialmente, o Tribunal de Contas do Distrito Federal tem, invariavelmente, com grande sensibilidade, resguardado as situações pretéritas às suas decisões, a bem da segurança jurídica e da estabilidade das relações jurídicas. E isso, porque, sejamos realistas, a revogação pura e simples de todos e quaisquer efeitos de uma lei inconstitucional é, na maioria dos casos, muito mais nefasta e desastrosa que a proteção de alguns dos casos que se consolidaram antes de sua condenação.

Lembro rapidamente, e apenas a título de ilustração, de decisões do Tribunal que ressalvaram transposições de cargos efetuadas com base em leis publicadas até 23 de abril de 1993, ou, ainda, restringiram o magistério à sala de aula, mas tão-somente a partir de 29 de abril de 1997.

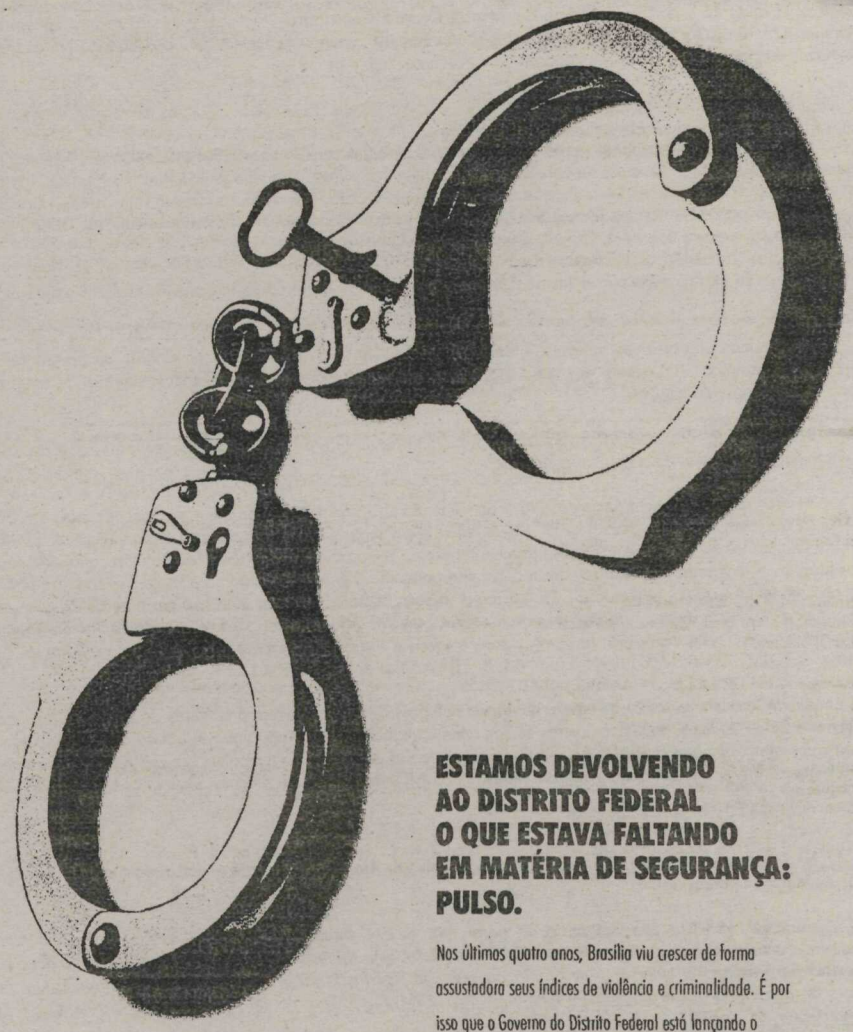
Em que pese as inúmeras discussões e o forte subjetivismo adjacentes a qualquer reflexão sobre o exato momento em que se consolidou uma situação ou o instante em que se tornou pública a sua reprovação, acredito ser tranqüila a aplicação do princípio da segurança jurídica ao presente caso até porque, ***data venia***, a proporcionalidade ponderada dos proventos, prevista na Lei nº 1.864/98, embora tecnicamente inconstitucional, como já o pronunciou a Corte Suprema e este próprio Tribunal em mais de uma ocasião, está, francamente, longe de ser um arrematado absurdo ou uma criação imoral. Antes, acredito até que essa fórmula possui, ao menos, uma virtude evidente que é a de atrair professores de carreira, com sua incalculável experiência, para os cargos de direção de ensino (aliás, em benefício da aspiração constitucional prevista no inciso V, do artigo 37 da Constituição Federal), sem o que, ao contrário, o exercício desses cargos seria evitado pelos professores, porque significaria a perda de suas merecidas aposentadorias especiais...

Desse modo, em conformidade com o voto da digna Relatora, **VOTO** por que o Tribunal decida em caráter normativo ressalvar, contra o juízo de inconstitucionalidade da Lei nº 1.864/98, esta e todas as aposentadorias nela fundamentadas, efetivadas até 16 de dezembro de 1998 (data de publicação da EC nº 20/98), observado o contido no seu artigo 3º e no artigo 40, § 10, da Constituição Federal.

Entretanto, diante da insuficiência de tempo de serviço no tocante ao caso específico do sr. Márcio Baiocchi Fracari, também acompanho a Conselheira Relatora pela ilegalidade da concessão.

É como voto.

Sala das Sessões, 21 de outubro de 1999
JOSÉ EDUARDO BARBOSA
Conselheiro



ESTAMOS DEVOLVENDO AO DISTRITO FEDERAL O QUE ESTAVA FALTANDO EM MATÉRIA DE SEGURANÇA: PULSO.

Nos últimos quatro anos, Brasília viu crescer de forma assustadora seus índices de violência e criminalidade. É por isso que o Governo do Distrito Federal está lançando o programa Segurança Sem Tolerância: um conjunto de medidas para combater o crime sem tréguas, sem tolerância. Mas com respeito ao cidadão. O programa inclui aumento expressivo do número de policiais nas ruas, com a volta da Rocan e das duplas Cosme e Damião. A modernização da estrutura das polícias e a valorização do policial. O combate sistemático ao tráfico e ao uso de drogas. A parceria do GDF com o Judiciário e o Ministério Público - e sobretudo com a sociedade. Veja as medidas adotadas pelo GDF, como parte do Segurança Sem Tolerância:

- Nomeação de 861 novos policiais civis.
- Seleção e formação de 2 mil policiais militares.
- Entrega de 80 carros novos e 65 totalmente reformados.
- Concurso para contratação de 900 bombeiros.
- Duas lanchas e 4 jet skis para atendimento no Lago Paranoá.
- Mais 21 Juizados Especiais para julgamentos rápidos.
- Construção de 5 Núcleos de Detenção para criminosos de baixa periculosidade, desafogando as cadeias.

Isso é apenas o começo. Novas medidas virão, para que Brasília possa ter de volta a paz e a tranqüilidade.

SEGURANÇA SEM TOLERÂNCIA.

Secretaria de Segurança Pública
Governo do Distrito Federal

SEÇÃO II

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ATOS DOS ORDENADORES DE DESPESAS

Processo nº 001-2730/99. Favorecido(a): PETRÔNIO AUGUSTO. Valor: R$ 1,798,14 (hum mil, setecentos e noventa e oito reais e quatorze centavos). Objeto: pagamento de adicional de tempo de serviço referente 1997 e 1998. Reconhecimento da Dívida pelos Ordenadores de Despesas: Arlécio Alexandre Gazal e Paulo Roberto Soares, em 27/10/99.

Processo nº 001-2071/99. Favorecido(a): RICARDO JOSÉ ALVES. Valor: R$ 3.303,65 (três mil, trezentos e três reais e sessenta e cinco centavos). Objeto: devolução de redutor de remuneração referente 1998. Reconhecimento da Dívida pelos Ordenadores de Despesas: Arlécio Alexandre Gazal e Paulo Roberto Soares, em 28/10/99.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETOS DE 29 DE OUTUBRO DE 1999

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e tendo em vista o que dispõe o Decreto nº 20.422, de 20 de julho de 1999, resolve:

Dispensar **GILBERTO SOBRAL**, representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, da função de membro efetivo da Câmara de Projetos Estratégicos do Conselho de Política de Desenvolvimento Integrado do Distrito Federal.

Dispensar **GISELE SABINO CAMPELO BEZERRA**, representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, da função de membro suplente da Câmara de Projetos Estratégicos do Conselho de Política de Desenvolvimento Integrado do Distrito Federal.

Dispensar **MARIO ROBERTO LEITE PEREIRA DA SILVA**, representante da Companhia Imobiliária de Brasília, da função de membro efetivo da Câmara de Projetos Estratégicos do Conselho de Política de Desenvolvimento Integrado do Distrito Federal.

Dispensar **CARLOS ALBERTO DE DEUS**, representante da Companhia Imobiliária de Brasília, da função de membro suplente da Câmara de Projetos Estratégicos do Conselho de Política de Desenvolvimento Integrado do Distrito Federal.

Dispensar **JOSÉ EUSTÁQUIO FERREIRA**, representante da Federação das Indústrias do Distrito Federal, da função de membro efetivo da Câmara de Projetos Estratégicos do Conselho de Política de Desenvolvimento Integrado do Distrito Federal.

Dispensar **CLÁUDIO DE CASTRO MELO**, representante da Federação das Indústrias do Distrito Federal, da função de membro suplente da Câmara de Projetos Estratégicos do Conselho de Política de Desenvolvimento Integrado do Distrito Federal.

Dispensar **MAURÍCIO MOURA BRASILEIRO DO VALLE**, representante do Brasília Convention & Visitors Bureau, da função de membro da Câmara de Integração e Expansão Econômica do Conselho de Política de Desenvolvimento Integrado do Distrito Federal. - CPDI/DF

Designar **FERNANDO ANTÔNIO MEDEIROS BARROS**, representante do Brasília Convention & Visitors Bureau, para a função de membro da Câmara de Integração e Expansão Econômica do Conselho de Política de Desenvolvimento Integrado do Distrito Federal – CPDI/DF.

Designar **LAZARO MAQUES NETO**, representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, para a função de membro efetivo da Câmara de Projetos Estratégicos do Conselho de Política de Desenvolvimento Integrado do Distrito Federal.

Designar **OSNIR DE ABREU DAS LARANJEIRAS**, representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, para a função de membro suplente da Câmara de Projetos Estratégicos do Conselho de Política de Desenvolvimento Integrado do Distrito Federal.

Designar **ALEXANDRE GONÇALVES**, representante da Companhia Imobiliária de Brasília, para a função de membro efetivo da Câmara de Projetos Estratégicos do Conselho de Política de Desenvolvimento Integrado do Distrito Federal.

Designar **MÁRIO ROBERTO LEITE PEREIRA DA SILVA**, representante da Companhia Imobiliária de Brasília, para a função de membro suplente da Câmara de Projetos Estratégicos do Conselho de Política de Desenvolvimento Integrado do Distrito Federal.

Designar **IVELISE MARIA LONGHI PEREIRA DA SILVA**, representante da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, para a função de membro efetivo da Câmara de Projetos Estratégicos do Conselho de Política de Desenvolvimento Integrado do Distrito Federal.

Designar **MARIA DA GLÓRIA RINCON FERREIRA**, representante da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, para a função de membro suplente da Câmara de Projetos Estratégicos do Conselho de Política de Desenvolvimento Integrado do Distrito Federal.

Designar **LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS**, representante da Secretaria de Turismo e Lazer, para a função de membro efetivo da Câmara de Projetos Estratégicos do Conselho de Política de Desenvolvimento Integrado do Distrito Federal.

Designar **VALDIVINO JOSÉ DE OLIVEIRA**, representante da Secretaria de Fazenda, para a função de membro efetivo da Câmara de Projetos Estratégicos do Conselho de Política de Desenvolvimento Integrado do Distrito Federal.

Designar **AFRÂNIO ROBERTO DE SOUZA FILHO**, representante da Secretaria de Fazenda, para a função de membro suplente da Câmara de Projetos Estratégicos do Conselho de Política de Desenvolvimento Integrado do Distrito Federal.

Designar **NELSON TADEU FILIPPELLI**, representante da Secretaria de Obras, para a função de membro efetivo da Câmara de Projetos Estratégicos do Conselho de Política de Desenvolvimento Integrado do Distrito Federal.

Designar **DAVID JOSÉ DE MATOS**, representante da Secretaria de Obras, para a função de membro suplente da Câmara de Projetos Estratégicos do Conselho de Política de Desenvolvimento Integrado do Distrito Federal.

GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos III e XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Nomear MARIA JOSÉ DA SILVA para exercer o cargo em Comissão de Secretária Executiva, Símbolo DFA-10, do Gabinete do Secretario de Comunicação Social do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e tendo em vista o que dispõe o Art. 18, Paragrafo 1º, da Lei nº 2.427, de 14 de julho de 1999, resolve:

Designar **LAZARO MARQUES NETO**, para a função de Presidente da Câmara de Projetos Estratégicos do Conselho de Política de Desenvolvimento Integrado do Distrito Federal – CPDI/DF.

Dispensar **OSNIR DE ABREU DAS LARANJEIRAS**, da função de Presidente da Câmara de Projetos Estratégicos do Conselho de Política de Desenvolvimento Integrado do Distrito Federal – CPDI/DF.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que confere o artigo 100, inciso XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:
Exonerar RAQUEL CRISTINA RODRIGUES BONFIM, matrícula nº 92.890-9, do Cargo em Comissão de Assistente do Núcleo de Acompanhamento, da Divisão de Análise e Acompanhamento de Projetos de Micro e Pequenas Empresas, do Departamento de Desenvolvimento Econômico, Código DFA 07, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal.
Nomear VALÉRIA APARECIDA OLIVEIRA PIMENTA, para exercer o Cargo em Comissão de Assistente do Núcleo de Acompanhamento, da Divisão de Análise e Acompanhamento de Projetos de Micro e Pequenas Empresas, do Departamento de Desenvolvimento Econômico, Código DFA-07, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal.

Exonerar EDSON REGIS SOARES, matrícula nº 96.246-5, de Assessor do Departamento de Desenvolvimento Econômico, Código DFA 11, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal.
Nomear VILMA SOBRAL DE OLIVEIRA, para exercer Cargo em Comissão de Assessor do Departamento de Desenvolvimento Econômico, Código DFA-11, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal.

Exonerar JAIRO RODRIGUES VIANA, matrícula 93.379-1, do Cargo em Comissão Assessor, Código DFA 11, da Assessoria de Comunicação Social, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal.
Nomear PATRÍCIA PINHEIRO ALMEIDA, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor, Código DFA 11, da Assessoria de Comunicação Social, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos XXVI e XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Exonerar **GLÁUCIA GOMES DE OLIVEIRA AGUIAR**, do Cargo de Natureza Especial, Simbolo CNE-06, de Chefe de Gabinete da Secretaria da Solidariedade do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DESPACHO DE 29 DE OUTUBRO DE 1999

PROCESSO Nº: 030-006.098/99; INTERESSADO: CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL; ASSUNTO: CESSÃO DE POLICIAL MILITAR.
1. Autorizo passar à disposição da Câmara Legislativa do Distrito Federal, de acordo com o presente processo, e nos termos do artigo 24 do Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983, o SD QPPMC VALDEMIÇO SALUSTRIANO DE SOUZA – Matrícula 11.813/3, da Policia Militar do Distrito Federal.
2. O prazo máximo de permanência do citado Policial Militar à disposição da Câmara Legislativa do Distrito Federal será o disposto no artigo 42 § 4º da Constituição Federal, contado nos termos do § 3º do artigo 77, da Lei 7.289/84, alterada pela 7.475/86.
3. Publique-se e encaminhe-se à PMDF, via Casa Militar, para acompanhamento e providências complementares .

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

VICE-GOVERNADORIA

PORTARIA DE 28 DE OUTUBRO DE 1999

O VICE-GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência delegada pelo artigo 1º do Decreto 13.917, de 29 de abril de 1992, resolve:

EXONERAR, a pedido, VANESSA RODRIGUES CRISPIM, . do cargo em Comissão, Símbolo DFA-05, de Assistente de Assessoria de Articulação com Organismos Internacionais, do Gabinete do Vice-Governador.

NOMEAR CHRISTINE ALVES BASTOS DE SOUSA FARIAS, para exercer o cargo em Comissão, Símbolo DFA-05, de Assistente de Assessoria de Articulação com Organismos Internacionais, do Gabinete do Vice-Governador.

BENEDITO AUGUSTO DOMINGOS

PORTARIA DE 29 DE OUTUBRO DE 1999

O VICE-GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, e tendo em vista a competência delegada pelo Art. 1º do decreto nº 13.917., de 29 de abril de 1992, resolve:

EXONERAR, o SD QPPMC MOZAR ALVES PINHEIRO – MAT. 16.527/1, da Polícia Militar do Distrito Federal, da função de Auxiliar de Segurança do Gabinete do Vice-Governador do Distrito Federal, bem como **MANDAR CESSAR** o pagamento da Gratificação de Representação Militar, concedida nos termos do Art. 1º da Lei nº 186, de 22 de novembro de 1991.
NOMEAR, o SD QPPMC MAURO CÉSAR DOS SANTOS – MAT. 14.770/2, da Polícia Militar do Distrito Federal, na função de Auxiliar de Segurança do Gabinete do Vice-Governador do Distrito Federal, bem como **CONCEDER** o pagamento da Gratificação de Representação Militar, concedida nos termos do Art. 1º da Lei nº 186, de 22 de novembro de 1991.

BENEDITO AUGUSTO DOMINGOS

ATO DO CHEFE DE GABINETE

PORTARIA DE 28 DE OUTUBRO DE 1999

O CHEFE DE GABINETE DA VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, que lhe confere o art. 24 do Decreto 13.916, de 29 de abril de 1992, combinado com a Portaria de 02 de abril de 1998, publicada no DODF nº 064, de 03 de abril de 1998, resolve:

Conceder Gratificação por Encargo em Gabinete, ao servidor HEITOR MITSUAKI GAG, matricula n.º 78.875-4, requisitado da Fundação Educacional do Distrito Federal, para exercer a função de Assessor. Símbolo GEG - 03, do Gabinete do Vice-Governador do Distrito Federal.

Conceder Gratificação por Encargo em Gabinete, ao servidor EDSON MARQUES DOS SANTOS, matricula n.º 43.968-1, requisitado da Fundação Educacional do Distrito Federal, para exercer a função de Assistente, Símbolo GEG - 02, do Gabinete do Vice-Governador do Distrito Federal.

Conceder Gratificação por Encargo em Gabinete, a servidora MARIA ELIZABETH MEDEIROS OLIVEIRA, matricula n.º 57.460-0, requisitado da Fundação Educacional do Distrito Federal, para exercer a função de Auxiliar, Símbolo GEG - 01, do Gabinete do Vice-Governador do Distrito Federal.

Conceder Gratificação por Encargo em Gabinete, ao servidor DIÓGENES LUIZ DA SILVA FILHO, matricula n.º 11.657-35, Assistente Legislativo, requisitado da Camara Legislativa Distrito Federal, para exercer a função de Assistente, Símbolo GEG - 02, do Gabinete do Vice-Governador do Distrito Federal.

NILTON OLIVEIRA BATISTA

PORTARIA DE 29 DE OUTUBRO DE 1999

O CHEFE DE GABINETE DO VICE-GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais que lhe confere o art. 24 do Decreto 13.916, de 29 de abril de 1992, combinado com a Portaria de 02 de abril de 1998, publicada no DODF número 064, de 03 de abril de 1998, resolve:

CONCEDER Gratificação por Encargo em Gabinete, ao servidor **JUAREZ DA SILVA SALGADO**, Técnico de Administração Pública, matricula nº 91.524-6, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, na função de Assistente, Símbolo GEG-02, do Gabinete do Vice-Governador do Distrito Federal, à disposição da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria.

NILTON OLIVEIRA BATISTA

ATO DO CHEFE

O CHEFE DE GABINETE DO VICE-GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e consoante os artigos 70 e 71, do Decreto 16.109, de 1º de dezembro de 1994, combinado com a Portaria de 02 de abril de 1998, resolve:
Constituir Comissão para realização do inventário físico dos bens patrimoniais sob a guarda e responsabilidade do Gabinete do Vice-Governador do Distrito Federal, integrada pelos servidores: Júlio César Lima, matrícula nº 33.266-6, Joel Gomes da Silva Júnior, matrícula nº 92.917-4, Paulo Roberto Santos Oliveira, matrícula nº 97.067-x, Maria Isabel do Nascimento, matrícula nº 27.374-0, Genko Karlo Sento Se de Andrade, matrícula nº 92.091-6 e Raimundo Nonato Filho, matrícula nº 30.634-7. A Comissão será presidida pelo primeiro, e terá o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

NILTON OLIVEIRA BATISTA

DESPACHO DO CHEFE

Processo nº. 030.007.322/99
Interessado: Gabinete do Vice-Governador
Assunto: Aquisição de Material Permanente

Com base no art. 38, inciso VII, da Lei nº. 8.666/93, e conforme delegação de competência a mim atribuída pela Portaria de 02 de abril de 1998, ADJUDICO às firmas: Cássia P. da Anunciação - ME, os itens: 69 e 70; Expedgraf - Gráfica e Papelaria Ltda, o item: 71; resultado do Convite nº. 43/99 - Central de Compras da Secretaria de Fazenda, objeto do processo em epígrafe.

NILTON OLIVEIRA BATISTA

ASSINATURA SEMESTRAL

Retirada no Anexo do Palácio do Buriti	Remessa via Correios
R$ 87,12	R$ 223,08

Anexo do Palácio do Buriti
telefones: (061) 225-7803
316-4137 e 213-6312

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA

ORDEM DE SERVIÇO N.º 100, DE 28 DE OUTUBRO DE 1999

O Administrador Regional do Gama, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Inciso XXXIII do Artigo 53 do Regimento aprovado pelo Decreto 16.247 de 29.12.94 resolve:

1) Tornar sem efeito a Ordem de Serviço nº 91 de 08 de outubro de 1999, publicado no DODF nº 198, de 14/10/99, pg. 50;

2) Designar os servidores **JOAQUIM CARLOS GONÇALVES DE CARVALHO,** Assessor da Assessoria Técnica, matrícula nº 96.237-6 – **MARISOL SARAIVA LIMA,** Chefe do Serviço de Fiscalização de Zona Rural, matrícula nº46.284-5 – **HELENA MARIA GUEDES RIBEIRO**, Auxiliar de Administração Pública, matrícula nº 22.392-1 – **LUCIANA RODRIGUES DA ROCHA CRUZ** Assistente da Divisão de Administração Geral, matrícula n º 94.339-8. Para sob a presidência do primeiro e secretariada pela última comporem Comissão para apurar as irregularidades constantes do Processo nº 131.002.122/98 no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Ordem de Serviço.

VICENTE DE PAULO RIBEIRO

ORDEM DE SERVIÇO N.º 101, DE 28 DE OUTUBRO DE 1999

O Administrador Regional do Gama, no uso das atribuições que lhe são conferidas o Inciso V e XXII do Artigo 53 do Regimento aprovado pelo Decreto 16.247 de 29.12.94, combinado com o Inciso II, do Artigo 13, do Decreto nº 16.098/94, resolve:

Designar o servidor **JOSMAR FERNANDES DA COSTA**, Engenheiro Eletricista, Chefe do Núcleo de Ordenamento Territorial, matrícula nº 95.451-9, como Executor e Supervisor do Contrato de Ampliação do Sistema de Iluminação Pública do Gama, objeto do Processo nº 131.001.243/99, a partir do dia 13.10.99.

VICENTE DE PAULO RIBEIRO

ORDEM DE SERVIÇO N.º 102, DE 28 DE OUTUBRO DE 1999

O Administrador Regional do Gama, no uso das atribuições que lhe confere os Incisos XXX, XXXIII e XLIV, do Artigo 53, do Decreto nº 16.247 de 29/12/94, resolve:

1) Tornar sem efeito a Ordem de Serviço nº 03 de 15 de março de 1999, publicado no DODF nº 51, de 16 de março de 1999, pg. 09;

2) Designar os servidores **IVAN ALVES DOS SANTOS,** Diretor da Divisão de Administração Geral, matrícula nº 33.762-5 – **SILVIA JOSEANE FALCÃO MACEDO GOMES**, Assistente da Divisão de Administração Geral, matrícula 95.347-4, **IOLANDA MARIA DA SILVA PEREIRA**, Técnica de Administração Pública, matrícula nº 23.265-3 – **DARLENE FERREIRA SANTOS ALMEIDA**, Auxiliar de Administração Pública, matrícula nº 38.713-4, **ELIZABETH DE SOUSA FERREIRA**, Auxiliar de Administração Pública, matrícula nº 33.992-X, para sob a presidência do primeiro e secretariada pela última comporem Comissão Permanente de Licitação desta Administração.

VICENTE DE PAULO RIBEIRO

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ

ORDEM DE SERVIÇO N.º 136, DE 29 DE OUTUBRO DE 1999

O Administrador Regional do Guará, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 53, inciso XLVI, do Regimento Interno da Administração Regional do Guará, aprovado pelo Decreto nº 16.247 de 29 de dezembro de 1994, nos termos do Decreto 13.447/91: CANCELAR AS INDENIZAÇÕES DE TRANSPORTE, dos servidores abaixo:

NOME	MAT.	CARGO	DATA
LUZIA LINDALCIR BEZERRA PEREIRA	94.957-4	Chefe da Seção de Adm. Term. Rodoviários/DRSP	21.10.99
SANDRA PEREZ DE SÁ PONTES	91.459-2	Diretora da DRL	07.10.99

Obs: Os valores pagos indevidamente serão ressarcidos ao erário público a partir do mês 11/99.

DIVINO ALVES

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE

ORDEM DE SERVIÇO N.º 78, DE 28 DE OUTUBRO DE 1999

O Administrador Regional do Núcleo Bandeirante, no uso das atribuições Regimentais que lhe confere o Decreto nº 16.247, de 29.12.94, combinado com o disposto na Portaria nº 001/95-SEA, de 05 de janeiro de 1995, resolve:

Designar a servidora **VERA FEITOSA BRAGA GROLI,** Técnico de Administração Pública, Matrícula n.º 43.670-4, presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho, publicada no DODF nº 106, de 04 de junho de 1999, pág. 07, em substituição à servidora **CRISTINA MARIA LIRA DE CARVALHO.**

MARCO TÚLIO SANTANA RIOS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA

ORDEM DE SERVIÇO DE 26 DE OUTUBRO DE 1999

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições legais e com o fundamento no que dispõe o artigo 53, inciso XXXIII, do Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 16.247/94, resolve: Constituir Comissão encarregada de Inventariar Bens de Consumo desta Administração, composta dos servidores: Presidente: Iran da Costa Melo, Técnico de Administração Pública, matrícula nº 30.643-6, Membro: Maria de Lourdes Queiróz Silva, Técnico de Finanças e Controle, matrícula nº 30.825-0; Membro: Celso Vieira dos Santos, Técnico de Administração Pública, matrícula nº 39.682-6, Membro: Cícera Eliane Silva de Lira, Técnico de Finanças e Controle, matrícula nº 30.823-4; para sob a presidência do primeiro inventariar os bens de consumo no decorrer do exercício de 1999, como também as irregularidades.

Constituir Comissão encarregada de Inventariar Bens Patrimoniais desta Administração, composta dos servidores: Presidente: Alfredo Machado Filho, Analista de Finanças e Controle, matrícula nº 18.395-4, Membro: Ivanaldo Gomes, Técnico de Finanças e Controle, matrícula nº 30.975-3; Membro: Antônio Luiz Lima Santos, Técnico de Finanças e Controle, matrícula nº 30.974-5, Membro: Humberto Adelino da Silva, Técnico de Finanças e Controle, matrícula nº 27.416-X; Membro: Jary Xavier de Lima, Técnico de Orçamento, matrícula nº 22.640-8; para sob a presidência do primeiro inspecionar toda a movimentação dos

bens patrimoniais no decorrer do exercício de 1999, como também as irregularidades e condições de guarda dos mesmos.

VALDEMAR DA SILVA AGUIAR

ORDEM DE SERVIÇO DE 27 DE OUTUBRO DE 1999

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições legais e com fundamento no que dispõe o artigo 53, inciso XXXIII, do Decreto nº 16.247/94, resolve: Tornar sem efeito as Ordens de Serviço que concederam indenização de transportes aos servidores, como se segue:

Servidor	Matrícula	Ordem de serviço de	Publicação
Ivanaldo Gomes	30.975-3	13/07/99	DODF nº 141 de 23/07/99
Antônio Luiz Lima Santos	30.974-5	13/07/99	DODF nº 141 de 23/07/99
Edivaldo Morais Torres	33.978-4	13/07/99	DODF nº 141 de 23/07/99
Euripedes da Silva Milagres	94.412-2	10/05/99	DODF nº 94 de 18/05/99
Rosimere de Oliveira Nunes	96.15-2	19/05/99	DODF nº 102 de 28/05/99
Hermes Romão Campos	94.127-1	30/07/99	DODF nº 154 de 11/08/99
Jadder Maurício Aires Barbosa	96.567-7	16/08/99	DODF nº 159 de 18/08/99
Lurdes de Almeida Vargas	96.286-4	08/09/99	DODF nº 173 de 08/09/99
Humberto Adelino da Silva	27.416-X	26/04/99	DODF nº 85 de 05/05/99
Leonice Ferreira dos Santos	94.415-7	27/04/99	DODF nº 94 de 18/05/99
Alfredo Machado Filho	18.395-4	26/04/99	DODF nº 85 de 05/05/99

VALDEMAR DA SILVA AGUIAR

CASA MILITAR

PORTARIA DE 29 DE OUTUBRO DE 1999

O CHEFE DA CASA MILITAR DO GABINETE DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 36 , inciso X, do Regimento do Gabinete do Governador do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 15.064, de 24 de setembro de 1993, resolve:
NOMEAR o SOLDADO QPPMC MOZAR ALVES PINHEIRO, MAT. 16.527-1, da Policia Militar do Distrito Federal, para exercer a função de Auxiliar Militar do Serviço de Segurança de Instalações da Divisão de Segurança da Casa Militar do Gabinete do Governador do Distrito Federal, bem como CONCEDER o pagamento da Gratificação de Representação Militar, autorizada nos termos do Art. 1º da Lei nº 186, de 22 de novembro de 1991.
EXONERAR o SEGUNDO TENENTE QOPMM ELISEU SANTOS DO NASCIMENTO, MAT. 97.052-2, da Polícia Militar do Distrito Federal da função de Subchefe do Serviço de Suprimento e Manutenção do Palácio do Buriti, da Divisão de Suprimento e Manutenção da Casa Militar do Gabinete do Governador do Distrito Federal, bem como mandar cessar o pagamento da Gratificação de Representação Militar.
EXONERAR o SOLDADO QPPMC MAURO CESAR DOS SANTOS – MAT. 14.770-2, MAT. 93.791-6, da Polícia Militar do Distrito Federal da função de Auxiliar Militar do Serviço de Segurança de Instalações da Divisão de Segurança da Casa Militar do Gabinete do Governador do Distrito Federal, bem como mandar cessar o pagamento da Gratificação de Representação Militar.

JORGE CEZAR DE ARAUJO CALDAS – TEN CEL QOPM

SECRETARIA DE GOVERNO

PORTARIA DE 29 DE OUTUBRO DE 1999

O SECRETÁRIO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais estabelecidas pelo Decreto n.º 15.063, de 23 de setembro de 1993, e ainda das que lhe são conferidas pelo artigo 3º da Lei n.º 2.346, de 12 de abril de 1999, resolve:

Conceder Gratificação Especial pelo Exercício na Residência Oficial do Governador do Distrito Federal - GEGOV, instituída pela Lei n. 2.346, de 12 de abril de 1999 a **Miramar Jorge Puccinelli - Governanta Nível 1.**

BENJAMIM SEGISMUNDO DE J. RORIZ

SECRETARIA DE FAZENDA

DESPACHO DO SECRETÁRIO

PROCESSO Nº : 040.012.928/99
INTERESSADO : GAZETA MERCANTIL PARTICIPAÇÕES LTDA.
ASSUNTO : AQUISIÇÃO DE PERIÓDICO

Ratifico, nos termos do artigo 26 da Lei 8.666/93, a Inexigibilidade de Licitação em favor da Gazeta Mercantil Participações Ltda., com o objetivo de atender despesas com a aquisição de 01 (uma) assinatura anual do jornal Gazeta Mercantil , para a Assessoria de Comunicação Social desta Secretaria, no valor total de R$ 340,08 (trezentos e quarenta reais e oito centavos).
A Inexigibilidade de Licitação foi reconhecida com fundamento no "caput" do artigo 25, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.
Publique-se e encaminhe-se ao Departamento de Administração Geral/SEF, para demais providências.

VALDIVINO JOSE DE OLIVEIRA

SUBSCRETARIA DE FINANÇAS

ORDEM DE SERVIÇO N.º 2, DE 28 DE OUTUBRO DE 1999

Prorroga prazo para conclusão dos trabalhos de Comissão de avaliação de bens patrimoniais.

A SUBSECRETÁRIA DE FINANÇAS DA SECRETARIA DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência delegada pela alínea "b" do inciso I da Portaria SEFP n 090, de 16 de janeiro de 1995, e tendo em vista o que consta do processo n 040.011.436/99, resolve:
Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos de que trata a Ordem de Serviço nº 001/99, de 6 de setembro de 1999, publicada no DODF nº 173, de 8 de setembro de 1999, que constituiu Comissão incumbida de avaliar os bens patrimoniais móveis recolhidos no galpão do Departamento de Manutenção Patrimonial da Secretaria de Administração.
Art. 2º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

APARECIDA RAMOS DE CARVALHO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONSELHO DIRETOR

O CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias, na 936ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de outubro de 1999, de acordo com os processos abaixo mencionados, resolve:

RESOLUÇÃO N.º 6.682, DE 13 DE OUTUBRO DE 1999

Processo nº 082004076/99
Deferir o recurso impetrado por RINALDO AUGUSTO VAZ DE LIMA, matrícula nº 28.566-8, acolhendo o seu pedido de Licença para Trato de Interesses Particulares, a partir de 06.04.99.

RESOLUÇÃO N.º 6.683, DE 13 DE OUTUBRO DE 1999

Processo nº 082007586/98
Indeferir o recurso interposto por EDSON DOS SANTOS RAMOS, matrícula nº 29.347-4.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA

INSTRUÇÕES DE 29 DE OUTUBRO DE 1999

A DIRETORA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais e tendo em vista a delegação de competência que lhe foi conferida pelo Decreto n.º 12.740/90, Artigo 2º, Inciso IV, resolve:
Retificar a instrução de 03 de fevereiro de 1992, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, dia 06 de fevereiro de 1992, que concedeu Pensão Temporária a Maria Célia Aparecida dos Santos, Wesley Marcelus de Almeida e Valéria Aparecida Queiróz, filhos da ex-funcionária Geralda Aparecida dos Santos, matrícula nº 83.376-2, no cargo de Auxiliar de Assistência à Educação/Agente de Conservação e Limpeza, Grupo Básico, Classe Única, Padrão 06, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, para considerar o artigo 40, § 5º, da Constituição Federal, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo nº 082.015813/91.

Conceder Aposentadoria a MARIA AUGUSTA RIBEIRO, matrícula n.º 94.799-7, no cargo de Professor, Nível 03, Classe única, Padrão 25I, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do artigo 186, inciso III, alínea "c" e 189, parágrafo único da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinado com o artigo 41, inciso III, alínea "c" e § 4º da Lei Orgânica do Distrito Federal, artigo 3º da Emenda Constitucional nº 20, de 16 de dezembro de 1998, acrescidos aos proventos os Incentivos Funcionais de que trata o artigo 30, da Lei n.º 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o parágrafo único, do artigo 13, da Lei n.º 66, de 18 de dezembro de 1989. Com as vantagens do artigo 1º da Lei n.º 1.004 de 11 de janeiro de 1996. Processo n.º 082.020516/98.

A DIRETORA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 17.603 de 15 de agosto de 1996 e alterações no Decreto nº 18.445, de 15 de julho de 1997, resolve, em caráter excepcional, autorizar:
SÍLVIA FRANÇA MAGALHÃES, matrícula nº 58.655-2, a substituir o titular do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-07, de Chefe do Setor de Contratos e Convênios da Diretoria Executiva, no período de 18.10.99 a 01.11.99, por motivo de licença para tratamento de saúde do titular.

A DIRETORA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.143 e seguintes da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em vigor para os servidores do Distrito Federal, por força do art. 5º da Lei 197, de 04/12/91, do Distrito Federal, resolve: PRORROGAR por 60 (sessenta) dias, com fulcro no art. 152, da Lei 8.112/90, o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar de número: 082.021727/98, instalado em 30/08/99.

A DIRETORA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista a Lei nº 197, de 04.12.91, considerando o disposto no artigo 28 da Lei nº 8.112/90 e o constante do Mandado de Segurança nº68.777-2 - Processo nº 082.016994/99, resolve:
Reintegrar o servidor OTAMIR SILVA DE CASTRO, ao Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, no cargo de Professor MG2V, matrícula nº 33.352-2.

MARISTELA DE MELO NEVES MENDES

DESPACHOS DA DIRETORA
Em 29 de outubro de 1999

PROCESSO Nº: 082.012586/99; INTERESSADA: DENISE APARECIDA PILOTO LOPES DE CASTRO; ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATO DE ASSUNTOS PARTICULARES.
RETIFICO o período da Licença para Trato de Assuntos Particulares concedida a servidora DENISE APARECIDA PILOTO LOPES DE CASTRO, matrícula nº 33.775-7, Professor MG3V, de 23/08/99 a 22/08/2002, para 21/09/99 a 20/09/2002.

PROCESSO Nº: 082.013270/99; INTERESSADO: HELTON PRUDENTE CARVALHEDO; ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATO DE ASSUNTOS PARTICULARES.
AUTORIZO a Licença para Trato de Assuntos Particulares, prevista no artigo 5º da Lei nº 1.864, de 19/01/98, requerida pelo servidor HELTON PRUDENTE CARVALHEDO, Professor MG3V, matrícula nº 65.499-X, pelo período de 29/09/99 a 28/09/2002.

MARISTELA DE MELO NEVES MENDES

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
DIVISÃO DE PESSOAL

ORDEM DE SERVIÇO DE 13 DE OUTUBRO DE 1999

O DIRETOR DA DIVISÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela instrução nº 551, de 31.01.96, subitem 1.12, resolve:
1 - Retificar a averbação do tempo de serviço referente aos processos formulados na vigência da Lei nº 8.112/90, adotada no âmbito do Distrito Federal, a partir de 01.01.92, através da Lei nº 197, de 04.12.91, para que se estenda os benefícios, também, para efeitos de Adicional por Tempo de Serviço (anuênios) de acordo com a Súmula 137-TCU, atendendo-se, assim, as diligências daquela Corte, relativamente ao servidor abaixo relacionado:

Nome: **ELIAS FERREIRA DA MOTA**	Matrícula: **75.942-2**
Processo: **082.003231/92**	Dias: **1.553**
Nome: **EROTILDES RODRIGUES BEZERRA**	Matrícula: **75.827-2**
Processo: **082.003246/92**	Dias: **2.100**
Nome: **IDELMA TERESINHA C. LEITE**	Matrícula: **94.503-X**
Processo: **082.004506/93**	Dias: **1.308**
Nome: **IRANAIA MARIA FERRAZ**	Matrícula: **73.582-5**
Processo: **082.017612/95**	Dias: **395**
Processo: **082.018263/93**	Dias: **1.156**
Nome: **JOSE MARQUES DE SOUZA**	Matrícula: **60.087-3**
Processo: **082.010063/92**	Dias: **4.018**
Processo: **082.010063/92**	Dias: **1.826**
Nome: **NEUTA PEREIRA DA SILVA**	Matrícula: **65.031-5**
Processo: **082.017914/93**	Dias: **569**
Processo: **082.005889/94**	Dias: **2.135**
Nome: **SIDELCINA FERREIRA RODRIGUES**	Matrícula: **76.480-9**
Processo: **082.003873/92**	Dias: **1.967**
Nome: **SILVESTRINA PEDROZA DE ALMEIDA SANTOS**	Matrícula: **91.990-X**
Processo: **082.013485/94**	Dias: **338**

SINVAL LUCAS DE SOUZA FILHO

ORDEM DE SERVIÇO DE 14 DE OUTUBRO DE 1999

O DIRETOR DA DIVISÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31.01.96, resolve:
1 - Conceder a REVERSÃO DO REGIME DE TEMPO INTEGRAL E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO-TIDEM AO REGIME ANTERIOR DE TRABALHO, a LUIZ ALBERTO TIBANA, matrícula nº .63.251-1, a partir de 01/09/99, nos termos da Lei nº 356, de 20 de novembro de 1992, regulamentada pelo Decreto nº 14.413 de 25 de novembro de 1992.

SINVAL LUCAS DE SOUZA FILHO

ORDEM DE SERVIÇO DE 28 DE OUTUBRO DE 1999

O DIRETOR DA DIVISÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31 de janeiro de 1996, resolve:
1-Anular a concessão da Licença-Prêmio por Assiduidade, referente ao 1º quinqüênio: 28.01.94 a 27.01.99, publicado no DODF nº 202, de 20.10.99, à ALIOMAR FERREIRA FRANÇA, matrícula nº 22.400-6, DRE/TAGUATINGA.
2-Anular a concessão da Licença-Prêmio por Assiduidade, referente ao 1º quinqüênio: 29.03.93 a 28.03.98, publicado no DODF nº 186, de 27.09.99, à ALTAMIRA ALVES PEREIRA, matrícula nº 48.715-5, DRE/SOBRADINHO.
3- Anular a concessão da Licença-Prêmio por Assiduidade, referente ao 1º quinqüênio: 24.09.93 a 23.03.99, publicado no DODF nº 164, de 25.08.99, à SEBASTIÃO ADÃO DA SILVA, matrícula nº 21.062-5, DRE/PLANALTINA.

SINVAL LUCAS DE SOUZA FILHO

DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO GAMA

INSTRUÇÃO DE 29 DE OUTUBRO DE 1999

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO GAMA, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a Lei N º 197, de 04 de dezembro de 1991, considerando o disposto na Lei N º 356, de 23 de novembro de 1992, regulamentada pelo Decreto N º 14.413, de 25 de novembro de 1992, e em conformidade com a Instrução 551, de 31 de janeiro de 1996, resolve:
Conceder o REGIME DE TEMPO INTEGRAL E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA AO MAGISTÉRIO – TIDEM aos professores abaixo relacionados:

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO	DOC.	PERÍODO
ROSANA CORDEIRO ARAUJO	38.279-5	MG1Q	CHEv	13/05/99 à 02/10/99

INES MARIA DE ARRUDA

DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO NÚCLEO BANDEIRANTE

ORDEM DE SERVIÇO DE 26 DE OUTUBRO DE 1999

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO NÚCLEO BANDEIRANTE, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista a Lei 197, de 04 de dezembro de 1991, Decreto nº 14.413, de 25 de novembro de 1992, e no uso das atribuições que lhe confere a Instrução nº 551 de 31.01.96, resolve:

Conceder o cancelamento do **REGIME DE TEMPO INTEGRAL E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA AO MAGISTÉRIO - TIDEM**, da professora **THAIS ANDRADE MACEDO**, matrícula n.º 39.004-6 a partir de 08/10/99.

Conceder o **REGIME DE TEMPO INTEGRAL E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA AO MAGISTÉRIO - TIDEM**, a professora **LEILA MARIA ALVES DA SILVA**, matrícula n.º 53.712-8, conforme autorização 3838-2, a partir de 01/10/99.

ADJANIRA MARIA BORGES DE OLIVEIRA

ORDEM DE SERVIÇO DE 27 DE OUTUBRO DE 1999

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO NÚCLEO BANDEIRANTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução 555, de 04 de março de 1996, resolve:

Designar **ROGERS SANDREY LIMA MELO**, matrícula 30.803-X, SA 401, para substituir o Titular do Cargo em Comissão de Chefe de Secretaria do Centro de Ensino Telebrasília, DFG 04, pelo período de 21/10/1999 a 17/02/2000, por motivo de licença maternidade;

ADJANIRA MARIA BORGES DE OLIVEIRA

CENTRO DE ENSINO DE 1º GRAU GRANJA DAS OLIVEIRAS
ORDEM DE SERVIÇO DE 18 DE OUTUBRO DE 1999

O(A) DIRETOR(A) DO CENTRO DE ENSINO DE 1º GRAU GRANJA DAS OLIVEIRAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela instrução 551 de 31 de janeiro de 1996, e tendo em vista o que dispõe o artigo 97, item III-A da Lei 8.112/90. resolve:

Conceder Licença Gala a JENNIFER NAOMI ZUPNEK mat. 26.587-X no período de 02/10/99 à 09/10/99.

Conceder Licença Gala a RODRIGO BATISTA LÔBO mat 28.205-7 no período de 02/10/99 à 09/10/99.

GILVACI RODRIGUES AZEVEDO PINHO

DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO PARANOÁ

ORDEM DE SERVIÇO DE 13 DE OUTUBRO DE 1999(*)

O DIRETOR DA REGIONAL DE ENSINO DO PARANOÁ , no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a lei 197, de 04 de dezembro de 1991, Decreto n.º 14.413, de 25 de novembro de 1992, e no uso das atribuições que lhe confere a Instrução n.º 551 de 31.01.96, resolve:
Conceder o REGIME DE TEMPO INTEGRAL E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA AO MAGISTÉRIO-TIDEM, aos professores abaixo relacionados:

1. VANDERLEI RODRIGUES DOS SANTOS, matrícula 39.410-6, a pedido do professor(a); uma vez que passou a ser exclusivo(a) da FEDF, a partir de 09.08.99;
2. MARCELA DE OLIVEIRA SILVA, matrícula 35.532-1, a pedido do professor(a); uma vez que passou a ser exclusivo(a) da FEDF, no período de 01.08.99
3. OTTON JOSE BORGES TAGUARY, matrícula 33.910-5, a pedido do professor(a); uma vez que passou a ser exclusivo(a) da FEDF, a partir de 11.08.99;
4. SANDRA ELIZABETH H. DE QUEIROZ, matrícula 32.575-9, a pedido do professor(a); uma vez que passou a ser exclusivo(a) da FEDF, a partir de 04.08.99.

JADIR SOARES DOS REIS

(*) Republicado por ter saído com incorreção. do original. no DODF-Seção II. nº 199, de 15-10-99. pág. 21.

ESCOLA CLASSES 02 DO PARANOÁ
ORDEM DE SERVIÇO DE 27 DE OUTUBRO DE 1999

O DIRETOR DA ESCOLA CLASSE 02 DO PARANOÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela instrução 551 de 31 de janeiro de 1999, e tendo em vista o que dispões o artigo 97, item III-B da Lei 8.112/90, RESOLVE:
Conceder Licença Nojo à NADIR BERNARDES DA S. GOMES, matrícula 60.806-8, no período de 26.08.99 a 02.09.99.

FRANCISCO DE CASTRO SILVA

DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE PLANALTINA

ORDEM DE SERVIÇO DE 27 DE OUTUBRO DE 1999

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE PLANALTINA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Instrução nº 555, de 04 de março de 1996 e considerando o disposto no Decreto nº 18.445 de 15 de julho de 1997, resolve:
Designar substituta de Cargo Comissionado abaixo indicado, no período mencionado, a seguinte servidora:

- EDILENE FERREIRA DE OLIVEIRA, MG1Q, matrícula 31943-0, para substituir a Diretora da Escola Classe Cariru da DRE/Planaltina, FG-02, no período de 15/10/99 a 11/02/2000, por motivo de Licença Gestante da titular.

HADBA JAPUR CHALUB NETA MELO

DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO PLANO PILOTO E DO CRUZEIRO

ORDEM DE SERVIÇO DE 22 DE OUTUBRO DE 1999

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO PLANO PILOTO E DO CRUZEIRO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31 de janeiro de 1996, tendo em vista a Lei nº 197, de 04 de dezembro de 1991, considerando o disposto na Lei nº 356, de 23 de dezembro de 1992 regulamentada pelo Decreto nº 14.413, de 25 de novembro de 1992, resolve:
Conceder o REGIME DE TEMPO INTEGRAL E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA AO MAGISTÉRIO - TIDEM, ao professor abaixo relacionado:
NOME: JONES JOSÉ CORREIA, matrícula nº 64.494-3, Exoneração de outro órgão, a partir de 21/10/1999.

Conceder o REGIME DE TEMPO INTEGRAL E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA AO MAGISTÉRIO - TIDEM, a professora abaixo relacionada:
NOME: ELAINE CRISTINA FERRAZ DE LIMA, matrícula nº 44.625-4, Chev nº 32316, pelo período de 29/07/99 a 19/11/99.

Conceder o REGIME DE TEMPO INTEGRAL E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA AO MAGISTÉRIO - TIDEM, ao professor abaixo relacionado:
NOME: JONES JOSÉ CORREIA, matrícula nº 64.494-3, Exoneração de outro órgão, a partir de 21/10/1999.

Conceder o REGIME DE TEMPO INTEGRAL E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA AO MAGISTÉRIO - TIDEM, a professora abaixo relacionada:
NOME: ELAINE CRISTINA FERRAZ DE LIMA, matrícula nº 44.625-4, Chev nº 32316, pelo período de 29/07/99 a 19/11/99.

NILZA ALVES TEIXEIRA LIMA

ORDEM DE SERVIÇO DE 25 DE OUTUBRO DE 1999

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO PLANO PILOTO E DO CRUZEIRO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31 de janeiro de 1996, tendo em vista a Lei nº 197, de 04 de dezembro de 1991, considerando o disposto na Lei nº 356, de 23 de dezembro de 1992 regulamentada pelo Decreto nº 14.413, de 25 de novembro de 1992, resolve:
Conceder o REGIME DE TEMPO INTEGRAL E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA AO MAGISTÉRIO - TIDEM, aos professores abaixo relacionados:
NOME: CUSTODIANA COSTA PINTO, matrícula nº 200.624-3, Memo nº 671/99, a partir de 03/09/99.

NILZA ALVES TEIXEIRA LIMA

ORDEM DE SERVIÇO DE 26 DE OUTUBRO DE 1999

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO PLANO PILOTO E DO CRUZEIRO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 555, de 05 de março de 1996, considerando o disposto no Decreto nº 18.445, de 15 de julho de 1997, resolve:
Designar a servidora abaixo relacionada, para substituir o Titular do Cargo em Comissão, a seguir especificado:
NOME:MARIA CRISTINA DE ALBUQUERQUE MATHIAS DOS SANTOS, matrícula nº 20.227-4, Cargo em Comissão de Chefe de Secretaria, Símbolo DF 02, na E.C. 308 Sul, no período de 05/10/99 a 01/02/2000, por motivo de Licença maternidade da titular.

NILZA ALVES TEIXEIRA LIMA

DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE SAMAMBAIA

ORDEM DE SERVICO DE 27 DE OUTUBRO DE 1999

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE SAMAMBAIA, por delegação de competência, nos termos da Instrução nº 551 de 31.01.96 no item 1.36, resolve:
Conceder Gratificação pelo Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva do Magistério Público do Distrito Federal - TIDEM, conforme artigo 7º do Decreto nº 14.413, de 25 de novembro de 1992, aos servidores abaixo relacionados:

MATRÍCULA	NOME	CARGO	DATA INÍCIO
27.056-3	PATRÍCIA SOUZA RAMOS	MG1Q-GT3	27/09/99
38.778-9	ANTONIO CEZAR CASTELLO B. FILHO	MG2Q	25/10/99
39.867-5	MANOEL FERREIRA GOMES	MG1Q	01/10/99
200.149-7	CENI BRANDÃO DE MENDONÇA	MG1Q	14/10/99
200.806-8	VIVIANE VIEIRA DA C. LOPES	MG2Q	25/10/99

ANA MAGALY CIROUEIRA NOGUEIRA

DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA

ORDEM DE SERVIÇO DE 27 DE OUTUBRO DE 1999

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a Lei nº 197, de 04 de dezembro de 1991,considerando o disposto na Lei nº 356, de 23 de novembro de 1992, regulamentada pelo Decreto nº 14.413, de 25 de novembro de 1992, e em conformidade com a Instrução n.º 551, de 31 de janeiro de 1996, resolve:

Conceder o regime de TEMPO INTEGRAL E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA AO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL - TIDEM, aos professores abaixo relacionados :

Matrícula	Nome	Cargo	Período	Documento
200.826-2	IONE FERREIRA DE ALMEIDA	MG2Q	01.10.99	MEMº 38.541/99
200.330-9	ANTÔNIO IBIRATAN DE ARAÚJO	MG2Q	01.10.99	MEMº 38.869/99
200.367-8	RENATA QUEIROZ MOURA ARAÚJO	MG2Q	19.10.99	MEMº 38.593/99

AURELICE BEZERRA ARAGÃO

DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE TAGUATINGA

ESCOLA CLASSE 52 DE TAGUATINGA
ORDEM DE SERVIÇO DE 25 DE OUTUBRO DE 1999

A DIRETORA DA ESCOLA CLASSE 52 DE TAGUATINGA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31 de janeiro de 1996, e tendo em vista o que dispõe o artigo 97, item III "b" da Lei nº 8112/90, resolve:
Conceder licença nojo a servidora MARIA DE LURDES DOS SANTOS, matrícula nº 22.241-0, pelo período de 21.10.99 a 28.10.99.

SELMA MARIA JESUS LOBO

DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA

ORDEM DE SERVIÇO DE 20 DE OUTUBRO DE 1999

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA/EDUCAÇÃO BÁSICA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das suas atribuições regimentais, resolve:
1. Dispensar MARIA DAS VITÓRIAS LIMA DE OLIVEIRA, matrícula nº 71.848-3, da Comissão de Coordenação Geral para Elaboração do Currículo da Educação Básica, das escolas públicas do Distrito Federal, a partir de 01.10.99.
2. Designar CARLOS ANTÔNIO SANTIAGO, matrícula nº 77.797-8, para compor a referida Comissão.

ANNA MARIA DANTAS ANTUNES VILLABOIM

SECRETARIA DE SAÚDE

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE 29 DE OUTUBRO DE 1999

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, e considerando o contido na alínea "d", art. 23 do Estatuto da FHDF, homologado pelo Decreto nº 4643 de 02.05.79, resolve:

Tornar nula a Instrução de 24.06.99, publicada no DODF de 28.06/99, que exonerou o servidor **LUIZ FERNANDO ROCHA R. DE AZEVEDO** – Assistente Superior de Saúde – Médico – Ortopedia Traumatologia, 3ª Classe Padrão I, matrícula 136.605-0, lotado no HRP o Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, em conformidade com o parecer da Procuradoria Jurídica/FHDF contido nos autos do Processo nº 061.001.695/99, a partir de 15.10.99.

Conceder Licença Sem Vencimento para Trato de Interesses Particulares ao servidor **MILTON MENEZES DA COSTA NETO,** matrícula 118.932-8, Assistente Superior de Saúde – Médico – Ginceo e Obstetrícia, Classe Especial, Padrão V, lotado no CEDRHUS, por um período de 02 (dois) anos, nos termos do artigo 91, da Lei 8.112/90, alterada no âmbito do Distrito Federal pelo artigo 5º da Lei nº 1.864 de 19 de janeiro de 1998, conforme autos do processo nº 061.009337/99.

JOFRAN FREJAT

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

ORDEM DE SERVIÇO DE 28 DE OUTUBRO DE 1999

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no subitem 1.20, da Instrução n.º 5, de 11 de fevereiro de 1999, *publicada no DODF de 12-2-99, resolve:*

1 - **AVERBAR** o tempo de serviço prestado pelos servidores abaixo indicados, aos órgãos e entidades a seguir mencionados:

NOME: **JOVIANO JOSÉ DOS SANTOS,** matrícula 111.053-5, Assistente Superior de Saúde - Médico, HBDF.
109 dias, ou seja, 3 meses e 19 dias prestados à Fundação Educacional do Distrito Federal, no período de 21-2-64 a 8-6-64, contados para fins de adicional e aposentadoria, conforme processo 061.022531/99.

NOME: **JOVIANO JOSÉ DOS SANTOS,** matrícula 111.053-5, Assistente Superior de Saúde - Médico, HBDF.
368 dias, ou seja, 1 ano e 3 dias, prestados ao Hospital das Forças Armadas - DF, no período de 25-1-71 a 27-1-72, contados para fins de adicional e aposentadoria, conforme processo 061.022531/99.

NOME: **JOVIANO JOSÉ DOS SANTOS,** matrícula 111.053-5, Assistente Superior de Saúde - Médico, HBDF.
845 dias, ou seja, 2 anos, 3 meses e 25 dias prestados ao Hospital das Forças Armadas - DF, no período de 18-12-72 a 18-4-75, contados para fins de adicional e aposentadoria, conforme processo 061.022531/99.

NOME: **JOVIANO JOSÉ DOS SANTOS,** matrícula 111.053-5, Assistente Superior de Saúde - Médico, HBDF.
395 dias, ou seja, 1 ano e 1 mês, com base no Parecer n.º 10 da CGR, conforme Certidão expedida pelo INSS, no período de 1-12-75 a 29-12-76, contados somente para fins de aposentadoria, conforme processo 061.022531/99.

NOME: **JOVIANO JOSÉ DOS SANTOS,** matrícula 111.053-5, Assistente Superior de Saúde - Médico, HBDF.
344 dias, ou seja, 11 meses e 14 dias prestados à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, no período de 6-1-70 a 15-12-70, contados para fins de adicional e aposentadoria, conforme processo 061.022531/99.

NOME: **MARIA CELESTE DOS SANTOS OLIVEIRA,** matrícula 115.768-0, Assistente Superior de Saúde - Médico, HBDF.
316 dias, ou seja, 10 meses e 16 dias prestados à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, no período de 15-1-77 a 26-11-77, contados para fins de adicional e aposentadoria, conforme processo 061.022913/99.

NOME: **TÂNIA MARIA DE MEDEIROS CIRNE,** matrícula 128.637-4, Assistente Superior de Saúde - Médico, HBDF.
264 dias, ou seja, 8 meses e 23 dias prestados à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, no período de 12-3-75 a 30-11-75, contados para fins de adicional e aposentadoria, conforme processo 061.022486/96.

NOME: **NADJA CAMARGO DE BEM,** matrícula 114.852-4, Assistente Superior de Saúde - Médico, DRH/Diversos.
314 dias, ou seja, 10 meses e 14 dias prestados à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, no período de 15-8-76 a 24-6-77, contados para fins de adicional e aposentadoria, conforme processo 061.010385/97.

2 - **RETIFICAR** a averbação de tempo de serviço concedida aos servidores abaixo indicados:

NOME: **TÂNIA MARIA DE MEDEIROS CIRNE,** matrícula 128.637-4, Assistente Superior de Saúde - Médico, HBDF.
1.456 dias, ou seja, 3 anos, 11 meses e 26 dias prestados ao Ministério da Saúde - DF, no período de 6-1-76 a 31-12-79, contados para fins de adicional e aposentadoria, conforme processo 061.022486/96.
Retificada afim de considerar o tempo prestado como médico-residente para efeito de adicional e aposentadoria. Publicação original: DODF n.º 79, de 24-4-96, páginas 3302 e 3303.

NOME: **NADJA CAMARGO DE BEM,** matrícula 114.852-4, Assistente Superior de Saúde - Médico, DRH/Diversos.
731 dias, ou seja, 2 anos e 1 dia, prestados à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, no período de 3-1-78 a 3-1-80, contados para fins de adicional e aposentadoria, conforme processo 061.010385/97.
Retificada afim de considerar o tempo prestado como médico-residente para fins de adicional e aposentadoria. DODF n.º 245, de 19-12-97, páginas 10591 e 10592.

NOME: **MARGARIDA LEITÃO PEREIRA,** matrícula 124.955-0, Assistente Intermediário de Saúde - Auxiliar de Enfermagem, DRH/Aposentados.
1.968 dias, ou seja, 5 anos, 4 meses e 23 dias prestados à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, no período de 30-12-70 a 15-6-76, contados para fins de adicional e aposentadoria, conforme processo 061.039509/91.
Retificada devido à emissão de Certidão de Tempo de Serviço, contendo total de dias divergente, conforme determinação do TCDF, através do Ofício n.º 194/99, proferida nos autos do processo de aposentadoria da inativa.

NOME: **MARGARIDA LEITÃO PEREIRA,** matrícula 124.955-0, Assistente Intermediário de Saúde - Auxiliar de Enfermagem, DRH/Aposentados.
3.188 dias, ou seja, 8 anos, 8 meses e 28 dias prestados ao Hospital das Forças Armadas - DF, no período de 16-6-76 a 14-3-85, contados para fins de adicional e aposentadoria, conforme processo 061.039509/91.
Retificada afim de acrescentar um dia que havia sido considerado concomitante com o período averbado do tempo prestado à FHDF. Publicação original: DODF n.º 39, em 22-2-95, páginas 21 e 22.

NOME: **LAHYR EDUARDO GUEDES DE AMORIM,** matrícula 108.699-5, Assistente Superior de Saúde - Médico, DRH/Aposentados.
712 dias, ou seja, 1 ano, 11 meses e 17 dias prestados à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, no período de 2-1-73 a 14-12-74, contados para fins de adicional e aposentadoria, conforme processo 061.023186/91.
Retificada afim de considerar o tempo prestado como médico-residente para fins de adicional e aposentadoria, em atendimento à Decisão n.º 6384/99 do TCDF, proferida nos autos do processo de aposentadoria do inativo.

NOME: **LAHYR EDUARDO GUEDES DE AMORIM,** matrícula 108.699-5, Assistente Superior de Saúde - Médico, DRH/Aposentados.
457 dias, ou seja, 1 ano, 3 meses e 2 dias prestados ao Ministério da Saúde - GO, no período de 1-10-70 a 31-12-71, contados para fins de adicional e aposentadoria, conforme processo 061.023186/91.
Retificada afim de considerar o tempo prestado na qualidade de acadêmico para fins de adicional e aposentadoria, em atendimento à Decisão n.º 6384/99 do TCDF, proferida nos autos do processo de aposentadoria do inativo. Publicação original: DODF n.º 35, em 19-2-98, página 31.

NOME: **MARIA DAS GRAÇAS SOUZA,** matrícula 113.412-4, Assistente Superior de Saúde - Médico, DRH/Aposentados.
721 dias, ou seja, 1 ano, 11 meses e 26 dias prestados à Universidade de Brasília - DF, no período de 2-1-76 a 22-12-77, contados para fins de adicional e aposentadoria, conforme processo 061.027774/91.
Retificada afim de considerar o tempo prestado como médico-residente para fins de adicional e aposentadoria, em atendimento à Decisão n.º 6886/99 do TCDF. Publicação anterior: DODF Suplemento n.º 19, em 28-1-92, página 28.

NOME: **ANA RITA DE CARVALHO PIRES,** matrícula 115.956-9, Assistente Intermediário de Saúde - Agente Administrativo, DRH/Aposentados.
4.300 dias, ou seja, 11 anos, 9 meses e 15 dias prestados à Prefeitura Municipal de Joselândia - MA, no período de 5-6-62 a 13-3-74, contados para fins de adicional e aposentadoria, conforme processo 061.030289/94.
Retificada afim de considerar o período para fins de adicional e aposentadoria, em atendimento à Decisão n.º 6589/99 do TCDF, proferida nos autos do processo de aposentadoria da inativa. Publicação original: DODF n.º 94, em 16-5-94, página 11.

NOME: **MEIRE LOPES DOS SANTOS,** matrícula 104.544-0, Assistente Intermediário de Saúde - Auxiliar de Enfermagem, DRH/Aposentados.
704 dias, ou seja, 1 ano, 11 meses e 9 dias prestados à Fundação Educacional do Distrito Federal, no período de 15-5-68 a 19-4-70, contados para fins de adicional e aposentadoria, conforme processo 061.022234/95.
Retificada devido à apresentação de Certidão de Tempo de Serviço expedida pela Fundação Educacional do Distrito Federal, contendo 1 falta, em atendimento à Decisão n.º 4636/99, proferida nos autos do processo de aposentadoria da inativa. Publicação original: DODF n.º 61, em 28-3-95, páginas 36 e 37.

NOME: **JOÃO PAULO SILVA,** matrícula 103.618-1, Assistente Superior de Saúde - Médico, HRT.
1.096 dias, ou seja, 3 anos e 1 dia, prestados à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, no período de 1-1-66 a 31-12-68, contados para fins de adicional e aposentadoria, conforme processo 061.030035/92.
Retificada afim de considerar o tempo prestado como médico-residente para fins de adicional e aposentadoria.

3 - **REPUBLICAR** a averbação de tempo de serviço concedida ao servidor abaixo indicado:

NOME: **PAULO DE MENEZES FRATTESI,** matrícula 119.372-4, Assistente Superior de Saúde - Odontólogo, HMIB.
1.502 dias, ou seja, 4 anos, 1 mês e 12 dias prestados à Fundação Educacional do Distrito Federal, no período de 3-5-78 a 13-6-82, contados para fins de adicional e aposentadoria, conforme processo 061.027544/99.
Republicada por erro no total de dias. Publicação original: DODF n.º 199, em 15-10-99, página 23.

GERALDO FERREIRA DA SILVA

ORDENS DE SERVIÇO DE 29 DE OUTUBRO DE 1999

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do subitem 1.31, da Instrução nº 5 de 11 de fevereiro de 1999, resolve:

Nomear a servidora **JANAINA DA SILVA PIRES DE SÁ**, AIS – Agente Administrativo – matrícula 123.233-9 para substituir o Membro da Comissão Permanente de Licitação da Fundação Hospitalar do Distrito Federal no período de 04.10. a 04.11.99, tendo em vista o afastamento do membro titular.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais que lhe conferem a Instrução nº 19/96, de 22 de maio de 1996, resolve:

Remover no interesse da Administração, **MARIA ANGELA RAJA GABAGLIA**, matrícula nº 353.059-1, Assistente Superior de Saúde , 3ª Classe , Padrão I, (Médica Clínica Médica), da Direção Regional de Saúde do Paranoá, para o Hospital Regional de Brazlândia, a partir da presente data.

GERALDO FERREIRA DA SILVA

HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO

ORDEM DE SERVIÇO DE 26 DE OUTUBRO DE 1999

O DIRETOR DO HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO, usando de suas atribuições, através da Instrução nº 05 de 11/02/99, do Presidente da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, resolve:

Conceder Licença Prêmio por Assiduidade, nos termos do artigo 087, da Lei nº 8.112/90, combinado com a Lei nº 221, de 27 de dezembro de 1.991, aos seguintes servidores:

NOME: JORGE LUIZ RODRIGUES CHAVES
Matrícula nº: 133488-3
Quinquênio(s): 1º- 13/01/94 A 12/01/99
Processo nº: 061.046152/99

Conceder Auxílio Creche, Pré-Escola e Natalidade, nos termos do artigo 196, da Lei nº 8.112/90, combinado com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1.990, ao servidor:

NOME: JOÃO COSTA CARVALHO
Matrícula nº: 123055-7
Dependente: MIRIAM PEREIRA CARVALHO, filha, nascida em 08/10/99, conf. Cert. de Nasc. nº 138619, 3º Ofício - Ceilândia-DF.

ANTONIO A. ARARIPE NETO

INSTITUTO DE SAÚDE MENTAL

ORDEM DE SERVIÇO DE 25 DE OUTUBRO DE 1999

O Diretor do Instituto de Saúde Mental, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no item II, da Instrução Nº 05 de 11 de Fevereiro de 1999, resolve:

Conceder **DISPENSA DE PONTO** a servidora Maria Aparecida Penso, ASS-Psicóloga, matrícula nº 129.910-7, nos dias 27,28 e 29 de Outubro de 1999 para participar do Seminário sobre Competências conversasionais : Chave para a construção de Organizações de alto desempenho, promovido pela Universidade Católica de Brasília, nesta capital.

RETIFICAR o 2º Quinquênio da Licença Prêmio por Assiduidade da servidora Alzira Broxado Lima Chagas, matrícula nº 122.774-2, publicado no DODF de 27/06/94, de 26/05/89 à 27/05/94 para 26/05/89 à 25/05/94, conforme processo nº 061.002101/93.

Conceder **LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE**, nos termos do artigo 87 da lei 8.112/90, combinada com a lei 221, de 27/12/91, condicionando o período de gozo aos critérios da Administração, a seguinte servidora:

Nome: Alzira Broxado Lima Chagas.
Matrícula: 122.774-2
Lotação: ISM/FHDF
Processo: 061.002101/93
3º Quinquênio de 26/05/94 à 25/05/99.

ADHEMAR BORGES DA SILVA

SECRETARIA DE OBRAS

ATO DO CHEFE DE GABINETE

DESPACHO DO CHEFE

PROCESSO : Nº 030.000.598/99
INTERESSADO : TADEU FILIPPELLI
ASSUNTO : Autorização de Viagem e Concessão de Diária

No uso de minhas atribuições regimentais e tendo em vista o que dispõe no Artigo 8º do Decreto nº 14.649, de 25.03.93, e em conformidade com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil e a Portaria nº 001/99-SO, de 19/01/99, para o exercício de 1.999, autorizo a viagem e concessão de diária para o servidor abaixo, com a finalidade de participar da Reunião no BNDES, na cidade do Rio de Janeiro.
Tadeu Filippelli, Matrícula nº 92.909-3, no valor de R$ 88,97 (Oitenta e oito reais e noventa e sete centavos), referente a ½ diária, período 27/10/99.

SALVANDIR FERREIRA DE LIMA

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE 27 DE OUTUBRO DE 1999

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso VIII, do Regimento aprovado pelo Decreto n.º 15.342, de 20 de dezembro de 1993 e com base no Decreto 18.445 de 15.07.97, resolve: Designar o servidor FRANCISCO SANTANA FILGUEIRAS, matrícula 93.823-8, Técnico de Atividades Rodoviárias, para substituir o servidor JOÃO BATISTA RODRIGUES, matrícula 93.606-5, Técnico de Atividades Rodoviárias, Chefe do Núcleo de Apoio e Reparos , da Divisão Industrial, símbolo DFG-09, no período de 08.11.99 a 07.12.99, por motivo de férias regulamentares do titular.

BRASIL AMÉRICO LOULY CAMPOS

INSTRUÇÃO DE 28 DE OUTUBRO DE 1999

O DIRETOR DE OBRAS DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o Art. 66, Inciso VIII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 15.342, de 20-12-93, resolve: Prorrogar por 30 (trinta) dias o prazo conlusão dos trabalhos da Comisão de sindicancia que trata o processo nº 113.035.396/99.

BRASIL AMERICO LOULY CAMPOS

DESPACHOS DO DIRETOR-GFRAL
Em 27 de outubro de 1999

Processo: 113.035524/99
Interessado: Guilherme José da Fonseca Berniz
Assunto: Reconhecimento de dívida
Conforme Art. 80 e 81 do Decreto 16.098/94, combinado com Art. 66, Inciso X do Regimento aprovado pelo Decreto n. 15.342/93, reconheço a dívida, autorizo a realização da despesa e emissão da respectiva nota de empenho no valor de R$2.271,44 (dois mil, duzentos e setenta e um reais e quarenta e quatro centavos) a favor do Sr. Guilherme José da Fonseca Berniz.

Processo: 113.035734/99
Interessado: Celso Roberto Machado Pinto
Assunto: Reconhecimento de dívida
Conforme Art. 80 e 81 do Decreto 16.098/94, combinado com Art. 66, Inciso X do Regimento aprovado pelo Decreto n. 15.342/93, reconheço a dívida, autorizo a realização da despesa e emissão da respectiva nota de empenho no valor de R$2.084,02 (dois mil, oitenta e quatro reais e dois centavos) a favor do Sr. Celso Roberto Machado Pinto.

BRASIL AMERICO LOULY CAMPOS

SECRETARIA DE TURISMO E LAZER

PORTARIA DE 25 DE OUTUBRO DE 1999

O SECRETÁRIO DE TURISMO E LAZER DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, constantes do Regimento aprovado pelo Decreto nº 15.059 de 24.09.93, resolve:

- Designar o servidor JÚLIO CÉSAR DE CASTRO ALMENDRA, matrícula nº 93.077-6, para executor do contrato celebrado entre o Distrito Federal e a firma RPS – Produções Culturais Ltda, de que trata o processo nº 210.000.398/99.

LOURIVAL ZAGONEL

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

PORTARIA N.º 271, DE 29 DE OUTUBRO DE 1999

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o constante no Art.71 do Decreto nº 16.109, de 01 de dezembro de 1994, resolve:
Nomear NIVARDO BARROS DE MACEDO, matrícula 95.114-5, JOSUÉ EVANGELISTA ALVES, matrícula 35.236-5 e AVELINO LEAL NETO, matrícula 94.656-7, para, sob a presidência do primeiro, constituirem comissão encarregada de proceder o inventário anual dos bens patrimoniais desta Secretaria, nos termos do capitulo X do Decreto nº 16.109, de 01 de dezembro de 1994.
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEONEL PAIVA

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
Em 27 de outubro de 1999

Processo nº 2202/81
Assunto: adicional por tempo de serviço - dívida por exercícios anteriores
No uso da competência a mim delegada no artigo 1º, inciso VII da Portaria-TCDF nº 1, de 1º de janeiro de 1999, RECONHEÇO a dívida por exercícios anteriores em favor dos pensionistas MARIA CONCEIÇÃO ANDRADE FRÓES, MÉRCIA ANDRADE FRÓES e MÔNICA GERALDA ANDRADE FRÓES, no valor de R$ 2.865,88 (dois mil oitocentos e sessenta e cinco reais e oitenta e oito centavos), condicionado o seu pagamento à existência de recursos na dotação orçamentária própria.

HÉLIO BEBIANO



SEÇÃO III

ATOS DO PODER EXECUTIVO

EXTRATO DO CONVÊNIO N.º 10/99(*)

PROCESSO Nº 210.000.472/98 – PARTES: DISTRITO FEDERAL X MITRA ARQUIDIOCESANA DE BRASÍLIA/FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. OBJETO: A cooperação financeira para realização das obras da Catedral metropolitana de Brasília, de acordo com o plano de Trabalho devidamente aprovado, que faz parte integrante do presente instrumento. DOS RECURSOS: Para a execução do convênio será destinada a quantia total de R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), procedentes do Orçamento do Distrito Federal, Lei nº 2.379 de 14/05/99, correndo a despesa à conta de U. O Secretaria de Turismo e Lazer, Programa de Trabalho 11.065.0364.1661.0001, 345039, fonte 100; NOTA DE EMPENHO Nº 207/99, emitida em 26/05/99, sob o evento 400091, na modalidade Global. BASE LEGAL: Caput do art. 25 da Lei 8.666/93 e, em especial, no art. 116. VIGÊNCIA: 360 (trezentos e sessenta) dias a contar da assinatura. DATA DE ASSINATURA: 08/06/99. SIGNATÁRIOS: JOAQUIM DOMINGOS RORIZ, Governador do DF, DOM JOSÉ FREIRE FALCÃO, Cardeal Arcebispo de Brasília e JOÃO PINTO RABELO, Diretor – Executivo.

Of nº 048/99 – DCC/1ª SPR/PRG/DF.

(*) Republicado por ter saído com incorreção, do original, no DODF-Seção III, nº 124, de 30-6-99, pág. 35.

VICE-GOVERNADORIA

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE

EXTRATO DE COMPRAS
OUTUBRO/99

A Seção de Orçamento e Finanças da Administração Regional do Lago Norte, em cumprimento do disposto no art. 16, da Lei Nº 8.666/93, da Lei/DF Nº 938/95 e da Decisão nº 3427/96 do TCDF, torna pública a Relação de Compras, Obras e Serviços efetuados no mês de OUTUBRO/99.

99NE	BENS/OBRAS E SERVIÇOS DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
99NE255	BANCO DE BRASÍLIA			
INEXIGÍVEL	Aquisição de vales-transporte para os servidores desta RA, no mês de outubro/99.		387,20	387,20
99NE256	CONSTRUCEN EMP. IMOB. LTDA.			
DISPENSA	Locação do imóvel a CA 07, lt.27 lj. 14-28, sede da RA-XVIII. Contrato 105/95		5.100,00	5.100,00
99NE257	CIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASILIA – CAESB			
INEXIGÍVEL	Reforço a 99NE0012 - Despesa com tarifa de água e esgotos para esta RA, no corrente exercício..		500,00	500,00
99NE258	TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA			
INEXIGÍVEL	Reforço a 99NE0010 – Despesa com tarifa telefônica desta RA, no corrente exercício		2.000,00	2.000,00
99NE259	TECNOLTA EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA.			
CONVITE	Reforço a 99NE0034 - Locação de máquina copiadora Minolta Modelo 2010, c/aliment. (afr 12)m. classif. (S.106) e gabin. duplex(PF-4D) Contrato Padrão 01/96.		600,00	600,00
99NE260	BGR SONORIZAÇÃO LTDA.-ME			
DISPENSA	Serviços de sonorização e iluminação no I Festival de Música do Lago Norte, 15 e 16 de outubro/99.		2.000,00	2.000,00
99NE262	TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA			
INEXIGÍVEL	Locação de PABX virtual p/atendimento a 35 ramais, preço unitário R$ 8,50, para esta RA. C. Padrão 06/96.		2.677,50	2.677,50
99NE263	BANCO DE BRASÍLIA			
INEXIGÍVEL	Aquisição de vales-transporte para os servidores desta RA, no mês de novembro/99.		5.789,20	5.789,20
99NE264	VIAÇÃO ANAPOLINA LTDA.			
INEXIGÍVEL	Aquisição de vales-transporte p/ os servidores, ocupantes de cargo em comissão, Anderson dos Santos Lima e Jailson dos Santos Nóbrega, no mês de novembro/99.		119,70	119,70
99NE265	DISTR.BANDEIRANTE DES.E CHOCOLATES LTDA.			
	• Saco plástico 12 micra, cor verde	850	0,15	127,50
CONVITE	• Vassoura piaçava 50cm, cabo de madeira	34	2,20	74,80
	• TOTAL			202,30
99NE266	MADEIREIRA PLANALTO LTDA.			
	• Facão 12"	02	2,94	5,88
CONVITE	• Serrote poda de árvore	02	4,70	9,40
	• TOTAL			15,28
99NE267	PRIMEIRA LINHA COML. ROLAMENTOS LTDA.			
CONVITE	Botina de couros com sola de pneu	68par	8,45	574,60
99NE268	COMERCIAL ATACADISTA UNIÃO LTDA.			
CONVITE	Carrinho de mão, com roda e pneu maciço	08	25,46	203,68
99NE269	ALTERNATIVA FERRAGENS E FERRAMENT LTDA.			
CONVITE	Sacho de bifurcação com cabo de madeira	07	3,78	26,46
99NE270	EQUIMAF EQUIP. MÁQUINAS E FERRAMENTAS			
	• Enxada larga, 2 ½ libras	48	3,75	180,00
CONVITE	• Ancinho 14 dentes	07	2,20	15,40
	• Pá de bico nº4, cabo de madeira	03	4,61	13,83
	• Luva raspa de couro, cano curto reforçada	68par	2,06	140,08
	• TOTAL			349,31
99NE271	LOJAS ENE ESSE LTDA.			
	• Garfo reto, 4 dentes cabo de madeira	08	6,34	50,72
CONVITE	• Picareta 5 ½ libras	02	8,14	16,28
	• Lima chata bastarda 8", p/amolar enxada	34	2,58	87,72
	• TOTAL			154,72

A SEÇÃO

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA

EXTRATO DO CONTRATO N.º 5/99
NOS TERMOS DO PADRÃO N.º 10/96(*)

PROCESSO: 142-000655/99; PARTES: DF/RA XII X MERCANTIL MOREIRA CONSTRUÇÕES LTDA; OBJETO: Execução de obra de implantação de 12 (doze) retornos em pavimentação asfáltica (CBUQ) e MEIOS FIOS na 1ª e 2ª Av. Norte e 2ª Av. Sul em Samambaia-DF; PRAZO: 45 (quarenta e cinco) dias consecutivos; FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações e Convite nº 01/99 RA XII; LEI ORÇAMENTÁRIA: 2.288 de 08/01/99; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa de Trabalho: 03.058.0575.1642-0001; FONTE DE RECURSO: 100; CÓDIGO UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 11114; ELEMENTO DE DESPESA: 459051; NOTA DE EMPENHO: 99NE00142, emitida na modalidade global, sob o evento 400091, em 18/06/99, no valor de R$ 143.987,07 (cento e quarenta e três mil, novecentos e oitenta e sete reais e sete centavos); VIGÊNCIA: O presente contrato entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. DATA DE ASSINATURA: 21 de junho de 1999; SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal, JOSÉ ADENAUER ARAGÃO LIMA, na qualidade de Administrador Regional de Samambaia; pela Contratada, SANDRO PEREIRA DE SOUSA, na qualidade de Representante Legal.

EXTRATO DE RERRATIFICAÇÃO DO CONTRATO N.º 5/99
NOS TERMOS DO PADRÃO N.º 10/96 (*)

PROCESSO: 142-000.655/99; PARTES: DF/RA XII X MERCANTIL MOREIRA CONSTRUÇÕES LTDA; DA RATIFICAÇÃO: Fica incluído na Cláusula Oitava o ítem 8.5: " O prazo de início das obras é de 05 (cinco) dias úteis." Fica incluído na Cláusula Décima Primeira o ítem 11.4: " A contratada se obriga a manter sua qualificação durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas." DA VIGÊNCIA: O presente termo de re-ratificação entrará em vigor na data de assinatura; DATA DA ASSINATURA: 22/10/99; SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito federal; EURÍPEDES LEÔNCIO CARNEIRO na qualidade de Administrador Regional; Pela Contratada: SANDRO PEREIRA DE SOUSA na qualidade de Representante Legal.

(*) Republicados por terem saído com incorreções, dos originais, no DODF-Seção III, nº 125, de 1º-10-99, pág. 47.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA

EXTRATO DO CONTRATO N.º 7/99

PROCESSO N.º 132.001.526/99 PARTES: DF/RA-III X SAB SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA. OBJETO: Fornecimento de pão de sal tipo francês de 50 gramas e leite tipo C embalagem com 01 litro, consoante especifica a justificativa de dispensa de licitação. VALOR TOTAL: O valor total do contrato é de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO: 03.007.0021.8501.0068 FONTE DE RECURSOS: 100/120 CÓDIGO U.O: 11.105 SUBELEMENTO DA DESPESA: 34.90.30 NOTA DE EMPENHO: n.º 210/99 emitida em 14/05/99, sob o evento 400091, na modalidade estimativo, no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) VIGÊNCIA DO CONTRATO: O contrato terá vigência até 31/12/99 a partir de sua assinatura. Devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. DATA DE ASSINATURA: 15/06/99. SIGNATÁRIOS: pelo DISTRITO FEDERAL: VALDEMAR DA SILVA AGUIAR, na qualidade de Administrador Regional. Pela CONTRATADA: JOÃO HERCULINO DE SOUZA LOPES FILHO e MÁRIO HISSASHI IKEZIRI, na qualidade de Presidente e Diretor Administrativo e Financeiro respectivamente.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE RECURSO
CONCORRÊNCIA N.º 4/99

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de limpeza e conservação.
Proc.Inter.: 030.002.990/99 – Secretaria de Administração
A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, torna público para conhecimento, que as empresas: AMPLA CONSTRUÇÕES E SERV. LTDA, LIDERANÇA CONS. COM.SERV. LTDA e DINÂMICA ADM. SERVIÇOS E OBRAS LTDA, interpuseram recurso contra a licitação em epígrafe. Os autos se encontram com vistas franqueadas aos interessados nesta Comissão de Licitação. Maiores informações pelo telefax 225-2795.

Brasília 19 de outubro de 1999
ISABEL CRISTINA OSORIO CALDAS
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

SECRETARIA DE FAZENDA

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS N.º 13/99

PROCESSO Nº: 040.010.848/99
OBJETO : Contratação de empresa para realização de serviços braçais na movimentação de mercadorias, nos Postos Fiscais e Depósitos de Bens apreendidos pela Secretaria de Fazenda
DATA E HORA DE RECEBIMENTO DE ENVELOPE DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA COMERCIAL : 18 de novembro de 1999
LOCAL: Na sala da Comissão Permanente de Licitação - SBN, Q. 02 Bloco "A", Ed. Vale do Rio Doce – Sobreloja – Brasília-DF.
HORÁRIO: 10 horas
TIPO: MENOR PREÇO
GRUPO: 97 (serviços)
SUBGRUPO: 86 (locação de mão-de-obra)

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA DE FAZENDA DO DISTRTO FEDERAL – CPL/SEF, torna público, para conhecimento das empresas interessadas, a abertura da Tomada de Preços em epígrafe, na data, horário e local indicados no preâmbulo. O Edital poderá ser obtido na Secretaria de Fazenda, Sobreloja, Comissão Permanente de Licitação, nos dias úteis, de 9 horas às 17 horas. Outras informações pelos telefones (061) 312 8200 ou 312 8281.

Brasília, 29 de outubro de 1999
MARIA DE FÁTIMA ALVES DOS SANTOS
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE ENCERRAMENTO
TOMADA DE PREÇOS N.º 12/99

PROCESSO Nº: 040.010.848/99
OBJETO : Contratação de empresa para prestação de serviços braçais na movimentação de mercadorias, nos Postos Fiscais e Depósitos de Bens apreendidos pela Secretaria de Fazenda

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA DE FAZENDA DO DISTRTO FEDERAL – CPL/SEF, torna público, para conhecimento das empresas interessadas, que a Tomada de Preços em epígrafe, foi encerrada, tendo em vista a ausência de licitantes habilitados a participar da mesma. Outras informações pelos telefones (061) 312 8200 ou 312 8281.

Brasília, 28 de outubro de 1999
MARIA DE FÁTIMA ALVES DOS SANTOS
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

CENTRAL DE COMPRAS

AVISO DE ADIAMENTO
CONCORRÊNCIAS N.ºs 4 e 7/99

Comunicamos aos interessados que ficam alteradas as datas de abertura das concorrências em epígrafe, tendo em vista alterações nos Editais e Anexos, conforme abaixo estabelecido, ficando mantido local e horário.
CONCORRÊNCIA N.º 004/99 – Abertura prevista para 04/11/99, prorrogada para: 07/12/99;
CONCORRÊNCIA N.º 007/99 – Abertura prevista para 22/11/99, prorrogada para: 08/12/99;
Ficam convocados a comparecer ao Núcleo de Licitações da Central de Compras, os licitantes que já retiraram os referidos editais, para substituição das alterações, bem como os demais interessados. Maiores esclarecimentos no SIG Quadra 06 Lote 2.310 ou através do telefone: 342-1704, horário comercial.

Brasília, 29 de outubro de 1999
BEATRIZ FERNANDES ALVEZ BITTAR
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
de Materiais e Serviços

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

EXTRATO DO TERMO DE RERRATIFICAÇÃO AO CONTRATO N.º 15/99

PROCESSO nº 040.010.275/99 - PARTES: DF/SEF X Sul América Companhia Nacional de Seguros S/A. OBJETO: Re-ratificação do Contrato nº 15/99-SEF. DA RETIFICAÇÃO: 1.1- A Cláusula Terceira passa a ter a seguinte redação: "Cláusula Terceira – Do Objeto: O Contrato tem por objeto a prestação de serviços correspondente ao seguro total de 03 (três) veículos marca Chevrolet, modelo Vectra GLS, ano/modelo 1999, tipo Sedan, 04 (quatro) portas, cujos chassis e demais especificações do seguro encontram-se especificadas no Projeto Básico (fls. nº 05 a 08) e na Proposta de fls. nº 46, que passam a integrar o presente Termo". 1.2- A Cláusula Oitava passa a ter a seguinte redação: "Cláusula Oitava – Do Prazo de Vigência: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura". VIGÊNCIA: o presente termo entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF às expensas da Administração. DATA DA ASSINATURA: 18/10/99. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação, com base no inciso II do artigo 24 da Lei 8.666/93 e suas alterações. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: Luiz Antonio da Silva, na qualidade de Diretor do Departamento de Administração Geral; Pela CONTRATADA: Oraida Maria Ferreira, na qualidade de Diretora Regional.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL

EXTRATO DE CONTRATO

Extrato do Contrato n.º 019/99, celebrado entre a **COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL - CODEPLAN** e a empresa **MONTEVERDE ENGENHARIA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A**. Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de limpeza, conservação e serviços de portaria dos imóveis e próprios da Contratante, com fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários à execução dos referidos serviços. Processo n.º 121.153.885/99. Valor Total do Contrato: R$ 265.608,00 (duzentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e oito reais). Data da assinatura: 27 de outubro de 1999. Assinam pela **CODEPLAN**: Durval Barbosa Rodrigues - Diretor - Presidente, Francisco Sebastião Morais - Diretor Administrativo e Financeiro, Aberones da Silva - Diretor de Informática e Danton Eifler Nogueira - Diretor Técnico. Pela **MONTEVERDE**: Paulo Monteverde - Diretor Consultivo.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO
AO CONVÊNIO N.º 53/97

Processo: 082.007535/90 - Partes: **FEDF X SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL - SECONCI** - Ass.: 29.10.99 - Vigência: 31.12.2001 - Objeto: Oferta de escolarização aos empregados das empresas de construção civil, filiadas ao Serviço Social de Indústria da Construção/DF, na função Suplência, Fases I e II. - Assinantes: p/ FEDF: **Maristela de Melo Neves Mendes** - p/ SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL – SECONCI: **João de Pinho Costa Neto.**

SECRETARIA DE SAÚDE

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATOS DE CONTRATOS

ESPÉCIE: Contrato nº 104/99-PJ-FHDF. CONTRATANTES: A TELECOM TELEINFORMÁTICA LTDA e a FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL. OBJETO: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como de assistência técnica nas Centrais Privadas de Comutação Telefônica - CPA Digital Meridian Norstar da Nortel, instalada na DRS/CNBRF, composta de 08 linhas e 32 ramais. VALOR: mensal de R$ 280,00 (duzentos e oitenta reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO: 13075002185010041. FONTE: 338000000. N.E. Nº: 08033/99. PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma do disposto no Art. 57, Inciso II da Lei nº 8.666/93. DESPESA DE PUBLICAÇÃO: FHDF. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Inexigível de Licitação, com base no Art. 25, "Caput", da Lei nº 8.666/93, processo nº 061.009123/99-FHDF. DECISÃO Nº 225/99-CD/FHDF. Fundação e Contratada sujeitar-se-ão as normas da Lei nº 8.666/93 e as cláusulas contratuais. DATA DE ASSINATURA: 27.10.99. PELA FUNDAÇÃO: JOFRAN FREJAT. PELA CONTRATADA: GISELDA PENTEADO. TESTEMUNHAS: ÉRIKA VALESKA DOS SANTOS e SANDRO MURILO LOPES DA SILVA.

ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo nº 044/98-PJ-FHDF ao Contrato nº 107/95-PJ/FHDF. CONTRATANTES: RGM - SERVIÇOS GERAIS LTDA e a FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato supra. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO: 13075002185010041. FONTE: 220000000. N.E Nº: 08716/99. PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 27 de outubro de 1999. DESPESA DE PUBLICAÇÃO: FUNDAÇÃO. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Tomada de Preços nº 295/95, processo nº 061.001201/95-PJ-FHDF, que deu origem ao contrato nº 107/95-PJ/FHDF. DATA DE ASSINATURA: 27.10.99. PELA FUNDAÇÃO: JOFRAN FREJAT. PELA CONTRATADA: GERALDO RICARDO DE ALMEIDA. TESTEMUNHAS: ÉRIKA VALESKA DOS SANTOS e SANDRO MURILO LOPES DA SILVA.

ESPÉCIE: Contrato nº 102/99-PJ-FHDF. CONTRATANTES: TIRADENTES MÉDICO HOSPITALAR LTDA e a FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL. OBJETO: Fornecimento de filmes à Fundação, conforme especificação e quantitativo mensal discriminados na Cláusula Primeira do contrato supra. VALOR: mensal de R$ 238.953,25 (duzentos e trinta e oito mil, novecentos e cinquenta e três reais e vinte e cinco centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO: 13075042821540004. FONTE: 338000000. N.E. Nº: 07505/99 e 08355/99. PRAZO DE VIGÊNCIA: A contar de sua assinatura e perdurará até 31 de dezembro de 1999. DESPESA DE PUBLICAÇÃO: FHDF. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Concorrência nº 002/99, processo nº 061.010684/98-FHDF. DECISÃO Nº 226/99-CD/FHDF. Fundação e Contratada sujeitar-se-ão as normas da Lei nº 8.666/93 e as cláusulas contratuais. DATA DE ASSINATURA: 27.10.99. PELA FUNDAÇÃO: JOFRAN FREJAT. PELA CONTRATADA: FERNANDO GONÇALVES SALES. TESTEMUNHAS: ÉRIKA VALESKA DOS SANTOS e KÊNIA FERREIRA DE SOUZA.

ESPÉCIE: Contrato nº 103/99-PJ-FHDF. CONTRATANTES: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP e a FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL. OBJETO: Execução de construção de 04 (quatro) Postos e Unidades de Saúde em: Planaltina, EQ 04, Área Especial Nº 02, Setor Residencial Norte; Santa Maria - EQ 202/302, Lote 02 e EQ 213/313, Lote "E" e Riacho Fundo II - QN 7B - Conjunto 03, Lotes 1/2, todos no Distrito Federal, a serem edificados em argamassa armada e pelo sistema convencional, para atender ao Programa Saúde da Família, de conformidade com a proposta de fls. 52 à 72 e fls. 80 à 86 do processo nº 061.001968/99-FHDF. VALOR: total de R$ 600.076,76 (seiscentos mil, setenta e seis reais e setenta e seis centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 23.201. PROGRAMA DE TRABALHO: 13075042815560048. NATUREZA DA DESPESA: 459051. FONTE: 300. N.E. Nº: 8128/99 emitida em 05.10.99, sob o evento nº 400091, na modalidade global. PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério da Fundação, observado o limite previsto em lei, devendo a solicitação ser acompanhada de justificativa técnica, até 30 (trinta) dias antes do término. DESPESA DE PUBLICAÇÃO: FHDF. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Dispensada de Licitação com base no Art. 24, inciso VIII, da Lei nº 8.666/93, processo nº 061.001968/98-FHDF. DECISÃO Nº 227/99-CD/FHDF. Fundação e Contratada sujeitar-se-ão as normas da Lei nº 8.666/93 e as cláusulas contratuais. DATA DE ASSINATURA: 27.10.99. PELA FUNDAÇÃO: JOFRAN FREJAT. PELA CONTRATADA: ELMAR LUIZ KOENIGKAN e CÉSAR AUGUSTO PORTINHO SERZEDELLO CORRÊA. TESTEMUNHAS: MARCO AURÉLIO DE CARVALHO DEMES e EDSON JOSÉ DA CONCEIÇÃO.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADAS DE PREÇOS

Tipo de Licitação: menor preço					
Edital	Processo	Data	Hora	Objeto	Valor do Edital
001	061.010250/99	19.11.99	14:30	Ecógrafo para Oftalmologia	2,00
002	060.002389/99	19.11.99	15:30	Aparelho de Ultrassom (ecocardiógrafo) Color Doppie	4,00
003	061.009089/99	19.11.99	16:30	Gerador de Vapor	2,00

004	061.008787/98	19.11.99	17:30	Bisturi Eletrônico	2,00
005	060.002312/99	22.11.99	08:30	Aparelho de Raios X Móvel, com arco em "C" e outros	2,00
006	061.045207/99	22.11.99	10:45	Equipamento de raios X Convencional	2,00
007	061.003567/98	22.11.99	14:30	Preparador Automático de Placas de Cross – Match e screening e outro	2,00
008	060.002290/99	22.11.99	16:00	Cama de Recuperação e outros	2,00

A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, comunica que os Editais das licitações em epígrafe estão à disposição dos interessados, mediante a apresentação do comprovante do recolhimento do valor do Edital, na Secretaria da Comissão localizada no endereço: S.M.H.S. Qd. 301, Edifício Pioneiras Sociais, 6º andar CEP 70.330-150, Brasília-DF, em dias úteis, no horário de 08:30 às 11:45 e de 14:00 às 15:45 horas. Tel. (061) 2242209 - Fax (061) 2262751. Comunica ainda que o local para a realização da reunião de licitação está localizada no 9º andar do endereço supramencionado, sala de reuniões.

Brasília, 29 de outubro de 1999
DIVINA DOS REIS SILVA JATOBÁ
Presidente da Comissão

AVISO DE REVOGAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS N.º 269/99

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, comunica aos interessados que foi **REVOGADA** pora melhor especificação do objeto a ser licitado, a licitação aberta na modalidade de Tomada de Preços nº 269/99, proc.061.007143/99, objetivando a aquisição de Aq. de desfibrilador/cardioversor implantável c/ função anti-taquie, anti-bradi (marcapasso).

Brasília, 29 de outubro de 1999
ALBERTO HERSZENHUT
Presidente da Comissão

RESULTADO DE HABILITAÇÃO
CONCORRÊNCIA N.º 23/99

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL , comunica aos interessados na licitação aberta na modalidade de Concorrência nº 023/99, Proc. 061.007611/99 que todas as firmas participantes foram habilitadas.

Brasília, 29 de outubro de 1999
ALBERTO HERSZENHUT
Presidente da Comissão

RESULTADO DE RECURSO
CONCORRÊNCIA N.º 14/99

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, comunica aos interessados que foi **negado** provimento ao recurso interposto pela empresa SIEMENS LTDA contra o resultado do julgamento da licitação aberta na modalidade de Concorrência nº 014/99, proc. 061.012538/99.

Brasília, 29 de outubro de 1999
ALBERTO HERSZENHUT
Presidente da Comissão

RESULTADOS DE JULGAMENTOS
TOMADA DE PREÇOS N.º 244/99

Processo: 061.004767/99
Objeto: Prestação de serviços com fornecimento de peças, mediante contrato, manutenção corretivo e preventiva, e assistência técnica nos equipamentos PABX's, de propriedade da FHDF.

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, comunica a todos os interessados que após julgamento decidiu DESCLASSIFICAR com base no artigo 48, inciso II da Lei nº 8.666/93 a proposta de preços da firma SKEMA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS LTDA, em virtude dos preços apresentados terem sido considerados excessivos. Dessa forma fica fixado o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova proposta, ou seja até o dia 16/11/99.

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, torna público os resultados de julgamentos das licitações em epígrafe:

CONVITES

EDITAL Nº 374/99 - PROC. 061.010433/98
Vencedora/Item
H. STRATTNER & CIA LTDA – 01
Desclassificada/Item
LM COM. E SERVIÇOS LTDA - 01

EDITAL Nº 423/99 - PROC. 061.008098/99
Vencedora/Itens
RENOME REPS. TÉCNS. E SERVS. LTDA - 03
OBS: foi sugerida a revogação dos itens 01,02,04

TOMADAS DE PREÇOS

EDITAL Nº 202/99 - PROC. 061.006525/99
Vencedoras/Itens
MEDICAL LINE IND. E COM. S/A – 28
JOHNSON & JOHNSON PRODS. PROFISSIONAIS LTDA - 32
Desclassificada/Item
MEDICAL LINE IND. E COM. S/A - 32
Obs: Este resultado refere-se apenas aos itens 28 e 32 alterando o publicado no D.O.D.F em 08/10/99

EDITAL Nº 256/99 - PROC. 061.007761/99
Vencedoras/Itens
CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍM. FARM. LTDA - 01
SANVAL COM. IND LTDA – 12
EMS IND. FARM. LTDA – 02
UNIÃO QUIMICA FARM. NAC. S/A – 03
PRODOTTI LAB. FARM. LTDA – 04,06,14
ELI LILLY DO BRASIL LTDA – 08
LABORATÓRIO NEO QUIMICA COM. IND. LTDA – 09
LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO LTDA – 10
LABORATÓRIO FARM. ELOFAR LTDA – 11
MEDICOR PROD. MEDS. HOSP. LTDA – 13
ITAFARMA IMP. EXP. LTDA - 05
Desclassificadas/Itens
HIPOLABOR FARM. LTDA – 01
EMS IND. FARM. LTDA – 01,10,14
MEDICOR PRODS. MEDS. HOSP. LTDA – 01
IND. FARM. RIOQUIMICA LTDA – 01
LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO LTDA – 03
BH FARMA COM. LTDA – 03
EUROFARMA LAB. LTDA – 03
UNIÃO QUÍMICA FARM. S/A –06
LABORATÓRIO NEO QUIMICA COM. IND. LTDA – 12,13
Obs: Item 07 – foi sugerida a revogação.
Este resultado altera e substitui o anteriormente publicado no D.O.D.F., de 25/10/99.

EDITAL Nº 262/99 - PROC. 061.008099/99
Vencedoras/Itens
UNIÃO QUÍMICA FARM. NACIONAL S/A – 07,08,20
LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO LTDA – 02
LABORATÓRIO NEO QUÍMICA COM. E IND. LTDA – 10,15,17,19
SANVAL COM. E IND. LTDA – 01,03,12
GREENPHARMA QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA – 11,13
CRISTÁLIA PRODS. QUÍMICOS FARMACS. LTDA – 09
UNICOM PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – 04
LABORATÓRIO FARM. ELOFAR LTDA – 16
BH FARMA COMÉRCIO LTDA – 14,18
HIPOLABOR FARMACÊUTICA LTDA – 05,06

Desclassificadas/itens
FARMASA LABORATÓRIO AMERICANO DE FARMACOTERAPIA S/A – 16
LABORATÓRIO NEO QUÍMICA COM. E IND. LTDA – 05,12,18
PRODOTTI LABORATÓRIO FARMACÊUTICO LTDA – 06
CRISTÁLIA PRODS. QUÍMICOS FARMACS. LTDA - 20

Brasília, 29 de outubro de 1999
ALBERTO HERSZENHUT
Presidente da Comissão

SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

AVISO DE ABERTURA DE PROPOSTAS
TOMADA DE PREÇOS N.º 11/99

Objeto: **Aquisição de Material de Alfaiataria e Capotaria.**
A COMISSÃO, torna público aos licitantes habilitados da licitação em epígrafe, que a data de abertura das Propostas dar-se-á no **dia 09 de novembro de 1.999, às 15:00 Horas** na sala de reuniões desta CPL/FSSDF.

Brasília, 28 de outubro de 1999
JOSÉ SOARES DE SOUSA
Presidente da CPL

RESULTADO DE HABILITAÇÃO

A COMISSÃO, torna público aos interessados que por determinação da autoridade superior da FSSDF, a empresa COMERCIAL DE COUROS E SAPATARIA LIMEIRA LTDA., foi incluída na relação das licitantes HABILITADAS.

Brasília, 28 de outubro de 1999
JOSÉ SOARES DE SOUSA
Presidente da CPL

RESULTADO DE JULGAMENTO
CONCORRÊNCIA N.º 2/99

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para prestação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada.
A COMISSÃO, torna público aos interessados que o resultado do julgamento da Concorrência em epígrafe, tendo como vencedora a empresa: **Gávea Empresa de Segurança e Vigilância Ltda**, e que encontra-se afixado no Quadro de Avisos desta CPL.

Brasília, 29 de outubro de 1999
JOSÉ SOARES DE SOUSA
Presidente da CPL

SECRETARIA DE OBRAS

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 23/99

A NOVACAP, convoca os candidatos abaixo relacionados, aprovados em concurso público para o emprego de Assistente Administrativo, conforme Edital nº 1-A/96 UnB, para comparecerem ao Departamento de Recursos Humanos, situado no Setor de Áreas Públicas, Lote "B", Brasília-DF, no prazo

de 30(trinta) dias, impreterivelmente, a contar da publicação deste edital no DODF, sob pena de decairem do direito à contratação.

NOME	CLASSIFICAÇÃO
Renia Alves Machado	83º
Marcos Luiz Fernandes de Abreu	84º
Marcos José da Silva	85º
Elisabete Mendes de Oliveira	86º
Eduardo da Silva Mendes	87º
Carlos Alberto Soares da Silva	88º

Brasília, 28 de outubro de 1999
ELMAR LUIZ KOENIGKAN
Diretor Presidente

AVISO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA

Interessado: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP
Torna Público que requereu ao Instituto de Ecologia e Meio Ambiente-IEMA/SEMATEC, a Licença de Operação para o empreendimento/atividade de galeria para lançamento final de águas pluviais.
Local: Setor Residencial Norte (Vila Roriz e Nossa Senhora de Fátima) - RA - Planaltina/DF.
Processo: 191.000.054/99.
Não foi determinada a elaboração de Estudo Prévio de Impacto Ambiental- EPIA/RIMA

Brasília 28 de outubro de 1999
ELMAR LUIZ KOENIGKAN
Diretor Presidente

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 037/99-G.SSU/CEB, celebrado entre a COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA-CEB e a FÁBRICA DE PEÇAS ELÉTRICAS DELMAR LTDA. Objeto: Aquisição de 320 u. (trezentas e vinte) unidades - Chave seccionadora unipolar 15Kv, 1.000 u (mil) unidades – Chave fusível, distribuição, 15Kv e 1.800 (mil e oitocentas) unidades – Pára-raios a óxido de zinco. Processo: 093000125/99 - Tomada de Preços de Materiais-TPM nº 005/99-CEB: RMM's nºs 030/98-GERA, 228 e 232/98-GRAM, regidos pela Lei n.º 8.666/93. Prazo: 30 (trinta) dias. Valor R$ 199.852,00 (cento e noventa e nove mil, oitocentos e cinquenta e dois reais). Data da Assinatura: 03.08.99: Despesas de Publicação: CEB. Assinaturas pela CEB: ROGÉRIO VILLAS BOAS TEIXEIRA DE CARVALHO e WALDIR LEAL DE ANDRADE e pela DELMAR: FRANCISCO AMADOR FERREIRA.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N.º 5832. ASS.: 29.10.99. PROCESSO: 092.007253/99. PARTES: CAESB X BANCO BOAVISTA INTER ATLÂNTICO S/A. Inexigibilidade de Licitação. OBJETO: O Banco assume a responsabilidade pela arrecadação de receita de Notas Fiscais/Faturas de Água e Esgotos/Serviços emitidas pela CAESB, através de sua rede de agências no Distrito federal, inclusive mediante débito automático em conta-corrente de clientes e através do intercâmbio de informações por meio magnético. FONTE DE RECURSO: Os recursos financeiros são próprios da CAESB. CLASSIFICAÇÃO: As despesas correrão à conta da rubrica cód. 12.203.303.329-0. VALOR: A remuneração ao BANCO pelos serviços prestados será de R$ 0,30 (trinta centavos), por documento recebido na modalidade de débito em conta corrente e R$ 0,50 (cinquenta centavos) por documento recebido via guichê de caixa. VIGÊNCIA: O presente terá prazo de vigência de 05 (cinco) anos, podendo ser alterado, por mútuo acordo, sendo facultado às partes denunciá-lo, em qualquer tempo, sem que o uso dessa prerrogativa dê direito a qualquer indenização. A denúncia far-se-á por escrito e produzirá efeito 30 (trinta) dias após a sua comunicação. ASSINANTES: P/ CAESB: Jorge da Motta e Silva - Diretor Financeiro e Comercial. P/ BANCO BOAVISTA INTER ATLÂNTICO S/A: Valéria Arantes Bernadazzi.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

7º Aditivo ao Contrato n.º 5318. ASS.: 28/10/99. PROCESSO: 92.004470/97. PARTES: CAESB X CONSÓRCIO CAPELA OBRAS INDUSTRIAIS LTDA/BRASENGE BRASÍLIA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. OBJETO: Altera a Cláusula Quarta (Prazo de Entrega/Vigência). Os prazos de execução e de vigência do Contrato, que findariam em 29/10/1999 e 17/12/1999, ficam prorrogados por mais 45 (quarenta e cinco) dias, expirando-se em 13/12/1999 e 31/01/2000, respectivamente. ASSINANTES: P/ CAESB: Antonio Manoel Soares - Diretor do Sistema de Água. P/ CONSÓRCIO CAPELA OBRAS INDUSTRIAIS LTDA/BRASENGE BRASÍLIA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA: Glauco de Almeida Leite.

RESULTADO DE JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇO N.º 21/99

A Companhia de Saneamento do Distrito Federal - CAESB torna público o resultado do julgamento da Tomada de Preços nº TP - 021/99-CAESB, da forma que se segue: LM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA , vencedora dos itens 01 ao 55 , com o valor total de R$ 58.398,10.

Brasília, 29 de outubro de 1999
A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

SECRETARIA DE TRANSPORTES

SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1) Primeiro Termo Aditivo ao Contrato n.º 06/99 – TCB/PUBLICOM, Processo n.º 095.000310/99; 2) Data da Assinatura 28/10/1999; 3) Objeto: Alteração da Cláusula Nona do Contrato n.º 006/99-TCB/PUBLICOM, datado de 12/07/99, referente a Concessão, mediante Locação de Espaço de Exploração de Publicidade em Ônibus do Sistema de Transporte Coletivo Urbano do Distrito Federal de propriedade da TCB; 4) Assinantes: p/TCB: MANOEL NETO e MAURO CATEB e p/PUBLICOM: DELMO RODRIGUES CABRAL.

SECRETARIA DE AGRICULTURA

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 1.045/99 – FZDF – PROCESSO: 073.86/99. PARTES: FZDF X COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL - CODEPLAN. OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA. VALOR: 100.000,00 (Cem mil reais).

AGUINALDO LÉLIS
Presidente

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL S/A

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Proc. Nº 071.0000155/99; CONTRATO Nº 010/99; CONTRATANTE: CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL – CEASA-DF – Presidente: AROLDO SATAKE; CONTRATADA: ITELB INDÚSTRIAS E SERVIÇOS LTDA. – Sócio Gerente: ELTON DE OLIVEIRA FREITAS ; OBJETO DO CONTRATO: fornecimento e instalação de uma subestação trifásica de 500 KVA na área da Feira dos Importados; PRAZO DE VIGÊNCIA: 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da aprovação do projeto pela CEB; VALOR TOTAL: R$ 79.939,66 (setenta e nove mil, novecentos e trinta e nove reais e sessenta e seis centavos); PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO: 0401600962128.0001; MODALIDADE: art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93. DATA DA ASSINATURA: 26.10.99

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DO CONTRATO N.º 59/99

PROCESSO: 053.000.669/99. CONVITE N.º 010/99. PARTES. CBMDF X RETÍFICA E TORNEADORA MINEIRA. OBJETO: prestação de serviços especializados na retificação de motores, afiação de bombas ejetoras, reparação de turbinas, fornecimento e aplicação de peças , consoante especifica o Edital de Convite nº 010/99 (fls. 12 a 17) e a Proposta de fls. (148 a 151). NOTA DE EMPENHO INICIAL POR ESTIMATIVA. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa da Trabalho 600700218501. FONTE DE RECURSOS: 130. ELEMENTO 3.4.90-39. DATA DA ASSINATURA: OUT 99. SIGNATÁRIOS: BENJAMIM FERREIRA BISPO, na qualidade de Comandante Geral do CBMDF e pela CONTRATADA a Sr.ª MARLENE ANTÔNIA DE SOUZA MELO, na qualidade de Sócia Gerente.

EXTRATO DO CONTRATO N.º 60/99

PROCESSO: 053.000.669/99. CONVITE N.º 010/99. PARTES: CBMDF X RETÍFICA CARVALHO LTDA. OBJETO. prestação de serviços especializados na retificação de motores, afiação de bombas ejetoras, reparação de turbinas, fornecimento e aplicação de peças , consoante especifica o Edital de Convite nº 010/99 (fls. 12 a 17) e a Proposta de fls. (137 a 140),. NOTA DE EMPENHO INICIAL POR ESTIMATIVA. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa da Trabalho 600700218501. FONTE DE RECURSOS: 130. ELEMENTO 3.4.90-39. DATA DA ASSINATURA: OUT 99. SIGNATÁRIOS: BENJAMIM FERREIRA BISPO, na qualidade de Comandante Geral do CBMDF e pela CONTRATADA o Sr.º CRISTÓVÃO GOMES DE MOURA, na qualidade de Procurador Legal.

POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

RESULTADO DE HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS N.º 7/99

OBJETO: Fornecimento de pneus, câmaras de ar e materiais para borracharia para a Polícia Civil do Distrito Federal.
A CPL informa que a empresa CURINGA DOS PNEUS LTDA foi inabilitadas por deixar de cumprir o item 5.4.1 do Edital. Estando as demais empresas participantes do certame habilitadas.

Brasília, 29 de outubro de 1999
DENISE DE ALMEIDA NERY ABOUD
Presidente da CPL

RESULTADOS DE JULGAMENTOS
CONVITE N.º 44/99

OBJETO: Aquisição de vestuário (guarda- pó, macacão, calça masculina e feminina, camiseta masculina e feminina e gandola) para a Polícia Civil do Distrito Federal.
A CPL informa, de acordo com o artigo 109, parágrafo 1º , da Lei n.º 8.666/93, que sagraram-se vencedoras do certame as seguintes empresas, nos respectivos itens:

CONFECÇÕES UNIDAS COM. E REPRES. LTDA	Itens 01, 21 e 22;
CONFECÇÕES METRO LTDA	Itens 02, 03, 04, 05, 06 e 07;
CONFECÇÕES BAHIA COM. IND. E REPR. LTDA	Itens 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, e 17;
CONFECÇÕES GREEN HILLS LTDA	Item 18.

Os itens 19, 20 e 23 foram prejudicados, pois a proposta da empresa PATRÍCIA GUIMARÃES LOURENÇO foi desclassificada por não atender o item 2.2, letra "j" do Edital e a empresa FLAT CENTER CONFECÇÕES foi desclassificada por não atender o item 3.3 do Edital.

Brasília, 29 de outubro de 1999
DENISE DE ALMEIDA NERY ABOUD
Presidente da CPL

CONVITE N. 4/99

OBJETO: Aquisição de material de capotaria (acoplado, curvim, navalhado, cola, linha de nylon e grampos) para a Polícia Civil do Distrito Federal.
A CPL informa, de acordo com o artigo 109, parágrafo 1º , da Lei n.º 8.666/93, que sagraram-se vencedoras do certame as seguintes empresas, nos respectivos itens:

PONTO DO ARTESAO COMÉRCIO E DISTRIBUIÇAO LTDA	Itens 01, 03, 05 e 06;
COMERCIAL DE COUROS E SAPATARIA LIMEIRA LTDA	Item 02.

O item 04 restou prejudicado.

Brasília 29 de outubro de 1999
DENISE DE ALMEIDA NERY ABOUD
Presidente da CPL

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA DE PESSOAL

EDITAL N.º 112, DE 28 DE OUTUBRO DE 1999
CONCURSO PÚBLICO PARA SOLDADO POLICIAL-MILITAR DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

O DIRETOR DE PESSOAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o constante no Edital nº 02-DP/PMDF-94, publicado no DODF nº 180, de 15 SET 94 **e em cumprimento a determinação judicial**, expedida pelo Exmº Senhor Desembargador JOSÉ WELLINGTON MEDEIROS DE ARAÚJO da 3ª Turma Cível do Distrito Federal, resolve:

Convocar a candidata **ELAINE CARDOSO LIMA**, para comparecer às 08:00 horas dos dias 04 e 05 NOV 99, no Ginásio de Esportes da PMDF, situado no Setor Policial Sul, Brasília - DF, a fim de ser submetida ao Teste de Aptidão Física, conforme está previsto no subitem 7.2 do Edital normativo do concurso em tela.

LÁZARO ELEUTÉRIO LOPES – CEL QOPM

EDITAL N.º 113, DE 28 DE OUTUBRO DE 1999

CONCURSO PÚBLICO PARA SOLDADO POLICIAL-MILITAR DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

O DIRETOR DE PESSOAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o constante no Edital nº 234/98-DP/PMDF, de 26 NOV 98, publicado no DODF nº 226, de 27 NOV 98 e **em cumprimento a determinação judicial,** expedida pelo Juiz de Direito da 8ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, resolve:

Convocar o candidato do concurso público para soldado PM, objeto do edital ora mencionado, abaixo relacionado, para no prazo de 03 (três) dias úteis, a partir da publicação do presente edital, comparecer na Diretoria de Pessoal da PMDF, Seção de Recrutamento e Seleção (DP/5), sito no Setor Policial Sul, Brasília - DF, a fim de ser identificado e cadastrado para fins de inclusão na PMDF e matricula no Curso de Formação de Soldado PM, **na condição sub judice**:

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
05002444	BRUNO DE LIMA OLIVEIRA

LÁZARO ELEUTÉRIO LOPES – CEL QOPM

EDITAL N.º 114, DE 28 DE OUTUBRO DE 1999

CONCURSO PÚBLICO PARA SOLDADO POLICIAL-MILITAR DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

O DIRETOR DE PESSOAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o constante no Edital nº 234/98-DP/PMDF, de 26 NOV 98, publicado no DODF nº 226, de 27 NOV 98 e **em cumprimento a determinação judicial,** expedida pelo Juiz de Direito da 8ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, resolve:

Convocar a candidata do concurso público para soldado PM, objeto do edital ora mencionado, abaixo relacionada, para às 08:00 horas do dia 05 NOV 99, comparecer no Ginásio de Esportes da PMDF, situado no Setor Policial Sul, Brasília - DF, a fim de ser reavaliada no exercício de meio-sugado, previsto para o concurso público em questão:

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
05005753	RAQUEL ALVES ORNELAS

LÁZARO ELEUTÉRIO LOPES – CEL QOPM

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DO CONTRATO N.º 65/99/VC/231.0

Processo nº: 030-007.199/99. Contratante: Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal - Contratada: Telecomunicações de Brasília S.A. - Objeto: Prestação de Serviços de Comunicação de Dados para acesso à rede GDF-NET - Licitação: Inexigível - Vigência: 12 (doze) meses, a contar da assinatura - Valor Total: R$ 7.668,18 (sete mil, seiscentos e sessenta e oito reais e dezoito centavos) - Unidade Orçamentária: 28202 (IPDF) - Classificação Orçamentária: 349039 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica) - Fonte de Recursos: 100 (ordinário não-vinculado) - Número da Nota de Empenho: 99NE00273 - Valor Inicial da Nota de Empenho: R$ 1.789,68 (hum mil, setecentos e oitenta e nove reais e sessenta e oito centavos) - Data da Assinatura: 19.10.99 - Assinam: pela contratante, Eliana Klarmann Porto; pela contratada, Dante Nardelli Junior.

SECRETARIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS

COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS N.º 9/99

---- - TERRACAP, DO TIPO MENOR PREÇO, POR ITEM, destinada a AQUISIÇÃO DE 03 (três) veículos tipo PICK-UP MODELO 2000, sendo 02 a gasolina e 01 a diesel . Comunicamos às empresas interessadas que o recebimento das propostas será realizado das 15h:00m às 15h:15 m, (quinze horas às quinze horas e quinze minutos), do dia 22 de novembro de 1999, na Sala da CPL 1º do Edifício Sede da TERRACAP, localizado no SAM, BLOCO "F", (próximo ao Anexo do Palácio do Buriti). O Edital e seus Anexos estão à disposição dos interessados no endereço acima, Fone: 344.8277. (os custos reprográficos do Edital é de R$ 10,00 (dez reais)

Brasília, 29 de outubro de 1999
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

AVISO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO N.º 9/99

Consoante as Leis nºs 289/92 e 409/93 e o Parecer nº 28/95 - GAB/PRG, que regulam a concessão de incentivos no âmbito do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal (PRODECON), a Diretoria Colegiada da TERRACAP autorizou a celebração de contrato de concessão de direito real de uso com opção de compra de terrenos em favor das seguintes empresas:

SETOR PLACA DA MERCEDES - NÚCLEO BANDEIRANTE/DF:

JOSÉ RIBAMAR COSTA E SILVA - ME, CGC 33.494.766/0001-29, Lote 15, Conjunto 4, Processo nº 160.000.611/94, Decisão nº 426/99.

SETOR DE EXPANSÃO ECONÔMICA DE SOBRADINHO/DF:

ADMINISTRA – ADMINISTRADORA DE CONDOMÍNIOS LTDA, CGC 37.108.594/0001-69, Lote 14, Quadra 9, Processo nº 160.002.843/94, Decisão nº 431/99.

Esta publicação se faz em cumprimento à Lei nº 8.666/93, relativamente à inexigibilidade de licitação.

Brasília. 29 de outubro de 1999
ALEXANDRE GONÇALVES
Presidente

AVISO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO N.º 10/99

Consoante a Lei nº 2427/99, que regula a concessão de incentivos no âmbito do Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal (PRÓ-DF), a Diretoria Colegiada da TERRACAP autorizou a celebração de contrato de concessão de direito real de uso com opção de compra de terrenos em favor das seguintes empresas:

SETOR DE EXPANSÃO ECONÔMICA DE SOBRADINHO – DF:

CHAMAGÁS LTDA - ME, CGC 01.731.311/0001-93, Lotes 6 e 7, Quadra 13, Processo nº 160.000.186/98, Decisão nº 424/99.

FORTINTAS COMÉRCIO DE TINTAS LTDA, CGC 37.982.394/0001-30, Lote 6, Quadra 4, Processo nº 160.002.218/94, Decisão nº 433/99.

PROMOTUS PROMOTORA DE EVENTOS LTDA, CGC 01.642.258/0001-54, Lote 17, Quadra 4, Processo nº 160.000.370/98, Decisão nº 432/99.

VILMA THOMÉ DAGA – ME, CGC 37.096.534/0001-73, Lote 7, Quadra 4, Processo nº 160.000.103/96, Decisão nº 428/99.

AVS COMÉRCIO DE VIDROS E ACESSÓRIOS LTDA, CGC 72.609.886/0001-86, Lote 24, Quadra 13, Processo nº 160.000.383/98, Decisão nº 429/99.

COMPUSHOPPING INFORMÁTICA LTDA, CGC 00.527.736/0001-12, Lote 10, Quadra 4, Processo nº 160.000.213/98, Decisão nº 427/99.

Brasília, 29 de outubro de 1999
ALEXANDRE GONÇALVES
Presidente

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

AVISO DE RETIFICAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS N.º 6/99

Informamos, conforme o previsto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 a nova data de abertura da licitação, 22/11/99, em função da alteração de diversos itens do edital, cujo objeto é a atualização tecnológica dos elevadores do TCDF. Cópia do novo edital encontra-se à disposição na Seção de Compras, 4º andar do Edifício Anexo, fone 314.9149 fax 314.9219.

Brasília. 29 de outubro de 1999
HENRIQUE DE FREITAS SOARES
Presidente da Comissão Especial de Licitação

INEDITORIAIS

ASSPOLO – ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA FUNDAÇÃO PÓLO ECOLÓGICO DE BRASÍLIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Comissão Eleitoral instituída através da Assembléia Geral do dia 27 de outubro de 1999, usando das atribuições que lhe conferem o Capítulo VIII do Estatuto da ASSPOLO que regulamenta o Processo Eleitoral, CONVOCA todos os associados em pleno gozo de seus direitos sociais, a fim de participarem das eleições para a Diretoria executiva da Associação dos Servidores da Fundação Pólo Ecológico de Brasília – ASSPOLO, dando-lhes ciência dos seguintes dados: a) Biênio 2000 a 2001, b) Prazo de registro de chapas: 03 a 12 de novembro de 1999 c) Data da eleição: 09 de dezembro de 1999 ou de acordo com o art. 29º do Estatuto da Entidade d) Horário: das 09hs às 17:00hs.e) Data prevista para a Posse: 03 de janeiro de 2000. O regulamento do Processo eleitoral para a eleição da Diretoria Executiva, encontra-se a disposição dos interessados na sede da ASSPOLO. Fernando Jorge Dressan, Presidente da Comissão Eleitoral .

DAR 6746/99

SINAFITE/DF – SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS INTEGRANTES DA CARREIRA AUDITORIA FISCAL DO TESOURO DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL N.º 7/99 (RECONVOCAÇÃO)

A DIRETORIA DO SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS INTEGRANTES DA CARREIRA AUDITORIA FISCAL DO TESOURO DO DISTRITO FEDERAL - SINAFITE/DF, com base no artigo 9º, alínea "a", tendo em vista a competência definida pelo artigo 7º, alínea "m" e em perfeita consonância com o artigo 10, todos do Estatuto, ADIA A ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, inicialmente convocada para o dia 04/11/99, conforme edital publicado no DODF de 25/10/99 (o qual perde seus efeitos), RECONVOCANDO A REFERIDA ASSEMBLÉIA PARA O DIA 11/11/99 (quinta-feira) no auditório da Secretaria de Fazenda e Planejamento - SEFP, Ed. Vale do Rio Doce SBN, às 15:00h. em 1ª (primeira) convocação com a maioria absoluta, ou em 2ª (Segunda) convocação às 15:30h. , com qualquer número de presentes, para deliberar sobre a seguinte pauta: 1 - Reestruturação da Carreira; 2 - Relatório da comissão instituída pela AGE de 12/08/99; 3 - Percentual da RAV. Brasília - DF., 29 de outubro de 1999. GIOVANI LEAL DA SILVA – Presidente.

DAR 3720/99

SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES DO COMÉRCIO, PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS-VENDEDORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA 02/99

Pelo presente edital, ficam avisadas todas as empresas que de acordo com o art. 8º, inciso IV da constituição federal e as assembléias geral da categoria, realizadas 09/08/91 e 29/05/98, respectivamente, aprovação e revisão, devem, obrigatoriamente, recolher em favor desta entidade, a contribuição confederativa dos empregados vendedores-pracistas, vendedores-motoristas, ajudantes, vendedores de produtos químicos, agropecuários, fitossanitários, viajantes, chefes e gerentes de vendas, assistentes, contatos, cobradores, promotores, demonstradores, repositores, telemarketing, inspetores de vendas, propagandistas, propagandistas-vendedores e vendedores de produtos farmacêuticos, pois os mesmos constituem categorias e funções diferenciadas. Caracterizada a relação de emprego, aplicam-se os preceitos das leis 3.207, de 18/07/57 e 6.224 de 14/07/75, a quantos exerçam funções iguais, semelhantes ou equivalentes aos empregados vendedores e viajantes, embora sob outras designações. A contribuição confederativa dos profissionais de nível superior que tenham vínculo empregatício com empresas de qualquer das categorias econômicas acima especificadas, terá que ser recolhida, obrigatoriamente, em favor deste sindicato e não, dos sindicatos dos profissionais liberais, de vez que a profissão é exercida sob regime de emprego. A referida contribuição, deverá ser descontada na folha de pagamento do mês de novembro de 1999, no valor equivalente a 3% (três por cento) da remuneração bruta (fixo + comissão + repouso), e recolher nas agências da caixa econômica federal, até o dia 10 de dezembro de 1999. O empregador que recolher indevidamente a contribuição confederativa à categoria diversa daquela a que pertençam seus empregados, deverá proceder novo recolhimento para a entidade competente, sem no entanto, onerar os empregados. O não recolhimento por parte do empregador, obrigará a entidade sindical a utilizar da cobrança judicial. Os jogos de guias, foram enviados pelo correio. o não recebimento destes ou quaisquer outros esclarecimentos, poderão ser solicitados diretamente ao sindicato no endereço SHIGS703, Bl. "G", C/79 - telefax:225 1440 e 226 2171 - Cep 70331-707. Brasília(df), 28 de outubro de 1999 – Benedita Maria dos Santos Nascimento – presidente.

DAR [illegible] 99

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA CESPE – CENTRO DE SELEÇÃO E DE PROMOÇÃO DE EVENTOS

EDITAL N.º 31-PC-AP/CESPE, DE 29 DE OUTUBRO DE 1999
CONCURSO PÚBLICO PARA AGENTE DE POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

A Diretora do Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília – CESPE/UnB, por determinação judicial, torna público o resultado final da sindicância da vida pregressa e investigação social e o resultado final do concurso, de acordo com os subitens 8.1. a 8.5. do Edital n.º 11/99 – PC – AP/CESPE, de 19 de março de 1999, publicado no DODF e no DO de 12/3/99, do candidato ao cargo de Agente de Polícia Civil do Distrito Federal, na condição *sub judice*.

1 Resultado final da sindicância da vida pregressa e investigação social do candidato, na seguinte ordem: número de inscrição, nome do candidato, resultado final e local de prova.

205674, Andrea Rodrigues Pereira, apta, Brasília/DF.

2 Resultado final do concurso do candidato, na seguinte ordem: número de inscrição, nome do candidato, classificação final *sub judice* e local de prova.

205674, Andrea Rodrigues Pereira, 256, Brasília/DF.

3 Os candidatos com classificação final igual ou superior a 256, divulgada pelo Edital n.º 17/99 – PC – AP/CESPE, de 29 de abril de 1999, tiveram suas posições acrescidas de uma unidade.

ROMILDA GUIMARÃES MACARINI
Diretora do Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

ÍNDICE

ATOS DO PODER EXECUTIVO

.DECRETO EXECUTIVO 20759, 29-10-99 1
.DECRETO EXECUTIVO 20760, 29-10-99 5
.DECRETO EXECUTIVO 20761, 29-10-99 5
.DECRETO EXECUTIVO 20762, 29-10-99 16
.DECRETO EXECUTIVO 20763, 29-10-99 17
.DECRETO EXECUTIVO 20764, 29-10-99 20
.DECRETO EXECUTIVO 20765, 29-10-99 24
.DECRETO EXECUTIVO 20766, 29-10-99 68

VICE-GOVERNADORIA

.DESPACHO-*, SUCAR, 04-06-99 69
.DESPACHO-R, SUCAR, 27-10-99 69
.ORDEM DE SERVICO 40-*, SUCAR/RA-XIX-CANDANGOLANDIA, 25-10-99 69
.ORDEM DE SERVICO 218, SUCAR/RA-I-BRASILIA, 18-10-99 69
.ORDEM DE SERVICO, SUCAR/RA-XII-SAMAMBAIA, 28-10-99 69

CASA MILITAR

.PORTARIA, 26-10-99 69

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO

.PORTARIA 41, SECRETARIO, 29-10-99 69
.PORTARIA 42, SECRETARIO, 29-10-99 69

SECRETARIA DE FAZENDA

.DESPACHO-R, TARF/PRESI, 18-10-99 80
.DESPACHO, TARF/PRESI, 22-10-99 81

SECRETARIA DE EDUCACAO

.ATA 1259, CONSELHO FISCAL, 24-09-99 81
.ATO, SECRETARIA, 29-10-99 81
.INSTRUCAO 722, FEDF/DEX, 29-10-99 82
.ORDEM DE SERVICO 24-R, DIE, 08-10-99 82
.ORDEM DE SERVICO 27, DIE, 05-10-99 82
.PORTARIA 194-R, SECRETARIA, 29-10-99 81
.RESOLUCAO 6684, CONSELHO DIRETOR, 13-10-99 81
.RESOLUCAO, CONSELHO DIRETOR, 14-10-99 81

SECRETARIA DE OBRAS

.INSTRUCAO, DER/DG, 28-10-99 83

SECRETARIA DE TRANSPORTES

.PORTARIA 37, SECRETARIO, 29-10-99 83
.RESOLUCAO 9, DMTU/JARI, 28-10-99 83

SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA

.ATA 2371, CPDF, 26-10-99 84

POLICIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

.DESPACHO-R, CMDO GERAL, 27-10-99 85
.DESPACHO-*, CMDO GERAL, 02-09-99 85

SECRETARIA DE CULTURA

.DESPACHO, SECRETARIA, 01-10-99 85
.PORTARIA, CHEFE DE GABINETE, 20-10-99 85

SECRETARIA DE TURISMO, LAZER E JUVENTUDE

.DESPACHO-*, SECRETARIO, 15-10-99 85

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIENCIA E TECNOLOGIA

.ATA 21, CONAM/DF, 22-09-99 86
.DESPACHO, SECRETARIO, 29-10-99 85

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

.DESPACHO-R, SECRETARIO, 28-10-99 86
.PORTARIA 270, SECRETARIO, 28-10-99 86

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

.ATA 3457, SECRETARIA DAS SESSOES, 21-10-99 86

* - ATOS REPUBLICADOS OU RETIFICADOS
R - ATOS AGRUPADOS POR RELACAO

UTILIDADE PÚBLICA
Secretaria de Comunicação Social - GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Bombeiros	193	CAESB	195
Cruz Vermelha	224-5909	CEB	196
Defesa Civil	314-8214	Detran	1514
Polícia	190	Farmácia de Plantão	132
Procon	1512	Alcoólicos Anônimos	226-0091

PRONTO SOCORRO 192

D&M

VOCÊ TEM O DIREITO DE RECLAMAR. E O GDF QUER OUVIR.

Toda vez que você quiser ser ouvido pelo Governo do Distrito Federal, ligue sem cerimônia para a **Ouvidoria Geral**. Você vai poder encaminhar suas opiniões, idéias e reclamações tranqüilamente. E mais do que isso, sua participação vai ajudar a melhorar a qualidade dos serviços oferecidos a toda a população. Participe ligando para a **Ouvidoria**. Uma iniciativa que começa a mudar a relação entre a população e seus governantes.



FALACIDADÃO

0800-611516

Ligue à vontade. É gratuito.

OUVIDORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

GDF GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

A GENTE FALA, A GENTE FAZ